

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL EM COMUNICAÇÃO PUC-UFMA**

MARCOS ARRUDA VALENTE DE FIGUEIREDO

**TV DIFUSORA: a política na história da televisão
no estado do Maranhão – 1962 a 1991**

Porto Alegre

2016

MARCOS ARRUDA VALENTE DE FIGUEIREDO

**TV DIFUSORA: a política na história da televisão
no estado do Maranhão – 1962 a 1991**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Doutorado Interinstitucional em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Maranhão como parte do requisito para obtenção do título de doutor.

Linha de Pesquisa: Práticas Profissionais
Processos Sociopolíticos nas Mídias e na
Comunicação das organizações.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Finger Costa

Porto Alegre

2016

F475t

Figueiredo, Marcos Arruda Valente de

TV Difusora: a política na história da televisão no estado do Maranhão – 1962 a 1991. / Marcos Arruda Valente de Figueiredo. – Porto Alegre, 2016.
248 f. ; Il.

Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – Doutorado Interinstitucional em Comunicação PUCRS-UFMA.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Finger Costa

1. Comunicação Social. 2. Televisão - História. 3. TV Difusora - Maranhão. 4. Política. 5. Coronelismo. I. Costa, Cristiane Finger. II. Título.

CDD 301.161

Ficha elaborada pela bibliotecária Anamaria Ferreira CRB 10/1494

MARCOS ARRUDA VALENTE DE FIGUEIREDO

**TV DIFUSORA: a política na história da televisão
no estado do Maranhão – 1962 a 1991**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Doutorado Interinstitucional em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Maranhão como parte do requisito para obtenção do título de doutor.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristiane Finger Costa – Orientadora
PUCRS

Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt
PUCRS

Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
UFRGS

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Júnior
UFMA

Prof. Dr. Luciano Abreu
PUCRS

À Luísa e Maria Luiza, parceiras de caminhada, com quem nos últimos anos tenho compartilhado as duras batalhas do cotidiano.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma caminhada se faz sozinho, portanto, sempre estamos acompanhados por alguém. Esta é uma obra que aparentemente é individual, mas, em sua essência, merece uma assinatura coletiva. Afinal, uma série de parcerias foi feita ao longo desta jornada, alguns encontros coletivos, muitos momentos solitários.

À Profa. Dra. Cristiane Finger Costa, por ter me acolhido, a fim de orientar os passos desta pesquisa;

Ao Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt, que me deu as primeiras lições que levaram a esta pesquisa, sempre me estimulando;

À Professora Msc. Fátima Santos, pela inestimável revisão das normas da ABNT;

À Professora Dra. Jovelina Maria Oliveira dos Reis, por sua paciência sem fim, que me ajudou a acreditar no que estava fazendo;

Às pessoas que através de suas falas me cederam gentilmente suas experiências profissionais e parte de suas memórias: Carlos Magno Duque Bacelar, Fernando Domingos Alves de Souza, Fernando Antônio de Mendonça Melo, José Ribamar Rocha Gomes, Gerd Pflueger (in memoriam), José Raimundo Rodrigues, José de Ribamar Elvas Ribeiro, José Ribamar da Silva Pinto, Luiz Pedro de Oliveira e Silva, Pedro Alexandre Gomes de Oliveira, Rodrigo José Bugarim Caracas, Zelinda Machado de Castro e Lima.

Aos servidores da Biblioteca Pública Benedito Leite sempre solícitos quando precisei deles, em especial, Aline Carvalho do Nascimento, diretora da Biblioteca e Maria do Rosário de Fátima Matos Barbosa, responsável pelo setor de apoio técnico (obras raras);

Aos amigos e a toda minha família, mãe, irmãos, sogros, cunhados, tios, primos, sobrinhos;

Àquelas pessoas que, em algum momento, com simples gestos tornaram mais fácil essa caminhada: Ana Luíza Bacelar, Antônio Leonardo Gomes Neto, Célia Maria Valente Marques, Daucyana Castro, Deborah de Castro e Lima Baesse, Edna Costa, Emanuel Caracas, Francisco Bacellar Pedrosa, Maria da Graça de Freitas Santos, Haroldo Barroso, José Ferreira Júnior, Luiz Sérgio de Castro Marão Filho, Márcia Arruda Valente de Figueiredo, Manoel de Jesus Barros Martins, Protásio César dos

Santos, Raimundo Emerson Machado Bacelar (in memoriam), Sérgio Silva Sombra, Talvane Lukatto e Valéria Rodrigues Abreu.

Aos Professores e servidores do programa de Doutorado em Comunicação da PUCRS;

Aos professores doutores Francisco da Conceição Gonçalves e Esnél José Fagundes, pela condução local do programa;

Aos colegas de Doutorado, com os quais tive a satisfação de descobrir novas amizades, pelos diálogos e ajuda nessa caminhada;

À CAPES pelo financiado parcial desta pesquisa.

A democracia não corre,
mas chega segura ao objetivo.

J.W. Goethe

RESUMO

Estudo sobre a história da televisão no Maranhão no período compreendido entre 1962 e 1991, em especial sobre a trajetória da TV Difusora, primeira emissora de televisão do Maranhão, também primeira afiliada da Rede Globo no estado, sob as perspectivas da política, da mídia e do poder. Como base teórica foram utilizados os conceitos de coronelismo, coronelismo eletrônico e memória, a partir dos estudos de Victor Leal, Sérgio Capparelli, Suzy Santos, Lucilia Delgado, Maurice Halbwachs, além dos autores Sérgio Mattos e Dominique Wolton. A metodologia está fundamentada na pesquisa documental e na entrevista narrativa (EN). Tem-se como objetivo principal levantar elementos para a reconstituição da história da televisão no Maranhão, a partir da trajetória da TV Difusora. Para embasar o estudo, foi adotada a pesquisa documental dos registros históricos e de textos jornalísticos publicados nesse período, além da coleta de depoimentos e experiências pessoais sobre o tema, obtidos com os informantes: proprietários, diretores, jornalistas, produtores, artistas e técnicos que viveram esse momento; registros esses que se constituem fontes de dados importantes sobre contextos, processos e conflitos necessários à reconstituição da história da formação deste importante grupo de comunicação. Como principais resultados obtidos tem-se a constatação da atuação de uma intrincada rede política sustentando os interesses dos donos de emissoras de televisão no estado, através de ligações promiscuas entre mídia e poder político.

Palavras Chave: Comunicação. TV Difusora. Coronelismo. Entrevista narrativa. Memória.

ABSTRACT

A study on the history of television of Maranhão on the years between 1962 and 1991, focusing on the trajectory of TV Difusora, the first Tv company of Maranhão, and also the state's first affiliated company to Rede Globo, under the political, mediatic and power perspectives. As the theoretical basis of this thesis, it was used the concepts of coronelism, electoral coronelism and memory, inspired from the studies of Victor Leal, Sérgio Capparelli, Suzy Santos, Lucilia Delgado, Maurice Halbwachs, also the authors Sérgio Mattos e Dominique Wolton. The methodological basis is fundamented on the documental research and narrative interview (EN). Has as it's main goal, to raise elements for reconstitution of the history of the television on Maranhão, leading from the trajectory of TV Difusora. Fundamenting the thesis, it was used the method of documental research of historical records and journalistic texts published in that period, besides the collection of statements and personal experiences around the theme, obtained from sources: proprietors, directors, journalists, producers, artists and technicians that lived in that time. Those records constitute in important data about the context, processes and conflicts necessary to the reconstitution of the history of the formation of this important communications group. As the main results obtained, there is the finding the action of a complex political web sustaining the interests of the owners of the state's television companies, through the dirty connections between the media and political power.

Key words: Communication. TV Difusora. Coronelism. Narrative interview. Memory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instâncias da pesquisa

Quadro 2 – Fases principais da entrevista narrativa

Quadro 3 – Lista de depoentes

Quadro 4 – Classificações cronológicas de Wolton e Mattos

Quadro 5 – Sócios cotistas e respectivas cotas em 1962

Quadro 6 – Acionistas e respectivas ações depois de transformada em S/A em 1963

Quadro 7 – Slogans da TV Difusora

Quadro 8 – Diretores de jornalismo da TV Difusora

Quadro 9 – Presidentes da TV Difusora

Quadro 10 – Proprietários da TV Difusora

Quadro 11 – Acionistas, quantidade de ações e respectivos números em 1987

Quadro 12 – Acionistas, percentuais e número de ações em 1988

Quadro 13 – Levantamento de débitos com bancos públicos

Quadro 14 – Levantamento dos demais débitos da empresa

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Representação visual da teia de relações
- Figura 2 – Anúncio da Casa Moraes sobre a primeira transmissão
- Figura 3 – Anúncio da Casa Moraes sobre a inauguração da TV
- Figura 4 – Anúncio da Guimarães e Souza S.A.
- Figura 5 – Anúncio da Bemurad
- Figura 6 – Anúncio da Guimarães e Souza S.A.
- Figura 7 – Anúncio da Marauto Importadora S.A.
- Figura 8 – Anúncio da Casa Moraes sobre o programa Personalidade em destaque
- Figura 9 – Anúncio do programa O riso é o limite
- Figura 10 – Anúncio da Guimarães e Souza sobre ações da TV
- Figura 11 – Anúncio da TV Difusora sobre o vídeo tape
- Figura 12 – Anúncio da TV Difusora apresentando o show de Elvis Presley
- Figura 13 – TV Difusora novelas anos 1970
- Figura 14 – Evolução das logomarcas da Difusora
- Figura 15 – Homenagem aos 20 anos da TV Difusora
- Figura 16 – Grupo Bacelar homenageia o governo Sarney

LISTA DE FOTOS

- Foto 1 – Reunião de Diretoria
- Foto 2 – Painel com a primeira antena
- Foto 3 – Chegada de Ohnet e Marassi
- Foto 4 – Primeira imagem a ir ao ar
- Foto 5 – Imagem da noite de inauguração
- Foto 6 – A noite do Bumba meu boi de prata
- Foto 7 – Personalidade do ano na noite do Bumba meu boi de prata
- Foto 8 – Bernardo Almeida entrevista Juscelino Kubitschek
- Foto 9 – Antônio Moraes entrevista Raimundo Bacelar
- Foto 10 – Vitório e Marieta no Programa São Luís se diverte
- Foto 11 – Giusti, Parafuso e Marreta no Programa São Luís se diverte
- Foto 12 – HED Bossa Trio no Programa São Luís se diverte
- Foto 13 – Bernardo Almeida entrevista Comando do Exército
- Foto 14 – Fernando Souza entrevista Renato Archer
- Foto 15 – Bastidores do segundo aniversário da TV Difusora
- Foto 16 – Fachada da sede da TV Difusora na Camboa
- Foto 17 – Acidente aéreo que vitimou equipe de jornalismo da TV Difusora
- Foto 18 – Apresentadores do Jornal da Integração nos anos 1980
- Foto 19 – Apresentadores do Jornal da Ilha na estreia do programa
- Foto 20 – Equipe de jornalismo da TV Difusora
- Foto 21 – Geraldo Maluf, governador Newton Bello e Raimundo Bacelar
- Foto 22 – Solis, Magno Bacelar, governador Sarney e Carlos De Zayas

LISTA DE SIGLAS

AABB – Associação Atlética Banco do Brasil
AGROPEMA – Companhia Agropecuária do Maranhão S.A.
AM – Amplitude Modulada
BASA – Banco da Amazônia S.A.
BG – Background (fundo musical)
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CEPALMA – Celulose e Papeis do Maranhão S.A.
DEIC – Departamento Estadual de Indústria e Comércio
DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações
DER-MA – Departamento de Estradas de Rodagem
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações
EN – Entrevista Narrativa
FM – Frequência Modulada
GE – General Electric
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
JB – Jornal da Baixada (telejornal)
JK – Juscelino Kubitschek
JUCEMA – Junta Comercial do Estado do Maranhão
MATV – Maranhão TV
PASA – Pastoril Agro-Industrial S.A.
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Libertador
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR – Partido Republicano
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RADIOTVMAR – Rádio e TV do Maranhão
RCA – Radio Corporation of America

RD – Rádio Difusora

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

SECOM-MA – Secretaria de Comunicação do Governo do Estado do Maranhão

TEMA – Teatro Experimental do Maranhão

TV – Televisão

UDN – União Democrática Nacional

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	21
3	A TELEVISÃO NO MUNDO E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA: DO CORONELISMO AO CORONELISMO ELETRÔNICO.....	41
3.1	A televisão no Brasil.....	45
3.2	O coronelismo.....	46
3.3	Do coronelismo político ao coronelismo eletrônico.....	54
4	OS PRIMÓRDIOS DA TV NO MARANHÃO: IMPROVISÇÃO E CRIATIVIDADE.....	58
4.1	Em caráter experimental.....	66
4.2	A chegada de Ohnet e Marassi.....	69
4.3	A inauguração.....	74
4.4	A revista especializada.....	88
4.5	O vídeotape: marco histórico na televisão maranhense.....	95
4.6	A mudança de endereço.....	101
4.7	O acidente aéreo.....	106
4.8	Evolução das logomarcas.....	107
5	MÍDIA, POLÍTICA E PODER.....	115
5.1	Os primeiros sinais da perda do direito de retransmissão da Globo no Maranhão.....	121
5.2	A operação política para comprar uma emissora falida.....	125
5.3	O fim de uma era.....	132
5.4	A operação política para saldar dívidas bancárias.....	133
5.5	O governo do Maranhão uma mão mais que amiga.....	139
5.6	Os sócios ocultos.....	141
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
	REFERÊNCIAS.....	149
	APÊNDICE.....	160
	ANEXOS.....	163

1 INTRODUÇÃO

Uma adequada compreensão do momento histórico relacionado ao surgimento da televisão no Maranhão depende, necessariamente, do estudo das condições sociopolíticas e culturais em que se inseriu, e dos significados produzidos, considerando que, em cada contexto histórico, esses significados ganham novos sentidos. Decorre dessa compreensão a escolha pela pesquisa documental e pela entrevista narrativa (EN) como a mais apropriada base metodológica e técnico-metodológica, respectivamente, para o levantamento de informações documentais e junto a dirigentes e funcionários que trabalharam desde a fundação da TV Difusora, em 1962, até a mudança do sinal da Rede Globo para a TV Mirante, em 1991. Assim, propomo-nos a contribuir, não só com a preservação da memória e da história da TV Difusora, como para valorizar o trabalho e a memória dos profissionais que colaboraram para a consolidação de um dos maiores grupos de comunicação do Maranhão.

Por se tratar de objeto de estudo circunscrito a quase três décadas de história selecionamos, para esta pesquisa, os períodos que julgamos mais significativos dentre os que conseguimos recuperar. Utilizamos, como critério para esta seleção, a ordem cronológica dos acontecimentos.

Para falarmos dos primórdios da televisão no estado, é necessário retrocedermos a 1955, ano da criação da Rádio Difusora do Maranhão Limitada, pelo proprietário rural e político maranhense Raimundo Emerson Machado Bacelar. Emissora que deu origem a grande parte da programação e a muitos dos primeiros profissionais da televisão maranhense, a Rádio Difusora foi inaugurada em 29 de outubro de 1955. Devido a sua trajetória de pioneirismo, à grande potência de seu transmissor e à equipe profissional então considerada a melhor, tornou-se, em pouco tempo, uma das mais importantes emissoras das regiões norte e nordeste. O grande sucesso da rádio consolidava o sonho de viabilizar a futura televisão (BACELAR, 2007; RIBEIRO, 2014b).

De acordo com Magno Bacelar¹, (2013) em 29 de novembro de 1962, foi formalizada a criação da TV Difusora, resultado da iniciativa e interesse político dos irmãos Raimundo Bacelar e Carlos Magno Duque Bacelar, e de Bernardo Coelho de Almeida. Os dois últimos, recém-eleitos para a Assembleia Legislativa do Maranhão.

¹ Entrevista concedida ao autor, no dia 17 de maio de 2013, em sua residência, no bairro Ponta do Farol, em São Luís.

Um ano mais tarde, em 9 de novembro de 1963, quando a TV Difusora entrou no ar, o cenário político brasileiro era de apreensão. O Brasil vivia o prenúncio do clima de incertezas com a aproximação do ano de 1964, que viria a ser marcado pelo Golpe Militar que inaugurou no país a era do autoritarismo dos governos militares. Apesar desse cenário, o presidente João Goulart ainda comemorava o resultado do referendo² que possibilitara o retorno ao regime presidencialista e a consequente retomada de seus poderes à frente do executivo, com o anúncio de mais um plano de estabilização econômica e combate à inflação. Sobre esta questão, Mattos (2010) é incisivo ao afirmar que o fator político de maior influência para o desenvolvimento da televisão brasileira foi a deposição de João Goulart pelo golpe de estado, em 1964. A partir de então, o novo sistema político e a situação socioeconômica brasileira foram substancialmente alterados, ensejando um novo modelo econômico adotado com vistas ao desenvolvimento nacional.

No cenário político maranhense de 1963, o então governador Newton de Barros Bello³, presidente regional do Partido Social Democrático (PSD), enfraquecido com a saída em bloco de seis deputados federais para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), buscava recuperar seu partido, tentando a todo custo reunir forças para fazer de Renato Archer, nas eleições que ocorreriam dois anos depois, seu sucessor no Palácio dos Leões.

Nesse panorama político, a TV Difusora, ao mesmo tempo em que avança em investimentos para a ampliação de suas qualidades técnicas, na expansão da cobertura dos sinais de retransmissão, na melhoria do quadro de programação e instalação em prédio próprio, alterna essas iniciativas com sucessivas crises financeiras. No começo dos anos 1970, a crise levou sua diretoria a dar início a negociações para a venda da emissora, ao mesmo tempo em que enfrentava o conjunto de políticos que, desde o início, opunham-se à implantação da TV Difusora. Ações políticas e interesses pessoais aliados à crise econômico-financeira enfrentada pela emissora, culminaram na venda da mesma, em 1985 e, três anos depois, em 1988, na transferência indireta das outorgas de concessão para novos proprietários, através de requerimento formalizado pelo então Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, autorizada pelo presidente José Sarney.

A história da TV Difusora no Maranhão atesta que, ao longo das três primeiras décadas de sua implantação, sua posse foi alvo constante da cobiça por parte de políticos, no

² Realizado em 6 de janeiro de 1963, instituído pela Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, para a manutenção ou não do regime parlamentarista. Era previsto realizar-se um plebiscito em 1965, mas foi antecipado e chamado de referendo, pela Lei Complementar nº 2, de 16 de setembro de 1962, tendo sido o sistema parlamentarista amplamente rejeitado pela maioria dos brasileiros (N.A.).

³ Newton Bello foi governador do Maranhão, de 1961 a 1966 (N.A.).

estado, como os ex-governadores Luiz Alves Coelho Rocha⁴, Eptácio Cafeteira Afonso Pereira⁵, e o ex-presidente José Sarney, dentre outros, os quais se tornaram, posteriormente, detentores da retransmissão desse sinal. O ano de 1991 marcou, por fim, a mudança do sinal da Rede Globo para a TV Mirante, sob o comando do grupo liderado pelo ex-presidente José Sarney.

A delimitação do presente estudo leva em consideração essa perspectiva histórica e a conjuntura política do período compreendido entre o fim de 1962 e início de 1991, a saber: da implantação e inauguração da TV Difusora, pelos irmãos Bacelar, em parceria com Bernardo Almeida (1962/1963), à perda do sinal da Rede Globo pela Difusora (1991), viabilizada por meio da TV Mirante, de propriedade do grupo Sarney. Portanto, o critério de escolha tem relação entre a história da TV no Maranhão e a política da época.

Neste contexto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em levantar elementos para a reconstituição da história da televisão no Maranhão a partir da trajetória da TV Difusora. Para operacionalizar este propósito, escolhemos como objetivos específicos resgatar e registrar a memória da televisão no Maranhão; determinar o papel da televisão no cenário político e cultural maranhense, e analisar essas relações na determinação da linha política e ideológica da emissora.

Assim, considerando a questão básica deste estudo, e levando em conta disputas, interesses político-ideológicos e partidários, sempre presentes nos processos de concessão e propriedades de meios de comunicação, sobretudo em relação aos canais de televisão, propomo-nos a demonstrar, nesta pesquisa, como os acordos políticos e a influência do poder econômico determinaram as diretrizes e os percursos da televisão maranhense.

Como um dos objetivos deste estudo é deslocar nosso olhar para o tempo e, através do tempo, como nos diz Delgado (2006), trazer até o presente a historicidade, não apenas de uma emissora, mas dos efeitos da sua presença no cenário comunicacional no Maranhão, adotamos como procedimentos, para a realização desta pesquisa, a concepção de *instâncias* enquanto recursos de ordenação lógica para consecução da nossa investigação. Como primeira instância, temos a epistemológica, que trata da problematização do objeto epistêmico a partir das conceitos de política, mídia e poder. A instância teórica traz os fundamentos que embasaram o estudo a partir das concepções de coronelismo, coronelismo eletrônico e memória. A terceira instância, a metodológica, apresenta a pesquisa documental e entrevista narrativa enquanto métodos e técnica que nos permitirão reconstruir os fatos em estudo.

⁴ Luiz Rocha governou o Maranhão, de 1983 a 1987.

⁵ Eptácio Cafeteira foi governador do Maranhão, de 1987 a 1990.

Ao construir sua *Síntese de história da cultura brasileira*, Nelson Werneck Sodré (1972) dedicou uma sessão para a *cultura de massa*, dividindo-a em subseções sobre o cinema, o rádio, a televisão, a música e o teatro. O autor identificava o início do predomínio dos meios de comunicação de massa a partir de 1945, como decorrência do desenvolvimento do capitalismo. Em sua concepção, a cultura difundida por esses meios, “além de seu baixíssimo nível de seu teor desumanizante tende, cada vez mais, à desnacionalização, ao esmagamento de nossa herança cultural” (SODRÉ, 1972, p. 79).

Capparelli percebeu a relação dos meios de comunicação de massa “com os fenômenos econômicos, ideológicos e culturais” (CAPPARELLI, 1982a, p. 7) e em *Comunicação de massa sem massa* propôs o debate sobre televisão e capitalismo, imprensa alternativa brasileira, e a relação entre o rádio brasileiro e o autoritarismo, ao longo de sua história. Em consonância com as ideias de Capparelli, Marques de Melo escreveu, para os *Cadernos Intercom*, o artigo “Brasil: Imprensa e capitalismo dependente” (1982), influenciado pela teoria da dependência que marcou diversos estudos na área da comunicação. Em texto sucinto, defendia a ideia de que “a natureza incipiente da industrialização nacional, não levada às últimas consequências pela elite brasileira que sempre manteve uma subordinação histórica ao capitalismo internacional, deixou de ampliar o mercado interno”, o que limitou a população consumidora e, conseqüentemente, o “desenvolvimento autônomo” da imprensa no Brasil. E mais: que a imprensa deveria “manter bom relacionamento com o Estado, não apenas para ser contemplada com verbas publicitárias [...], mas, sobretudo, para gozar de certos valores concedidos discricionariamente pelos detentores do poder político” (MARQUES DE MELO, 2004, p. 77-78). Deste cenário, escapariam algumas poucas exceções, que ele não chegou a apontar, mas que, após 1945 seriam somadas à subordinação do capital estrangeiro.

Naquela mesma época, Costella publica *Comunicação – Do grito ao satélite* (1984), onde apresentava uma síntese da história da comunicação no mundo, enfatizando os *avanços* nas formas de comunicação, desde os gestos mais primitivos às tecnologias de comunicação espacial. Nessa síntese, ele dedica espaços para a apresentação da história da tipografia, do telégrafo, do telefone, do rádio, da televisão e da comunicação via satélite no Brasil.

Capparelli volta ao cenário com *Televisão e capitalismo no Brasil* (1982), para descrever a história da televisão no Brasil, estabelecendo uma relação dessa mídia com o desenvolvimento do capitalismo, ao tomar para si as funções de atuar na ampliação da produção capitalista, do mercado e do setor de comunicação, na publicidade de produtos e na propaganda e esforço da ideologia dominante. Capparelli divide a história da televisão em

duas fases separadas, apenas, por um breve período de transição: o império Chateaubriand e a internacionalização do mercado. Em sua análise, enfatiza a presença do capital estrangeiro no país sem, no entanto, fornecer o desdobramento dos fatos referentes à permanência da propriedade das emissoras em mãos da elite brasileira, e da expansão da produção nacional da Rede Globo, no exterior. No entanto, apresenta dados relevantes sobre a participação do capital estrangeiro no conteúdo das emissões e no seu aparelhamento tecnológico.

Em obra posterior - *Comunicação e televisão: Desafio da pós-globalização* (2004), produzida em parceria com Venício Artur de Lima – o próprio Capparelli fez a seguinte crítica à concepção da televisão dependente:

No caso brasileiro, análises posteriores, especialmente nos anos 1990, demonstram que essa dependência não aumentou e, pelo contrário, diminuiu, e que, finalmente, a acusação era feita contra a televisão brasileira, numa inversão de papéis (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 91).

O caso ao qual se referia o autor era o da aquisição da italiana Telemontecarlo, pela Globo, em 1985.

Seguindo a mesma trajetória de exposição sobre a historicidade da televisão, Mário Ferraz Sampaio, em *História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo*, publicado em 1984, apresentava vasto conteúdo referindo-se a momentos históricos, personalidades, legislação, inovações tecnológicas e serviço público e privado, além de analisar o aparecimento das novelas e o advento da televisão em cores.

Dois anos antes, Maria Elvira Bonavita Federico descrevia, em *História da comunicação: Rádio e TV no Brasil*, as “fases mais significativas” da história da radiodifusão e da telecomunicação no país, a fim de compreender seu sistema, estrutura e funcionamento. Bonavita inicia seus argumentos situando a TV no mundo e no Brasil e, na sequência, passa a categorizar e dividir em fases a trajetória nacional, de 1925 a 1976, classificando-as de pioneirismo, consolidação do rádio e consolidação da televisão. A autora mapeia também a estrutura governamental que intervém no sistema brasileiro. Ela conclui com um exame dos componentes que influem na *ecologia* da radiodifusão: emissoras, indústria eletrônica e publicidade, abrangendo aspectos estruturais, jurídicos e econômicos.

No início da década de 2000, Sérgio Mattos apresentou uma visão abrangente da relação da televisão com a economia, a sociedade e a política, através das obras *A televisão no Brasil: 50 anos de história* (2000) e *História da televisão brasileira* (2002), em que defendia a ideia, em contraste com as ideias de Capparelli, de que “as condições socioeconômicas e políticas do país tem exercido sobre a televisão uma influência maior que os fatores externos” (MATTOS, 2010, p. 11). Mattos dividiu a história da televisão em seis fases: elitista (1950-

1964); populista (1964-1975); do desenvolvimento tecnológico (1975-1985); da transição e expansão internacional (1985-1990); da globalização e da TV paga (1990-2000); da convergência e da qualidade digital (2000-2010).

No trabalho de análise da relação da televisão com o capitalismo monopolista no país, César Bolaño, em *Mercado brasileiro de televisão* (2004), dividia a história da televisão em dois momentos, tomando por base a concorrência e as *barreiras à entrada*, que iriam servir para definir uma fase competitiva e outra oligopólica.

Todas estas questões e debates sobre a televisão brasileira, ocorridos em um contexto nacional sinalizado por problemas de ordem política, econômica e ideológica, tiveram suas repercussões sobre o cenário maranhense onde o baixo desenvolvimento econômico e tecnológico, a dependência e a subordinação ao poder político eram, igualmente, a marca do estado. Foi nessa conjuntura que surgiram os primeiros movimentos para a instalação da televisão no estado. A trajetória seguinte e suas oscilações compõem a substância do presente estudo.

Neste trabalho, apresentamos uma estrutura contendo, além da introdução, quatro capítulos e as considerações finais. No capítulo primeiro, trazemos um esboço dos elementos metodológicos utilizados para a construção da pesquisa.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo da teoria. Nele, são apresentadas as linhas teóricas da pesquisa, a problematização e nossos pontos de vista ante as concepções teóricas discutidas em diversos autores. Buscamos, na literatura específica, o suporte necessário para um diálogo dentro do campo teórico da Comunicação.

No terceiro capítulo, empreendemos a reconstrução da trajetória histórica da TV Difusora, levando em consideração os processos de implantação, modernização e consolidação da emissora nas décadas de 1960, 1970 e 1980, resgatando o contexto sócio-político em que se desenvolveram esses processos.

O quarto capítulo será dedicado à análise das *ligações perigosas* entre mídia, política e poder, e a revelações dos bastidores da emissora, suas afinidades políticas com os diferentes governos, as relações com a Rede Globo, as trocas de comando e as transferências de controle da empresa, obedecendo a interesses políticos.

As considerações finais foram reservadas à apresentação dos resultados e discussão do tema objeto dessa pesquisa, de modo a contribuir como legado para o conhecimento da área.

2 ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Escrever sobre a história e o papel social da televisão no Maranhão impõe reflexões acerca de questões fundamentais que se iniciam pela necessidade de compreender e reconhecer a importância e a centralidade da mídia no mundo contemporâneo, bem como as dimensões social, cultural, política e econômica presentes no cerne dessas questões. A partir dessa perspectiva, consideramos importante trazer à luz os conceitos de mídia, política e poder com os quais estamos trabalhando. Esses conceitos constituem a instância epistemológica que dará o suporte para a construção teórica e técnico-metodológica da tessitura da narrativa da história da TV Difusora no Maranhão, resgatada e ressignificada a partir da entrevista narrativa e da memória dos sujeitos que participaram e/ou protagonizaram esse processo. A análise dos documentos constituirá a base para o estudo dos textos de jornais e relatórios contábeis da empresa à época, fontes primárias da história da TV Difusora no Maranhão.

A nossa proposta de estudo está organizada, portanto, em três instâncias, representadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Instâncias da pesquisa

INSTÂNCIA EPISTEMOLÓGICA →	PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO EPISTÊMICO A PARTIR DOS CONCEITOS E SEUS PONTOS DE INTERSEÇÃO	→ MÍDIA
		→ POLÍTICA
		→ PODER
INSTÂNCIA TEÓRICA →	CORONELISMO, CORONELISMO ELETRÔNICO, MEMÓRIA	
INSTÂNCIA METODOLÓGICA →	PESQUISA DOCUMENTAL, ENTREVISTA NARRATIVA	

Fonte: Lopes (2001), adaptado pelo autor.

Esse desenho, inscrito em uma realidade socialmente construída, ganhará cores e formas a partir da entrevista narrativa e da memória; da análise dos conteúdos extraídos de documentos, relatórios e textos jornalísticos sobre o tema – instâncias teórica e metodológica, respectivamente. Na instância epistemológica, problematizamos o nosso objeto de estudo a partir da seguinte proposição: levando em conta disputas, interesses político-ideológicos e

partidários, sempre presentes nos processos de concessão e propriedades de meios de comunicação, sobretudo em relação à televisão, interessa-nos saber como os acordos políticos e a influência do poder econômico foram determinantes das condições históricas do advento da televisão no Maranhão. A partir desse questionamento, adotamos os conceitos de mídia, política e poder, de modo a demonstrar a teia de relações onde estão inseridas; seus pontos de interseção, sua historicidade e relevância no atual cenário social.

As concepções de mídia aqui adotadas são concernentes aos meios de comunicação tradicionais: rádio, televisão e meios impressos, em que pese reconhecer que as novas tecnologias vêm desestabilizando essas concepções em razão das mudanças que se operam nesses meios, pelo advento da cultura digital. Como, porém, nosso objeto de estudo representa uma mídia tradicional, optamos por apresentar autores cujos estudos contextualizam esses meios. Venício de Lima, um dentre esses estudiosos, parte da etimologia do termo – *médium* para acentuar que seu significado corresponde ao “conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana” (2004, p. 50). Lima ressalta que “a instituição mídia implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação mediatizada”. É dele a afirmação de que

esse é um tipo específico de comunicação que aparece tardiamente na história da humanidade e constitui-se em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da comunicação mediatizada são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos. Concretamente, quando falamos da mídia estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa (LIMA, 2004, p. 50).

Nesse sentido, a mídia tem primordial importância na cultura e na sociedade. Silverstone (2002, p. 9-12) destaca ser impossível fugir à influência da mídia, uma vez que “ela está presente em todos os aspectos da nossa vida cotidiana”, contribui invariavelmente para nossa capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados. No que se refere à dimensão social e cultural da mídia, o autor entende que ela faz parte da textura geral da experiência, tornando-se um elemento constante na “mastigação da cultura cotidiana”. A sociedade fica a depender da mídia “para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência” (SILVERSTONE, 2002, p. 9). Além da sua dimensão social e cultural, a mídia contempla, principalmente, dimensões política e econômica, sendo estas, talvez, uma decorrência daquelas. A este respeito, Silverstone (2002, p. 17-18) afirma:

Entender a mídia como processo também implica um reconhecimento de que ele é fundamentalmente político ou talvez, mais estritamente, politicamente econômico. Os significados oferecidos e produzidos pelas várias comunicações que inundam nossa vida cotidiana saíram de instituições cada vez mais globais em seu alcance e em suas sensibilidades e insensibilidades. [...] O poder dessas instituições, o poder de controlar as dimensões produtivas e distributivas da mídia contemporânea e a debilitação correlativa e progressiva de governos nacionais em controlar o fluxo de palavras, imagens e dados dentro de suas fronteiras nacionais são profundamente significantes e indiscutíveis.

A constatação acima nos remete à intrínseca relação da mídia com os demais conceitos objeto do nosso estudo – política e poder – com as quais se misturam em uma teia de relações extremamente complexas, a partir de suas variadas formas: o simbólico, o econômico, o político, o ideológico. Nessa lógica, é importante reafirmar que a compreensão do nosso objeto de estudo passa, necessariamente, pelo cerne das questões do poder e da política.

Em sua origem clássica, o termo *política* deriva do grego, *polis*, a cidade. Lima (2004, p. 50) destaca que, “historicamente, a ideia de política está associada ao exercício do poder na relação entre o soberano e os súditos, entre governantes e governados, e entre autoridade e obediência”. Em perspectiva mais ampliada, para além do exercício do poder, Bobbio (2007, p. 76) discute o conceito de política associado às relações de poder. O autor explica que, com passar dos anos, o termo *política* deixou de se referir exclusivamente àquilo que é da cidade (da sociedade) e passou a ser um modo de administrar e gerir as coisas da cidade (da sociedade). Assim, fazer política pode estar associado às ações de governo e de administração do Estado, e, ainda, à forma como a sociedade civil se relaciona com o próprio Estado.

Neste ponto da reflexão, é possível identificar uma área primordial de interseção da política com o poder: a política enquanto prática humana carrega consigo relações de poder. O poder, por sua vez, possui múltiplas faces. Compartilhamos da visão de Gonçalves (2008, p. 45) quando afirma que o “poder [...] não é um objeto epistêmico estável”. E não o é pelo fato de carregar em sua essência uma multiplicidade de sentidos e relações intrínsecas a ele. Não é, pois, tarefa fácil, estudá-lo.

Essas instabilidades ocorrem, ainda pensando com Gonçalves (2008), no exercício do poder, não apenas em relação às práticas humanas e sociais, mas, também, no plano semântico. Este último aspecto é destacado por Wolf (2003, p. 325), que afirma ser o poder “uma das palavras mais carregadas de sentido e polimorfias do nosso repertório”, que se conhece. Convenhamos que a polissemia do termo não seja apenas um fato puramente linguístico. É, antes de tudo, um reflexo das diferentes e, às vezes, inconciliáveis formas de

conceber e exercitar o poder. No plano das práticas, Weber (2000, p. 107) assevera que poder é “[...] a oportunidade existente dentro de uma relação social que permite a alguém impor a sua própria vontade contra a resistência e independentemente da base na qual esta oportunidade se fundamenta”.

Comumente, a concepção de poder está relacionada à ideia de posse dos meios para se obter vantagem (ou para fazer valer a vontade) sobre outros. Entendimento predominante, tanto no senso comum, quanto no campo acadêmico. Essa compreensão é parcialmente verdadeira, uma vez que o poder também se pode definir por esse viés, mas vai além dela. Para entender essa visão mais ampliada de poder, recorreremos a Foucault (2001, p. 302), que revitaliza a compreensão desse conceito, definindo-a como “uma realidade de relações, um feixe mais ou menos organizado, mais ou menos piramidado, mais ou menos coordenado, de relações”. Para o autor, o poder não é estático, não ocupa um lugar determinado, não existe em si mesmo, mas está circunscrito em teias de relações por meio das quais circula. O poder é circulante e enigmático, “ao mesmo tempo visível e invisível, presente e escondido, investido por toda parte”. (FOUCAULT, 2001, p. 1180). É dele, também, a seguinte afirmação:

Quando se fala em poder, as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, um governo, uma classe social dominante, um mestre frente ao escravo, etc. Isto não é de nenhum modo aquilo que penso quando falo em relações de poder. Eu quero dizer que, nas relações humanas, quaisquer que sejam – que se trate de comunicar verbalmente, como fazemo-lo agora, ou que trate-se de relações amorosas, institucionais ou econômicas – o poder continua presente: eu quero dizer a relação na qual um quer tentar dirigir a conduta do outro. Estas são, por conseguinte, relações que pode-se encontrar em diversos níveis, sob diferentes formas; estas relações de poder são relações móveis, ou seja elas podem alterar-se, elas não são dadas de uma vez para sempre (FOUCAULT, 2001, p. 1538).

As relações de poder, portanto, perpassam todos os níveis das relações humanas e estas se produzem a partir da comunicação. Eis aí o embrião do poder da mídia. Com suas múltiplas relações e possibilidades, com sua flexibilidade e fluidez, com sua capacidade infinita de circular, a mídia tem no poder a matéria prima para a geração de muitos outros poderes, dentre os quais o da construção social da realidade. É de Lima (2004, p. 51) a afirmação de que

[...] o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito), etc. – e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado.

Nessa constatação, reside a explicação para o interesse e a disputa de grupos políticos pelo controle de empresas de comunicação e entretenimento. Interesse, não só pela

lucratividade do empreendimento – trata-se de um negócio extremamente lucrativo – mas pelo fascínio de poder exercer o controle sobre a opinião pública e a informação. Fonseca (2011, p. 46) é enfático quando afirma:

[...] Os órgãos da mídia são empresas capitalistas de comunicação, que, dessa forma, objetivam o lucro (em pouquíssimos casos há órgãos estatais ou públicos). Seu papel mercantil é, contudo, distinto das empresas de outros segmentos empresariais, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos bens e serviços comuns. Isso porque sua atuação implica um equilíbrio instável entre: formar opinião; receber influências de seus consumidores e sobretudo de toda a gama de anunciantes; relacionar-se com o Estado (renegociações de dívidas tributárias e previdenciárias, isenções, empréstimos, além de questões regulatórias, entre outras); e auferir lucro.

A mídia, nesse contexto, representa uma forma magnífica de poder e desempenha papel altamente relevante na definição do cenário político e de seus protagonistas, bem como na relação entre governante e governados (povo, sociedade). Esse desempenho inclui: a formação da agenda pública e governamental; o intermédio de relações entre grupos distintos; a capacidade de influenciar a opinião da população sobre temas específicos. Neste último aspecto, a mídia incentiva a sociedade a “participar das contendas políticas, em sentido lato (defesa ou veto de uma causa, por exemplo) e estrito (apoio a governos, partidos ou candidatos); e atuar como aparelhos ideológicos⁶ capazes de organizar interesses” (FONSECA, 2011, p. 41-42). Sobre a relação entre mídia e política, Castells (2000, p. 367) afirma que

a mídia eletrônica (não só rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como o jornal e a internet) passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda política possa ser reduzida a imagens, sons e manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto, todos [os partidos políticos de ideologias distintas] acabam entrando no mesmo propósito.

Castells (2000) explica, ainda, que as sociedades contemporâneas são fundamentalmente midiáticas, e que as relações de poder são intermediadas pelas diversas mídias. Fonseca (2011, p. 43) reafirma a visão de Castells, ressaltando que “o jogo político (partidário e parlamentar)” está submetido “às regras definidas pela mídia, em que o espetáculo e o entretenimento se fundem com as notícias”. O autor também tece reflexões sobre a dimensão do poder econômico: “os órgãos da mídia – emissoras de tv, rádios, jornais, revistas, portais – atuantes na esfera pública são em larga medida empresas privadas que,

⁶ No que se refere à questão da mídia, enquanto aparelho ideológico de Estado, Fonseca (2011) adota o conceito gramsciano de aparelhos privados de hegemonia no sentido de a mídia possuir autonomia perante o Estado e participar da construção do consenso na relação entre sociedade e Estado. Acrescentamos a essa visão, a concepção de Louis Althusser de *aparelhos ideológicos de Estado*, cujo papel é integrar uma superestrutura política e ideológica para garantir a manutenção das relações de poder na base econômica (N.A.).

como tal, objetivam o lucro e agem segundo a lógica e os interesses privados dos grupos que representam” (FONSECA, 2011, p. 42).

Ainda sobre a relação entre mídia e política nas sociedades contemporâneas, Lima (2004, p. 50-55) apresenta sete teses com as quais ele ilustra o contexto brasileiro:

Primeira: a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera política. [...] Segunda: Não há política sem mídia. [...] Terceira: A mídia está substituindo os partidos políticos em várias de suas funções tradicionais (construção da agenda pública, construção e transmissão de informações políticas, fiscalização das ações do governo, crítica às políticas públicas; reivindicação das demandas da população, etc.); Quarta: A mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais; Quinta: A mídia se transformou, ela própria, em importante ator político; Sexta: as características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o poder da mídia no processo político. Sétima: As características históricas específicas da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político, sobretudo no processo eleitoral.

Em relação à centralidade da mídia, a televisão, sem dúvida, ocupa lugar de destaque. Ela revolucionou o mundo, influenciou modos de vida, hábitos de consumo, disseminou ideologias e, atualmente, mesmo depois da popularização da internet, ainda é o meio de comunicação com maior penetração e importância na sociedade. Sodré (2010) destaca que, no Brasil, desde seu surgimento, há mais de sessenta anos, a televisão “acompanhou a evolução da sociedade brasileira e ajudou a construir uma relação instigante que envolve hábitos, consumo, criando modelos de identificação com os telespectadores” (SODRÉ, 2010, p. 4).

No Maranhão, a história da TV Difusora é também uma história de disputa de poder pelos grupos políticos locais. História que guarda semelhança e familiaridade com a sexta e a sétima teses apresentadas por Lima (2004), na citação supra, no que concerne ao poder da mídia no processo político e eleitoral, potencializado, tanto pelas características históricas do sistema de mídia, quanto pelas características históricas da população. No caso específico do nosso estudo, cenário e população maranhense:

No Brasil, [...] o poder da mídia assume potencialmente proporções ainda maiores do que em outros sistemas políticos por suas peculiaridades históricas. Nas últimas décadas, consolidou-se entre nós um sistema nacional – liderado pela televisão – e, em boa parte, controlado por grupos familiares vinculados às elites políticas regionais e locais. Ademais, a propriedade desse sistema sofre uma forte concentração que se manifesta nos diferentes níveis: a) horizontal (oligopolização ou monopolização que se produz dentro de um mesmo setor, por exemplo, televisão); b) vertical (integração de diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição); c) cruzado (controle pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de mídia em um único mercado); d) ‘em cruz’ (reprodução em nível regional e local dos oligopólios da propriedade cruzada). Tudo isso sob a hegemonia de um único grupo, as Organizações Globo (LIMA, 2004, p. 55).

No Maranhão, assim como em outras regiões do Brasil, o oligopólio dos meios de comunicação é parte integrante de um projeto político para garantir a posse ou a manutenção do poder. Gonçalves (2008, p. 48) tece algumas reflexões sobre o poder político no Maranhão. É dela a seguinte afirmação:

[...] O cenário político não é único, coerente e consensual, porém pleno de signos diversos que apontam heresias à ordem instituída, embora nem sempre tais heresias estejam a serviço de uma dada transformação política em relação ao que se encontra estabelecido nas lutas e nas posições que conformam o campo político.

Em entrevista à revista Canal.com, Muniz Sodré (2010) analisa a ligação direta entre emissoras de televisão e os principais grupos políticos no Maranhão, classificando-a como uma relação de poder que lembra o antigo coronelato:

O local por onde passam as mensagens televisivas é um espaço, assim como a terra também é um espaço, dividido entre grupos poderosos. Nunca se fez a reforma do ar, nunca se fez a reforma agrária das ondas hertzianas, precisaria. Porque essas concessões são dadas a grupos por interesses políticos. Eu acho que o antigo coronelato foi reproduzido na questão da televisão. A relação com o estado tradicional se reproduziu na televisão. Não é uma relação de democracia plena, nem de consideração com a cultura. É uma relação de poder (SODRÉ, 2010, p. 5).

Como se pode inferir, a problemática do poder, em específico, do poder político, é central em nosso trabalho e se revela complexa e multifacetada, haja vista os diferentes arranjos que se vão constituindo ao longo do tempo. Daí o discernimento de que escrever sobre a história da televisão no Maranhão constitui grande desafio e responsabilidade, uma vez que o conhecimento histórico não enuncia verdades prontas e acabadas. É utópico pensar o passado como ele realmente foi, considerando que nem o conhecimento nem a ciência são neutros. É prudente, pois, perceber que as verdades que nos são fornecidas - seja pela história através da memória, sejam aquelas construídas cientificamente - são sempre verdades inacabadas.

No que concerne à instância teórica, consideramos pertinente destacar que,

[...] dentro da Ciência existe certa correspondência entre determinada teoria e a problemática empírica com a qual melhor operam seus conceitos. Significa dizer, por um lado, que a visão de mundo inerente a uma teoria social favorece a seleção de determinadas configurações da realidade mais que outras e, por outro, que a adoção de dada problemática empírica envolve a assimilação de teorias interpretativas e métodos de investigação, ou seja, a incorporação das próprias condições e limites da explicação (LOPES, 2001, p. 49).

A observação de Lopes (2001) nos fez refletir sobre a natureza plural dessa pesquisa que, exatamente, por ser uma pesquisa do campo da comunicação e, simultaneamente, da história, contempla o que a autora denominou de “multidimensionalidade do fenômeno comunicacional, o que configura um objeto de estudo interdisciplinar”. De acordo com Lopes (2001, p. 106-107),

sabemos que a determinação de um campo ou disciplina é feita a partir do seu objeto, e, no caso da Comunicação, tal determinação se dá a partir de um objeto multifacetado que faz referência a uma pluralidade de aspectos: problemas de conhecimento individual, problemas de ordem semântica e técnica, de organização social, de funções econômicas e culturais, de desenvolvimento etc.

O objeto da comunicação, na concepção de Lopes (2011), configura-se em uma realização histórica de fenômenos superestruturais na sociedade atual, sendo a historicidade do objeto comunicação “um *a priori* essencial para se compreender e avaliar a situação da pesquisa em determinado lugar” (LOPES, 2001, p. 14-15). A correlação entre a historicidade do objeto comunicação, concebida por Lopes, e o nosso estudo, incide sobre os seguintes aspectos:

- a) a historicidade da comunicação, o campo de estudo onde está inscrito nossa pesquisa;
- b) a história da TV Difusora no Maranhão, o objeto em estudo;
- c) os elementos superestruturais e a base econômica do estudo, configurados nos conceitos mídia, política e poder;
- d) o *a priori* ao qual se refere Lopes, é essencial também em nosso estudo, por tratar-se de uma pesquisa em comunicação em país de capitalismo dependente como o Brasil e, mais especificamente, de um dos estados mais pobres da federação⁷, o Maranhão. Lugar onde existem tempos dentro do tempo, onde ainda persistem marcas de um coronelismo - às vezes explícito, às vezes velado; ora latente, ora manifesto, mas sempre presente.

A escolha da entrevista narrativa (EN) como instância metodológica desta pesquisa deveu-se, principalmente, por ser, além de uma técnica, um método de pesquisa qualitativa atualmente muito difundido nas ciências sociais. A EN tem em vista uma situação que encoraje e estimule um entrevistado, também denominado informante, a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. A técnica recebe seu nome da palavra latina *narrare*, relatar, contar uma história. Jovchelovitch e Bauer (2003, p.

⁷ As listas mais recentes dos estados brasileiros por índice de desenvolvimento humano (IDH) e por índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) são as publicadas no período de 2000 a 2010. Elas se referem aos valores divulgados pelo PNUD Brasil e pelo Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, a partir dos dados do Censo brasileiro de 2010 do IBGE. Em todas elas o Maranhão tem se mantido na 26ª posição, ou seja, a segunda pior posição, na frente apenas do estado de Alagoas. O IDH leva em conta renda, longevidade e educação. Neste último item o Maranhão deixou a 26ª colocação e subiu para a 19ª posição, conforme dados do IDH 2010 (N.A.).

95) consideram a EN uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas. Os autores lembram que as narrativas

[...] são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003, p. 91).

Jovchelovitch e Bauer (2003) ressaltam que o esquema de narração substitui o esquema de pergunta-resposta que define a maioria das situações de entrevista. O pressuposto subjacente, segundo os autores, é que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos (2003, p. 95, 96). Embora sendo um método de pesquisa qualitativa, já difundido nas ciências sociais, o emprego da EN enquanto técnica específica de coleta de dados teve seu formato sistematizado, primeiramente, por Schütze dentro de uma visão sociolinguística. Sua ideia básica era a de reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, tão diretamente quanto possível. A proposta de Schütze está estruturada em seis passos:

Primeiro, transcrição detalhada de alta qualidade; segundo, divisão do texto em material indexado [quem fez o que, quando, onde e por que] e não indexado [expressões de valores, juízos e toda forma generalizada de ‘sabedoria de vida’]; terceiro, uso dos componentes indexados do texto para analisar o ordenamento dos acontecimentos para cada indivíduo, cujo produto Schütze chama de ‘trajetória’; quarto, investigação das dimensões não indexadas como ‘análise de conhecimento’ [opiniões, conceitos e teorias gerais, reflexões e divisões entre o comum e o incomum, que vão constituir a base sobre a qual se reconstruem as teorias operativas]; quinto, agrupamento e comparação entre as trajetórias individuais; sexto, [...] as trajetórias individuais são colocadas dentro do contexto e semelhanças são estabelecidas. Este processo permite a identificação de trajetórias coletivas. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008, p. 106, 107).

A escolha do método da EN requer do pesquisador alguns cuidados, não apenas com o preparo preliminar para entrar no campo de pesquisa (leitura de documentos, levantamento de informações pertinentes a acontecimentos ligados à pesquisa), mas, também, com a observação das regras que orientam os procedimentos e as fases da entrevista narrativa. Reproduzimos, aqui, o Quadro 2 com as principais fases da EN:

Quadro 2 – Fases principais da entrevista narrativa

Fases:	Regras
Preparação	Exploração do campo Formulação de questões exmanentes ⁸
1. Iniciação	Formulação do tópico inicial para a narração Emprego de auxílios visuais
2. Narração central	Não interromper Somente encorajamento não verbal para continuar a narração Esperar para os sinais de finalização (“coda”)
3. Fase de perguntas	Somente “Que aconteceu então?” Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes Não discutir sobre contradições Não fazer perguntas do tipo “por quê?” Ir de perguntas exmanentes para imanentes
4. Fase conclusiva	Parar de gravar São permitidas perguntas do tipo “por quê?” Fazer anotações imediatamente depois da entrevista

Fonte: Jovchelovitch; Bauer (2003, p. 97)

Ainda que focado nas regras que orientam o procedimento das entrevistas, a tarefa do pesquisador social “é escutar a narrativa de um modo desinteressado e reproduzi-la com todos os detalhes e considerações possíveis”, uma vez que a [...] “extrema fidelidade em reproduzir as narrativas é um dos indicadores de qualidade da entrevista narrativa” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003, p. 109, 110). Até porque, segundo os autores,

As regras da entrevista narrativa definem um procedimento de tipo ideal, que apenas poucas vezes pode ser conseguido. Elas servem como um padrão de aspiração. Na prática, a EN muitas vezes exige um compromisso entre a narrativa e o questionamento. As narrativas revelam as diversas perspectivas dos informantes sobre acontecimentos e sobre si mesmos, enquanto que perguntas padronizadas nos possibilitam fazer comparações diretas percorrendo várias entrevistas sobre o mesmo assunto. Além disso, uma entrevista pode percorrer várias sequências de narração e subsequente questionamento (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008, p.103).

Jovchelovitch e Bauer (2003, p. 110) destacam, ainda, que a este primeiro momento do processo de pesquisa aplicam-se as proposições:

- A narrativa privilegia a realidade do que é *experienciado* pelos contadores de história: a realidade de uma narrativa refere-se ao que é *real* para o contador de história.
- As narrativas não copiam a realidade do mundo fora delas: elas propõem representações/interpretações particulares do mundo.

⁸ Jovchelovitch e Bauer distinguem as questões exmanentes das imanentes, em que as primeiras “refletem os interesses do pesquisador, suas formulações e linguagem”, enquanto as imanentes dizem respeito “aos temas, tópicos e relatos de acontecimentos que surgem durante a narração trazida pelo informante.” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008, p. 97).

- As narrativas não estão abertas à comprovação e não podem ser simplesmente julgadas como verdadeiras ou falsas: elas expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço.
- As narrativas estão sempre inseridas no contexto sócio-histórico. Uma voz específica em uma narrativa somente pode ser compreendida em relação a um contexto mais amplo: nenhuma narrativa pode ser formulada sem tal sistema de referentes.

Levando em consideração que a narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligar esses acontecimentos no tempo, atribuindo-lhes sentido, cabe ao pesquisador organizar seu trabalho de modo a apresentar a narrativa com máxima fidelidade, organizar informação adicional de fontes diferentes, para aferir com material secundário e revisar a literatura ou documentação sobre o acontecimento investigado.

Na prática, o primeiro passo na análise de narrativas é a conversão dos dados através da transcrição das entrevistas gravadas. Jovchelovitch e Bauer (2003, p. 106) sinalizam que “[...] A transcrição, por mais cansativa que seja, é útil para se ter uma boa apreensão do material, e por mais monótono que o processo de transcrição possa ser, ele propicia um fluxo de ideias para interpretar o texto.”

Dentre os critérios de análise das entrevistas narrativas - a análise estrutural - estão os que concebem os aspectos cronológicos e não cronológicos da história. Considerando que narrativas “são uma sucessão de eventos ou episódios que abrangem atores, ações, contextos e espaços temporais” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003, p. 108), [...] os aspectos não cronológicos de uma narrativa correspondem:

[...] a explicações e razões encontradas por detrás dos acontecimentos, aos critérios implícitos nas seleções feitas durante a narrativa, aos valores e juízos ligados à narração e a todas as operações do enredo. Compreender uma história é captar não apenas como o desenrolar dos acontecimentos é descrito, mas também a rede de relações e sentidos que dá à narrativa sua estrutura como um todo. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003, p. 108).

Daí a necessidade de o pesquisador estar atento para perceber a importância que tem o momento do final da entrevista, já com o gravador desligado, ocasião quando, muitas vezes, acontecem discussões interessantes na forma de comentários informais. Jovchelovitch e Bauer (2003, p. 100) observam que “falar em uma situação descontraída, depois do “show”, muitas vezes traz muita luz sobre as informações mais formais dadas durante a narração”.

Estar atento ao contexto das narrativas do informante é fundamental ao processo de interpretação dos dados da pesquisa.

No que tange à memória, fundamentados em Halbwachs (2006, p. 29), entendemos a importância de recorrermos a testemunhos como forma de “reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação [...]”. Neste ponto, memória individual e memória coletiva se apoiam e se complementam, pois, como também nos ensina Halbwachs, “[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 69). É possível, pois, através da memória, afirma Halbwachs (2006, p. 29), “reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências”.

Os conceitos e significados de memória, de acordo com Delgado (2006), são vários, na medida em que a memória está para além do simples ato de recordar, constituindo-se em instrumento para construção do passado por meio de emoções e vivências, uma vez que o conceito de memória cruza o passado, o presente e o futuro; intercruza lembranças e esquecimentos; perpassa as dimensões do público e do privado, do individual e do coletivo, do sagrado e do profano. Delgado (2006, p. 38) afirma que

a memória é a base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do autorreconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família. A memória é inseparável da vivência da temporalidade, do fluir do tempo e dos entrecruzamentos de tempos múltiplos. A memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente.

Nessa mesma linha de pensamento, Bobbio (2007, p. 30) assegura que “o relembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência porque é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade”. Memória e identidade, de acordo com Delgado (2006, p. 47), estão relacionadas pelo fato de que a memória e a história, presentes nas fontes orais, “são também processos cognitivos, por meio dos quais as identidades de sujeitos históricos, individuais e coletivos podem melhor ser reconhecidas e analisadas como integrantes da tessitura constitutiva da História”. Em convergência com as reflexões de Delgado, Halbwachs (2006) acrescenta que a reconstrução do que chamamos de memória está intrinsecamente ligada aos contextos sociais que são referência para balizar esse processo.

Huyssen (2000, p. 37) alerta que “a memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social”. Daí a necessária presença do pesquisador na seleção dos depoentes, no recorte de temas, no reescrever das falas e na construção das interpretações. A este respeito, Montenegro e Fernandes (2001, citados por DELGADO, 2006, p. 30-31), explicam que

[...] muitos depoimentos são extremamente fascinantes e instigantes, pelo que reconstruem de vivências, experiências e acontecimentos. Outros, pelo que revelam de inusitado e muitas vezes de inexplicável. Todavia, para o pesquisador, o depoimento que inúmeras vezes pode falar por si mesmo deve ser objeto de análise e interpretação. Só dessa forma o conhecimento crítico estará sendo produzido.

No tocante às entrevistas, parece-nos necessário também refletir sobre a sua consonância com as narrativas, que fazem parte da instância teórica desta pesquisa. De acordo com Delgado (2006, p. 43), as narrativas, tais quais os lugares da memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão de modos de traduzir o social. Para a autora,

narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras os registros da memória e da consciência da memória no tempo. São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram a história da humanidade. São suporte das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser do mundo. Têm natureza dinâmica e, como gênero específico do discurso, integram a cultura de diferentes comunidades. São peculiares, incorporam dimensões materiais, sociais, simbólicas e imaginárias. Plenas de dimensão temporal, têm na experiência sua principal fonte (DELGADO, 2006, p. 43).

No campo da pesquisa em comunicação, Motta (2012, p. 23) entende que “a análise da narrativa é um procedimento hermenêutico: analisá-las é interpretar as ações dos homens e as relações sociais, compreender o ser humano e o mundo onde ele vive. As narrativas permeiam toda a nossa existência”. Nessa perspectiva, o autor explica que é necessário estudar as narrativas porque

[...] são uma prática humana universal, constituidoras de nossas experiências mais profundas e transcendentais, assim como nossas experiências mais felizes ou amargas: elas nos representam, são metáforas de nossas vidas, refletem nossa relação com o real e o irreal, estabelecem as fronteiras entre o bem e o mal, o certo e o errado, instituem nossas sociedades, constituem nossas nações, nosso mundo (MOTTA, 2012, p. 31-32).

O grande desafio, na análise das narrativas, consiste em desvendar seus mecanismos de reconstrução da realidade e compreender o que realizam enquanto *atos de fala*. Nesse sentido, Delgado (2006, p. 44) acrescenta que “as narrativas contêm em si uma força ímpar, visto ser também instrumento de retenção do passado e, por consequência, suporte do poder do olhar e das vozes da memória”. Contudo, o olhar e as vozes da memória habitam sujeitos cuja existência social e as condições dessa existência social são determinantes das nuances e das formas que caracterizam esse olhar. A narrativa que se desenha pela memória, ou a memória que se consubstancia na narrativa, materializa-se na pele de um sujeito histórico.

Foi a partir desta noção, a de sujeito histórico, que selecionamos os entrevistados que compuseram o universo da amostra de nossa pesquisa. Para esta seleção, levamos em conta o fato de que, não estando escrita parte dessa história, ela só pode ser contada a partir dos depoimentos com sujeitos que vivenciaram os momentos que a marcaram, na condição de

protagonistas. Os critérios da escolha, além de considerar a presença histórica desses sujeitos, grande parte já com idade avançada, basearam-se, também, na disponibilidade desses remanescentes para conceder as entrevistas, e o grau de importância de cada um deles na participação da história da TV no Maranhão. Seus nomes estão elencados no Quadro 3. Inicialmente, foram realizadas e apresentadas parte dessas entrevistas, em capítulos subsequentes deste estudo.

Quadro 3 – Lista de depoentes

NOME	RELAÇÃO COM A TV DIFUSORA
Carlos Magno Duque Bacelar	Fundador, ex-proprietário e ex-diretor da Difusora
Fernando Antonio de Mendonça Melo	Ex-produtor da Difusora
Fernando Domingos Alves de Souza	Ex-apresentador e jornalista da Difusora
Gerd Pflueger	Ex-produtor e diretor da Difusora
José Raimundo Rodrigues	Ex-diretor de jornalismo da Difusora (1982-1988)
José de Ribamar Rocha Gomes	Ex-redator da Difusora
José Ribamar da Silva Pinto	Ex-cinegrafista da Difusora
José Ribamar Elvas Ribeiro	Primeiro sonoplasta e da televisão maranhense
Luiz Pedro de Oliveira e Silva	Ex-diretor de jornalismo (1989)
Pedro Alexandre Gomes Oliveira	Ex-presidente da Difusora (1974-1977)
Rodrigo José Bugarim Caracas	Publicitário, com passagem pela Difusora
Zelinda de Castro e Lima	Primeira maquiadora e figurinista da televisão maranhense

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Levando-se em conta tais condições, o nosso objeto de pesquisa foi apreendido/construído, metodologicamente, por meio da análise documental e da técnica de entrevistas. Já tivemos acesso a uma parte dos documentos que contêm a história da TV Difusora, objeto da análise, e selecionamos os sujeitos para as entrevistas. Julgamos importante tecer algumas considerações a respeito da diferença entre o real e o objeto do conhecimento, pois, como adverte Lopes (2001, p. 162), é necessário fazer “o exercício crítico da metodologia”. Para a realização deste exercício, tomaremos emprestadas as observações elaboradas por Miriam Limoeiro Cardoso, na construção de seu método de pesquisa para estudar a ideologia do desenvolvimento no governo de Juscelino Kubistchek:

[...] Embora o mundo real represente o berço da organização social e apresente fortes evidências de que se constitui em um vasto campo de conhecimento e esteja repleto de problemas para serem estudados, o mundo real não é o objeto do conhecimento, o objeto do conhecimento é na verdade a perspectiva das ideias, pois as evidências são sistematicamente enganadoras, o conhecimento não é absoluto e que a verdade que ele nos dá é sempre uma verdade aproximada (CARDOSO, 1977, p. 21).

Em outra passagem, a autora complementa esse raciocínio, explicando que

o objeto é sempre inatingível. Cada teoria o formula, como seu objeto, segundo seus pressupostos, segundo sua postura diante dele. Nesse sentido o objeto do conhecimento é uma “representação” feita pela teoria, tentando reproduzir o real, numa visão sempre mais aprofundada, sempre mais simples e mais geral buscando nexos e relações, interpretando as aparências, tratando-as como sinais ou indícios parciais a que confere significado ao encontrar para eles um lugar em construções mais amplas, teóricas (CARDOSO, 1977, p. 22).

A tendência do conhecimento é transcender a ideia, lembra Cardoso (1977), tarefa a que se propõe a teoria, sem jamais chegar aos meios de realizá-la plenamente. Esta tendência se desenvolve a partir de um dos elementos mais cruciais da pesquisa científica – a experimentação. A este respeito, a autora explica que a via teórica não é capaz de oferecer nada mais do que desdobramentos lógicos, enquanto que a via experimental mostra-se portadora de maiores possibilidades de enriquecer a formulação. Como ela não é pura teoria, por maior que seja o controle exercido na experiência, sempre há uma brecha para que um elemento não esperado, ou fora do controle, manifeste-se, interfira – indiretamente, desde que a experiência seja construída (CARDOSO, 1977).

Outra observação de Cardoso (1977) se refere à dupla via do progresso científico: a generalização e a verificação. Alicerçada nas ideias de Bachelard, a autora explica que, quando se torna exclusivamente dedutivo, o conhecimento se vê constrangido a não poder acrescentar nada novo, preso que está aos seus critérios de coerência interna. Contando com a verificação como a sua outra via, esta lhe dá perspectivas de abertura e de incorporação de elementos novos, porque “o próprio progresso da dedução, criando abstrações novas, reclama uma referência contínua ao dado, que ultrapassa, por essência, a lógica” (CARDOSO, 1977, p. 22). Para ilustrar esse movimento, a autora recorre a uma metáfora, comparando o conhecimento com a luz e o desconhecido com a escuridão e a construção do conhecimento como uma imagem de luz e sombra:

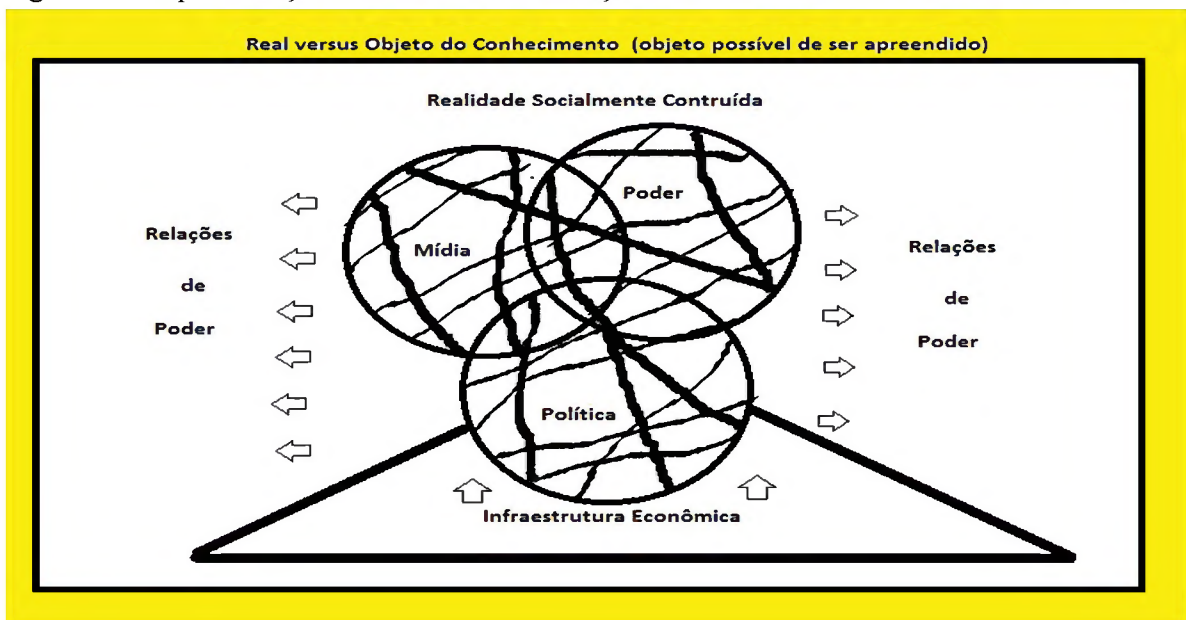
Uma imagem talvez seja evocadora do modo como a experiência traz consigo riqueza para a análise: uma imagem de luz e sombra. O desconhecido como tal é plena escuridão. O conhecimento é a iluminação que desvenda os mistérios desta escuridão. Não de súbito, num momento. O conhecimento é sempre aperfeiçoamento de um conhecimento anterior, que se põe em dúvida, que se nega. Não é sobre a escuridão que se trabalha, mas sobre áreas iluminadas, quando se considera precária essa iluminação passada. O conhecimento se faz ao custo de muitas tentativas, multiplicando as incidências de diferentes raios de luz diferente, a partir de pontos de vista também diferentes. Ao fazer incidir feixes de luz sobre essa área mal iluminada, seus objetos vão tendo contornos fixados com maior nitidez, embora experiências diversas construam contornos também diversos. [...] O desconhecido tratado como escuridão, o conhecimento como claridade, sugere a teoria formadora do conhecimento como a incidência luminosa. A imprecisão das sombras e penumbras conduz à insatisfação com a luminosidade conseguida. Objetos vagamente percebidos e não identificados são excitantes para a razão, estimulantes para lógica, enriquecem a formulação (CARDOSO, 1977, p. 23).

Na continuidade de seu raciocínio, a autora explica que a origem do conhecimento está em uma construção, e não em uma sensação ou percepção. “A origem sensorial do conhecimento não passa, pois, de um mito. As percepções são organizadas desde o início, e reorganizadas, pela ação, que é também o ponto de partida da razão” (CARDOSO, 1977, p. 24). Outra observação é que, em determinado momento da construção do conhecimento, ao se efetivar o processo de experimentação, o objeto se defronta com um importante obstáculo: a sua verificação. Sobre este obstáculo, Cardoso tece as seguintes observações:

Obstáculo que na sua resistência não constituía o objeto antes da experiência e que, assim, procede dela. Obstáculo que se afirma em toda sua força quando a teoria não consegue dar conta efetivamente de um real com que ela mesma não contava. Nesse momento é que o conhecimento se apresenta decididamente como uma relação. Relação pela qual se transforma e que funda todo o progresso da ciência: relação de precariedade com o seu próprio objeto (CARDOSO, 1977, p. 24).

Convém retomar, neste ponto, a nossa proposição teórico-metodológica quanto ao uso de categorias, conforme reportamos no início deste capítulo. Entendemos que tais conceitos são fundantes na apreensão e na posterior construção de conhecimento sobre nosso objeto de estudo, tendo em vista que a TV Difusora faz parte de uma teia de relações entre os conceitos (mídia, poder e política) e sua inscrição em um universo maior, o contexto econômico, político e social em que esta se insere.

Figura 1 – Representação visual da teia de relações



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

Para explicitar a Figura 1, apoiamo-nos, inicialmente, na afirmação de Bourdieu (2000, p. 27) de que a construção de um objeto epistêmico não é algo “que se produza de uma

assentada, por espécie de ato teórico inaugural”. Não por acaso, essa figura lembra novelas de lã com fios que se misturam uns aos outros, formando emaranhado de linhas repletas de nós, infinitos nós, difíceis de desatar. O quadro branco está delimitado por moldura que estabelece seus limites e está inscrita em quadro maior (o quadro amarelo⁹) sem moldura e sem limites. Por isso mesmo a pesquisa pede um plano desenhado antecipadamente à “maneira de um engenheiro”, representando “um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas [...], quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas” (BOURDIEU, 2000, p. 27).

Ainda em relação ao planejamento metodológico, destacamos que as entrevistas obtidas através das fontes orais, tal como ensina Delgado (2006, p. 18), traduzem visões particulares de processos coletivos e apresentam grande relevância para

[...] recuperar as memórias locais [...]; possibilitar a construção de evidências via o entrecruzamento de depoimentos; contemplar o registro de visões de personagens ou testemunhas da história, nem sempre considerados pela denominada história oficial [...]; possibilitar o registro de versões alternativas às da história predominante, por meio de entrevistas com membros da própria elite e com pessoas vinculadas às instituições de poder; [...] possibilitar a associação entre acontecimentos da vida pública e da vida privada, por meio das narrativas individuais; [...] (THOMPSON, 1992 apud DELGADO, 2006, p. 19).

Sobre as entrevistas, Halbwachs (2006) ressalta a imbricação existente entre comunidade e indivíduo no processo da rememoração pessoal. Para ele,

o depoimento da testemunha [...] só tem sentido em relação a um grupo do qual faz parte, porque pressupõe um evento real vivido outrora em comum e, através desse evento, depende do contexto de referência no qual atualmente transitam o grupo e o indivíduo que o atesta. Quer dizer, o ‘eu’ e sua duração se localizam no ponto de encontro de duas séries diferentes e às vezes divergentes: a que se liga aos aspectos vivos e materiais da lembrança, a que reconstrói o que é apenas passado. O que seria desse ‘eu’, se não fizesse parte de uma ‘comunidade afetiva’ de um ‘meio efervescente’ – do qual tenta se livrar no momento em ‘se lembra’? É claro, a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos. Nada escapa à trama [...] da existência social (HALBWACHS, 2006, p. 12).

A reflexão de Halbwachs nos despertou para outra questão aparentemente distante dessa discussão, mas que em essência perpassa toda a construção desse trabalho, que é a interação entre historiadores e jornalistas. Nesta pesquisa, na condição de jornalista, encontramos-nos tateando e claudicando para a construção da história da televisão do

⁹ A cor amarela foi escolhida por denotar atenção (noção advinda dos semáforos). E também porque a cor amarela se associa com o sol ou com o poder, pois assemelha-se ao ouro. É considerada uma cor contraditória, podendo simbolizar inteligência, comunicação, força, alegria, ou inveja, ira, covardia, traição e arrogância (PACIEVITCH, 2015).

Maranhão, buscando fontes na história oral, na memória, em documentos, jornais antigos, relatórios contábeis, *scripts*, anúncios antigos e fotografias. Experiência que nos leva a perceber, com Kilpp (2015, p. 8), que

[...] o passado - e agora já é possível dizer também o presente, são apropriados de modo desigual por historiadores e por jornalistas, através dos cacos (os restos e marcas, retidos pelas fontes) que a humanidade produz desigualmente. É preciso não apenas encontrá-los e dar-lhes significância, adotando certos procedimentos que controlem nossa tendência demasiadamente humana ou demasiadamente maquinica de colorir o mundo.

A autora defende o aprofundamento do diálogo entre a história e as ciências da comunicação, e da análise mais crítica e minuciosa das fontes que, por vezes, sem querer, ou de propósito, acabam por inventar um passado.

[...] O historiador inexperiente vai ao jornal ou à revista buscar uma voz, transparente e inequívoca, da atualidade de ontem, frequentemente o jornalista vai a uma fonte histórica presentificar o passado desavisadamente sobre o que o passado é, ou sobre o que uma fonte significa [...] os procedimentos metodológicos pelos quais tal modus vem sendo cristalizado por historiadores e jornalistas precisariam ser melhor examinados pela academia no âmbito de sua atuação - a pesquisa, a interdisciplinaridade, a análise, a interlocução polifônica com os diferentes atores desse cenário.[...] seria interessante investigar a consistência do argumento num amplo diálogo entre a História e as Ciências da Comunicação, no qual fossem repassadas, uma a uma, as questões aqui enfocadas. E tantas outras. À primeira vista, é um simulacro, uma manifestação arrogante de quem vive seu momento de glória entre os poderosos de seu tempo, e que o futuro desmistificará. Ainda assim, é parte da memória que está sendo produzida hoje pelas atualidades, e que incautos historiadores talvez legitimem amanhã (KILPP, 2015, p. 7- 9).

Acompanhando a autora, julgamos fundamental, em nosso trabalho, associar a instância da memória à pesquisa documental. Oliveira (2007, p. 69) faz uma importante distinção entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A primeira caracteriza-se por um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica”. Enquanto a documental [...] “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outros materiais de divulgação”.

Compreendemos, com Bravo (1991), que a pesquisa documental ocupa-se de documentos que podem revelar ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Trata-se de uma abordagem qualitativa do método, observando-se a quantificação e/ou a descrição dos dados, mas, sobretudo, a importância das informações. Em contexto, importa reconhecer que a pesquisa documental, como método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa. Na concepção positivista de História, por exemplo, o documento é concebido como algo objetivo, neutro, capaz de comprovar a veracidade inequívoca dos fatos e acontecimentos. Já na concepção de documentos como monumento, da

Nova História (LE GOFF, 1996, p. 10), a fonte histórico-documental contrapõe-se à visão positivista. De acordo com esta corrente, toda fonte histórica “exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro”. Partilhamos, pois, da compreensão de que, como produto social, o documento, longe de ser neutro e isento, traduz leituras e interpretações do vivido datadas historicamente e revelam o jogo de poder de pessoas e grupos.

Dentre as vantagens apontadas por Gil (1999), sobre o uso de fontes documentais, está o conhecimento do passado, uma vez que a sua elaboração ocorreu no período estudado pelo pesquisador, o que pode levar a um conhecimento mais próximo da realidade investigada. Além dessa vantagem, o pesquisador pode obter informações mais acuradas sobre determinados aspectos da investigação, do que alcançaria, por exemplo, em entrevistas em que os sujeitos se negariam a responder, ou responderiam de maneira inadequada, ocasionando a falha ou a ausência de elementos fundamentais para o estudo. A pesquisa documental é fundamental, ainda, por fornecer a possibilidade de hipóteses sobre o objeto em estudo.

Vieira (2010) especifica uma qualidade fundamental da pesquisa documental, que é a da possibilidade de “reconstrução do ambiente em que se passavam determinados fatos, que serão contados a partir da ótica do pesquisador (por apresentar elementos de prova da veracidade dos seus argumentos)” (VIEIRA, 2010, p. 95). A visão deste autor corrobora a nossa expectativa de que a pesquisa em documentos sobre os fatos relacionados à história da TV Difusora contribuirá para o resgate histórico, não somente da emissora, mas da televisão no Maranhão.

Paralela à pesquisa documental, entendemos ser a entrevista essencial como fonte de dados por estar associada à memória dos sujeitos selecionados para o nosso estudo, em razão de terem sido protagonistas da história da TV no Maranhão. Halbwachs (2006) afirma que a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, ou seja, as pessoas irão lembrar-se de uma época vivida no passado, porém, ancoradas em suas experiências de vida atual. Delgado (2006, p. 39) também se refere aos múltiplos significados atribuídos à memória, para afirmar que não há um conceito homogêneo, e destaca, nesse universo,

[...] o estabelecimento de nexos entre o presente e as experiências vividas; evocação do passado, através de reminiscências e lembranças; reflexão sobre a experiência individual de vida, relacionando-a às experiências coletivas, ou seja, aos conteúdos históricos sociais.

Dessa noção, deriva a importância que atribuímos aos depoimentos que coletamos com os informantes que protagonizaram a chegada da TV Difusora – proprietários, dirigentes,

jornalistas, fotógrafos, técnicos – para registrarmos, dessas primeiras experiências, aquelas que lhes exigiam não só profissionalismo, mas criatividade e até mesmo *jogo político*, considerando o cenário político-partidário que o Maranhão e todo o Brasil vivenciavam nas décadas 1960 e 1970. Ao lado dos depoimentos que vão constituir os registros orais, a análise documental – fotografias, matérias jornalísticas, *scripts* de programas, dados administrativos da emissora – dará o suporte necessário à construção do nosso estudo.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, com utilização de metodologia própria da entrevista narrativa e análise de documentos, com base em material impresso, visando à comprovação dos fenômenos relativos à história da televisão no Maranhão. Dessa maneira, configura-se como uma abordagem qualitativa cuja finalidade, segundo Minayo (2008), é a atribuição de sentido ou de significado à realidade estudada.

O universo da pesquisa é formado pelos profissionais que atuaram no cenário histórico do aparecimento e desenvolvimento da televisão no Maranhão: jornalistas, radialistas, cinegrafistas, fotógrafos e outros agentes.

O procedimento técnico-metodológico adotado inclui: coleta de depoimentos e entrevistas, desgravação para o formato impresso, pesquisa documental (atas, contratos, artigos de jornais e revistas, com ênfase no período de 1962 a 1991), organização para análise e interpretação dos dados, de modo a permitir a cronologia dos fatos e a interseção deles na questão política e da comunicação.

As instâncias – epistemológica, teórica e metodológica - desta pesquisa foram pensadas com o objetivo de explorar a riqueza de possibilidades que o tema em estudo nos oferece. É clara a impossibilidade de contemplá-las em sua totalidade, como também foi impraticável prognosticar aqui todos os obstáculos e imprevistos que possivelmente se apresentaram ao longo do caminho. Contudo, acreditamos que o caminho trilhado (a metodologia) é também uma construção que vai se edificando e se consubstanciando a cada passo da caminhada.

Aceitamos o desafio. Seguindo a trilha de Cardoso (1977), acreditamos que, da sombra/escuridão e do desconhecimento, emergirá a iluminação em forma de conhecimento sobre a história da televisão no Maranhão, sempre considerando ser tal conhecimento provisório, dinâmico e, principalmente, complexo, levando em conta a teia de relações socialmente construídas no processo de criação da TV no Maranhão.

3 A TELEVISÃO NO MUNDO E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA: DO CORONELISMO AO CORONELISMO ELETRÔNICO

Para esta parte do trabalho, vamos usar como principal referência o pensamento de Dominique Wolton, sociólogo francês especialista em mídia, cuja obra está voltada para a análise das relações entre cultura, comunicação, sociedade e política. Wolton trabalha com três conceitos básicos: hegemonia, importância e laço social.

Em *Elogio do grande público* (1996), Wolton deixa explícito, reiteradamente, o que pretendeu com a sua pesquisa: primeiramente, mostrar o papel essencial da televisão nas nossas sociedades complexas; contribuir com os muitos que querem fazer da televisão brasileira um instrumento de liberdade e emancipação; depois, esclarecer a especificidade da televisão em uma sociedade de massa, onde a ideologia da comunicação desempenha um papel essencial; saber o que é possível exigir da televisão, o que ela pode trazer, a que serve, mas, ao mesmo tempo, o que não se pode exigir dela, nem esperar; e, por fim, elaborar uma teoria crítica da televisão, buscando compreender o seu papel no espaço ampliado da comunicação.

Declarando-se fazer parte de uma minoria de intelectuais europeus favoráveis à televisão, Wolton utiliza, como ponto de partida para o seu estudo, a importância da televisão no mundo, considerando que ela, depois da revolução do rádio, mudou a história da comunicação, sendo que a sua maior atração, a imagem, tornou-se uma janela para o mundo, e o seu papel como veiculadora de cultura e diversão, o que envolve critérios de rentabilidade. Além da sua influência sobre comportamento, ou sobre os públicos. O sentido que Wolton atribui à sua obra é o de contribuir “para o nascimento de uma reflexão crítica sobre o papel da televisão nas sociedades democráticas” (WOLTON, 1996, p. 7). Daí a razão porque a sua pesquisa

[...] busca demonstrar a importância da televisão numa teoria da sociedade democrática de massa, compreender o que é possível fazer e a partir de que ponto certas facilidades, ou jogos de interesses econômicos, ameaçam criar consideráveis danos no plano social, cultural e político (WOLTON, 1996, p. 6).

Ele questiona: qual outra atividade cultural e social mobiliza tantas paixões, tão pouca reflexão e tantos lugares-comuns sobre o seu poder, a sua influência, a burrice do seu público, a passividade do espectador, a alienação da imagem? Para Wolton, o fundamental, na televisão, é a sua unidade teórica, isto é, a associação das dimensões técnica e social, representadas pela imagem e pelo laço social. A imagem, em sua dimensão técnica, abriga o divertimento e o espetáculo, enquanto o laço social remete à comunicação, à dimensão social.

Tal unidade teórica, na acepção de Wolton, está na origem, tanto da ideologia técnica, ao superestimar o papel do instrumento, quanto da ideologia política que, inversamente, superestima o papel que lhe é atribuído. Deriva daí, a sua definição teórica: “A história da televisão é a história da alternância, segundo a época, de uma ou de outra dessas ideologias” (WOLTON, 1996, p. 12).

Em sua visão, o contexto atual é explicado pelo que denominou *balé ideológico* entre a televisão pública e a televisão privada, caracterizado pelo conformismo mútuo que persegue, tanto a televisão pública, identificada como controle político e sinônimo de arcaísmo, quanto pela televisão privada, a serviço dos interesses do mercado. Wolton atribui essa reciprocidade crítica à incapacidade de discernir entre tutela político-estatal e fim de uma política de orientação; e entre a rejeição da politização da televisão e o abandono de uma política da televisão.

De acordo com Wolton, sendo os programas de televisão, na experiência de milhões de indivíduos, “a única aventura da semana, e a única luz em casa”, tanto no sentido literal, quanto figurado, acabam gerando obrigações para além das regras do mercado e do fascínio pela técnica, que, se não forem oferecidas, acabarão pondo em risco as dimensões positivas da televisão. Ou seja, as de oferecer comunicação na escala das nossas sociedades, ser uma janela aberta para o mundo, ser o principal meio de informação e divertimento do grande público, oferecer um laço social e um fator de identidade nacional em um mundo cada vez mais aberto. O modelo da televisão pública, na visão do autor,

[...] de certa forma se esfacelou, se desvitalizou, para não dizer que se anulou de todo, em proveito de um deslumbramento angélico pela televisão privada, subitamente investida de todos os encantos perdidos pela televisão pública. O mesmo movimento ocorreu também nos discursos elaborados sobre a televisão. Os políticos, tanto de direita quanto de esquerda, ontem concordes [sic] em sustentar a televisão pública, tornaram-se partidários de um regime em que a televisão provada é hoje majoritária e venerada (WOLTON, 1996, p. 24).

Na Europa, de acordo com os estudos de Wolton, a televisão pública origina-se, provavelmente, de três ideias do pós-guerra: no começo, do temor suscitado pela nova mídia, ainda mais inquietante do que o rádio, porque transmitia a imagem; em seguida, da relação negativa e instintiva contra o modelo de organização privada da televisão americana, que havia se desenvolvido muito durante a guerra. A *nacionalização* da televisão era ainda mais justificável que a do rádio, para se escapar aos demônios do lucro; por último, da ideia difundida entre os primeiros profissionais da televisão, políticos, intelectuais e elite culta, de que a televisão, bem utilizada, poderia ser um fantástico instrumento de democratização cultural.

As reações variaram diante da “ameaça da comunicação”, assegura Wolton: a França, a Itália e a Bélgica escolheram a lógica administrativa, política, centralizadora, enquanto a Alemanha Ocidental optou por uma estrutura pública descentralizada. A Grã-Bretanha e, principalmente, a Alemanha que, como lembra o autor, acabara de experimentar os piores excessos cometidos em nome do Estado, tiveram uma atitude menos estatal. Já os países latinos confiaram no Estado para garantir o bem público e a *independência* da televisão.

A história da televisão no mundo, para Wolton, é a história da televisão na Europa, e essa história está dividida em três épocas:

1950 a 1970, marcada pela dominação do modelo de televisão de serviço público, cuja ideologia consistia em fazer programas educativos e populares; identificada pelo controle político, de início aceito como o melhor meio para enquadrar um instrumento cujo sucesso, no mínimo, era intrigante, uma vez que o público não tinha autonomia, nem era considerado adulto, cada um se proclamava seu porta-voz.

1970 a 1980, época do confronto entre os dois modelos em que a televisão privada, até então unanimemente recusada, parecerá irresistível, e mesmo desejável. Inversão ocasionada pelo desgaste do modelo de televisão pública, proporcionalmente ao seu sucesso, uma vez que o público, embora não contestando e até mesmo apreciando a televisão pública, demandava mais e mais imagens, à medida que aumentava o número de aparelhos vendidos. Na análise de Wolton, a televisão pública sufocou-se porque foi incapaz de renovar o pessoal, as equipes, os projetos e as produções. Responsáveis por tal estrangulamento, os poderes políticos e os dirigentes: aqueles, por praticarem uma resistência pacífica, e estes, por não favorecerem a abertura da *redoma* que os profissionais contribuíram, também, para manter fechada. O resultado desse quadro foi que a televisão pública passou a ser identificada com a politização e com a burocracia sindical; tornou-se um objeto permanente de antagonismos e polêmicas de igual má fé entre a esquerda e a direita, gerando a ideia de que jamais conseguiria se regenerar.

1980 a 1990, época quando a televisão pública, até então prevalente e atrelada à política, perde sua vitalidade e suficiência enquanto modelo, e ocorre a imposição da televisão privada, quando os grupos de comunicação, sentindo a reviravolta progressiva da opinião pública, aproveitaram-se do movimento para explorar esse novo terreno de aventura. “O que havia sido rejeitado tornou-se desejável, o que fora respeitado e valorizado tornou-se *cafona*. A televisão privada se transformava em símbolo de liberdade e progresso!” (WOLTON, 1996, p. 31 grifo do autor). Em menos de cinco anos, o equilíbrio completo do sistema audiovisual se inverteu e países como a Suécia, Noruega e Dinamarca, juntamente com a

França, saem na defesa da televisão pública, do serviço público e do papel do Estado. A reviravolta resulta, de acordo com Wolton, na multiplicação de canais. Mas a ideologia da concorrência derrotou os desígnios de resistência da televisão pública. Situação que o autor classifica de grande confusão. Ao final da década de 1980, a Europa entrou numa lógica de concorrência de difícil enfrentamento pela televisão pública, fadada a ser, na expressão de Wolton, “um traço mnêmico da primeira etapa da história da televisão” (WOLTON, 1996, p. 33).

O contexto atual, identificado a partir de 1990, caracteriza-se, de acordo com Wolton, por cinco fatores: o balé ideológico; o consenso do *empirismo modernista*; a mudança de paradigma – do modelo político dominante ao modelo econômico dominante; a fascinação pelas novas tecnologias e a opção entre o tecnicismo e o economicismo.

O balé ideológico, na terminologia de Wolton, significou a diluição da ideia de uma política de orientação, ao mesmo tempo em que era contestado o papel do Estado e o da dominação política. Com essa contradição, o modernismo empirista tornou-se a ideologia de base, ao passo que o pragmatismo, as leis do mercado e as promessas [...] de novas tecnologias passaram a ser o credo de um pensamento [...] sobre o *status* e o papel da televisão.

O *empirismo modernista* resumiu-se à ideia de banalização da televisão, de modo a reduzi-la a simples indústria do espetáculo, onde os melhores profissionais e as novas possibilidades técnicas fossem aproveitadas, assim como a demanda do público de um setor em expansão.

A ideia dominante era a de uma televisão que oferecesse informação e programas espetaculares que assegurassem uma boa audiência. Assim, o paradigma dominante passou a ser o econômico, pautado pelo *marketing*, e pela construção de grupos de comunicação multinacionais.

O fascínio pelas novas tecnologias foi o passo seguinte para reforçar a ideia de uma nova revolução na televisão. Hoje, afirma Wolton (1996), as duas correntes, isto é, o tecnicismo e o economicismo se reforçam, “as perspectivas técnicas, grandes consumidoras de capitais, encontram na abertura do mercado privado da comunicação meios na justa medida da sua expansão” (WOLTON, 1996, p. 39).

O autor, no entanto, é enfático ao afirmar que o seu livro se destina a fazer oposição “à ideologia do modernismo empírico dominante e a lembrar que a televisão, vinculada à comunicação humana e social, exige outras ambições e outros projetos, além daqueles regidos por uma ideologia puramente econômica e técnica” (WOLTON, 1996, p. 39).

Esse posicionamento, provavelmente, está relacionado à visão que Wolton tem a respeito da experiência do Brasil, que ele julga “essencial e rica de ensinamentos” para um europeu, uma vez que a televisão privada, grande, dominante, conseguiu, no geral, atingir o papel de laço social proporcionado pelas televisões públicas de certos programas conhecidos no mundo inteiro, assim como o número e a diversidade dos seus programas de debates que comprovam a extrema vitalidade desse povo.

3.1 A televisão no Brasil

Se, na Europa, a história da televisão está dividida em três épocas, no Brasil essa história também tem suas fases, algumas delas em correspondência com a história europeia. O ponto de partida para as duas classificações é o ano de 1950. O Brasil, dadas as suas peculiaridades políticas, viveu duas décadas sob a ditadura militar, seguidas do processo de abertura política. Nesses dois contextos, o desenvolvimento da televisão foi decisivo para a configuração de novos aspectos da cultura e da política brasileiras. Destacamos, como marco da redemocratização, a promulgação, em 1988, da nova Constituição Federal que destina um capítulo para a Comunicação Social, no qual dois artigos regulamentam a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão e a outorga e renovação de concessões para o serviço de radiodifusão.

No Brasil, autores como Sérgio Mattos (2010) traçaram a linha do tempo da história da televisão brasileira. Apresentamos, no quadro a seguir, um paralelo das cronologias da TV europeia e brasileira, segundo Wolton (Europa) e Mattos (Brasil).

Quadro 4 – Classificações cronológicas de Wolton e Mattos

Europa Classificação de Wolton	Brasil Classificação de Mattos
1950 a 1970 – modelo de televisão de serviço Público	1950 a 1964 – fase elitista, em que só uma elite econômica possuía televisor
1970 a 1980 – confronto entre o modelo de televisão pública e televisão privada	1964 a 1975 – fase populista, período da vigência do regime militar; a televisão associada à modernidade; programação de baixo nível
1980 a 1990 – predomínio da televisão privada	1975 a 1985 – fase do desenvolvimento tecnológico; produção da programação estimulada por órgãos oficiais
1990 em diante – a fascinação pelas novas tecnologias como determinantes do tecnicismo e do economicismo	1985 a 1990 – fase da transição e da expansão internacional; intensificação das exportações de programa
	1990 a 2000 – fase da globalização e da TV paga; adaptação à redemocratização
	2000 a 2010 – fase da convergência e da qualidade digital.
	2010 - fase da portabilidade, mobilidade e interatividade digital

Fonte: Wolton (1996); Mattos (2010), adaptado pelo autor.

Sob o aspecto político, a história da televisão brasileira teve momentos marcantes, sobretudo de restrição, durante a vigência do regime militar, quando “as redes de televisão foram continuamente obrigadas a recordar suas responsabilidades para com o desenvolvimento e a cultura nacional” (MATTOS, 2010, p. 99).

Tal *obrigatoriedade*, longe de ser uma simples cobrança e vigilância dos meios foi, na verdade, dura imposição, censura e troca de interesses, conjuntura que nos remete, de alguma forma, à lembrança de uma época específica da história política brasileira, quando a prática entre o sistema e as relações de poder era marcada, também, por certa obrigatoriedade caracterizada pela troca de favores. Temos, aqui, de modo abreviado, o que foi o *coronelismo*.

3.2 O coronelismo

Esta parte do nosso trabalho está fundamentada na obra de Victor Nunes Leal *Coronelismo, enxada e voto* (2012). Pesquisador no âmbito das ciências humanas, a sua tese de concurso para a cátedra de política da antiga Universidade do Brasil (atual UFRJ), *O Município e o Regime Representativo no Brasil — Contribuição ao estudo do coronelismo* (1948), consagrado pelo título de *Coronelismo, enxada e voto*, analisava a estrutura do

coronelismo que ultrapassa o domínio do mandonismo local para encravar-se nos escalões do mais alto poder nacional.

O termo *coronelismo* designava, assim, o sistema no qual os fazendeiros eram agraciados, no período imperial, com a patente militar. E, na vigência da “República Velha” (1889-1930), “estes coronéis incrementaram sua estrutura de poder baseados num sistema eleitoral que não previa a votação secreta” (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, 77), onde a troca de favores entre representantes oligárquicos e os coronéis constituía os fundamentos de uma prática política marcada pela corrupção e todas as mazelas sociais dela decorrentes.

No prefácio à sétima edição de *Coronelismo...* (LEAL, 2012), José Murilo de Carvalho ressalta, a propósito da preocupação do autor em responder a alguns críticos que “não tinham compreendido seu conceito de coronelismo” (LEAL, 2010, p. 10) que, de fato, a maioria dos autores que empregaram o conceito usado por Leal, sem distinção entre críticos e admiradores, identificava *coronelismo* com mandonismo local que incorporava, além de traços de mandonismo local, parte de um sistema, de uma trama que ligava coronéis, governadores e presidente da República. Carvalho destaca a insistência de Leal em esclarecer que a ideia de sistema que distinguia seu conceito de *coronelismo* lhe conferia originalidade: “O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pela qual as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município” (LEAL, 2012, p. 10).

A originalidade do estudo de Leal estava na relação entre o enfoque do *coronelismo* com o sistema e caracterização da rede nacional de poder desenvolvida no período histórico que correspondeu à primeira experiência do federalismo. Dessa maneira, o *coronelismo* não é apenas um fenômeno da política local, mas uma conexão entre município, Estado e União, entre coronéis, governadores e presidente.

Leal reconhece uma estrutura agrária e uma classe proprietária que se inserem na economia de exportação. Entretanto, o coronel, operador dessa economia, é também um ser profundamente político, que interage com o Estado, servindo-o e dele se servindo.

De acordo com Barbosa Lima Sobrinho, prefaciador da segunda edição da obra de Leal, a Guarda Nacional, criada em 1831, para substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabeleceu uma hierarquia em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais. Com o tempo, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas a quem se dispusesse a pagar o preço estipulado pelo poder público.

Recebidas de graça, como uma condecoração acompanhada de ônus efetivos ou adquirida por força de donativos ajustados, as patentes traduziam prestígio real, inseridas numa estrutura social profundamente hierarquizada como a que costuma corresponder às sociedades organizadas sobre as bases do escravismo.

A origem do poder vinha, tanto da propriedade, quanto da riqueza, necessárias à manutenção da liderança local, na ação de socorro às penúrias de seus amigos e para bancar gastos eleitorais. Essas lideranças, muitas vezes, sentiam-se obrigadas a tirar de seu próprio bolso essas despesas, embora a criação de partidos políticos, através do fundo partidário, o acudissem com as doações de grandes firmas interessadas em manter boas relações com os poderes públicos.

Do sistema coronelista à hegemonia econômica, social e política, resultaram no *filhotismo* e seus desdobramentos, simbolizados em um regime de favores aos amigos e de perseguições aos adversários que são o mandonismo expresso na lógica segundo a qual “para os amigos, pão, para os inimigos, pau” (LEAL, 2012, p. 60); no falseamento do voto e na desorganização dos serviços públicos locais. As relações do chefe local com seus adversários raramente eram cordiais, uma vez que a *normalidade* das relações pautava-se na hostilidade, além da inequívoca sistemática recusa de favores que humilhava os adversários e os inibia a expressar qualquer desejo. Os resultados do *coronelismo* muito contribuíram para desorganizar a administração municipal.

Após 1949, o *coronelismo* tomou novas feições e a faixa do prestígio e da influência do *coronel* foi minguando pela presença de outras forças em torno das quais novas lideranças iam sendo estruturadas. Aos poucos, o *coronelismo* foi recuando e cedendo terreno a essas novas lideranças, embora a do *coronel*, apoiada nos mesmos fatores que a criaram ou produziram, continuasse. Agora, o *coronel* passa a ser *doutor*, sua fazenda se transforma em *fábrica*, seus auxiliares em *assessores* ou *técnicos*. O fenômeno do *coronelismo* persiste até mesmo como reflexo da situação de distribuição de renda em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria. Sobre novas bases, o sistema continua numa evolução natural, condicionada pelos diversos fatores que determinam o seu poder ou a sua autoridade.

No capítulo inicial de sua obra, Victor Leal (2012) reconhece que o *coronelismo* não é um fenômeno simples, pois envolve um complexo de características da política municipal e resulta da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada.

Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de *privatismo* são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável.

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, é o *coronel* quem comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural *coroamento* de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Na esfera própria de influência, o *coronel* como que se resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Também se encontram em suas mãos, com ou sem caráter oficial, funções policiais, utilizadas por sua ascendência social, mas que poderiam se tornar efetivas com o auxílio da força de empregados, agregados ou capangas.

Analfabeto, sem assistência médica, sem acesso à informação, o trabalhador rural tem o patrão na conta de benfeitor, e é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. E, no plano político, ele luta com o *coronel* e pelo *coronel*. Aí estão os *votos de cabresto*, resultantes, em grande parte, da organização econômica rural de então.

Mas esse panorama já se apresentava, segundo Leal (2012), com alguns indícios de modificação a partir das eleições realizadas em 1945 e 1947. No seio do próprio eleitorado rural, verificam-se *traições* dos empregados aos fazendeiros e que alguns observadores locais atribuíram em grande parte à propaganda radiofônica. Além de, nas cidades do interior, serem numerosos os aparelhos receptores, os trabalhadores rurais já tinham maior possibilidade de contato com a sede urbana pelo uso bastante generalizado do transporte rodoviário. O rádio, aliás, já ia sendo introduzido nas próprias fazendas.

Ressaltamos, também, o grande incremento verificado durante a guerra na migração de trabalhadores do campo para atividades urbanas – empreendimentos industriais, construção civil, bases militares. Esta maior facilidade de arranjar emprego nas cidades e as notícias que chegam de parentes e amigos estimulam a migração da população rural – já habituada a mudar das áreas decadentes para as mais prósperas – reduzindo, dessa forma, seu grau de dependência em relação ao dono da terra (LEAL, 2012, p. 58).

A falta de espírito público, tantas vezes atribuída ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. Foi ao seu interesse e à sua insistência que os principais melhoramentos do lugar foram realizados, incluindo escola, estrada, correio, telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada, até mesmo o campo de futebol. Realizações

que no geral só dependiam do empenho e prestígio do chefe municipal local, enquanto outras poderiam requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, e com elas, em grande parte, a construção ou conservação de sua posição de liderança.

Não se compreenderia, contudo, a liderança municipal, apenas com base nos fatores apontados. Havia ainda, de acordo com Leal (2012), favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mais simples favores, além do paternalismo com a sua recíproca de negar pão e água ao adversário. Para favorecer os amigos, o chefe local transita no limite do legal e do ilícito, muitas vezes cometendo crimes, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora.

Este aspecto importantíssimo do *coronelismo*, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os *coronéis*, que conduzem grandes grupos de eleitores como quem *toca tropa de burros*; de outro lado, a situação política dominante no estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.

É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos *coronéis* e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do *coronel* – firmada na estrutura agrária do país – o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do *coronel* ficaria sensivelmente diminuída.

Muitos chefes municipais, mesmo quando participam da representação política estadual ou federal, costumam, na afirmação de Leal (2012), ser tributários de outros, que já galgaram pelas relações de parentesco ou amizade, pelos atributos pessoais, pelos acordos ou pelo simples acaso das circunstâncias, a posição de chefes de grupos ou correntes, no caminho da liderança estadual ou federal. Mas, em todos esses graus da escala política, prevalece o sistema de reciprocidade, e toda a estrutura vai assentar na base, que é o *coronel*, fortalecido pelo entendimento que existe entre ele e a situação política dominante em seu estado, através dos chefes intermediários.

Os próprios funcionários estaduais, que serviam no lugar, eram escolhidos por sua indicação. Professoras primárias, coletor, serventuários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costumava ser de praxe. Mesmo quando o governo estadual tinha candidatos próprios, evitava nomeá-los, desde que isso representasse quebra de prestígio do chefe político do município. Se algum funcionário estadual entrava em choque com este, a

maneira mais conveniente de resolver o impasse era a remoção, às vezes com melhoria de situação, se necessário. A influência do chefe local nas nomeações atingia os próprios cargos federais, como coletor, agente do correio, inspetor de ensino secundário e comercial etc. e os cargos das autarquias, porque também era praxe do governo federal, em sua política de compromisso com a situação estadual, aceitar indicações e pedidos dos chefes políticos nos estados.

Em seu estudo, Leal (2012) aponta ainda a deficiência dos serviços públicos do interior, decorrente da indisponibilidade de recursos das prefeituras para muitas de suas necessidades. Sem o auxílio financeiro do estado, dificilmente poderiam empreender as obras mais necessárias como estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos, energia elétrica. Situação que comprometia a liderança do administrador municipal pela impossibilidade de realizar qualquer benefício para sua comunidade. Os próprios fazendeiros, carentes de estradas para escoamento de seus produtos e de assistência médica ao menos rudimentar, para seus empregados, acabariam por lhe recusar apoio eleitoral. O estado que, por sua vez, dispunha de recursos suficientes para os serviços necessários, tinha de dosar cuidadosamente esses favores de utilidade pública. Assim, a saída era a preferência aos municípios cujos governos estivessem nas mãos dos amigos. A fragilidade financeira dos municípios, portanto, era fator decisivo para a manutenção do *coronelismo*, na posição governista.

O apoio oficial revelava-se também em relação às despesas eleitorais, embora alguns chefes locais se sacrificassem no cumprimento desse dever. Daí a prática de alguns candidatos em assumir pesadas responsabilidades financeiras como forma de garantir a disputa da cadeira desejada. Mas era dos cofres públicos que costumava vir o socorro aos candidatos e aos chefes locais governistas nessa angustiosa emergência. Os auxílios eram dados, algumas vezes, em dinheiro, ou em pagamento direto de serviços e utilidades. Outras vezes, o auxílio era indireto, através de contratos que deixassem boa margem de lucros, transporte, oficinas gráficas, material de propaganda ou pela cessão de edifícios¹⁰. As correntes políticas municipais se digladiavam com ódio mortal, mas, comumente, o que cada uma delas pretendia era obter as preferências do governo do estado. Não se batiam para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não governista. Enfrentavam-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o

¹⁰ Nos capítulos 3 e 4 mostraremos que, no início dos anos 1960, um prédio público de propriedade do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), foi alugado para sediar as emissoras da família Bacelar, especialmente a TV Difusora (N.A.).

governo e nele se amparar. O maior mal que poderia acontecer a um chefe político municipal era ter o governo do estado como adversário. Daí a busca ardorosa do seu apoio.

As eleições municipais constituíam, na observação de Leal (2012), disputas tão acirradas justamente porque era pela comprovação de possuir a maioria do eleitorado no município que qualquer facção local mais se credenciava às preferências da situação estadual. O interesse maior, nesta situação, era ter, nas eleições estaduais e federais, que se seguiriam, o maior número de votos, com menor dispêndio de favores e mais moderado emprego da violência. Apoiar a corrente local majoritária era, pois, o meio mais seguro de obter esse resultado, inclusive porque a posse do governo municipal representava, para ela e para o governo estadual, um fator positivo nas eleições, balança na qual eram pesados o dinheiro público e os benefícios de procedência oficial.

A essência, portanto, do compromisso coronelista – exceto os casos especiais – consistia, da parte dos chefes locais, no incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência, o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar.

O *coronelismo*, além do conformismo do eleitorado, ainda se valia da fraude e da coação para vencer as eleições. Ainda assim, ocorria perguntar a razão pela qual os governos estaduais pagavam tão elevado preço pelo apoio dos chefes locais, deixando que o esbanjamento ou a corrupção devastassem a administração dos municípios. Os cofres e os serviços municipais eram instrumentos eficazes para a formação da maioria desejada pelos governos dos estados nas eleições estaduais e federais. Além disso, não lhes caberia responsabilidade direta pelas malversações que corriam por conta e risco dos próprios chefes locais. O alto preço pago pelo estado, em troca do apoio eleitoral dos chefes locais era, portanto, uma condição real no sentido de que esse apoio corresponderia aos fins visados pelo governo estadual.

O *coronelismo* foi muito menos produto da importância e do vigor dos senhores de terras do que da sua decadência. A debilidade dos fazendeiros só apresentava fortaleza em contraste com a grande massa de eleitores que vivia na mais absoluta pobreza, sob suas asas, e que enchia as urnas eleitorais a seu mandado. Os fundamentos do *coronelismo* estavam assentados em duas fraquezas: fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastavam a existência no trato das suas propriedades. A melhor prova de que esse sistema era antes sintoma de decadência do que manifestação de vitalidade

dos senhores rurais consistiu, de acordo com Leal, no sacrifício da autonomia municipal do qual se alimentava para sobreviver.

O governo estadual, com poderes legais ou extralegais para dominar politicamente os municípios, não usava essa força para influenciar de forma positiva as administrações, uma vez que o interesse maior da situação estadual não era de ordem administrativa, mas eleitoral. Em síntese, a política dos *coronéis* consistia, precisamente, na seguinte reciprocidade: carta branca, no município, ao chefe local, em troca do seu apoio eleitoral aos candidatos bafejados pelo governo do estado.

A precariedade das garantias da magistratura e do Ministério Público (ou sua ausência) e a livre disponibilidade do aparelho policial sempre desempenharam decisivo papel no falseamento do voto, prática dissimulada que perdurou, por longo tempo, na experiência brasileira. A utilização do dinheiro, dos serviços e dos cargos públicos como processo normal de ação partidária, também se mostrava muito eficaz na manutenção do poder. Sem receita suficiente, atadas as mãos por processos variados de tutela, cerceados por vezes na composição do seu próprio governo, os municípios só podiam realizar qualquer melhoria quando tivessem a ajuda dos governos estadual e federal.

Parece evidente que a decomposição do *coronelismo* só seria completa, na análise de Victor Leal, quando se tivesse operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária. Por isso, todas as medidas de moralização da vida pública nacional, sendo indiscutivelmente úteis, mereciam, em sua opinião, o reconhecimento de quantos ansiavam pela elevação do nível político do Brasil.

Parte da desmoralização da vida pública a que se refere Leal (2012) estava representada no *voto de cabresto*. Portanto, se o falseamento do voto, o uso da fraude e da coação para vencer as eleições; se os cofres e os serviços municipais serviam de instrumento para a formação da maioria desejada pelos governos nas eleições estaduais e federais; e se o apoio eleitoral dos chefes locais corresponderia aos fins visados pelo governo estadual constituíram os sustentáculos do sistema do *coronelismo*, a sua decadência corresponderia, por oposição, à instituição do voto secreto, “elemento de inserção política na sociedade, e [...] esperança liberal de transformação do sistema político brasileiro” (SANTOS, 2007, p. 4).

Mas, na visão de Leal, essa esperança ainda não se anunciara. Daí seu pessimismo e sua advertência para que não fossem acalentadas demasiadas ilusões. Afinal, “a pobreza do povo, especialmente da população rural, e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituirão sério obstáculo às intenções mais nobres” (LEAL, 2012, p. 239-240).

3.3 Do coronelismo político ao coronelismo eletrônico

Inspirados na obra de Leal (2012), pesquisadores da comunicação social criaram o termo *coronelismo eletrônico* para ilustrar a prática da exploração política de estações de rádio e de televisão por grupos familiares pertencentes às elites políticas locais ou regionais, objeto da nossa análise a seguir.

O movimento de 1964, que culminou com o Golpe Militar, ocorreu “a fim de construir um programa de desenvolvimento nacional através de nova ordem social e econômica” (MATTOS, 2010, p. 39). Para atingir suas metas políticas, o regime militar lançou mão dos meios de comunicação de massa que passaram a ser utilizados para disseminar as ideias da nova ordem através da persuasão, da difusão de seus posicionamentos e para manter a situação imposta ao país. Mattos afirma que “a televisão, pelo seu potencial de mobilização, foi mais utilizada pelo regime, tendo também se beneficiado de toda a infraestrutura criada para as telecomunicações” (MATTOS, 2010, p. 39). Como contrapartida, consolidou-se a prática do favoritismo político nas concessões para a exploração de canais de televisão.

O bipartidarismo vigente no regime militar – ARENA e MDB – favoreceu “a distribuição das outorgas de radiodifusão para as elites políticas” através de governadores, senadores e prefeitos *biônicos*¹¹ e da maioria do Congresso com representantes da Arena (SANTOS, 2006, p. 3).

A relação entre o *coronelismo* e o *coronelismo eletrônico* tem seu ápice com o golpe de 1964 quando, de acordo com Leal Filho, completa-se o processo de utilização política dos meios de comunicação, iniciado em 1930. De acordo com esse autor,

se Vargas soube usar com eficiência o rádio e o cinema para subordinar as oligarquias regionais ao seu projeto, os generais de 64 vão montar uma sofisticada rede de telecomunicações capaz de servir a um dos principais sustentáculos para sua política autoritária e centralizadora (LEAL FILHO, 1988, p. 31,32).

Essa tecnologia demandou o assentamento do poder industrial que vai orientar um novo processo de colonização em que a televisão, afirma Leal Filho, “passava a ser peça-chave na estrutura de manutenção do poder” (1988, p. 33). Em sua análise sobre o poder industrial que se estendeu sobre o mundo, Leal Filho assegura:

Se no aspecto político interno, 64 consolida a centralização iniciada em 30, no âmbito das relações internacionais o golpe de Estado consolida a segunda colonização [...]. A segunda colonização, não mais horizontal, mas desta vez vertical, penetra na grande reserva que é a alma humana [...] no Brasil e em vários

¹¹ Cargos para os quais os políticos eram investidos sem o voto popular, mas por escolha das autoridades de Brasília durante a vigência do Regime Militar de 1964 (N.A.).

outros países da América Latina ganha formas mais acabadas muito tempo depois, com a consolidação da indústria cultural (LEAL FILHO, 1988, p. 32).

A política do regime militar não deixava dúvida quanto à utilização dos meios de comunicação, e durante sua vigência foram estruturadas as condições para ampliação e modernização do sistema de telecomunicações que permitiram o surgimento e expansão das redes de televisão. O preço a pagar, todavia, era a contínua obrigação que as redes de televisão tinham com o regime em vigor.

No início dos anos 1970, o governo militar começa, então, a colocar em prática seu plano de integração nacional, coincidindo com o período em que a Rede Globo expande seu sinal pelo território nacional.

Por isso, as principais mudanças hoje vigentes no setor da comunicação têm origem na Constituição de 5 de outubro de 1988, que inclui capítulo específico sobre a comunicação social. O Artigo 220 diz, textualmente: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição [...]”. A Carta de 1988 também fixou normas para a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão. De acordo com o Artigo 221, as emissoras de rádio e televisão devem seguir princípios para a produção de programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; procurando estimular a produção independente, com vistas à promoção das culturas nacional e regional e de respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Apesar de a Constituição de 1988 estabelecer, no Artigo 223, as diretrizes para a concessão do serviço de radiodifusão, em que o ato de outorga deixou de ser uma decisão pessoal do Presidente da República e passou a depender da aprovação do Congresso Nacional, a realidade é que, na prática, são eles, os políticos, quem controlam emissoras de rádio e televisão, aprovam e renovam suas próprias concessões. Assim, permaneceu o que Sérgio Mattos chamou de critério casuístico “utilizado até então, efetivado a partir do favoritismo político” (2010, p. 125).

A transformação dos *coronéis políticos* em *coronéis eletrônicos* ocorreu com a chegada da televisão quando, em lugar da propriedade rural, os coronéis passaram a utilizar a propriedade das emissoras de televisão para ampliação de seus poderes políticos. Assim como o Regime Militar, o governo da Nova República também utilizou a mídia eletrônica para obter respaldo popular, e as redes de televisão continuaram a servir ao novo governo, da mesma maneira que serviram ao Regime Militar (MATTOS, 2010, p. 123-124).

Suzy Santos (2007, p. 2-3) defende a pertinência da expressão *coronelismo* enquanto herança conceitual conveniente à proposição da categoria *coronelismo eletrônico*, com base em cinco enunciados herdados do coronelismo, “para constituir o coronelismo eletrônico”:

- 1) a circunscrição a um momento e transição do sistema político nacional;
- 2) as relações clientelistas com alto grau de reciprocidade;
- 3) a debilidade da distinção entre interesses público e privado;
- 4) o controle dos meios de produção baseado no poder político em detrimento do poder econômico, e
- 5) o isolamento da municipalidade.

A expressão, criada a partir da denúncia do Jornal do Brasil¹², em 1980, refere-se ao clientelismo político entre detentores do poder público e os proprietários de televisão numa relação promíscua na qual, como lembra Suzy Santos,

[...] deputados e senadores se tornaram proprietários de empresas concessionárias de rádio e televisão e, simultaneamente, participam das comissões legislativas que outorgam os serviços e regulam os meios de comunicação no país (SANTOS, 2006, p. 3).

O *coronelismo eletrônico* é possibilitado por meio dos conchavos que aproximam os políticos locais das redes de comunicações nacionais, de modo a favorecer uma “concentração casada de audiência e de influência” (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 81), de tal modo que acabou por se tornar um dos critérios para a política de concessão. Daí porque o *coronelismo eletrônico*, na análise de Santos e Capparelli,

[...] inclui a relação de clientelismo político entre os detentores do Poder Público e os proprietários de canais de televisão, o que configura uma barreira à diversidade representativa que caracterizaria uma televisão na qual o interesse público deveria ser priorizado em relação aos interesses particulares (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, 78-79).

Barbosa Lima Sobrinho, numa visão anterior, quando ainda se desconhecia a força da televisão enquanto arma nas mãos de políticos e de empresários, a qual mudaria o sistema de coronelismo agrário, fazendo surgir os *coronéis eletrônicos*, declarava, ao final do prefácio à segunda edição de *Coronelismo, enxada e voto*:

¹² Suzy Santos (2006, p. 2,3) faz o seguinte relato: No início dos anos 1980, um repórter da Rádio Rural, de Concórdia, SC, abria espaço para o depoimento do ex-senador Atilio Fontana: “Senhor, o microfone é todo seu”; o Senador, ciente das suas posses, externava: “não só o microfone, meu rapaz, mas a rádio toda”. Esse episódio foi narrado em matéria do Jornal do Brasil na qual denunciava-se o uso eleitoral de 104 estações de rádio e televisão, espalhadas por 16 estados, de propriedade de deputados, governadores, senadores ou ministros. (JORNAL do Brasil. “No ar, a voz do dono.” In: VAN TILBURG, João Luís. Banco de Dados TV-Pesquisa. Online: documento n. 3636, 7 dez. 1980. Disponível em: <<http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/11119401.htm>>.

Há os que acreditam que a televisão acabou com o *coronel*. Mas a televisão não se faz sentir nos pleitos municipais, em que se constituem os poderes locais, justamente aqueles que mais de perto interessam ao cidadão do interior. O próprio rádio, com a sua maior divulgação, não leva ao eleitor a imagem dos oradores num momento em que ele se defronta com a figura do *coronel* de seu município. E será com essas lideranças locais que terão de se entender os poderes federais e estaduais, para as composições políticas, de que vão depender (LIMA SOBRINHO, 2012, p. 41-42).

Sérgio Mattos (2010, p. 56) cita o exemplo das concessões de retransmissoras mistas de TV, distribuídas pelo Governo José Sarney¹³, durante a votação de mais um ano para o seu mandato, em uma manobra política de escancarado clientelismo eletrônico. Neste contexto, afirmam Capparelli e Santos (2002, p.18):

O Governo Sarney foi pontuado por práticas próximas ao regime militar que estava presente no seu mandato através de diversos ministérios e do *staff* que continuaria praticamente o mesmo. Apesar de inicialmente ter se manifestado em favor de uma revisão das concessões de rádio e televisão, dadas no último período militar usando critérios exclusivamente clientelistas, o governo Sarney, por meio de seu Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhaes, não só manteve as antigas concessões como utilizou o processo de revisão a fim de obter apoio em outras áreas e deu sequência ao método Figueiredo de concessões durante toda a sua administração.

A volta ao regime civil não garantiu, efetivamente, o estabelecimento do processo de redemocratização na televisão, uma vez que a política de privilégios não só não foi extinta, como formou novos *coronéis eletrônicos*, representados por empresários e políticos que passaram a utilizar suas emissoras para defesa de seus interesses.

O próprio Sarney, em entrevista a revista CartaCapital, quando questionado sobre a existência de oligarquia no Maranhão, relacionou a motivação política dos meios de comunicação de sua propriedade, nos seguintes termos:

Nunca exercemos o poder de maneira pessoal. [...]. A única participação em empresas é relativa à atividade política: jornal, rádio e televisão. [...] Isso não é ter grupo econômico. Temos uma pequena televisão, uma das menores, talvez, da Rede Globo. E por motivos políticos. Se não fôssemos políticos, não teríamos necessidade de ter meios de comunicação (SARNEY apud LÍRIO, 2005, p. 40-41).

Em outra matéria LÍRIO (2005) confirma ainda que “a família é dona do maior sistema de comunicação do estado. [...] Estima-se que o clã e aliados controlem cerca de 150 jornais e emissoras de rádio e tevê que cobrem mais de 80% do território maranhense” (LÍRIO, 2005, p. 30-31).

¹³ Durante seu mandato como Presidente da República, José Sarney distribuiu 1.028 concessões, sendo 82 só de televisão. Destas, 43 foram concedidas no ano da votação da emenda constitucional que estenderia para 5 anos o seu mandato. Para uma análise mais aprofundada sobre o tema, sugerimos a dissertação de mestrado *A batalha invisível da Constituinte*, de Paulino Motter, apresentada na UnB, em 1994 (N.A.).

4 OS PRIMÓRDIOS DA TV NO MARANHÃO: IMPROVISAÇÃO E CRIATIVIDADE

No ano de 1955, São Luís apresentava as condições para a instalação da terceira emissora de rádio, a Difusora, resultado da iniciativa do político e proprietário rural Raimundo Emerson Machado Bacelar. Ele havia sido diretor da rádio Timbira, que pertencia ao governo do estado, e vislumbrara a possibilidade de expandir suas atividades utilizando esse veículo. Dessa forma, em 29 de outubro de 1955, era inaugurada a rádio Difusora do Maranhão Limitada, transmitindo em ondas médias e tropicais. A experiência de sucesso da rádio, como dissemos anteriormente, tornou-se a porta de entrada do grupo Bacelar na mídia eletrônica, viabilizando, posteriormente, em 1963, a primeira emissora de televisão do estado do Maranhão. É importante destacar que Raimundo Bacelar já iniciara, anos antes, suas atividades na área de comunicação como proprietário do Jornal do Dia, em 1953.

A primeira experiência de televisão no estado é narrada pelo escritor Benedito Buzar (2013) que teve a oportunidade de acompanhar a chegada da televisão, em São Luís, em dois momentos distintos: o primeiro, em março de 1955, quando Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários e Emissoras Associadas, empreendeu a arrojada iniciativa, em uma época que apenas as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro possuíam emissoras de televisão, de instalar, provisoriamente, alguns poucos equipamentos de televisão. O segundo momento, em 1963, com a inauguração da TV Difusora.

Em relação ao primeiro momento, na visão de Buzar (2013), a motivação tinha conotação meramente política:

[...] haja vista que Chatô perdera a eleição de senador, em 1954, em sua terra natal, a Paraíba, e que, pela força e presença de seus jornais e rádios, precisava manter-se no Senado e apoiar o candidato do PSD, Juscelino Kubitschek, às eleições de presidente da República, em 1955.

Sabendo que a sua candidatura estava sendo bombardeada pelas oposições maranhenses, que a denunciavam como inominável produto de barganha política, Chateaubriand, astuciosamente, mandou para São Luís uma equipe técnica e equipamentos da TV Tupi para funcionarem como veículo de sua propaganda política e destinada ao aliciamento do eleitorado mais resistente à sua candidatura.

Com tal fim, precária e provisoriamente, em março de 1955, montou-se um estúdio de televisão no auditório da Rádio Timbira, que funcionava nos altos da Casa dos Tecidos, no começo da Rua Grande, onde eram geradas imagens e transmitidas aos aparelhos de TV espalhados na Praça João Lisboa. À noite, os maranhenses [daqui e do interior do Estado,] se locomoviam para o Largo do Carmo para assistirem os shows de artistas do sul do país e do nosso meio artístico, animados pelo famoso locutor Carlos Frias, uma das vozes mais bonitas do Brasil.

Com o encerramento das eleições, que levaram Chateaubriand a ser o novo representante do Maranhão no Senado da República, o estúdio da televisão foi desmontado e a Praça João Lisboa voltava a ser o tradicional local onde as notícias ganhavam ressonância através do boca a boca.

Depois disso, a televisão só reapareceu em São Luís na década de 1960 (BUZAR, 2013).

Fernando Morais (1995) confirma a percepção de Buzar:

O candidato do PSD só apareceu em São Luís no dia das eleições – nem campanha, como na Paraíba, ele se dispusera a fazer desta vez. Sua única deferência para com o eleitorado maranhense foi mandar Jorge Edo instalar na capital, alguns dias antes da eleição¹⁴, o mesmo circuito fechado de TV que tanto sucesso fizera em João Pessoa dois anos antes, e que agora exibia shows com Keila Vidigal e Luís Gonzaga, apresentados por um dos mais famosos locutores da época, Carlos Frias (MORAIS, 1995, p. 571).

Portanto, a primeira imagem de televisão que os maranhenses conheceram foi em uma noite de março de 1955, quando foi instalada no prédio da rádio Timbira, na rua Grande. Durou poucos dias, mas deixou os telespectadores admirados com a novidade tecnológica. No começo, poucos, em São Luís, conhecia televisão. Apenas alguns tiveram a oportunidade de viver essa experiência em viagens pelas grandes cidades brasileiras que já dispunham desse meio.

Um fato, mais uma vez, comprovaria a estreita e perigosa ligação entre proprietários de empresas de comunicação e o Estado brasileiro, vínculos estabelecidos desde o governo Vargas (1930-1945), continuados durante o curto período democrático de 1946 a 1964, mantidos pela ditadura militar e, até, pelo período democrático implantado após 1988: o fundador dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, foi eleito senador pelo Maranhão, em 1955, como relatamos anteriormente, sem sequer ter vindo ao estado fazer campanha política, devendo essa vitória, em parte, ao prestígio político do senador Vitorino Freire, que, nos anos de 1945 a 1965, comandou uma oligarquia responsável pela eleição de quatro governadores.

Enquanto o Brasil avaliava quais as melhores estratégias para a consolidação da televisão no país o Maranhão só teve acesso, efetivamente, a este novo veículo, em 1963.

Quando, no começo de 1960, Raimundo Emerson Machado Bacelar¹⁵ (1928-2014) iniciou as negociações para alugar dois andares do edifício João Goulart, no centro de São Luís, já havia decidido pela expansão de suas empresas de comunicação. Seu projeto visava à implantação da primeira emissora de televisão do estado. Necessário, portanto, dispor de um local com espaço suficiente, que pudesse abrigar a rádio e o novo projeto: a TV Difusora. O

¹⁴ As referidas eleições foram suplementares e aconteceram, em 20 de março de 1955, em decorrência da renúncia de Antônio Bayma e do suplente Newton Belo sendo escolhidos, respectivamente, Assis Chateaubriand e Públio de Melo. As renúncias foram resultantes de acordos políticos coordenados por Vitorino Freire.

¹⁵ Faleceu no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 2014, aos 86 anos, vítima de infarto. Tivemos a oportunidade de contatá-lo, por telefone, na cidade do Rio de Janeiro, onde morava, na tarde do dia 15 de maio de 2013, quando conversamos sobre a nossa pesquisa e a possibilidade de conceder uma entrevista. Raimundo Bacelar informou que não poderia gravar, pois estava se recuperando de uma cirurgia, mas que tinha lançado um livro, em 2007, que tratava sobre a família Bacelar e seus empreendimentos, que poderia servir de fonte de pesquisa.

próprio Raimundo Bacelar, no livro *Duque Bacelar, um predestinado*, descreve como viabilizou sua intenção:

Foi construído em São Luís, na Praça Pedro II, o mais moderno prédio daquela época, dez andares, para instalar a sede do INSS¹⁶ e todo o Sistema Previdenciário. Como o edifício era muito grande, não sem dificuldades fui para o Rio e formalizei, junto às autoridades federais competentes, um pedido de aluguel para os dois últimos andares. Depois de quase um ano de intensas e demoradas conversações, superada a burocracia, firmamos um contrato de aluguel (BACELAR, 2007, p. 226).

Ainda em 1960, houve a mudança da Rádio Difusora para o edifício João Goulart. Em *Memórias de um Parafuso*, Elvas Ribeiro (2014b, p. 15) confirma detalhes sobre o local da inauguração: “Em 1960, lá estava eu, atuando de operador de som na inauguração das novas instalações da [Rádio] Difusora, no 10º pavimento do edifício João Goulart, na avenida D. Pedro II”. A estreia no novo endereço seria no dia em que a emissora de rádio faria cinco anos no ar.

Iniciava-se, também, o processo de mudança no comando da Difusora. Segundo Raimundo Bacelar (2007, p. 225), Magno, seu irmão, que cursava Direito no Rio de Janeiro, veio a São Luís “para ser preparado para substituir-me nos nossos negócios, pois retornaria a Coelho Neto¹⁷, a fim de iniciar a grande arrancada. No dia 28 de agosto de 1961, nomeei-o diretor-gerente da Rádio Difusora”.

Em novembro 1962 acontece a entrada de novos sócios, de conformidade com o documento “Alteração do Contrato”, que relata a redistribuição de cotas do sócio majoritário da Rádio Difusora do Maranhão Ltda. para admissão de dois sócios visando à criação da TV Difusora. O capital social da empresa, que era de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), permaneceu inalterado, dividido em 10.000 (dez mil) cotas no valor individual de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros). Com base nas cláusulas contratuais, Raimundo Bacelar transferiu, das 8.000 cotas que possuía, 200 cotas, sendo 100 para Carlos Magno Duque Bacelar e 100 para Bernardo Coêlho de Almeida (1927-1996). No Quadro 5, demonstramos a composição dos sócios da empresa.

¹⁶ Instituto Nacional de Seguridade Social, órgão federal que sucedeu o INPS e congregava todo o sistema previdenciário brasileiro (N.A.).

¹⁷ Município localizado no leste maranhense, que fica a 385 quilômetros da capital, São Luís.

Quadro 5 - Sócios cotistas e respectivas cotas em 1962

Sócios Cotistas	Quantidade de cotas	Percentual
Raimundo Emerson Machado Bacelar	7.800	78%
Antonio Américo Machado Bacelar	200	2%
Adriano Emiliano dos Reis	170	1,7%
Cid Rojas Américo de Carvalho	1.360	13,6%
Macrina Senna dos Santos	170	1,7%
Edson Browne de Araújo	100	1%
Carlos Magno Duque Bacelar	100	1%
Bernardo Coêlho de Almeida	100	1%

Fonte: Rádio Difusora do Maranhão Ltda., 1962.

Em dezembro de 1962, Raimundo Bacelar anuncia, em entrevista ao Jornal do Dia¹⁸, que conseguira, finalmente, a autorização para implantar a televisão. Em suas palavras,

pele decreto 1.278, de 25-6-62, publicado no Diário Oficial da República de 13-7-62, registrado no Tribunal de Contas da União em 22-9-62, temos autorização para instalar uma estação de televisão em São Luís...[...] Sobre a Televisão Difusora, já não falamos em termos de tentativa, mas de uma realidade coroada de pleno êxito. (TV DIFUSORA..., 9 dez. 1962, p. 5).

De acordo com Ribeiro (2014b, p. 109), a determinação de Raimundo Bacelar de por em prática o projeto da emissora de TV o motivou, também, a adquirir os equipamentos necessários para a viabilização do empreendimento:

Para tanto, fez-se acompanhar por Bernardo Almeida, e ambos voaram com destino ao Rio de Janeiro, onde entraram em contato com os amigos Jorge e Luís, da firma

¹⁸ O Jornal do Dia circulou pela primeira vez em 8 de março de 1953. Seis meses depois, em setembro de 1953, o periódico foi comprado pelo então deputado Raimundo Emerson Machado Bacelar.

Em julho de 1955, Raimundo Bacelar rompe com o grupo político que dominava o Jornal do Dia e vende sua parte do jornal para Alexandre Costa, decidido, que estava, em concentrar seus esforços na implantação de sua primeira emissora de rádio, a Difusora.

Em 01 de outubro de 1959 Alberto Aboud passa a controlar o jornal. Nove anos depois, em 1968, Aboud vende o periódico a um grupo político formado por José Ribamar Marão. 50 por cento das ações do jornal pertenciam a Marão, e os outros 50 por cento a um grupo formado por Clodomir Millet e Nunes Freire. Nesse mesmo ano, o então governador do Maranhão, José Sarney (UDN), entra para o quadro societário do Jornal do Dia, adquirindo as ações de José Ribamar Marão e, pouco depois, torna-se único proprietário do Jornal do Dia. O Grupo Bacelar, no entanto, continuava mantendo influência sobre o Jornal do Dia, mesmo após a sua venda, ao ponto de, entre meados dos anos 1960 e começo dos anos 1970, a presidência do jornal ter sido exercida pelo também deputado, Magno Bacelar.

No Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite só constam as edições do Jornal do Dia de 8 de março de 1953 a 30 de setembro de 1958; e de 17 de janeiro de 1960 a 01 de maio de 1973. Foi em maio de 1973 que o Jornal do Dia passou a se chamar O Estado do Maranhão. Observando essas periodicidades, somos levados a crer que o jornal não circulou entre outubro de 1958 e janeiro de 1960, quando foi relançado com novo dono.

Pereira de Souza, que representavam a Rádio Difusora do Maranhão naquela cidade. De lá, seguiram para São Paulo, com a finalidade de conhecer e visitar as instalações da fábrica de equipamentos e componentes de rádio e televisão da empresa MAXWELL. Bacelar, empolgado com as atividades da fábrica, tratou imediatamente de negociar a aquisição de completa aparelhagem para instalação, em São Luís, da primeira emissora de televisão no Maranhão.

O prazo previsto para a entrega e a instalação dos equipamentos era de um ano, com investimentos calculados, em moeda da época, em mais de 100 milhões de cruzeiros. Os transmissores foram encomendados à empresa Maxwell, e os equipamentos de estúdio à Marconi, na Inglaterra. As câmeras teriam de ser importadas da Radio Corporation of America (RCA), nos Estados Unidos (BACELAR, 2007).

Ao regressarem de São Paulo, Raimundo Bacelar e Bernardo Almeida reuniram-se com Edson Browne de Araújo (1914-1996), o diretor técnico da rádio, para definirem quem seria enviado para treinamento na fábrica da Maxwell. Ribeiro (2014b, p. 109) dá os detalhes da operação:

Luis Cardoso foi chamado à presença deles e então Bacelar comunicou-lhe que fora escolhido por unanimidade para um estágio de aprendizagem e formação técnica na MAXWELL, para montagem, instalação, funcionamento e manutenção da aparelhagem, recém-negociada. Com muita presteza, foram tomadas as providências financeiras para que o jovem técnico seguisse para a capital paulista, o que de fato aconteceu e Cardoso voou pra lá, onde permaneceria, mais ou menos, por seis meses. Sabedor da decisão tomada por Bacelar, dias depois, conversando com ele, perguntei-lhe como iria fazer para formar a equipe da televisão. Com tranquilidade, ele revelou-me que aproveitaria o pessoal mais experiente da rádio. Achei a ideia uma temeridade, mas ele insistiu em que tudo daria certo.

A princípio, idealizada para entrar no ar em maio de 1963, conforme matéria que trazia o título “TV Difusora até maio não é sonho: É realidade”, publicada pelo Jornal do Dia, em dezembro de 1962, a inauguração só ocorreu no fim do ano seguinte. Raimundo Bacelar, em entrevista concedida à imprensa maranhense, afirmava que a inauguração da TV Difusora estava próxima. Na mesma entrevista, Bacelar anunciava a vinda do técnico que faria os estudos preliminares, a transformação da Rádio Difusora em sociedade anônima e a venda de ações para o público:

Em maio próximo, se Deus quiser, inauguraremos a TV Difusora, canal 4 [...] Está de chegada a esta cidade o engenheiro Maluf, da Maxwell, firma representante da Marconi, fábrica inglesa de quem adquirimos moderníssima aparelhagem (da mesma marca da poderosa Rádio TV Jornal do Comércio, de Pernambuco) [...] Transformando a Rádio Difusora em sociedade anônima, colocamos à venda 15.000 ações de mil cruzeiros cada uma, para que o povo participe também de nossa empresa e nosso ouvinte e futuro telespectador possa se ufanar de ser dono da Rádio TV Difusora. Em apenas uma semana, ultrapassamos à [sic] casa de cinco mil ações, subscritas por firmas e pessoas interessadas no investimento, o qual proporcionará, no mínimo, lucro de 30% ao ano [...] (TV DIFUSORA..., 9 dez. 1962, p. 5).

Em janeiro de 1963 a diretoria da Difusora (Foto 1) finalmente anuncia a chegada do engenheiro Geraldo Maluf, representante da empresa Maxwell de São Paulo, encarregada de coordenar a instalação dos equipamentos da TV Difusora. O engenheiro Maluf verificou o local de instalação das antenas e o plano de execução do projeto, dando sua aprovação. A matéria do Jornal do Dia confirmava para o mês de "[...] maio próximo a inauguração da TV Difusora e tudo indica que seus diretores, efetivamente, farão essa inauguração no prazo marcado" (ENGENHEIRO..., 16 jan. 1963, p. 8).



Foto 1 – Reunião de diretoria para definir o plano de execução da nova emissora. Da esquerda para direita em pé, os diretores Edson Browne e Bernardo Almeida. Sentados, deputado Magno Bacelar, engenheiro Geraldo Maluf e o presidente da empresa Raimundo Bacelar.

Fonte: Arquivo Jornal do Dia, 20 jan. 1963.

A edição do Jornal do Dia de 20 de janeiro de 1963 trazia em destaque a matéria “TV Difusora Ainda Este Semestre - Cobrirá todo o interior do Estado – Terá mais alcance que outras estações – Entrevista do doutor Geraldo Maluf ao Jornal do Dia”.

Entrevistado pelo Jornal do Dia a respeito de sua missão no Maranhão, Geraldo Maluf, engenheiro da Maxwell de São Paulo, declarou: “Vim aqui incumbido pelo deputado Raimundo Bacelar para tratar dos primórdios da instalação da TV-Difusora Canal 4, incluindo os locais de estúdio de TV e dos respectivos transmissores. Posso dizer que esta tarefa já foi concluída com excelentes resultados”.

Sobre o alcance da TV Difusora, Maluf esclareceu¹⁹:

¹⁹ Optamos por manter a grafia de acordo com o original publicado nos jornais da época (N.A.).

[...] Cobrirá com alto rendimento tôda a grande zona maranhense onde se aglomeram seus principais centros populacionais, penetrando com excelentes resultados em dezenas de cidades do interior. Além disso, existem casos interessantes de propagação de televisão, que não irá surpreender se distantes locais foram atingidos pela emissão [...]. O território maranhense, constituído em sua maior parte por um gigantesco planalto, com seus vales abrigando o seu maior número de cidades, facilitará em muito o raio de ação da TV Difusora, pois, sem o problema de grandes elevações ou montanhas em seu terreno, está praticamente aberto às emissões de televisão. Também o equipamento adquirido [...] estará respondendo pela grande penetração que se irá verificar. Tratam-se de aparelhos de comprovada potência e de elevado alcance. Sôbre este particular citarei a parte mais importante da aparelhagem da TV Difusora que será constituída de um transmissor de televisão de 500 kw, com sistema irradiável no total de 32 o que dará uma potência útil de transmissão de 16 kw que em relação com as demais telemissoras do país indica que a televisão dos maranhenses é de alta categoria. Ainda sobre a aparelhagem poderei citar as antenas de Tele-Cine, de procedência Marconi, as câmaras Vidicon de stúdio, também de procedência Marconi. Esclareço essa procedência pois, como todos nós sabemos, é o que de melhor existe na indústria eletrônica internacional (TV DIFUSORA ..., 20 jan. 1963, p. 4).

Sobre o prazo previsto para a conclusão dos trabalhos de instalação da TV Difusora, o técnico informou: “Creio que entre Abril e Junho do corrente ano”. E ao despedir-se da reportagem, garantiu:

Na qualidade de técnico posso informar que a TV Difusora terá as mesmas características das telemissoras existentes em nosso território, ao lado de uma vantagem, pois terá maior alcance que qualquer outra das regiões vizinhas. [...] Como disse a princípio, a topografia do Estado do Maranhão ajudará em muito as emissões efetuadas, e mesmo não existem grandes diferenças entre a altura da cidade de São Luís e as demais cidades do interior. E ainda que existissem contaríamos com o local de transmissões que é bem elevado, com antenas de regular altura e ótima projeção sobre o horizonte, cujo problema de montagem e conclusão não é nenhum (TV DIFUSORA ..., 20 jan. 1963, p. 4).

Em 1º de março de 1963, conforme Escritura Pública arquivada na Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA), a Rádio Difusora do Maranhão Limitada foi transformada em sociedade anônima, passando a designar-se Rádio Difusora do Maranhão S/A, com o objetivo de explorar serviços de radiodifusão e televisão, podendo apresentar-se também ao público com a sigla de RADIOTVMAR. A medida visava levantar recursos junto à população para complementar os altos custos de implantação da estação de televisão.

Nesse mesmo documento, estava registrado o aumento do capital social para Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), divididos em 30.000 ações ordinárias nominativas, ao valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada, que poderiam ser convertidas de nominativas em ao portador, a requerimento dos interessados e deliberação da Diretoria.

No Quadro 6, demonstramos a distribuição de ações pelos antigos cotistas, após a transformação em sociedade anônima.

Quadro 6 - Acionistas e respectivas ações depois de transformada em S/A em 1963

Acionistas	Quantidade de ações	Percentual
Raimundo Emerson Machado Bacelar	23.400	78%
Antonio Américo Machado Bacelar	600	2%
Adriano Emiliano dos Reis	510	1,7%
Cid Rojas Américo de Carvalho	4.080	13,6%
Macrina Senna dos Santos	510	1,7%
Edson Browne de Araújo	300	1%
Carlos Magno Duque Bacelar	300	1%
Bernardo Coêlho de Almeida	300	1%

Fonte: Rádio Difusora do Maranhão S/A. 1963.

A agilidade com que via seus projetos sendo realizados levou Raimundo Bacelar a acelerar o processo de preparação do novo pavimento (9º andar) do edifício João Goulart para receber toda a parte burocrática da Rádio e Televisão Difusora: administração, tesouraria e gabinete da diretoria geral, além dos departamentos de radiojornalismo e esportes e da área comercial das empresas (RIBEIRO, 2014b).

De acordo com Raimundo Bacelar (2007, p. 226), “a torre de transmissão, ou melhor [...], os painéis das antenas foram montados na laje da cobertura do edifício, onde a TV e a Rádio Difusora ocupavam o 9º e 10º andares”.

A imagem recuperada do Jornal do Dia, mostra os painéis de antenas (Foto 2) recebidos por Magno Bacelar, em São Paulo.

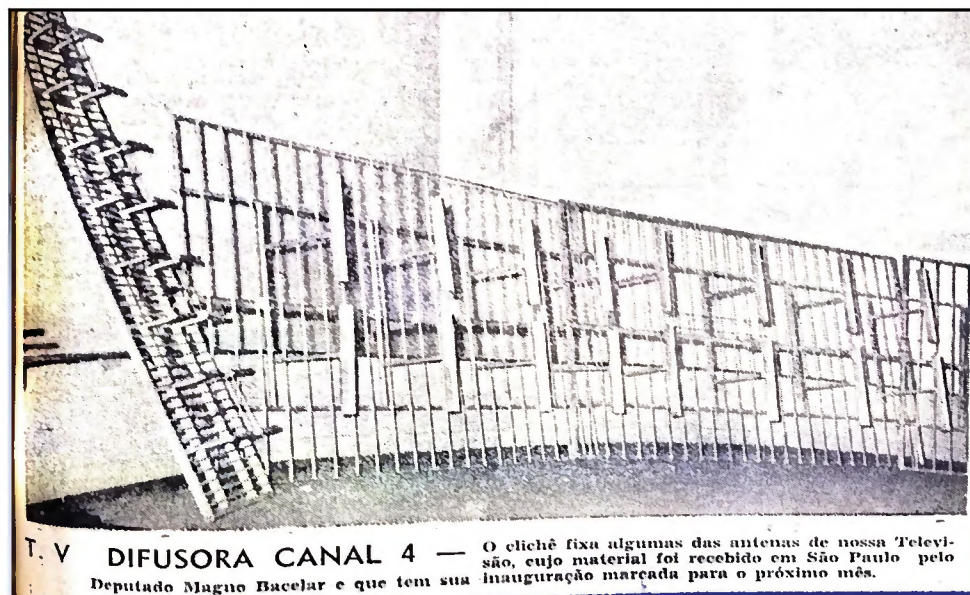


Foto 2 - Painel com a primeira antena da TV Difusora
Fonte: Arquivo Jornal do Dia, 16 jun. 1963

Dois dias depois, em 18 de junho de 1963, o Jornal do Dia exibia, em sua primeira página, foto seguida de texto sobre o recebimento dos transmissores da TV Difusora: “O clichê fixa o Dep. Magno Bacelar, juntamente com um Engenheiro da Maxwell, quando recebia os transmissores e material de nossa televisão em São Paulo, de marca Marconi procedente da Inglaterra” (TV DIFUSORA..., 18 jun. 1963, p. 1).

Em julho de 1963, o Jornal do Dia publicava a matéria “TV Difusora – Imagem do Progresso no Maranhão: no ar em agosto (experimental) – Inauguração em setembro”, trazendo a público informações sobre o andamento das obras de instalação:

Nossa reportagem esteve com a Diretoria da Rádio Difusora para informar-se como vão os trabalhos de instalação de sua TV. O depurado Magno Bacelar, diretor-gerente da organização, mostrou-nos as obras que estão sendo realizadas no décimo andar do edifício “João Goulart”, onde ficará instalada a aparelhagem com os estúdios. Já chegou o transmissor “Marconi” e os serviços se encontram em franco adiantamento:

Em agosto, se Deus quiser, nossa imagem estará no ar. Mas, a inauguração oficial será em setembro, com a presença aqui de famosos artistas do sul do país. Daremos, assim, ao Maranhão, o seu mais moderno veículo no campo do progresso, da cultura e do divertimento – acrescentou o deputado Magno Bacelar.

Ouvimos também a palavra do deputado Bernardo Almeida, diretor-secretário da empresa, o qual nos falou sobre o entusiasmo da equipe da Difusora, não só pelo lançamento de sua televisão, como a respeito das possibilidades que oferecerá à consagrada estação de rádio do Sr. Raimundo Bacelar: - Com a televisão, nossa rádio encontrará uma cobertura excepcional (TV DIFUSORA..., 28 jul. 1963, p. 8).

Após cinco meses de bem sucedido estágio na TV Record e na fábrica Maxwell, o técnico Luís Cardoso de Almeida (1938-2007) retornou de São Paulo, no dia 21 de agosto de 1963, trazendo parte da aparelhagem de televisão (RIBEIRO, 2014b; RETORNO..., 23 ago. 1963; NOS BASTIDORES ..., 24 ago. 1963). É de Ribeiro (2014b, p. 113) a afirmação de que, “depois do merecido descanso [...], Luís Cardoso deu início aos trabalhos de montagem dos equipamentos da televisão [...], demonstrando [...] enorme competência e capacidade de trabalho”. A montagem durou cerca “de dois meses e alguns dias”.

4.1 Em caráter experimental

Em tom especulativo, visto que a emissora ainda não estava no ar e sequer havia recebido todos os equipamentos, o Jornal do Dia publica, em julho de 1963, a seguinte nota:

Excelentes os planos dos dirigentes da futura TV Difusora, no que se refere à programação a ser levada à efeito durante a fase experimental. Contando com uma série de filmes e programas em vídeo-tape, bem como com apresentações de valores locais, será por certo uma grande distração para as noites vazias e solitárias de nossa cidade (EXCELENTE..., 24 jul. 1963, p. 2).

Em fins de outubro daquele ano, Cardoso concluiu a montagem de todos os equipamentos da televisão. Ato contínuo, a direção da empresa chamou a São Luís o técnico Juan Fulmyner, da fábrica Maxwell, com a missão específica de checar a montagem realizada por Cardoso. Após minucioso exame, Fulmyner deu integral aprovação ao trabalho, avaliando-o como excelente. Ribeiro (2014b) acrescenta que os dois técnicos trataram dos últimos ajustes dos equipamentos.

A semana que antecedeu à estreia da TV Difusora foi muito atribulada. De acordo com Ribeiro (2014), Fulmyner e Cardoso fizeram os ajustes finais nos equipamentos, deixando-os em condições de funcionamento, enquanto os demais integrantes da equipe técnica davam continuidade às tarefas pertinentes a suas respectivas áreas. Em seu relato, Ribeiro (2014b, p. 114-115) revela o clima de ansiedade que envolvia a todos:

Naquele afã, lembrei-me da abertura do evento. Como sonoplasta, que música eu usaria para o acontecimento? Teria que ser um prefixo que marcasse muito bem e ficasse na lembrança dos telespectadores por muito tempo. Falei a Raimundo Bacelar e expus-lhe o problema. Ele pegou o telefone, ligou para a Agência Gomes e entendendo-se com Glacimar Marques, obteve permissão para que eu pesquisasse na discoteca da loja. Dirigi-me para lá, apresentei-me ao Glacimar e ele deixou-me à vontade. Depois de uma boa hora de procura, ao rodar um vinil de Henry Jerome, sua orquestra e as CORDAS MÁGICAS, eis que, lá estava ela, a música com a qual eu faria a abertura triunfal e espetacular da TV Difusora. “HOLIDAY FOR STRINGS”, do maestro norte americano David Rose.

Concluída a instalação dos equipamentos no final de outubro, a TV Difusora passou a operar em fase experimental. Um dos primeiros patrocinadores, a Casa Moraes, divulgou anúncio sobre a primeira transmissão de imagem da TV Difusora, que foi ao ar em 27 de outubro de 1963 (Figura 2).

CASA Moraes INFORMA
HOJE

TV-DIFUSORA

CANAL-4
PRIMEIRA TRANSMISSÃO DE IMAGEM NO VIDEO

a **CASA MORAES LTDA.** congratula-se com os Diretores da TV — DIFUSORA — CANAL 4 — Por essa prova de arrojo e confiança no Progresso do Maranhão.

A Tradição da sua **CASA MORAES LTDA.** é a melhor garantia para compra do seu Televisor **GE-Philips - Emerson - Telefunken**

Figura 2- Anúncio da Casa Moraes sobre a primeira transmissão da TV Difusora
Fonte: Arquivo jornal O Imparcial, 27 out. 1963

Depois de ter sido adiada várias vezes, a direção da TV Difusora, finalmente, marca para o dia 9 de novembro desse mesmo ano a inauguração da emissora. Com o título “Dia 9 – Inauguração Oficial da TV DIFUSORA: O Maranhão Descobre Simultaneamente TELEVISÃO E PROGRESSO”, o Jornal do Dia destacou, em longa matéria, os esforços empreendidos na inauguração da TV Difusora:

SUCESSO NA FASE EXPERIMENTAL

Milhares de pessoas que estão acompanhando a fase da TV-Tifusora [sic], pioneira em nosso Estado afirmam ser a recepção com excelente-som [sic] e com uma das imagens mais nítidas do país, fato que, aliás, tivemos a oportunidade de confirmar, nas últimas noites, no horário em que os esforçados e competentes técnicos da Difusora testam o Canal 4. Cumpre ressaltar que complicações e delicadíssimos ajustamentos foram conseguidos em tempo recorde, pois, outras televisôras

empregam até seis meses em experiências, e o Canal 4 em apenas algumas semanas está pronto para satisfazer a nossa natural ansiedade.

TELEVISÃO E PROGRESSO

A Tevê é o único veículo capaz de promover de maneira positiva, econômica, rápida e diferente o progresso de uma região. A visão e o patriotismo dos Irmãos Bacelar tornaram possível esse sonho de todo maranhense. O Estado do Maranhão, por estar ocupando privilegiada situação geográfica e econômica no entroncamento comercial de maior importância na mais vasta e inexplorada [sic] região do território nacional, necessitava com urgência dêsse [sic] formidável recurso eletrônico que é a tevê, para abrir novos horizontes no nosso mapa sócio-econômico, detentor de um mercado em potencial de incalculável crescimento. Apesar [sic] das extravagantes e criminosas dificuldades burocráticas existentes, do ceticismo e desânimo que cercam os passos do bandeirante, dos sacrifícios e desapêgos [sic] exigidos ao pioneiro, os irmãos Bacelar conseguiram superar todas as barreiras, perseguindo o sucesso e o progresso com admirável tenacidade, garantindo a confiança que centenas de acionistas depositaram em suas mãos.

[...]

PENETRAÇÃO

A torre-retransmissora, montada pelos engenheiros da Maxwell, levará ao nosso sertão o som e a imagem que promoverão, para consideráveis setores de [sic] população que não atingiram escolaridade bastante, o esclarecimento de princípios educativos, fatores benéficos à saúde e, naturalmente, modificadores de hábitos de vida dos nossos contemporâneos e ainda mais da geração vindoura. A politização, o reconhecimento da terra e valorização do homem são decorrências automáticas que surgirão, espontaneamente, com o advento da tevê (DIA 9 – Inauguração oficial ..., 6 nov. 1963, p. 6).

4.2 A chegada de Ohnet e Marassi

Com o objetivo de dar maior segurança às operações da nova televisão, tendo em vista que grande parte da programação exibida seria ao vivo, os irmãos Bacelar decidiram contratar o diretor Georges Ohnet e o produtor Roberto Marassi, da TV Excelsior de São Paulo. Eles vinham com a missão de complementar o quadro de profissionais da TV Difusora. Seu desembarque em São Luís (Foto 3) ocorreu no dia 5 de outubro de 1963, noticiado pelo Jornal do Dia:

Procedentes de São Paulo, chegaram ontem a esta capital, os senhores Georges Ohnet e Roberto Marassi, que vieram “fazer escola” e produzir a programação da TV Difusora, Canal 4. Georges Ohnet é diretor de televisão e Marassi, consagrado produtor, ambos integrantes da equipe TV Excelsior, de São Paulo. Recebidos no aeroporto pela Diretoria da Rádio TV Difusora, já fizeram os primeiros contatos com o pessoal da RD e entrarão imediatamente em ação. Os dois famosos homens de televisão foram trazidos para uma permanência de três meses à frente da TV Difusora (EM SÃO LUÍS ..., 6 out. 1963, p. 1).



Foto 3 - Magno Bacelar recebe no aeroporto de São Luís Georges Ohnet Pontes e Roberto Marassi respectivamente diretor de TV e produtor.
Fonte: Arquivo Jornal do Dia, 6 out. 1963

Envolta em um clima de encantamento, a televisão no Maranhão surge em meio a dificuldades de importação de seus equipamentos e sob a expectativa de uma grande programação, como noticiou o jornal O Imparcial²⁰:

Vem sendo aguardada com o maior interesse a inauguração, na noite de sábado próximo, da Televisão Difusora – Canal 4, acontecimento de que participarão destacadas personalidades, além da [sic] artistas famosos como Ivon Curi, Alcides Gerardi, Conjunto Farroupilha, sem falar em destacados elementos do rádio local.

[...]

Os engenhos de transmissão do canal 4 são de fabricação Maxwell, enquanto os de estúdios são de manufatura Marconi, importados da Inglaterra (mesma procedência dos pertencentes às TV Jornal do Comércio e TV Excelsior), colocando a Difusora entre as primeiras estações do país. Ascende a mais de cem milhões de cruzeiros [sic] o custo do moderníssimo e curioso equipamento.

GRANDE PROGRAMAÇÃO

Funcionando das 18,55 às 23 horas, nos dias úteis, e a partir das 18 horas, aos domingos, o Canal 4 unirá a família maranhense, oferecendo, semanalmente, u'a [sic] média de dois programas ao vivo, seis programas de entrevistas, sete jornais esportivos, vinte e uma séries filmadas, além de informativos variados, tele jornais [sic] nacionais e internacionais e agradáveis surpresas para qualquer tipo de tele

²⁰ Fundado em maio de 1926, O Imparcial é o mais antigo jornal em circulação no estado, e somente em 1944 passou a pertencer aos Diários Associados. O Imparcial não possuía vínculos empresariais, bem como políticos com o grupo Bacelar.

espectador [sic], entre os quais se incluem as melhores atrações do sul do país (TV – CANAL 4 ..., 7 nov. 1963, p. 2).

A notícia agitou o comércio. As lojas de eletrodomésticos logo buscaram tirar proveito da chegada da televisão para a realização de bons negócios. A Casa Moraes (Figura 3), patrocinadora de alguns programas da nova emissora, publicou anúncio no dia da inauguração em O Imparcial, oferecendo a venda de televisores das mais diferentes marcas.

a **CASA Moraes** INFORMA :

**Hoje - 9 de novembro - Hoje
TV - DIFUSORA - CANAL - 4**

o **CASA Moraes** congratula-se com os diretores da TV - DIFUSORA - CANAL-4 no dia de sua inauguração.

Êsse acontecimento é mais uma prova da capacidade de trabalho e do arrôjo do povo maranhense.

Televisores GE-Telefunken-PHILIPS e EMERSON (as melhores marcas nacionais). Tecnicos especialmente treinados no Sul do País

**A tradição da "CASA MORAES" é a melhor
garantia para a sua compra**

Oswaldo Cruz - 450

Figura 3 - Anúncio da Casa Moraes sobre a inauguração da TV Difusora
Fonte: Arquivo jornal O Imparcial, 9 nov. 1963

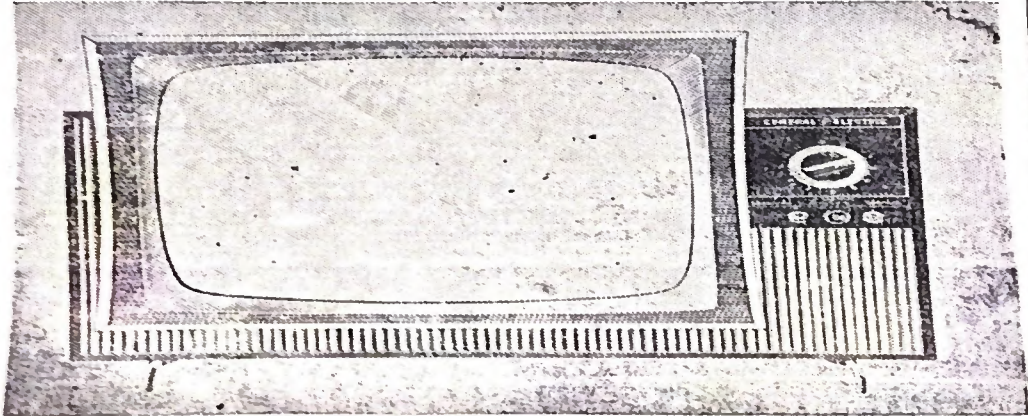
Do mesmo modo, a Guimarães e Souza S.A. lançava aos consumidores o seguinte anúncio (Figura 4): "A sua TV Difusora vai funcionar! Não deixe para a última hora a aquisição do seu televisor Philco".

A sua TV Difusôra vai funcionar!
 Não deixe para a ultima hora a aquisição do seu
TELEVISOR "PHILCO"
 O maximo de rendimento em televisão em todo o mundo!
 Antenas para Televisores em varios tipos-Vendas a varejo e atacado!
 Técnico especializado na PHILCO dará assistência ao seu TELEVISOR PHILCO!
Não esqueça isso, é importante!
GUIMARAES E SOUZA S. A.
-Comércio e Representações
 25 anos distribuindo "PHILCO"
RUA JOAQUIM TAVORA 365

Figura 4 - Anúncio de venda de televisor da Guimarães e Souza S.A. comércio e representações
 Fonte: Acervo Talvane Lukatto, 1963

Empolgada com a expectativa da chegada da televisão e com a esperança de aquecimento das vendas, a Loja Bemurad (Figura 5), seguindo a mesma linha de outros anunciantes, propagava a venda de novos modelos de televisores da marca GE, estimulando consumidores a possuírem aparelhos de televisão em planos especiais, como forma de compensar o alto custo de um aparelho à época.

BIEMURAD apresenta;
Televisor GE Espaço-rama Modelo 1964



BEMURAD Tem Planos Especiais
 Rua Osvaldo Cruz 361—Telefone 2967

Figura 5 - Anúncio de venda de televisor da Loja Bemurad
 Fonte: Arquivo Jornal do Dia, 1º dez. 1963

Outro anúncio da Guimarães e Souza S.A. chamou a atenção (Figura 6), por divulgar que só daria manutenção aos televisores comprados em sua loja, e com a advertência aos compradores para “não insistirem”, caso viessem a solicitar assistência técnica ao aparelho adquirido:

*****i*****

Guimarães e Souza S. A.

comunica aos interessados que
somente darão assistência técnica
aos Televisores adquiridos em
sua organização.

**Solicitam a gentileza de
não insistirem, pela im-
possibilidade de atenderem.**

S. Luiz, 1 de novembro
de 1963

*****i*****

Figura 6 - Anúncio Guimarães e Souza S.A. comércio e representações
Fonte: Arquivo jornal O Imparcial, 10 nov. 1963

4.3 A inauguração

Buscamos remontar, de forma breve, a atmosfera da gênese da televisão maranhense, destacando imagens que, por repetidas vezes, aparecem nas descrições do dia em que, oficialmente, a TV Difusora foi ao ar. A cena que se perpetuou em fotografia evidencia o exato momento em que a primeira imagem da televisão maranhense (Foto 4) foi ao ar e o público disputava espaço nas portas e janelas das casas das poucas pessoas que possuíam um aparelho de TV, para apreciar as imagens pouco nítidas reproduzidas em preto e branco.

O relato do escritor Benedito Buzar, publicado na revista Legenda, em agosto de 1968, sobre a inauguração da televisão no Maranhão descreve, em linguagem vívida, como o surgimento da televisão alterou a rotina da cidade de São Luís, transformando aquela experiência em um dia incomum:

São 21 horas do dia 9 de novembro de 1963. Reina uma expectativa ululante em São Luís, principalmente na área onde está concentrada sua população urbana. Em cada rua há um burburinho fora do comum e sintomático dos momentos que precedem ao anúncio das novidades. Existe um corre-corre inusitado de pessoas à procura de certas casas, onde curiosos e “penetras” acotovelam-se, ávidos, em busca de portas e janelas, a fim de que, mesmo espremidos, possam assistir a um acontecimento inédito, numa cidade tradicionalmente rotineira. [...] Enfim, é a cidade que está parada, absorta e à espera da boa nova. Simultaneamente, no 10º andar do Edifício João Goulart, num estúdio improvisado e acanhado, em meio a um calor irresistivelmente candente, o Ministro da Justiça, Dr. Abelardo Jurema, representando o Presidente João Goulart, acionava o dispositivo eletrônico que fazia com que aparecesse no vídeo a imagem da televisão, para contentamento de telespectadores, televizinhos e telepenetras (BUZAR, 1968, p. 3).

O radialista Leonor Filho²¹ (1941-2009), em depoimento²² ao jornalista José Raimundo Rodrigues, afirma ter sido o locutor a anunciar na TV Difusora o pequeno texto de abertura, que consistiu nas seguintes palavras: “Boa noite, Senhores telespectadores, a TV Difusora, canal 4, inicia suas atividades a partir deste instante. TV Difusora, canal 4, testemunho vivo da iniciativa e do arrojo do povo do Maranhão”. Segundo Magno Bacelar²³, sócio fundador e diretor da TV Difusora, o texto criado por Bernardo Almeida e anunciado, em *off*, por Leonor Filho, veio a ser o primeiro *slogan* da TV Difusora, conforme indica o Quadro 7.

²¹ Joaquim da Silva Leonor Filho faleceu em 12 de outubro de 2009 depois de lutar, durante três anos, contra um câncer (N.A.).

²² Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Vw3A4KLjyNc>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

²³ Entrevista concedida ao autor, no dia 17 de maio de 2013, em sua residência, no bairro Ponta do Farol, em São Luís.

Quadro 7 - Slogans da TV Difusora

Slogan	Período
TV Difusora, canal 4, testemunho vivo da iniciativa e do arrojo do povo do Maranhão	1963-1970
TV Difusora, canal 4, a imagem do progresso do Maranhão	1971-1985
TV Difusora, a força que integra o Maranhão	1986/1988

Fonte: TV Difusora do Maranhão Ltda.

Em seu livro *Éramos felizes e não sabíamos*, Bernardo Almeida (1989), à época diretor e um dos sócios fundadores da emissora, assim descreve a primeira imagem, ainda em preto e branco, a ir ao ar pela TV Difusora:

Ao anoitecer **de três** de novembro de 1963, no pequeno estúdio do décimo andar do edifício João Goulart, como fundo um belo cenário de Genes Soares, tive o privilégio de ser a primeira imagem a aparecer no vídeo, oficialmente ladeado de José Leite Machado, para anunciarmos a palavra do fundador Raimundo Emerson Machado Bacelar e de seu irmão, a quem seria transferida a direção geral da poderosa empresa de comunicação, hoje sob o controle de outro grupo. Apenas com dinheiro foi comprado um patrimônio de muitos anos de sonhos, trabalho, sacrifícios e dedicação (ALMEIDA, 1989, p. 89, grifo nosso).

Confirmando, Ribeiro (2014b, p. 116) assegura que a mensagem de Raimundo Bacelar, em novembro de 1963, anunciava, pela primeira vez, a entrada definitiva em operação da TV Difusora e agradecia o apoio concedido à sua iniciativa, marcando o começo de uma nova era no Maranhão:

Realmente às 20 horas daquele sábado iniciou-se a transmissão da TV Difusora-Canal 4. A primeira imagem a aparecer no vídeo ao som do prefixo musical foi o slide padrão da emissora bolado e desenhado por Genes Soares, seguido dos créditos da equipe. A seguir a imagem ao vivo de Bernardo Almeida e José Leite Machado que apresentaram o empreendimento e anunciaram a palavra do idealizador, Raimundo Emerson Machado Bacelar, que se fazia acompanhar por seu irmão Carlos Magno Duque Bacelar. Depois do pronunciamento do comandante daquele novo empreendimento, muito aplaudido pelos presentes, o Cônego Osmar Palhano, representando Arcebispo Metropolitano D. José de Medeiros Delgado procedeu à benção das instalações. [...] Às 21h30min frente a um magnífico cenário produzido por Genes Soares, foi apresentado aos telespectadores o “GRANDE SHOW” com artistas do cast local e como atrações principais o quinteto gaúcho Conjunto Farrroupilha, a cantora carioca Ellen de Lima, os cantores Francis Bento e Célio Roberto da TV Jornal do Comércio de Pernambuco. Ao finalizar-se o show, também se encerrou a programação da TV.

Localizamos, ao longo da nossa pesquisa, apenas três imagens da inauguração da TV Difusora: na primeira, exibida em vídeo da TV Difusora (Foto 4) e citada nas narrativas de Almeida e Ribeiro, aparecem os irmãos Bacelar e os apresentadores Bernardo Almeida e José

Leite²⁴; na segunda, aparecem os irmãos Bacelar, o técnico Cardoso, o proprietário da empresa Pereira de Souza, Jorge Pereira de Souza, e o chefe da filial da Pereira de Souza em São Paulo, Wilson Arnald Thomazz (Foto 5). Essa empresa era a representante nacional da Rádio Difusora do Maranhão. Na terceira imagem, vê-se Bernardo Almeida entrevistando Juscelino Kubitschek (Foto 8).



Foto 4 - A primeira imagem a ir ao ar. Da esquerda para a direita, os irmãos Magno e Raimundo Bacelar com os apresentadores Bernardo Almeida e José Leite Machado.
Fonte: Acervo Família Bacelar, 9 nov. 1963

²⁴ José Leite Machado (1932-2014), um dos apresentadores da cerimônia de inauguração da TV Difusora, faleceu uma semana após conseguirmos seu contato, na tentativa de gravar um depoimento ou mesmo resgatar documentos. Procuramos, por mais de um ano, localizá-lo, visto que o mesmo levava uma vida reclusa. Após sua morte, fizemos contato inicial com a família, com o intuito de recuperarmos fotos ou documentos que pudessem ajudar a escrever essa história. Sem êxito (N.A.).



Foto 5 - Uma das raras imagens da noite de inauguração da TV Difusora. Da esquerda para a direita, Jorge Pereira de Souza, Magno Bacelar, cinegrafista Luiz Cardoso, Raimundo Bacelar e Wilson Arnald Thomazz.

Fonte: Acervo Talvane Lukatto, 9 nov. 1963

Esses relatos nos fornecem a possibilidade de verificar a ocorrência de lembranças comuns a um mesmo grupo de pessoas, em relação a um determinado fato. Do conjunto dessas memórias, surge a primeira divergência em relação à data de inauguração da emissora que, de acordo com Almeida, teria sido no dia 3 de novembro, embora todos os documentos pesquisados apontem para a data de 9 de novembro de 1963. Eis aí o indício de um provável lapso de memória, ou um equívoco contido nas anotações de Almeida sobre as primeiras transmissões, em caráter experimental, que antecederam o dia da inauguração, segundo nota publicada pelo jornal O Imparcial:

Muito grande é o número de pessoas que vêm acompanhando a fase experimental da TV Difusora, pioneira em nosso Estado, tendo nossa reportagem apurado que a recepção é excelente e bem nítidas as imagens, fato, aliás, que tivemos a oportunidade de confirmar nas últimas noites, no horário em que os esforçados e competentes técnicos da TV – canal 4 – vêm fazendo testes. Não resta dúvida, que a inauguração da TV Difusora [...] constituirá acontecimento da maior significação para todos nós, justificando-se, por isso mesmo, a ansiedade com que vem sendo aguardada (INAUGURAÇÃO ..., 5 nov. 1963, p.2).

Da extensa lista de autoridades convidadas, conforme publicações do dia 9 de novembro de 1963 dos jornais O Imparcial, do Dia e Pequeno²⁵, muitas não se fizeram presentes ao ato de inauguração. Porém, conseguimos levantar informações, em notas e entrevistas, com três autoridades que haviam estado em São Luís, para a cerimônia de inauguração da TV Difusora: o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, senador pelo estado de Goiás e paraninfo da emissora; o ministro da Justiça, Abelardo Jurema (SÃO LUÍS., 21 nov. 1963), representando o presidente da república, João Goulart, e o adido cultural do Consulado dos Estados Unidos, em Belém, estado do Pará, Vicent Rotundo (ADIDO ..., 12 nov. 1963).

Segundo o sócio fundador e diretor da TV Difusora, Magno Bacelar²⁶, muitos dos governadores convidados não puderam comparecer à cerimônia de inauguração, fato confirmado pelas matérias publicadas pelo jornal O Imparcial. Entre eles, os governadores Miguel Arrais, de Pernambuco e Aluizio Alves, do Rio Grande do Norte, representados, respectivamente, pelos senhores Aderbal Jurema Filho e Agnelo Alves, ambos integrantes da comitiva do ministro da Justiça (DECLARAÇÕES ..., 10 nov. 1963).

“Foram, igualmente, convidados para a inauguração da TV e acetiaram [sic] o convite os governadores Virgílio Távora, do Ceará, Pedro Gondim, da Paraíba e Seixas Dória, de Sergipe, os quais, entretanto, não confirmaram sua chegada hoje, a esta capital” (CHEGARÁ ..., 9 nov. 1963, p. 8). Da mesma forma, não encontramos registro da presença do governador Petrônio Portela, do Piauí. Também convidada, a condessa Pereira Carneiro, diretora do Jornal do Brasil, declinou do convite, e O Imparcial justificou a ausência com a seguinte nota: “por motivo de fôrça maior, [...] não pôde atender ao convite especial que lhe fôra feito pelo que não participará da solenidade de inauguração da TV Difusora Canal 4” (CHEGARÁ ..., 9 nov. 1963, p. 8).

Três dias depois, O Imparcial destacava a presença, na solenidade de inauguração, do governador do Maranhão, Newton Bello, e do representante da Igreja, cônego Osmar Palhano de Jesus, que oficiou o batismo dos estúdios da emissora, conforme nota publicada na coluna “Em Sociedade”, da colunista Genoveva (AUTORIDADES ..., 12 nov. 1963, p. 3). Na mesma edição, à página 10, o jornal trazia uma nota sobre o desdobramento da solenidade, para explicar que a primeira etapa realizara-se no sábado, com a presença do ministro

²⁵ Fundado, em 29 de maio de 1951, por José de Ribamar Bogéa, o Jornal Pequeno não possuía vínculos empresariais ou políticos com o grupo Bacelar.

²⁶ Entrevista concedida ao autor, no dia 17 de maio de 2013, em sua residência, no bairro Ponta do Farol, em São Luís.

Abelardo Jurema, e a segunda no domingo, com Juscelino Kubitschek (CONSTITUIU ..., 12 nov. 1963, p. 10).

Curiosamente, no dia da inauguração da TV Difusora, o Jornal do Dia e O Imparcial publicaram, simultaneamente, logo abaixo do texto contendo a programação, a seguinte nota:

ATENÇÃO! O êxito deste programa inaugural, dias 9 e 10, depende da compreensão dos srs. Acionistas, clientes e público em geral, portadores de convites, que deixariam sua honrosa visita dos dias 9 e 10 para os dias subsequentes. Isto porque não foi possível prever o grande número de autoridades civis, militares e eclesiásticas e respectivas comitivas que vieram de outros Estados prestigiar o Maranhão no lançamento de sua televisão pioneira, quando os estúdios precisam do máximo de espaço para bom rendimento técnico e artístico e também para receber em nome dos maranhenses tantas personalidades ilustres do país que visitam nossa terra. Antecipadamente, agradecemos a colaboração de todos que irão evitar visitar os estúdios nos dias 9 e 10, deixando para os dias seguintes, bastando apresentar o convite, por mais esta demonstração de solidariedade, participação sincera, e do tradicional espírito hospitaleiro de São Luís (ATENÇÃO, 9 nov. 1963, p. 8).

A equipe técnica que estrearia na TV Difusora foi basicamente definida por Cardoso. Era formada por empregados da rádio e alguns amigos e colaboradores, quase todos conhecidos por suas alcunhas: Jesus Nonato Lemos, o *Pudim*, operador de transmissor; Antônio Vieira (1920-2009) e Ribamar Fernandes, o *Escurinho do Samba*, no telecine; Haroldo José Rocha de Moraes Rêgo (1937-1972), o *Tijolo*, diretor de TV; Douglas Raimundo Santos (1925-1980), o *Marreta*, e Euclides de Melo Marinho Neto, o *Louro*, câmeras; José de Ribamar Elvas Ribeiro, o *Parafuso*, operador de áudio e sonoplasta. Na parte artística, participaram Genes Soares, como cenógrafo; o produtor Roberto Marassi; Georges Ohnet e Reynaldo Faray, como diretores artísticos; na apresentação, Bernardo Almeida e José Leite Machado (RIBEIRO, 2014b, p. 114-116).

Para dar um toque especial ao ambiente, Raimundo Bacelar trouxe, de Teresina, o desenhista, caricaturista e pintor Genes Celeste Soares (1934-1974), “dos melhores que conheci e que deu, realmente, ao local uma decoração digna de nota”, como afirma Ribeiro, “um artista genial”, o qual se tornou o cenógrafo da TV DIFUSORA [...] (RIBEIRO, 2014b, p.114).

A chegada da televisão maranhense estabelece duas fases bem distintas na história da comunicação no estado: antes e depois de seu advento. Era notória a influência que a televisão exercia sobre as pessoas. A inauguração da TV Difusora, em 1963, definiu, em São Luís, o início do que à época se chamou *modernidade*. Foi um período marcado pelo grande número de produções locais, em sua maioria ao vivo, devido à pouca tecnologia disponível, situação que exigia talento e dedicação dos profissionais que trabalhavam na emissora. Assim, a

expectativa mais elevada estava na programação que seria apresentada. Com atrações das mais variadas, não ficava atrás das maiores emissoras do país.

A grade de programas dos primeiros dias da Difusora foi elaborada de forma diversificada. Havia telejornais, programas de auditório, humorísticos, teleteatros e programas de entrevistas. Nos primeiros noticiários locais, poucas notícias nacionais e internacionais raramente ilustradas com fotos era o que de melhor se podia apresentar (TV DIFUSORA ..., 9 nov. 1963, p. 8).

Interrupções na programação aconteciam com frequência em que anúncios, assim, eram comuns: “Senhoras e senhores telespectadores, ficaremos fora do ar, por alguns minutos, por problemas técnicos em nossos equipamentos. Em breve, voltaremos com nossa programação normal” ou “estivemos fora do ar por falta de corrente elétrica em nossos estúdios e transmissores. Voltamos com nossa programação normal”, ou ainda, “não mexa no seu televisor, o defeito é nosso”.

Tal situação demonstrava não apenas a forma artesanal e rudimentar do momento inicial da televisão no Maranhão, no começo dos anos 1960, mas também a precariedade das condições estruturais da cidade de São Luís, onde a falta de energia elétrica era recorrente.

Na propaganda, o sistema era, também, bastante rudimentar: enquanto o locutor lia o texto comercial, ao vivo, a câmera filmava cartolinas, que eram substituídas de acordo com a evolução do texto. De início, as falhas eram constantes. Quando essas falhas aconteciam, o melhor que os técnicos podiam fazer era substituir as imagens por uma cartolina com a logomarca, nome e prefixo da emissora.

Na dramaturgia, Reynaldo Faray Coelho (1931-2003) e Genes Soares foram os grandes responsáveis pelo sucesso das primeiras telenovelas e musicais apresentados pela Difusora. A indicação de Faray, por exemplo, ocorreu dada a sua experiência com dança e teatro, como escritor, roteirista, adaptador de obras, e por atuar e dirigir as produções locais. Seu trabalho era auxiliado por uma equipe de técnicos, cenógrafos, atores, costureiros e maquiadores. Segundo Almeida (1989), Soares foi escolhido em função da genialidade na criação dos cenários, ilustrações e artes. O depoimento de Almeida é elucidativo daquele momento:

Toda essa projeção social veio a tornar-se mais notável com o aparecimento da Televisão Difusora, da qual, se não foi a alma, foi o coração naqueles primeiros tempos em que todos os nossos programas locais teriam que ser ao vivo. Não existia o recurso do videotape.

Surgiram então as fabulosas produções de Reynaldo Faray, verdadeiros milagres de criatividade, as quais teriam perdido muito de sua beleza e atrativo, não fossem os cenários de Genes Soares [...]. Sua cenografia era de estupenda plasticidade, fantasia e funcionalidade, impossível de ser descrita.

E lá estava ele, no exíguo estúdio da TV Difusora, com o balde e pincéis, a pintar paisagens de praias que se perdiam de vista, na transfiguração de um realismo que desafiava a beleza natural, pelos efeitos de luz e sombra, na estilização das marinhas; eram panoramas campestres de admirável singeleza, interiores solenes de palácios e castelos medievais, além das ruas inconfundíveis de São Luís, dando aos telespectadores a impressão de estarem vivendo a atmosfera do santuário da Praia Grande.

É pena que não tenhamos conservado para a posteridade os cenários maravilhosos de **Esta Noite Improvisamos** e de outros espetáculos de fazerem inveja à televisão de hoje, com todos os instrumentos da técnica moderna ao seu alcance. Não sabemos dar valor à nossa memória irreconstituível (ALMEIDA, 1989, p.110-111, grifo do autor).

Na opinião de Gerd Pflueger²⁷,

Reynaldo Faray era assim uma pessoa de um talento que ninguém podia contestar. [...] Ele era um excelente ator, mas era também um excelente diretor, de uma sensibilidade muito grande. Depois era uma figura importante no mundo da moda. Ele criava modelos... [...] Ele mexia com todas essas coisas e tudo que ele metia a mão, ele dava um jeito da coisa sair com gabarito muito alto. Então, é isso que eu digo, tendo conhecido ele de perto por causa dessa temporada [...] eu acho que se você for falar de alguma coisa de arte aqui no Maranhão tem que ser ele primeiro, disparado, aí vem os outros também [...] outro que eu caia os queixos era Genes Soares que era cenarista da televisão. Toda terça-feira no programa Carrossel que eu inventava assim algum lugar. Aí, Genes, eu quero a *Fontana de Trevi* para fazer o programa na frente. Aí ele ia e fazia. Como todo artista, ele era um pouco irresponsável na seguinte coisa, deixava para a última hora, matava a gente do coração... Ele fez coisas memoráveis. Genes era insuperável.

Um grupo de artistas, produtores e diretores do Teatro Experimental do Maranhão (TEMA), vendo a necessidade, por parte da emissora, de produzir programas locais, mobilizou-se para suprir essa necessidade. O relato de Pflueger apresenta o trabalho pioneiro na produção e apresentação de programas culturais na TV Difusora:

Logo que inaugurou a televisão, nós, eu digo a classe artística daqui, sentimos que a televisão estava sem programação ainda e resolvemos prestigiar Magno [Bacelar] apresentando uma programação local. Daí, Maria de Lourdes [Tajra] e eu fazíamos toda terça-feira o programa Carrossel, que era uma espécie daquele Alô Doçura, de John Herbert e Eva Wilma. Era sempre uma estorinha de amor que envolvia uma série de situações e terminava sempre bem. [...] Cada semana uma estória completamente diferente.

Outro programa de grande repercussão, “A Noite do Bumba Meu Boi de Prata” (Figura 7), teve sua primeira edição levada ao ar no dia 21 de dezembro de 1963, com a apresentação de Gerd Pflueger e Lourdes Tajra, sob o patrocínio da Marauto Importadora S.A., revendedor e representante da Volkswagen no Maranhão. Idealizado por Pflueger, o programa alcançou grande repercussão, e seu objetivo era premiar seis personalidades

²⁷ Entrevista concedida ao autor, na tarde do dia 7 de novembro de 2013, em sua residência no Edifício Caiçara, no centro de São Luís. Gerd Pflueger faleceu no dia 12 de junho de 2015, em São Luís, aos 74 anos, vítima de complicações cardíacas (N.A.).

anualmente escolhidas por terem se destacado na vida industrial, artística, educacional e comercial da cidade. Os homenageados eram sempre anunciados durante o programa, gerando suspense no público telespectador, mas os prêmios sorteados iam para quem havia comprado, no decorrer do ano em questão, automóveis da marca Volkswagen. A grande atração do programa, que teve a direção artística de Reynaldo Faray, foi a participação especial do cantor Cauby Peixoto (BUMBA ..., 5, dez. 1963; CAUBY ..., 21 dez. 1963; PREMIAÇÃO ..., 17 dez. 1963).

Marauto Importadora S. A.
REVENDEDORES VOLKSWAGEN

"...o bom senso sobre rodas..."

Peças legítimas com
garantia de fábrica

Anuncia para o dia 21 do corrente às 22 horas

"Noite do Bumba Meu Boi de Prata"

Bumba-meu boi de prata ???	Premios aos possuidores VW	Surpresa VW ??
Entrevista com personali- dade internacional	Show com artista internacional ???	

Figura 7 - Anúncio da Marauto Importadora S.A.
 Fonte: Arquivo jornal O Imparcial, 17 dez. 1963

De acordo com o Jornal do Dia, a segunda edição de "A Noite do Bumba Meu Boi de Prata" foi apresentada por Gerd Pflueger e Lourdes Tajra, em 19 de dezembro de 1964 (NOITE ..., 3 dez. 1964). O evento contou com a participação de convidados especiais, os humoristas Ema e Walter D'Ávila, além de atrações locais representadas pela cantora Orlandira Matos, a dupla "Ponto e Vírgula" e a garota-propaganda, a atriz Marly Bouéres (HOMENAGEADOS ..., 23 dez. 1964).

Entre os homenageados nas diversas áreas, estavam: Odila Pinho (educação); Eduardo Aboud (economia), presidente do Banco do Maranhão S.A; Major Eduardo Mota (Forças Armadas), representando o 24º Batalhão de Caçadores do Exército brasileiro; Enéas Vilhena de Frazão (indústria), diretor do Moinho de Trigo S.A.; Genes Soares (arte),

cenógrafo da TV Difusora e o pediatra Odorico Amaral de Matos (medicina) (HOMENAGEADOS ..., 23 dez. 1964).

A terceira edição de “A Noite do Bumba Meu Boi de Prata” foi ao ar no dia 3 de dezembro 1965. Reformulada, a edição trazia três apresentadores: Pflueger, Lourdes Tajra e Reynaldo Faray. Coube ao escritor e jornalista José Chagas (AGRACIADOS ..., 5 dez. 1965) criar os textos de apresentação dos homenageados do ano: Rosa Castro (educação); Maria José Murad (filantropia); Antônio Neves (difusão cultural) (Foto 6); Turíbio Santos (música); Aldemir Santos (finanças) e a personalidade do ano, José Sarney, recém eleito governador do Maranhão (Foto 7). Os cenários foram produzidos por Genes Soares e o roteiro, por Fernando Moreira.



Foto 6 - O comerciante Antônio Neves, da Casa Moraes e da Galeria dos Livros agradecendo o troféu “Bumba meu boi de prata”, observado pelos apresentadores Gerd Pflueger, Maria de Lourdes Tajra e Reynaldo Faray.

Fonte: Acervo Talvane Lukatto, 3 dez. 1965.



Foto 7 - Gerd Pflueger, Reynaldo Faray e Maria de Lourdes Tajra observam o recém-eleito governador do Maranhão, José Sarney, ao receber o troféu “Bumba meu boi de prata”, como personalidade do ano.
Fonte: Acervo Talvane Lukatto, 3 dez. 1965.

Como nas edições anteriores, a Marauto S.A. - patrocinadora do programa, sorteou prêmios para os clientes que compraram veículos Volkswagen, no ano de 1966. A última edição do programa foi transmitida pela TV Difusora em 13 de março de 1967. Com os roteiros escritos por Bandeira Tribuzzi, Carlos de Lima, Gerd Pflueger e Fernando Moreira, o programa teve a apresentação de Nagib Sekeff, Gerd Pflueger, Ana Maria Ramos e Fernando Souza. Vera Matos foi a garota propaganda; com cenários de Genes Soares e sonoplastia de Elvas Ribeiro, o *Parafuso* (SORTEIO..., 12 mar. 1967, p. 2).

A última promoção da Marauto S.A., que recebeu o nome de “Noite do Bumba Meu Boi de Prata”, e que homenageou as seis personalidades que mais se destacaram no ano de 1967, foi realizada na sede da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), em 12 de janeiro de 1968, mas não foi transmitida pela TV Difusora (ROSA ..., 11 jan. 1968).

O Departamento de notícias, setor responsável pelo telejornalismo da TV Difusora, também era destaque. Almeida (1989, p. 84) ressalta que chegou a entrevistar importantes personalidades do mundo político, como Jânio Quadros, marechal Lott e Juscelino Kubitschek, entre outros. Na entrevista com JK (Foto 8), levada ao ar no dia seguinte ao da inauguração da emissora, ainda como parte da programação, Juscelino Kubitschek de Oliveira reiteraria sua intenção em disputar as eleições de 1965 à presidência da república²⁸. A entrevista foi noticiada pelo *Jornal do Dia*, ao publicar a programação de inauguração, dando

²⁸ As eleições diretas para presidente e vice, que seriam realizadas em 1965, foram antecipadas para 11 de abril de 1964, de forma indireta, em função do Golpe Militar de 1964 (N.A.).

destaque para a atração de encerramento de domingo: “21:05 horas - Momenagem [sic] do paraninfo Exmo. Sr. Sen. Juscelino Kubitschek a TV Difusora, Canal 4, seguida de entrevista de grande interêsse nacional” (TV DIFUSORA ..., 9 nov. 1963, p. 8).



Foto 8 - Bernardo Almeida entrevista Juscelino Kubitschek
Fonte: Acervo Talvane Lukatto, 10 nov. 1963

Segundo Magno Bacelar²⁹, a entrevista de Juscelino Kubitschek deu visibilidade à nova emissora, dada a importância do ex-presidente na conjuntura política daquela época:

É, na verdade, o Juscelino [...] era nosso convidado realmente [...], mas aí, com os problemas da Revolução etc, contudo, como era concessão, não podia. Não houve uma proibição, mas sabíamos que era impossível. Então, ele era convidado para a inauguração. Chegou no dia seguinte, deu essa entrevista e falou. Realmente, tudo o que o Juscelino dizia era importante demais. Ele tinha sido o retrato da democratização e estávamos caindo logo depois numa ditadura, teve uma repercussão muito grande.

Na mesma data da entrevista com JK, O Imparcial (Figura 8) anunciava para o dia seguinte, o lançamento de um dos primeiros programas de entrevista da televisão maranhense

²⁹ Entrevista concedida ao autor, no dia 17 de maio de 2013, em sua residência, no bairro Ponta do Farol, em São Luís.

“Personalidade em destaque”, sob o patrocínio de Casa Moraes Ltda. A maioria dos programas tinha patrocínio, inclusive os noticiários, que, muitas vezes, levavam o nome do anunciante.

2ª feira 21,35 hs. TV Difusora-Canal-4

« Personalidade em destaque »

UMA PROMOÇÃO DE

CASA MORAES LTDA.

-a concessionários **WILLYS** de sua preferência

Figura 8 - Anúncio Personalidade em destaque – Casa Moraes Ltda.
Fonte: Arquivo jornal O Imparcial, 10 nov. 1963

Confirmando a exibição do referido programa, a matéria publicada pelo jornal O Imparcial afirma:

Às 21,30 de segunda-feira passada foi apresentado pela primeira vez na TV DIFUSORA o programa 'PERSONALIDADE EM DESTAQUE', com a apresentação oficial de Bernardo Almeida e extraordinariamente, naquele dia, do Sr. Antônio Moraes, diretor-presidente da 'CASA MORAES LTDA', que patrocina o programa. Na estréia do programa o sr. Antônio Moraes entrevistou o sr. Raimundo Bacelar, diretor da Rádio – TV DIFUSORA (Foto 9). O entrevistado abordou a inauguração da TV – Difusora e a COOPERATIVA AGRÍCOLA INDUSTRIAL DO VALE DO PARNAÍBA. A escolha do Sr. Raimundo Bacelar foi das mais felizes, uma vez que realmente o maior acontecimento do momento foi a inauguração do CANAL 4, um sonho do povo maranhense. Em palestra com os Srs. Antônio Moraes e Ewerton Comaru Filho, respectivamente diretor-presidente e diretor de relações públicas da 'Casa Moraes Ltda.', a nossa reportagem tomou conhecimento de que 'PERSONALIDADE EM DESTAQUE' é de fato uma das melhores iniciativas para a nossa TV, uma vez que visa [sic] homenagear, em cada semana, um nome que tenha se destacado na nossa vida social, cultural, artística, etc. 'PERSONALIDADE EM DESTAQUE' será apresentado todas as segundas-feiras às 21,35 com Bernardo Almeida entrevistando (PERSONALIDADE ..., 14 nov. 1963, p. 8).



Foto 9 – Antônio Moraes entrevista Raimundo Bacelar
 Fonte: Arquivo jornal O Imparcial, 14 nov. 1963

Em 29 de dezembro de 1963, a TV Difusora anunciou, como presente de ano novo aos telespectadores, uma nova programação a partir de 1º de janeiro. A programação incluía: “Tele-Novelas, Humorismo, Músicas! Uma série de atrações para seu divertimento! [...]” Nos textos a seguir, lemos os anúncios dos programas levados ao ar pela emissora:

Cláudio Ramos produziu e a T.V. – Difusora – Canal 4 apresentará às 2.º feiras, às 21 horas e cinco minutos, “VAMOS GOZAR A VIDA”

Divirta-se assistindo as aventuras do Comendador Bôa Vista, do Camêlo Felisberto, de seu Porfírio e dos amigos inseparáveis “CREMILDO E CAZUZA”.

“VAMOS GOZAR A VIDA”. Dia 1º, às 21,05 no Canal 4.
 Assista tôdas as quartas-feiras, a partir de 1º de janeiro, “A GRANDE ESTIAGEM” – Original de Isaac Gordin Filho. A primeira história em capítulos a ser levada pela T.V. – Difusora – Canal 4.

Uma história dramática e humana que retrata fielmente a tragédia da sêca no nordeste.

“A GRANDE ESTIAGEM” – Tôda as quartas feiras às 20 horas e 15 minutos, na sua T.V. – Difusora – Canal 4.

Sábado dia de festas na T.V. – Difusora – “O SABER NÃO TEM LIMITE”.
 Um programa de classe para um público de classe.

“O SABER NÃO TEM LIMITE”.

Uma produção e apresentação de Bernardo Almeida. Todos os sábados de 20,30 às 21,00 horas – AGUARDEM:

“O SABER NÃO TEM LIMITE”.

“BROTOLÂNDIA” – Um programa para a juventude! Alegre! Divertido! Sempre diferente. Acompanhe as aventuras da turma de “BROTOLÂNDIA” – sob o comando de CARLOS HENRIQUE! “BROTOLÂNDIA” – Todos os sábados às 20,05 minutos na T.V. – Difusora – Canal 4.

“SÃO LUÍS SE DIVERTE”. Uma sequência de bom humor e boa música! – Uma hora de show para seu deleite, com apresentação de Fernando Sousa e Mirtes Helena.

“SÃO LUÍS SE DIVERTE”

Aos domingos, às 20,30 horas na T.V. – Difusora – Canal 4: Lembre-se, você não precisará sair aos domingos à noite. A alegria irá até você, em sua poltrona predileta. “SÃO LUÍS SE DIVERTE” – aos domingos a partir das 20,30 horas na sua T.V. Difusora – Canal 4 (TV DIFUSORA ..., 29 dez. 1963, p. 11, grifo do autor).

4.4 A revista especializada

A televisão ocupava tanta importância na vida dos maranhenses que motivou a criação de uma revista especializada³⁰ para divulgar programações culturais diversas e os bastidores das emissoras. De acordo com O Imparcial:

A Dupisk Publicidade, empresa dirigida pelo destacado radialista e jornalista conterrâneo Ruy Pisk, lançará, a 15 deste mês, interessante revista, contendo variada matéria sobre programações mensais de programas de TV, Rádio, Cinema, Teatro, movimento social dos principais clubes, além de outras de interesse geral. Intitulada ‘TV-Rádio-Cineteatro-Revista’, contará a revista em referência 36 páginas, com capa em tricomia couchê, ilustrada com uma cópia do quadro do pintor Genes, numa justa homenagem a esse artista do pincel, e apresentará feição moderna e bom serviço de clicheria.

O novo lançamento do nosso conterrâneo Ruy Pisk, que vem sendo aguardado com interesse nos meios sociais da cidade, estará à disposição de todos nas bancas de revistas da capital, a partir daquela data (DUPISK ..., 9 jan. 1964, p. 2).

O humorismo marcou, desde o início, a programação da TV Difusora. “O riso é o limite”, programa de humor (Figura 9), mereceu destaque em anúncio de meia página do Jornal do Dia, na edição de 12 de janeiro de 1964.

³⁰ A TV-Rádio-Cineteatro-Revista foi criada em 1964, porém, não sabemos por quanto tempo circulou e nem o número de edições que foram lançadas. Não conseguimos encontrar a referida revista, apenas fragmentos de uma das edições com a programação da TV Difusora, conforme Anexo A (N.A.).

O RISO E' O LIMITE

O melhor programa de TV
com afamados comediantes

ESTREIA -- DIA 15 as 20 horas
— CANAL 4 —

Patrocínio exclusivo da sua

Importadora do Norte
a pioneira no lançamento de Televisores

Figura 9 - Anúncio do programa O riso é o limite
Fonte: Arquivo Jornal do Dia, 12 jan. 1964

O programa “São Luís se diverte” era apresentado aos domingos, às 20h35min, com produção de Reynaldo Faray e apresentação de Fernando Cutrim. No elenco, destacavam-se Ana Mineu, Facury Heluy, Fernando Melo, Carlos Henrique, Conceição Mineu, Eugênio Giusti, Lizete Ribeiro, Douglas Santos, o *Marreta*, José Inácio Rêgo e o próprio Elvas Ribeiro. A cada domingo, segundo Ribeiro, um novo episódio era levado ao ar (RIBEIRO, 2014b, p.122). Conseguimos recuperar imagens de dois desses episódios (Fotos 10 e 11), com Fernando Melo e Elvas Ribeiro.

Ribeiro (2014b, p. 118) considera que 1964 foi o ano de autoafirmação da TV Difusora:

Começou com uma modificação na equipe inicial. Os paulistanos George Ohnet e Roberto Marassi, talvez insatisfeitos [...] acharam por bem voltar às suas origens.[...] Para substituí-los, Raimundo Bacelar chamou o professor de balé, bailarino, coreógrafo, ator, produtor e estilista Reynaldo Faray, oferecendo-lhe o cargo de Diretor artístico da televisão. Muito bem relacionado na sociedade maranhense, dono de grande capacidade artística, Reynaldo, que era proprietário de uma academia, onde ensinava dança clássica e popular, com significativo número de alunas e alunos, aceitou assumir o cargo, prometendo tudo fazer para o sucesso do empreendimento. Com tantas e tão boas qualidades, o professor logo conseguiu atrair para a televisão, considerável quantidade de pessoas [...] com dotes artísticos,

que foram reveladas, aproveitadas e ainda mais, artistas verdadeiros de rádio e de teatro que juntos chegaram a constituir um elenco de notável qualidade.



Foto 10 - Vitório e Marieta no Programa “São Luís se diverte”, da TV Difusora. Da esquerda para direita: Elvas Ribeiro, Fernando Melo e Marreta.
Fonte: Acervo Fernando Melo, 1964



Foto 11 - Da esquerda para direita: Eugênio Giusti, Parafuso e Marreta, no Programa “São Luís se Diverte”.
Fonte: Acervo Elvas Ribeiro, 1964.

Para uma sequência do programa “São Luís se diverte” (Foto 12), afirma Ribeiro (2014b p. 124): “montei um *playback* com cinco números instrumentais que apresentamos com a “HED BOSSA TRIO”, “H” de Haroldo, no contrabaixo, “E” de Elvas, na bateria, e “D” de Douglas, ao piano, numa perfeita dublagem do Zimbo Trio”.



Foto 12 - HED BOSSA TRIO, da esquerda para direita: Haroldo Rego, Elvas Ribeiro e Douglas Santos. Fonte: Acervo Elvas Ribeiro, 1964.

Uma nota do Jornal do Dia chama a atenção por evidenciar a maneira limitada e artesanal do trabalho desenvolvido à época, pelos técnicos responsáveis pela operação da televisão no Maranhão:

A nossa TV DIFUSORA, Canal 4 estará fora do ar no próximo domingo, uma vez que toda a sua equipe técnica e artística se ausentará de São Luís, afim de estar presente em Coelho Neto (MA) à inauguração da moderna e possante Usina de Açúcar dos irmãos Bacelar, verdadeiros pioneiros em prol do progresso de nosso Estado (TV DIFUSORA..., 9 jul. 1964, p. 2).

Na véspera do primeiro aniversário da TV Difusora, o jornal O Imparcial registrou a data com o seguinte texto:

Transcorrerá, amanhã, o primeiro aniversário de fundação TV-Difusora, Canal 4 que em apenas um ano de existência já desfruta do mais largo conceito, se constituindo em eloquente demonstração do que é capaz a iniciativa privada quando bem dirigida.
PROGRAMA COMEMORATIVO
Para festejarem o evento os irmãos Bacelar organizaram selecionado programa com que brindarão os tele-espectadores [sic].
ENCERRAMENTO DA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

Por se acharem praticamente, quase tôdas subscritas, sará [sic] encerrada naquela data a subscrição de ações da TV Difusora, Canal 4, cujo lançamento contou com a grande aceitação do povo, tendo centenas de pessoas adquirido os novos títulos do vitorioso empreendimento (PRIMEIRO aniversário..., 8 nov. 1964, p. 10).

Neste mesmo dia, um anúncio da Guimarães e Souza Sociedade Anônima (Figura 10), publicado em O Imparcial (8 nov. 1964, p. 7), chamou a atenção por oferecer como presente de Natal dez ações integralizadas do Canal 4 aos consumidores que adquirissem televisores das marcas Philco ou GE, em sua loja, até o dia 30 de novembro. O brinde incluiria o comprador, automaticamente, no rol dos acionistas da TV Difusora.

ADQUIRA O SEU TELEVISOR
PHILCO ou "GE"
 EM Guimarães e Souza Sociedade Anonima
 e transforme-se automaticamente em acionista da TV-Difusôra!
10 ações integralizadas do seu "canal 4" lhe serão entregues como presente de Natal se você adquirir o seu Televisor até o dia 30 de novembro !
 Promoção de Natal
 da mais antiga casa especializada no ramo!
Rua Joaquim Tavora 365-Telefone-2400

Figura 10 - Anúncio Guimarães e Souza S.A. comércio e representações
 Fonte: Arquivo jornal O Imparcial, 8 nov. 1964

O equilíbrio entre a preocupação dos militares em demonstrar o poder que exerciam sobre os órgãos de comunicação e a forma cordial com que a TV Difusora se relacionava com

os governos militares ficou patente na entrevista realizada pelo jornalista Bernardo Almeida com o alto Comando do Exército no Maranhão (Foto 13). O registro fotográfico da entrevista data do período entre 22 de julho de 1964 e 14 de novembro de 1966, época em que, simultaneamente, o coronel Braga comandou o Exército no Maranhão e o capitão Freitas chefiou a Polícia Militar. Na imagem, aparecem, da esquerda para a direita, Major Eduardo Cavalcante de Sant'anna; Major Eduardo D'Almeida Campos Pereira Mota; jornalista Bernardo Almeida; Tenente Coronel Alberto Liége de Souza Braga, que comandou o 24º Batalhão de Caçadores e, por ser o oficial mais antigo, também chefiou a Guarnição Federal de São Luís; Capitão Antonio Carvalho de Freitas, que esteve à disposição do governo do Maranhão, exercendo o cargo de Comandante da Polícia Militar; Tenente Coronel José Rodrigues de Paiva e Major José da Costa Ferreira Belchior. Todos oficiais do estado maior do 24º Batalhão de Caçadores.



Foto 13 - Bernardo Almeida entrevista o Comando do Exército no Maranhão.
Fonte: Acervo Talvane Lukatto

O jornalista Fernando Souza³¹, um dos mais renomados apresentadores à época, foi quem entrevistou, em 1965, **Renato Bayma Archer** da Silva (1922-1996), pré-candidato ao governo do Maranhão (Foto 14). O curioso é que Fernando Souza era noticiarista de TV e cronista esportivo, mas foi o próprio Renato Archer quem solicitou à direção da emissora que

³¹ Entrevista concedida ao autor, na tarde do dia 13 de maio de 2013, em uma sala da Rádio Universidade, no Campus do Bacanga, em São Luís.

o apresentador conduziu a entrevista³². A emissora atendeu, e a entrevista foi a única realizada por Fernando Souza para televisão. Durante a entrevista, Renato Archer reafirmaria sua disposição de concorrer ao governo do Maranhão, nas eleições de 1965³³, ainda que com o veto do seu nome pelo regime militar. É o que nos revela Benedito Buzar, no livro *O Vitorinismo, lutas políticas no Maranhão – 1945 a 1965*:

[O governador] Newton Bello não contava ouvir, do próprio Renato Archer, críticas à sua atuação no episódio de Belém. O parlamentar [Renato Archer] usou a TV Difusora para censurá-lo publicamente por não ter resistido às pressões de Castelo Branco que, a seu ver, não tinha atribuição constitucional para vetar candidaturas. [...] Além de duras críticas a Vitorino, Renato Archer prometeu denunciar o presidente da República na Câmara Federal, não aceitar, nem acatar veto à sua candidatura e aguardar a convenção do PSD para definir o seu destino político (BUZAR, 1998, p. 471-473).



Foto 14 - Fernando Souza entrevista Renato Archer
Fonte: Acervo Talvane Lukatto, 1965.

³² Chamou-nos a atenção o hábito que havia entre apresentadores, entrevistados e técnicos de fumar à vontade nos estúdios, inclusive com os programas no ar. Vide, sobre a mesa do estúdio, o maço de cigarros com fósforo e cinzeiro, na Foto 14.

³³ Das eleições de 1965, para governador do Maranhão, saiu vitorioso José Sarney, do PSP-UDN-PR, tendo Renato Archer, do PTB-PSD, ficado com a terceira votação, atrás de Costa Rodrigues, do PDC-PL (N.A.).

O segundo aniversário da TV Difusora foi marcado por vasta programação, com atrações que incluíam as produções de Reynaldo Faray e Cláudio Ramos, e um festivo show com Nora Ney e Jorge Goulart (TV DIFUSORA, 9 nov.1965, p.1).

Do segundo aniversário, recuperamos uma imagem (Foto 15) onde aparecem, da esquerda para a direita, os colaboradores da área técnica, Raimundo Nonato Carvalho de Oliveira; Inácio, diretor de TV; Tomaz Costa, *boom man*; José Ribamar da Silva Pinto, câmera 2; José Ribamar Cabral, câmera 1; Luiz Cardoso de Almeida e Antônio Carlos de Araújo Schilibe. Todos à frente de um cenário especialmente preparado para a programação comemorativa da Difusora, desenhado por Genes Soares.



Foto 15 - Os bastidores do aniversário de segundo ano da TV Difusora.
Fonte: Acervo Talvane Lukatto, 9 nov. 1965

4.5 O videotape: marco histórico na televisão maranhense

1966 foi um ano decisivo para a Difusora. A aquisição do *videotape* constituiu o marco histórico que proporcionou uma radical mudança em sua programação. Quando o *videotape* chegou às grandes emissoras brasileiras, no início dos anos de 1960, a programação, aos poucos, foi sendo centralizada no eixo Rio-São Paulo e passou a dominar o

mercado. Com a chegada do *videotape* a São Luís, em 1966, a programação local da TV Difusora, produzida em quase sua totalidade ao vivo, foi substituída por programas pré-gravados.

Inicialmente anunciado para a transmissão do carnaval de São Luís, em fevereiro, o uso da técnica do *videotape* foi assim registrado pelo Jornal do Dia:

Estará chegando dentro dos próximos dias em nossa capital a aparelhagem de *video-tape* da Televisão Difusora. Essa informação [...] foi confirmada pelo Diretor-Geral da estação televisôra Dr. Carlos Magno Duque Bacelar. Segundo informações [...] o *video-tape* deverá ser instalado imediatamente, entrando logo em fase experimental. Os técnicos da TV Difusora garantem que até o dia 15 de fevereiro a aparelhagem estará funcionando normalmente, sendo certo que o Carnaval Maranhense deste ano será totalmente televisado para os lares. A estação com a aquisição da moderna aparelhagem informou que fará cobertura integral dos acontecimentos carnavalescos. Logo depois das festas de Momo o *video-tape* passará a oferecer aos telespectadores em geral programas gravados no sul do país, fato que representa o passo decisivo da TV Difusora rumo à sua integração na vida sanluizense (VIDEO-TAPE..., 29 jan. 1966, p. 5).

Mais uma vez, os prazos não foram cumpridos e somente cinco meses depois, em 9 de julho daquele ano, o equipamento entrou em operação, demarcando uma nova era na programação da emissora. O investimento era muito alto, como indica a matéria publicada no Jornal do Dia:

Um dos maiores sonhos do povo de São Luís se concretiza: a TV Difusora canal 4 já tem *video-tape*. Agora tem tudo. O grande esforço de uma empresa se transforma na alegria de uma Cidade. Os irmãos Bacelar cumprem a promessa. Foi difícil, mas significa um triunfo sem precedentes. O *video-tape* custou a fortuna de 265 milhões de cruzeiros. Este dinheiro poderia ter sido aplicado num negócio simplesmente rendoso, muito mais rendoso. Mas há o empenho de progresso e de servir. De dar ao povo momentos felizes. A Rádio TV Difusora, em lançamento de vendas de ações para aquisição do *video tape* encontrou grande acolhida mas foram integralizados apenas sete milhões. De financiamento específico obteve 40 milhões do Banco Nacional do Norte e 40 milhões do Banco da Lavoura. A diferença para o investimento, já todo pago numa época de falta de dinheiro foi da ordem de 178 milhões de cruzeiros. Somente agora, para o transporte aéreo do aparelho dos Estados Unidos e despesas alfandegárias foi de mais de 46 milhões (exatamente 46.350.000). O aparelho de *video-tape* da TV Difusora canal 4, é do tipo mais moderno que existe. É igual ao da TV Globo do Rio. E muito superior aos de Fortaleza e Belém. Sua marca é AMPEX profissional, a mais famosa e atualizada do mundo. Veio de São Paulo via Belém em avião da Paraense Transportes Aéreos equivalendo a vinte lugares de passageiros. Este frete em conta permuta, custou milhões de cruzeiros. O custo de um programa com duração de uma hora é o seguinte: 45 mil cruzeiros de desgaste da cabeça do gravador. Seja reproduzindo ou gravando. Após 100 horas de uso, a cabeça do gravador tem que ser enviada aos EE UU para ser retificada por três milhões de cruzeiros. O preço do frete aéreo é de 40 mil cruzeiros. O aluguel do programa é de 200 mil cruzeiros por hora. Uma hora de programa oferece 285 mil cruzeiros de despesa sem contar corretagem dos corretores e o tempo de televisão. O preço de um rolo de fita virgem para gravar custa 1 milhão e 500 mil cruzeiros. Já estão em São Luís para serem exibidos, além de outros, os seguintes programas: de Dercy Gonçalves, Chico Anísio, Moacyr Franco, Elza Soares, Miltinho e Helena de Lima[...]. E teremos, para alegria de todos, a satisfação de um anseio nacional: os tapes da Copa do Mundo (TV DIFUSORA ..., 9 jul. 1966, p. 8).

Na verdade, foi atribuída tanta importância ao fato que uma nova cerimônia foi realizada, com bastante destaque, para marcar a data. O Jornal do Dia fez o seguinte registro:

Marcando uma etapa decisiva na sua existência a Televisão Difusora, Canal 4, inaugurou, ontem, durante um coquetel que ofereceu às autoridades locais e à imprensa o seu equipamento de *Video-Tape* que, como noticiamos ontem, é um dos mais modernos do mundo, semelhante ao da NBC (Norte Americana) e ao da TV Globo (do Brasil). [...] O monsenhor Ladislau Papp procedeu a benção das instalações. O Deputado Magno Bacelar, Diretor da Rádio-TV Difusora foi após sua oração, muito aplaudido e bastante cumprimentado pelos presentes.[...]. Para o trabalho de instalação e manutenção da TAPE-AMPEX, Marcos Salívero e Cláudio Pinto Pessoa que, gentilmente explicaram aos presentes como funciona o 'tape'. Treinarão elementos daqui de São Luís para os serviços daquele equipamento, após o que retornarão ao Sul do País. O sistema de *video-tape* entrou ontem mesmo em funcionamento, tendo sido muito bem recebido pelos maranhenses que estarão agora mais próximos do Sul do País, usufruindo um produtivo intercâmbio cultural e artístico (NOVO..., 10 jul. 1966, p. 7).

A campanha publicitária de página inteira, que dava destaque à chegada do *videotape* (Figura 11), divulgada pelo Jornal do Dia (10 jul. 1966, p. 4), tinha características bastante modernas e ousadas para época.

— (1) —

O MAIOR BRINDE DO ANO -E PARA SEMPRE

A TV Difusora antecipa o progresso do Maranhão com mensagem de alegria nos lares de São Luís... Com um sonho realizado... Dourado-sonho... A coisa mais esperada... Promessa cumprida... Grande alegria...
VIDEO-TAPE
Chuva de verão... Verão depois da chuva...
E sejamos francos: Como a primavera!

FÓRMULA: – Um sujeito maluco (Raimundo Bacelar) – numa cidade convencida (São Luís) – um comércio velho ficando novo – uma emissora de rádio só querendo ser... uns radialistas esforçados – Um moço chamado Magno (também Bacelar) – Uma televisão impossível e um vídeo-tape muito mais, que foi inaugurado. Eis a receita do brinde do ano! Veja os programas e vibre conosco, com Roberto Carlos, Dercy, Pelé na Copa, Chico Anísio, Moacyr Franco e outras cobras. Quando a gente acaba o brinde de fora, vai-se mandar prá eles um grande Maranhão!

Figura 11 - Anúncio da TV Difusora sobre o vídeo tape
Fonte: Arquivo Jornal do Dia, 10 jul. 1966

O terceiro ano da TV Difusora, no entanto, foi marcado por grandes dificuldades financeiras. No início de 1967, a emissora, para enfrentar nova crise, volta a vender ações ao público, com o objetivo de aumentar o capital da empresa, saldar as dívidas, e ampliar sua área de cobertura pelo interior do estado, conforme anúncio publicado na edição de 18 de janeiro de 1967 do Jornal do Dia:

A RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A. tem a satisfação de comunicar ao público que acaba de assinar contrato com a conceituada firma Batista Moreira - Comércio e Representações Ltda., estabelecida à rua Floriano Peixoto, 268, 2º andar, em Fortaleza, para que a mesma, com seus corretores especializados, fique à frente do plano de vendas de ações, para aumento de capital da empresa, com o objetivo de expandir o raio de ação da TV Difusora, canal 4, na grande meta “novo horizonte” de cobertura do território maranhense com sua “imagem de progresso”. A campanha de subscrições será iniciada hoje, podendo as pessoas interessadas, além das visitas de rotina efetuadas pelos corretores credenciados, pedir informações diretamente pelos telefones 22-98 e 23-44. São Luís, 18 de janeiro de 1967. BERNARDO COELHO DE ALMEIDA (Diretor Secretário) (COMUNICAÇÃO, 18 jan. 1967, p. 1).

De acordo com o Jornal do Dia, a direção da TV Difusora iniciara naquele ano o levantamento para instalação das estações repetidoras que levariam a imagem da emissora ao interior do estado e à cidade de Teresina, no vizinho estado do Piauí. O jornal anunciava que a expansão do sinal da emissora aconteceria ainda 1967, e que sua implantação seria imediata (TV DIFUSORA..., 17 set. 1967, p. 1). Mas a tão esperada meta de expansão da cobertura da TV Difusora – o “Novo Horizonte” - só foi concluída em meados de 1968, conforme a matéria publicada pelo jornal O Imparcial:

A partir de hoje, será captada em Teresina, capital do vizinho Estado do Piauí, a imagem da Televisão Difusora – canal Quatro de São Luís. Segundo fomos informados, o Dr. Magno Bacelar, diretor da estação televisora maranhense, esteve ontem, na “Cidade Verde”, onde constatou, pessoalmente, que a imagem do nosso Canal Quatro está chegando a Teresina com perfeita nitidez, graças aos serviços técnicos de transmissão da imagem e som, montados pela empresa pioneira de TV no Nordeste Ocidental. O acontecimento está sendo aguardado com o mais vivo interesse e evidente entusiasmo do povo piauiense, visto que passa a dispor de televisão, antes mesmo que estejam concluídas as instalações da sua própria estação televisora. [...] Com as instalações procedidas pela vitoriosa empresa de rádio e TV, dos Irmãos Bacelar, para levar mais longe som e imagem de seus apreciados programas, passam a ser também servidas de televisão todas as cidades maranhenses situadas ao longo da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, inclusive Codó, Caxias e Timon (IMAGEM..., 16 ago. 1968, p. 8).

O Jornal do Dia confirmou o fato, com a seguinte matéria:

Desde sua inauguração, a TV DIFUSORA CANAL 4 vem-se preocupando em estender a “Imagem do Som e do Progresso do Maranhão” a todo Estado e além fronteira com o objetivo [...] de dinamizar o comércio e a indústria por intermédio da publicidade. Cerca de trinta e dois municípios maranhenses já contam com os benefícios do “CANAL 4”, que vem encurtando distâncias e unindo cidades, por meio de mensagens das mais diversas, desempenhando, assim a sua verdadeira função de veículo de comunicação. Conquistando sua primeira vitória no cenário estadual, numa verdadeira guerra em prol do desenvolvimento, já a partir de amanhã, a TV DIFUSORA DO MARANHÃO, estará também presente nos lares da cidade de Teresina, capital do vizinho Estado do Piauí. Em mais um marcante passo no desenvolvimento da comunicabilidade, a Televisão Difusora do Maranhão inaugurará oficialmente, amanhã, sua imagem para Teresina, no Piauí. A partir das dezessete horas o “CANAL 4” estará apresentando uma programação toda especial a seus milhares de telespectadores [...] (DIFUSORA ..., 16 ago. 1968, p. 1).

Em julho de 1969, o Jornal do Dia registrava a reação dos maranhenses com a chegada do homem à Lua. Estampada em letras garrafais, na primeira página, a manchete anunciava: “TAPE” DA LUA HOJE NO CANAL-4. O texto destacava o esforço do governador do Maranhão para conseguir a gravação, já que ainda não havia transmissão ao vivo:

Conseguido, pessoalmente, pelo Governador José Sarney o ‘*tape*’ gravado pela câmera da ‘Apolo 11’, durante a missão dos três astronautas, na Lua, estará sendo exibido hoje à noite pela TV Difusora, Canal 4. Dessa forma, os telespectadores do Maranhão e Piauí poderão vêr todos os detalhes da histórica missão do homem no satélite natural da terra. O Governador José Sarney cabografou, ontem à noite, ao Dr. Magno Bacelar nos seguintes termos: ‘Estah Seguindo *Tape* completo Missão Apolo exclusividade absoluta todo norte nordeste’ (TAPE ..., 23 jul. 1969, p. 1).

Os maranhenses e piauienses puderam assistir ao segundo *tape*, no mesmo dia do retorno da missão Apolo 11, graças a uma operação logística montada para fazer chegar a gravação a São Luís, conforme explica a matéria publicada pelo Jornal do Dia:

Sob os auspícios da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, a TV Difusora, Canal 4, exibiu ontem, às 24 horas, em transmissão direta para os Estados do Maranhão e Piauí, o ‘*tape*’ original da chegada do homem na terra, após o feito histórico da conquista da lua. Essa oportunidade que o Povo teve de assistir, em primeira mão esse documentário de interesse mundial no mesmo dia do importante acontecimento deve-se ao empenho pessoal do Governador José Sarney, junto à TV TUPI do Rio, a qual comprou da Embratel os direitos de reprodução das imagens transmitidas pelo satélite ‘Intelsat’. Por sua intercessão, um helicóptero do Exército conduziu a fita do local da gravação até o aeroporto do Galeão, no Rio, a fim de ser transportada para São Luís. Anteontem, como se sabe, o Canal maranhense de televisão transmitiu, antecedido de uma saudação do Governador José Sarney aos brasileiros do Maranhão e do Piauí, gravada no Rio, o “*tape*” da chegada do homem no solo lunar. O governador disse, em sua saudação, que não poderia deixar que os maranhenses não tivessem, como êle teve, no Rio, a oportunidade de assistir aquele documentário de um grande acontecimento da história da humanidade, E que por isso envidou todos os esforços junto à direção dos “diários associados”, com seus diretores João Calmon e José Pires de Sabóia. A TV Difusora gravou ambos os ‘*tapes*’, devendo os mesmos voltarem a ser exibidos oportunamente (MARANHENSES ..., 25 jul. 1969, p. 1).

Ao completar 6 anos de atividades, a TV Difusora ainda mantinha o *slogan*: “testemunho vivo da iniciativa e do arrojo do povo do Maranhão”, e dava destaque à programação especial, através do Jornal do Dia, que seria “levada a efeito, com início às 16 horas, tendo como atração principal “Topo Gigio”, a grande coqueluche da televisão brasileira no momento” (DIFUSORA ..., 9 nov. 1969, p. 8). Em outra nota, o colunista do mesmo jornal cumprimenta os dirigentes da emissora pelos “excelentes serviços prestados à coletividade maranhense, graças ao esforço [...] em manter uma programação que inclui os grandes sucessos gravados em *tape* pelas principais emissoras do Rio e São Paulo” (ANIVERSÁRIO..., 9 nov. 1969, p. 2).

Houve vários momentos que, em virtude das dificuldades e/ou limitações técnicas, o telespectador se viu diante de cenas curiosas e hilárias. Um desses acontecimentos ocorreu em

junho de 1970, com a primeira transmissão direta da Copa do Mundo, do México, pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL)³⁴, em caráter experimental, para o nordeste, até o Piauí. Como estava previsto, o maranhense só assistiria à gravação dos jogos no dia seguinte. Os mais dispostos viajaram até Teresina³⁵ para acompanhar os jogos em *real time*. De acordo com Magno Bacelar³⁶, ao chegarem à entrada de Teresina, na ponte metálica que separa o estado do Maranhão da capital piauiense, depararam-se com uma placa com os seguintes dizeres: *Maranhenses, sejam bem vindos ao México!*

Magno Bacelar, em tom jocoso, acrescenta que a crítica foi uma espécie de vingança bem-humorada dos piauienses pela baixa qualidade das imagens que recebiam, desde a expansão do sinal da Difusora, em agosto de 1968, como vimos anteriormente.

4.6 A mudança de endereço

Após alguns anos de funcionamento no centro de São Luís³⁷, ficou demonstrada a necessidade de ampliação da emissora com novos equipamentos, mais espaço para a administração, especialmente para a área de operações, com estúdios e auditório, que possibilitassem a expansão da programação.

Além disso, o contrato de locação, celebrado em 1960, com prazo de 10 anos, entre a Rádio e Televisão Difusora e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) estava prestes a expirar. Era preciso, portanto, encontrar um novo local para a instalação das empresas, considerando que o contrato não previa renovação do aluguel (RIBEIRO, 2014, p. 167).

A informação sobre a construção do prédio-sede e a viabilização da compra de novos equipamentos é de Raimundo Bacelar (2007, p. 229):

[...] Tivemos de construir um grande prédio próprio, para a TV e a rádio, no Bairro Camboa, em terreno doado pelo governo do Estado, onde antes existia uma grande fábrica de tecidos. Na ocasião, compramos novos equipamentos, transmissores potentes e modernos. Iniciava-se a fase moderna da TV.

³⁴ Empresa pública brasileira, criada em 1965, responsável por viabilizar transmissões a longa distância, inicialmente por estações repetidoras terrestres e, em seguida, via satélite (N.A.).

³⁵ Capital do estado do Piauí, que dista 425 quilômetros de São Luís (N.A.).

³⁶ Entrevista concedida ao autor, no dia 17 de maio de 2013, em sua residência, no bairro Ponta do Farol, em São Luís.

³⁷ A sede da emissora ocupava o 9º e o 10º andares do edifício João Goulart, localizado na Avenida Pedro II, nº 220, no Centro de São Luís (N.A.).

A construção do prédio no terreno da Camboa³⁸, para a instalação das duas emissoras, teve início ainda em 1969, com a previsão inicial de inauguração para janeiro de 1970. O projeto de construção do edifício-sede da emissora constava de dois pavimentos (PREVISÃO..., 30 nov. 1969), com amplo auditório, estúdios, camarins, discotecas e escritórios (NOVAS ..., 27 ago. 1970). Os prazos, mais uma vez, não foram cumpridos, de modo que somente em fins de agosto os novos equipamentos da televisão chegavam a São Luís. O Imparcial noticiou:

Até que enfim chegou, ontem, em São Luís, todo material [...] para as conclusões do novo sistema de funcionamento da TV Difusora Canal 4. Já se encontram no Gigante da Camboa, as peças de suíte, telecine, monitores, câmeras e outros apetrechos essenciais para a nova imagem do Canal 4. Agora, com a chegada desse equipamento, desaparecerão todos aqueles defeitos que apareciam no seu aparelho. A tendência agora é melhorar, melhorar, melhorar! (DE TV, 29 ago. 1970, p. 3).

Os meses de julho e agosto foram destinados não só à finalização das obras e instalação de equipamentos no prédio novo da Camboa, mas marcaram a reformulação da equipe, conforme evidenciam os registros da coluna Momento Social do jornal O Imparcial, bem como a preparação de Pflueger para assumir a direção artística da TV Difusora:

Após participar durante 15 dias de cursos de adestramento em televisão, na Guanabara e São Paulo, regressou a esta capital o nosso grande amigo Gerd Pflueger, Diretor do Teatro Artur Azevedo, acompanhado de sua esposa Lourdes Tajra Pflueger. Os cursos foram realizados na TV-Globo (Rio) e TV-Record (S. Paulo). Gerd estudou os novos métodos de funcionamento de setores comerciais e artísticos, além de apreciar trabalhos de cenografia, gravação de 'tapes', iluminação e montagem de programas (GERD PFLUEGER Chegou, 14 ago. 1970, p. 3).

Segundo Magno Bacelar³⁹, entre os novos equipamentos, estavam um transmissor de maior potência, torre em estrutura metálica autoportante, e novas câmeras.

A mudança para a Camboa⁴⁰ aconteceu em etapas, no segundo semestre de 1970: inicialmente, a Rádio Difusora, ainda em agosto (DE TV, 29 ago. 1970; LUÍS..., 29 ago. 1970; NOVO ..., 14 ago. 1970). Em outubro, foi a vez da televisão (Foto 16):

A TV DIFUSORA, CANAL 4, vai inaugurar oficialmente suas novas, modernas e bonitas instalações no bairro Cambôa, no próximo dia 29, com uma programação especialíssima é que já está sendo elaborada pela direção daquela emissora. É

³⁸ A Lei nº 3.029, de 14 de maio de 1970, autorizou os termos de doação de área pertencente ao Departamento de Estrada de Rodagem do Maranhão à Difusora, e a concessão de aforamento de área contígua localizada na Camboa, pertencente ao município de São Luís, para a construção do prédio que abrigaria a Rádio e TV Difusora. Assunto que será tratado no Capítulo seguinte (N.A.).

³⁹ Entrevista concedida ao autor, no dia 17 de maio de 2013, em sua residência, no bairro Ponta do Farol, em São Luís.

⁴⁰ O novo endereço da TV Difusora passou a ser Rua Camboa do Mato, nº 120, no bairro do mesmo nome que, posteriormente, passou a chamar-se simplesmente Avenida Camboa ou Avenida Guioberto Alves (N.A.).

preciso que o comércio e a indústria de São Luís apoiem e incentivem o Canal 4, nesta data tão significativa, tornando possível, através de seus patrocínios, quando os mesmos forem solicitados, a montagem de uma programação à altura do acontecimento (INAUGURAÇÃO..., 3 out. 1970, p. 2).



Foto 16 - Fachada da sede da TV Difusora, no bairro Cambaia, no dia da inauguração.
Fonte: Imagens de arquivo obtidas a partir do programa de 50 anos da TV Difusora 1970

Em 20 de junho de 1970, o Jornal do Dia anunciava chamada (Figura 12) para o Show especial do cantor Elvis Presley, que a TV Difusora apresentaria no dia seguinte, domingo, às 19 horas, sob o patrocínio da Singer.



Figura12: TV Difusora show de Elvis Presley
Fonte: Arquivo Jornal do Dia, 20 jun. 1970

Três meses depois, em 23 de setembro de 1970, o Jornal do Dia publicava chamada (Figura 13) para o lançamento de duas novelas que seriam exibidas pela TV Difusora: *Tilim*, às 6 e meia, e *Irmãos Coragem*, a novela do ano. Ambas patrocinadas pelo sabão Girafa e J. Gonzalez S/A indústria e comércio.

DIÁRIO DE MARANHÃO, 23, 09 1970 (QUARTA FEIRA) (JORNAL DO DIA) - (7) -

TV DIFUSORA

novos lançamentos:



"**TILIM**"
 C. H. A. B. J. O. D. U. G. O. JULIO GESAR CRUZ
 NOVELA DAS 6 E MEIA

novela do ano

Irmãos Coragem



TARCISIO REGINA CLAUDIO GLÓRIA CLAUDIO
 MEIRA DUARTE MAGALHÃES MENESES MARZO
 PATROCÍNIO DE
 GIRAFAS o maior e J. GONZALEZ S/A IND. E COM.

Figura 13: TV Difusora novelas anos 1970
 Fonte: Arquivo Jornal do Dia, 23 set. 1970.

Em 1971, a passagem do oitavo aniversário da TV Difusora, foi registrada assim pelo Jornal do Dia:

A TV DIFUSORA, CANAL 4 completa hoje mais um ano de excelentes serviços prestados à coletividade maranhense, com a apresentação de noticiários e outros programas locais, bem como de *tapes* dos mais variados, vindos do Rio de Janeiro e São Paulo e uma completa linha de novelas, que inclui as melhores e mais bem cuidadas produções dos estúdios cariocas e paulistas. Queremos de público levar o nosso abraço de congratulações aos irmãos Bacelar, pelo pioneirismo e arrôjo [sic] que tiveram em dar ao Maranhão a sua única estação de TV comercial, abraço êsse que tornamos extensivo à toda a grande família Difusora e que fazemos acompanhar de nossos votos de um futuro dinâmico e cheio de grandes realizações artísticas (TV DIFUSORA completa..., 9 nov. 1971, p. 7).

Um outro fato inusitado registrado em nota do Jornal do Dia, de 14 de janeiro de 1972, foi a transmissão em horários alternados:

CANAL 4 – A Televisão Difusora iniciou na semana que passou uma nova fase com a exibição de filmes de longa metragem como “Os 300 de Esparta”. Outros filmes que são sucesso da Televisão em todo o mundo serão exibidos. Segundo se anuncia, o Canal 4 passará a transmitir a sua imagem em dois horários alternados. Um seria iniciado às 10 horas com encerramento previsto para às 13 horas, reiniciando novamente as suas atividades às 16 horas (RÁDIO E TV, 14 jan. 1972, p. 7).

4.7 O Acidente aéreo

A história da TV no Maranhão também registra tragédias como a que ocorreu em junho de 1974, com a queda da pequena aeronave que conduzia integrantes da equipe de profissionais da rádio e televisão Difusora, dois dos quais, um radialista e um jornalista, foram vítimas fatais. Ribeiro (2014b) faz o seguinte

No penúltimo dia de junho, 29, dia de São Pedro, no aeroporto do município de Santa Luzia, ocorreu um acidente de gravíssimas proporções, com um avião Táxi aéreo de seis lugares, lotação completa, procedente da cidade de Buriticupu. Durante a manobra de aterrisagem, a aeronave chocou-se com o morro existente nas proximidades da cabeceira da pista e aquele choque ocasionou a morte de quatro dos seus ocupantes. Foram eles: o piloto Gaudêncio, de grande experiência; o prefeito daquela cidade, Sr. José Leite; o radialista, apresentador, fotógrafo e cinegrafista Murilo Rodrigues Campelo e o jornalista, repórter e redator José de Ribamar Pinto, ambos funcionários da Rádio e Televisão Difusora. Salvaram-se, o operador de vídeo tape José de Ribamar da Silva Pinto, o Pintinho, também funcionário da TV Difusora e o fotógrafo Francisco Lobo, auxiliar de Murilo Campelo. A tragédia abalou sensivelmente os meios radiofônicos e televisionados maranhenses. Às exéquias dos dois profissionais de rádio e televisão compareceu incontável número de companheiros de trabalho, amigos e admiradores, todos completamente consternados com o acontecimento. Na época, soube-se que, acometido de súbita crise de nervos, Murilo Campelo teria se atracado com o piloto Gaudêncio, desviando-lhe a atenção o que impediu de evitar a fatal colisão (RIBEIRO, 2014b, p. 227).



Foto 17 – Acidente aéreo que vitimou equipe de jornalismo da TV Difusora.
Fonte: Acervo Talvane Lukatto, 1974.

4.8 Evolução das logomarcas

Desde a sua criação, e durante muitos anos, devido aos poucos recursos disponíveis, a TV Difusora optou por associar sua imagem a *backgrounds* (BGs), sons que marcaram a abertura, o encerramento e muitos de seus programas que ficaram conhecidos, naquele período, como características musicais, de acordo com Ribeiro (2014a)⁴¹. Mas foi nos anos 1970, com o objetivo de criar uma identidade visual, que a TV Difusora lançou sua primeira logomarca.

Para isso, seu idealizador, Genes Soares, recorreu à base de uma logomarca utilizada pela Rádio Difusora nos anos 1960, composta por um microfone estilizado, originalmente na cor prata com as iniciais RD (Figura 14, imagem da esquerda), modificada, em 1963, para o lançamento da TV (logomarca do meio). No espaço abaixo das letras RD, foi assentada uma tela.

⁴¹ Entrevista concedida ao autor, na manhã do dia 18 de junho de 2014, em sua residência no bairro do Vinhais, em São Luís.

Posteriormente, para a criação da Difusora FM (logomarca da direita), em 1979, foi utilizada a mesma base, substituindo-se apenas a tela pelas iniciais FM de frequência modulada.

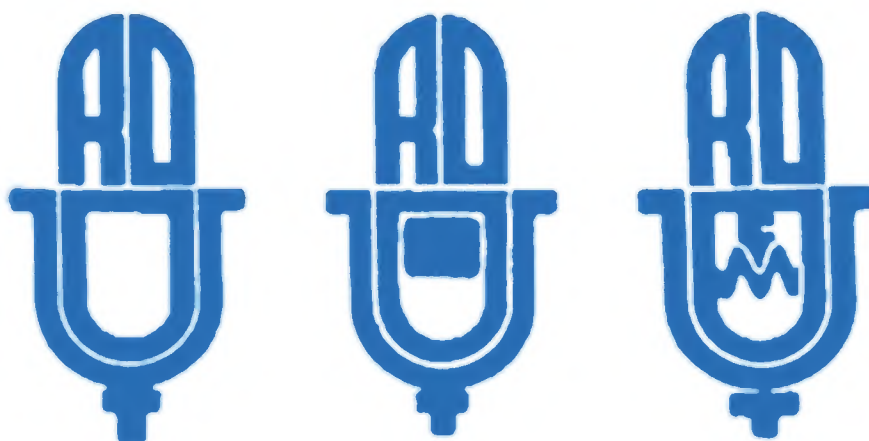


Figura 14: Evolução das logomarcas da Difusora
Fonte: Acervo Talvane Lukatto

A década de 1970 trouxe novidades para a história da primeira emissora de televisão do Maranhão: da criação da logomarca e do segundo *slogan* da emissora - “TV Difusora, canal 4, a imagem do progresso do Maranhão”, vestígio da ideologia ufanista da ditadura militar brasileira -, à primeira negociação envolvendo a TV Difusora com a decisão do fundador, Raimundo Bacelar, de vender a emissora a seu irmão Magno Bacelar. Foi também a década que marcou a chegada de novos profissionais para a emissora. Um deles, o jornalista José Raimundo Rodrigues⁴², conta que sua entrada na TV Difusora ocorreu em 1º de julho de 1978, ao estrear o “Jornal da Baixada” (JB), telejornal criado para divulgar a imagem política do então deputado federal Magno Bacelar, na região, e noticiar os acontecimentos dos municípios da Baixada ocidental maranhense. O JB, como ficou conhecido, era apresentado por José Raimundo aos sábados, antes da apresentação do “Jornal Nacional”.

Com uma produção bastante incipiente, as imagens eram gravadas em São Luís, a partir de fotografias feitas com máquina Polaroid, nas cidades da Baixada, pelo próprio José Raimundo. Nesse período, durante a semana (de segunda a sexta-feira), ia ao ar, no mesmo horário, o “Jornal das Sete”, apresentado por Ivo Silva.

⁴² Entrevista concedida ao autor, na noite do dia 17 de maio de 2013, na Produtora Raízes, de sua propriedade, localizada no bairro Recanto Vinhais, em São Luís.

O “Jornal da Integração”, também apresentado por José Raimundo, foi criado no início dos anos 1980, com o principal objetivo de substituir o “Jornal da Baixada”. Durante a semana, o “Jornal das Sete” continuava a ser apresentado, até Ivo Silva desligar-se da emissora. Mas não tardou para que fosse extinto, sendo substituído pelo “Jornal da Integração” (Foto 18), apresentado por Fernando Leite e Florisvaldo Sousa, de segunda a sábado.



Foto 18 - Florisvaldo Sousa e Fernando Leite apresentando o “Jornal da Integração”, nos anos 1980
Fonte: Acervo Talvane Lukatto, 1986.

O matutino diário, O Jornal, pertencente ao grupo Difusora, na edição de 1º de maio de 1980, informava que a programação da TV Difusora teria início somente às 9h30min. O primeiro programa local, o “Difusora Esporte”, iria ao ar às 12h30min, seguido do “Jornal da Tarde”, às 12h45min. Na sequência, viriam as edições nacionais: às 13h, o “Globo Esporte”, e às 13h15min o “Jornal Hoje”. À noite, o “Jornal das Sete” era apresentado às 19h 35min, seguido do “Difusora Esporte” (locais), às 19h45min, e do “Jornal Nacional”, às 19h50min. A programação jornalística encerrava-se com o “Jornal da Globo”, às 23h15min (DIFUSORA ..., 1º maio 1980).

Em seu vigésimo aniversário, a TV Difusora recebeu homenagens da Ekos Publicidade, uma das maiores agências do Maranhão, e do jornal O Debate, com a publicação de uma página inteira na revista Impacto (Figura 15). A frase de efeito, estampada no alto da página, com a qual homenageavam a emissora, era: “20 anos não se esquece num só dia”.

**20 anos
não se esquece
num só dia.**

**homenageamos
a tv DIFUSORA
ontem, hoje, todo dia.**

elko publicidade

O DEBATE
uma tribuna do povo

Figura 15: Homenagem que a Ekos Publicidade e o jornal O Debate fazem a TV Difusora pelos seus 20 anos

Fonte: revista Impacto, 9 nov. 1983

O jornalismo avança e a primeira transmissão, ao vivo, da TV Difusora, na programação da Rede Globo, de acordo com José Raimundo Rodrigues⁴³, acontece em 15 de janeiro de 1985, com a cobertura das eleições de Tancredo Neves e José Sarney para a presidência e vice-presidência da República. A TV Difusora, apesar de não dispor de unidade móvel, entraria ao vivo em rede nacional, no telejornal “Bom Dia Brasil”, direto da Praça

⁴³ Entrevista concedida ao autor, na noite do dia 17 de maio de 2013, na Produtora Raízes, de sua propriedade, localizada no bairro Recanto Vinhais, em São Luís.

Deodoro, no centro de São Luís, para mostrar a repercussão das eleições na terra do vice-presidente eleito. Segundo José Raimundo, a equipe técnica instalou um cabo de áudio e vídeo de aproximadamente 300 metros de comprimento, ligando o local do *flash* ao prédio da EMBRATEL, de modo a viabilizar a transmissão.



Foto 19 - Estreia do “Jornal da Ilha” da TV Difusora, apresentado por Orquídea Santos e Marcos Figueiredo
Fonte: Acervo do autor, 1º abr. 1988

Já como resultado das primeiras modificações implantadas após a venda da emissora para William Nagem, a TV Difusora lançou, em uma sexta-feira, 1º de abril de 1988, o “Jornal da Ilha” (Foto 19). Com uma nova proposta, e exibido de segunda a sábado, com duração de 15 minutos, o telejornal era apresentado logo depois do “MATV” (Maranhão TV) e tinha como editora-chefe a jornalista Sônia Aparecida Jansen e, como editor adjunto, o jornalista Marcos Figueiredo.

O *script* da primeira edição do “Jornal da Ilha” (ANEXO B) destacava a contradição entre a brincadeira de 1º de abril (dia da Mentira) e a sexta-feira da paixão; o novo piso nacional do salário mínimo, concedido pelo então presidente José Sarney, e uma entrevista especial com o então arcebispo de São Luís, Dom Paulo Ponte.

O ano de 1988 seria de grandes mudanças para o jornalismo da TV Difusora. Da direção de jornalismo sairia José Raimundo Rodrigues, substituído por Artur Armando

Gondim (Quadro 8), repórter político que tinha passagem pela TV Globo de Brasília, responsável pela cobertura do Palácio do Planalto.

Quadro 8 - Diretores de jornalismo da TV Difusora

Nome	Período
José Ribamar Pinto	1963-1966
Mauro de Araújo Bezerra	1967-1977
Raimundo Nonato Othelino Filho Parente Alves	1978/1982
José Raimundo Rodrigues	1982 a abril 1988
Artur Armando Gondim	maio a jan. 1989
Luiz Pedro de Oliveira e Silva	fev. a nov. 1989
Márcio Carneiro, Marcos Valente Figueiredo e Joao Ubaldo de Moraes ⁴⁴	dez. 1989 a 15 jul. 1990
Ivan Renato Rodrigues ⁴⁵	jul. 1990 a dez 1990

Fonte: Elaborado pelo autor.

A chegada de Gondim, em maio de 1988, marcou o começo de um processo de mudanças que incluíam novas contratações, algumas demissões e muitos remanejamentos entre os diversos setores da emissora. A jornalista Diléa Frate, que tinha uma passagem pela editoria de criação da Rede Globo, foi convidada para elaborar novos cenários e aberturas dos programas. A proposta era promover uma grande revolução no jornalismo e, conseqüentemente, na programação local, devido às rotinas pouco recomendadas para as áreas de jornalismo e operação de uma empresa de comunicação. A presidência ainda era de Afonso Bacelar, mas já sob a influência dos novos proprietários representados por William Nagem.

A edição de 27 de novembro de 1988 do jornal O Imparcial, traz uma longa matéria de natureza promocional com o título “O que é telejornalismo da TV Difusora”, escrita pelo próprio Gondim. A matéria (Foto 20) apresenta alguns dados sobre o novo modelo a ser implantado na emissora:

Quem visitar a Diretoria de Jornalismo da Difusora vai encontrar movimento. Profissionais que se superam para empatar com a máquina e oferecer ao telespectador o melhor do Maranhão. A Diretoria de Jornalismo da TV Difusora tem uma equipe de 50 profissionais, entre coordenadores, editores, repórteres,

⁴⁴ No período indicado, a direção de jornalismo da TV Difusora foi exercida pelos jornalistas Márcio Carneiro dos Santos, Marcos Arruda Valente de Figueiredo e João Ubaldo de Moraes (N.A.).

⁴⁵ Indicado pela TV Globo, exerceu a função de último diretor de jornalismo da TV Difusora como afiliada da Rede Globo. (N.A.).

cinégrafistas, operadores e pessoal de apoio. Graças ao trabalho dessa equipe, diariamente são produzidos mais de 90 minutos de Telejornalismo, distribuídos em quatro Telejornais. A produção começa no 'Bom Dia Maranhão'. [...] O programa ao vivo entra no ar às 7:32hs., logo após o *brake* comercial que separa o programa local do 'Bom Dia Brasil'. [...] o tempo limite para que as matérias possam ser veiculadas no 'Jornal da Ilha' esgota-se às 11 da manhã. É o chamado *dead-line*. [...] às 12 horas, os apresentadores já estão no estúdio, até porque antes do Telejornal ir ao ar tem as chamadas que são veiculadas diariamente. [...] A edição do 'Jornal da Integração' é a mais tensa operação jornalística da TV Difusora. O *fade* (tempo) do Telejornal sofre alterações, que precisam ser acompanhadas [...]. Por enquanto, o 'Jornal da Difusora' é o resultado do trabalho diário. É uma espécie de subproduto. O *fade* é curto: apenas cinco minutos. As dificuldades operacionais ainda não foram superadas.[...]



Foto 20 - Equipe de jornalismo da TV Difusora
Fonte: Arquivo jornal O Imparcial, 27 nov. 1988

No Quadro 9, a seguir, mostramos os presidentes da empresa, desde a criação da Difusora, até o início de 1991, quando a Difusora passa a transmitir o sinal do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

Quadro 9 - Presidentes da TV Difusora

Nome	Período
Raimundo Emerson Machado Bacelar	1962-1972
Carlos Magno Duque Bacelar	1973
Pedro Alexandre Gomes Oliveira	1973/1976
Afonso Augusto Duque Bacelar*	1977 até 15 dez. 1980
Antonio Carlos de Araújo Schilibe*	16 dez. 1980 a 1º jun. 1983
Afonso Augusto Duque Bacelar	2 jun. 1983 a 6 out. 1988
William José Nagem	7 out. 1988 a 1º fev. 1991

*Entre os anos de 1977 e 1988, a presidência foi exercida por Afonso Bacelar. Schilibe exerceu a presidência da Difusora, no período acima indicado, em caráter meramente formal.

Fonte: Rádio Difusora do Maranhão S/A.

5 MÍDIA, POLÍTICA E PODER

A televisão chegou ao Brasil em 1950, coincidindo com o início de um importante período de mudanças na estrutura econômica, política e social, momento em que ocorreu o crescimento da industrialização e a migração da população das áreas rurais para as urbanas. Naquele ano, apenas 20% da população concentravam-se na área urbana, enquanto 80% viviam no campo (MATTOS, 2010, p. 31).

No começo da década seguinte, apenas quinze emissoras de televisão operavam nas mais importantes cidades brasileiras. No entanto, só quando o consumo de produtos industrializados cresceu e o mercado se consolidou foi que as emissoras de televisão se tornaram economicamente viáveis e passaram a disputar o mercado publicitário. Passaram, então, a receber uma maior quantidade de anúncios e direcionaram seus programas para grandes audiências, em busca de faturamento (MATTOS, 2010, p. 31).

Como já dissemos, no Maranhão, só no fim de 1963, surge a primeira emissora de televisão que, desde sua origem e durante todo o seu percurso histórico, esteve muito próxima do poder público, ora tendo os governos como principal anunciante, ora dispondo do erário público como financiador direto de suas ações. Tudo em troca de apoio político dissimulado de cobertura jornalística desses governos. É como se a cada nova ação de modernização da emissora, fosse necessário pedir licença e ajuda aos governantes. Essa prática, provavelmente motivada pelos altos custos de equipamentos, de operação e produção das emissoras, parece ter caracterizado a história da televisão no Brasil.

O aluguel, em 1960, do décimo andar do edifício João Goulart, localizado na praça Pedro II no centro de São Luís, pertencente ao INPS, e em seguida, em 1962, do nono andar, foi decisivo para viabilizar o projeto da TV Difusora. A decisão evitou os altos custos de investimentos em instalações físicas e, principalmente, a compra da torre para a colocação da antena que, certamente, oneraria ainda mais o processo de implantação da emissora.

A matéria do Jornal do Dia de 20 de janeiro de 1963, que traz o título “TV Difusora ainda este semestre”, destaca a visita de Raimundo Bacelar, presidente da Difusora, ao então governador Newton Bello, no Palácio dos Leões, para apresentar o detalhamento do projeto. Bacelar se fazia acompanhar do engenheiro Geraldo Maluf, responsável pelos estudos preliminares para implantação da emissora (Foto 21).



Foto 21 - Da esquerda para a direita, engenheiro eletrônico Geraldo Maluf, governador Newton de Barros Bello e Raimundo Bacelar, ocasião em que foram recebidos no Palácio dos Leões.
 Fonte: Arquivo Jornal do Dia, 20 jan. 1963, p. 4.

Foi dado início, em 1967, aos levantamentos técnicos para a instalação das repetidoras da TV Difusora ao longo das rodovias maranhenses, visando à expansão de sua área de cobertura no interior do Maranhão, rumo ao estado do Piauí, conforme relata matéria do Jornal do Dia:

O Governador José Sarney recebeu anteontem a visita (Foto 22) do Dr. Carlos Magno Bacelar, Diretor-Gerente da Rádio TV Difusora que se fazia acompanhar dos Engenheiros Carlos De Zayas e Antonio Solis, que aqui se encontram realizando os trabalhos técnicos iniciais para a instalação das estações repetidoras que levarão a imagem do progresso ao interior do Estado. A Televisão Difusora contará para tanto com o melhor equipamento existente no país para repetição de imagens e contará com os serviços de importante firma nacional.

Segundo o Dr. Magno Bacelar afirmou ao governador José Sarney a imagem da TV Difusora chegará ao vizinho Estado do Piauí ainda este ano, pois a implantação do sistema será imediato.

O governador ouviu atentamente as explicações feita pelo Sr. Dr. Zayas demonstrando sua satisfação por mais esse empreendimento levado a efeito no Novo Maranhão (TV DIFUSORA..., 17 set. 1967, p. 1).



Foto 22 - Da esquerda para a direita, engenheiro Antonio Solis, Magno Bacelar, governador José Sarney e engenheiro Carlos De Zayas.

Fonte: Arquivo Jornal do Dia, 17 set. 1967, p. 1.

Mas a esperada expansão da cobertura da região leste do Maranhão, até o Piauí, pela TV Difusora, só aconteceu em agosto de 1968. Meses antes, a TV Difusora prestou homenagem ao governador Sarney, pela passagem de seu aniversário, evento que deixou evidente, mais uma vez, a relação de proximidade que a emissora mantinha com o poder. O ato festivo associava, de forma curiosa, a homenagem ao governador com a divulgação do projeto de expansão da emissora. O Jornal do Dia divulgou a solenidade nos seguintes termos:

Uma homenagem especial será prestada hoje ao governador José Sarney, por motivo do seu aniversário natalício. Assim é que, a partir das 20 horas e 30 minutos a imagem da TV Difusora Canal 4, estará sendo transmitida a 32 municípios maranhenses, ocasião em que será apresentado um “show” com artistas da terra. Prestam assim, os irmãos Bacelar, uma justa homenagem ao governante maranhense, que vem se distinguindo no cenário nacional como um dos maiores administradores de todo o Nordeste brasileiro. Os serviços de implantação de novas torres repetidoras da TV-Difusora prosseguem em ritmo acelerado, de *molde* [sic] a fazer com que, dentro de mais alguns meses, todo o Maranhão esteja coberto com suas transmissões, coroando de êxito mais este grande empreendimento no campo da radiodifusão em nosso Estado (TV DIFUSORA..., 24 abr. 1968, p. 8).

Em 1970, próximo ao fim da gestão do governador José Sarney, o grupo Bacelar faz mais uma homenagem, publicando anúncio de página inteira (Figura 16) no Jornal do Dia, pela passagem do 4º aniversário de governo.

o GRUPO BACELAR
cuja iniciativa incorporou ao progresso
do Maranhão este conjunto de empresas:

Rádio e TV Difusora
Celulose e Papéis do Maranhão-Cepalma
Indústrias Itapirema
Inds Agropecuária do Maranhão-Agripema
Palmitos do Maranhão S. A.
Colonial Construtora e Imobiliária
Banco da Parnaíba S. A.

homenageia no 4.º aniversário de sua
administração o GOVERNADOR SARNEY
que, com seu esclarecido devotamento,
aos mais altos interesses do Estado,
tornou possível o ingresso do Maranhão
na Era do Desenvolvimento.

Figura 16 – Grupo Bacelar homenageia governo Sarney
Fonte: Arquivo Jornal do Dia, 31 out. 1970

Diante da necessidade de conseguir espaço físico mais amplo e, considerando o fim do contrato do aluguel que mantinha com o INSS há quase dez anos, a Difusora voltou a receber ajuda do poder público. Dessa vez, o governo do estado do Maranhão e a prefeitura de São Luís uniram-se para viabilizar o terreno localizado no bairro da Camboa, onde seria construída a sede definitiva das emissoras do grupo. Recuperamos, no Cartório do 4º Ofício de Notas, a Escritura Pública de Doação (ANEXO C), explicitando os termos em que o Departamento de Estradas de Rodagem, DER-MA concede, por decreto da Assembleia Legislativa e sanção governamental, através da Lei nº 3.029, de 14 de maio de 1970, a doação à Rádio Difusora do Maranhão S.A. de três áreas com extensão total de 6.987,50 metros quadrados de terreno comprado da Fiação e Tecidos Camboa S.A. Na mesma escritura pública, a Prefeitura de São Luís oficializa o aforamento, à Difusora, de mais uma área de 2.643,07 metros quadrados que, segundo o documento, já era ocupado legalmente pela emissora. A escritura é datada de 29 de novembro de 1971 e assinada por José Carlos Murad Duailibe, diretor superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem; Carlos Magno Duque Bacelar, diretor da Difusora; José Sarney, governador do Maranhão e Haroldo Olympio Lisboa Tavares, prefeito municipal de São Luís e, como de praxe, pelos funcionários do Cartório.

A título de registro, ainda no início do ano de 1971 a TV Difusora continuava a receber programação de diversas emissoras: Record, Globo e Excelsior. Até o encerramento desta pesquisa não nos foi possível identificar a data precisa de entrada da TV Difusora como afiliada da Rede Globo de televisão.

Magno Bacelar⁴⁶ esclarece importantes momentos sobre a história da TV Difusora: a venda da emissora, a sucessão no comando dentro da própria família Bacelar, além de fatos que nem sempre vêm a público, oriundos, muitas vezes, dos chamados contratos de gaveta que costumam dar margem a diferentes versões.

A primeira negociação envolvendo a mudança de propriedade foi feita em 1973, quando o fundador da televisão no Maranhão, Raimundo Bacelar, desencantado com o Maranhão, dado ao insucesso dos grandes empreendimentos rurais da família⁴⁷, decidiu vender a emissora e transferir-se para o Rio de Janeiro. Em seu depoimento a este autor, Magno Bacelar (2013) afirmou:

⁴⁶ Entrevista concedida ao autor, no dia 17 de maio de 2013, em sua residência, no bairro Ponta do Farol, em São Luís.

⁴⁷ Foram implantados, nos 180.000 hectares de terra da família Bacelar, no município de Coelho Neto, no Maranhão, os seguintes projetos: em 1964, a Usina e destilaria Itapirema, para produção de açúcar e álcool industrial; em 1966, a Agropema, criação de dez mil cabeças de gado de corte da raça nelore puro sangue e em 1969, a Cepalma, indústria para produção de papel e celulose para exportação (N.A.).

Era o preço da época. [...]. Ele disse que queria vender porque ia embora por causa da história da Cepalma, chateado com o Maranhão, com a falta de apoio. O [grupo] João Santos⁴⁸ entra nessa história aí, como Pilatos entrou na cruz. A ordem era acabar conosco. Na verdade, enquanto nós fizemos televisão, aqui, e tivemos usina de açúcar [...], nós não mexemos com ninguém. Na hora que mexemos com papel, só tinha o Klabin no Brasil. A gente começou a mexer com o truste.

Magno Bacelar (2013), à época sócio minoritário e principal executivo da empresa, afirma ter sido orientado por seu irmão Raimundo a oferecer a venda da emissora às praças de Belém e Fortaleza. Viajou, inicialmente, para Belém, onde propôs a venda ao jornalista Romulo Maiorana, proprietário do Grupo Liberal de Comunicação, no estado do Pará. Em seguida, fez a mesma proposta a Edison Queiroz, dono da TV Verdes Mares, em Fortaleza. Ambos recusaram a oferta, alegando ser São Luís um mercado pouco atraente, do ponto de vista econômico.

Diante das recusas, surge a primeira negociação da TV Difusora no seio da própria família Bacelar. Magno compra, ainda em 1973, conforme demonstrado no Quadro 10, toda a parte que cabia a Raimundo, o equivalente a cerca de 98 por cento do capital da empresa, dando um valor de entrada e o saldo a ser pago em sucessivas parcelas mensais, nos anos de 1973 e 1974. Esse percentual, por desconsiderar a existência dos sócios minoritários que haviam comprado ações nos anos de 1963, 1967 e 1968, não representava a composição dos verdadeiros proprietários da Difusora, como veremos no decorrer desse capítulo.

Quadro 10 - Proprietários da TV Difusora

Nome	Período	Percentual
Raimundo Emerson Machado Bacelar	1962/1972	98%
Carlos Magno Duque Bacelar		1%
Bernardo Coelho de Almeida		1%
Carlos Magno Duque Bacelar	1973/1985	100%
Carlos Magno Duque Bacelar/ Francisco de Assis Milhomem Coelho	1985/1987	50%
William José Nagem/ Paulo Roberto Costa Nagem	1987/1991	80%
		20%

Fonte: Rádio Difusora do Maranhão S/A.

⁴⁸ O Grupo Industrial João Santos foi criado em 1951. Hoje abriga 24 empresas no Brasil e gera 10 mil empregos diretos. As fábricas de cimento Nassau são as empresas mais conhecidas do grupo, que também atua nos setores de agropecuária, sucroalcooleiro, plantações de bambu para as fábricas de papel e celulose de Pernambuco e do Maranhão, além de atuar nos ramos de comunicação (rádio, jornal e televisão), táxi aéreo e logística em transporte, para servir às doze fábricas de cimento que possui em onze estados brasileiros (N.A.).

Em meados de 1973, com a empresa imersa em mais uma crise financeira, Magno Bacelar convida Pedro Alexandre Gomes Oliveira para assumir a presidência com o objetivo, não só, de implementar uma gestão mais eficiente, mas, também, de buscar o equilíbrio financeiro e as condições para os pagamentos mensais relativos à compra da emissora.

Tudo parecia correr bem com a estabilidade financeira da empresa quando, no final de 1977, uma nova mudança, dessa vez apenas no comando da emissora, acontece, com a decisão de Oliveira de deixar a presidência da Difusora. Em seu lugar assume o irmão mais novo dos Bacelar, Afonso Augusto Duque Bacelar, que ficaria por mais de dez anos na presidência da empresa, até a saída definitiva da família Bacelar, em 1988. Magno Bacelar⁴⁹ esclarece como e porque ocorreu a alteração na presidência da empresa:

O Afonso [Bacelar] tava lá dentro [da Difusora] e tava interferindo [na gestão]. Pedro Alexandre não era marionete. Eu não demiti Pedro Alexandre. Pedro Alexandre pediu para sair.[...] O Afonso [Bacelar] veio para trabalhar com máquinas [pesadas]. Eu saí, ele foi tomando conta. Ele ia para lá e fazia ponto lá. Irmão do patrão, ficava essa dúvida, é dono também, não é dono. Eu nunca convidei o Afonso para ser diretor [da Difusora]. Ele foi ficando, brigou com o [Mário] Azzolini. O Pedro Alexandre me chamou, Magno vem tomar conta do teu negócio, eu não fico mais. Ele [Afonso] é meu irmão, não ia romper com ele.

A segunda negociação aconteceu no segundo semestre de 1985, quando Bacelar realizou a venda de 50 por cento da empresa para Francisco Coelho⁵⁰. A transação foi capitaneada por Afonso Bacelar, na época diretor-presidente da emissora. Segundo Magno Bacelar (2013), o mundo era outro e as emissoras precisavam se modernizar. Assim, foi ele convencido pelo irmão Afonso de que a única saída para a empresa levantar recursos para investir em equipamentos era vender parte da sociedade. Bacelar (2013) definiu a situação com uma tirada retórica: “a Difusora, filosoficamente, deixou de ser minha no dia em que eu vendi a primeira ação. Não dava mais certo. Sociedade é difícil”.

5.1 Os primeiros sinais da perda do direito de retransmissão da Globo no Maranhão

A estratégia urdida nos bastidores da política maranhense para obtenção do controle da retransmissão da maior rede de televisão brasileira no estado foi de longo prazo e baseou-se em três pontos principais: enfraquecimento político, endividamento financeiro e cerco aos negócios da família Bacelar.

A Folha de São Paulo publicou, em maio de 1986, uma longa matéria sobre a inauguração da TV Mirante, propriedade da família Sarney, já com os primeiros sinais de

⁴⁹ Entrevista concedida ao autor, no dia 17 de maio de 2013, em sua residência na Ponta do Farol, em São Luís.

⁵⁰ Secretário de Agricultura, primo e testa de ferro, representava os interesses privados do então governador do Maranhão, Luiz Alves Coelho Rocha (1983-1987).

ameaça à TV Difusora, evidenciando que, por trás de um empreendimento comercial, estavam em jogo grandes interesses políticos e partidários no Maranhão:

Há vinte anos que nós servimos ao Sarney, será que agora ele vai nos tirar a Globo?'. Sentado à mesa de trabalho – uma modernosa construção de madeira em forma de meia-lua, com uma mini-TV colorida numa das pontas –, o principal executivo da TV Difusora do Maranhão, Afonso Bacelar, 42, fala em voz baixa, com cuidado.

Afinal, não se trata, apenas, de criticar o presidente da República – cuja família está prestes a inaugurar sua estação de TV, em São Luís –, trata-se, também, de não irritar a Rede Globo de Televisão que, a 1º de julho próximo, decidirá se renova por mais cinco anos o seu contrato com a TV Difusora – sua primeira afiliada no Norte e Nordeste do país, 18 anos atrás.

[...]

O desejo bem contido de Fernando em ter a TV Mirante como afiliada da TV Globo parece ser recíproco. No princípio de abril, ele recebeu em São Luís alguns técnicos da programação global, interessados em saber que tipo de equipamento ele estava adquirindo para instalar na emissora, qual o alcance de seus transmissores e quais seus planos de expansão a curto e médio prazos. A conversa não foi retomada.

O deputado Magno Bacelar, 48, está, aparentemente, tranquilo: ‘se a Globo quisesse romper conosco, já teria se manifestado. Acho que quem vai perder com tudo isso é a TV Ribamar (emissora que transmite a programação da Rede Bandeirantes, no Maranhão, de propriedade do deputado Vieira da Silva, PDS) (LOPES, 11 maio 1986, p. 7).

Em uma de suas idas ao Rio de Janeiro, para tratar da renovação de contrato com a TV Globo, Bacelar⁵¹ travou o seguinte diálogo com o empresário Roberto Marinho (1904-2003), ainda no primeiro semestre de 1986, ao ser surpreendido com a informação da imediata ruptura da relação que mantinha com a Rede Globo, há cerca de 15 anos:

- Dr. Roberto, eu tenho contrato.
- Arranje uma outra rede. Eu sou concessionário. Eu não vou brigar com o presidente da república.

Posteriormente, Bacelar fez a seguinte afirmação: “Eu fui comunicado nestes termos”.

Magno Bacelar (2013) esclarece, ainda, que o então deputado federal José Sarney fez sua primeira investida contra a emissora, já em 1963, através do seu irmão, deputado estadual Evandro Sarney, para tentar dificultar o processo de implantação da TV Difusora:

[...] Eu tive muita briga com o Sarney por causa de televisão. Essa coisa é antiga. Quando foi para botar no ar [em 1963] já houve problema. O [Luiz Carlos] Cardoso [técnico responsável pela instalação, operação e manutenção do transmissor] foi convidado a boicotar. Eu fiz um discurso [denunciando] na Assembleia, eu era deputado. [...] Na verdade o dia em que o Sarney conseguiu a Mirante, foi tomada a Globo com a garantia [de mudar o sinal].

Sobre esse episódio, o Jornal do Dia esclarece o fato com matéria que trazia o sugestivo título “Assembléia, Ontem: Bacelar X Sarney sôcos e pontapés”:

⁵¹ Entrevista concedida ao autor, no dia 17 de maio de 2013, em sua residência, na Ponta do Farol, em São Luís.

Após um recesso forçado de quase dois meses, realizou ontem a Assembléia Legislativa sua segunda sessão ordinária, onde a falta de decôro, ética parlamentar e bôa educação, foram as constantes do tumultuado expediente que nem sequer [sic] chegou a ser concluído, face ao ‘ri-fi-fi’ encenado pelos deputados Magno Bacelar e Evandro Sarney. Os lamentáveis acontecimentos [...] originaram-se de discussão travada entre os deputados Bacelar e Sarney que, da tribuna daquela Casa, procuravam defender seus irmãos, respectivamente, ex-deputado Raimundo Bacelar e deputado federal José Sarney.

DISCURSO - Para contestar as afirmações do deputado José Sarney que sábado passado, através das Rádios Gurupí e Ribamar fez severas críticas às organizações de propriedade do sr. Raimundo Bacelar, o deputado pessedista Magno Bacelar ocupou a tribuna proferindo rude discurso fundado em termos pouco parlamentares. Ao findar sua oração, o sr. Magno Bacelar disse ao deputado Sarney, que iria para a rua... sem armas.

REVIDOU - Após revidar, mesmo sem apartes, as palavras do representante de Coêlho Neto, o que ensejou a suspensão da sessão, o sr. Evandro Sarney inscreveu-se para discurso. Lamentando inicialmente as palavras proferidas pelo seu contendor, o deputado Sarney afirmou que em dez anos de mandato nunca havia presenciado tanto desrespeito à ética parlamentar. Nessa oportunidade, o deputado Magno Bacelar procurou saber do deputado Evandro Sarney se não era verdade que êle procurou subornar um técnico da Televisão Difusora, para boicotar aquela organização de propriedade do seu irmão. Ao responder que tal fato não passou de mera brincadeira, o deputado Sarney perdeu a calma e desceu da tribuna, gritando que ‘topava parada de ir prá rua’. Engalfinhou-se então com o deputado Magno Bacelar e o ‘entrevero’, desenrolado em plenário, não teve maiores conseqüências, em face da intervenção de outros parlamentares (NA ASSEMBLÉIA ..., 16 out. 1963, p. 5, grifo do autor).

Magno Bacelar (2013) afirma que o então presidente da República, José Sarney, tentou, em várias ocasiões, conseguir, por via direta e indireta, o direito de retransmissão do sinal da TV Globo no Maranhão. Bacelar assegura que, “desde a primeira negociação em 1985, quando vendeu metade das emissoras para Francisco Coelho, este já representava os interesses de Sarney”, pois, “na realidade, todo mundo sempre desejou ser dono da Difusora”. Divergindo da versão corrente de que a perda do direito de retransmissão do sinal da Globo, em São Luís e em grande parte do estado, ocorreu após sua derrota na eleição para senador em 1986, Bacelar (2013) esclarece:

Eu me candidatei ao Senado depois que fui chamado pelo Dr. Roberto [Marinho] e ele disse que a programação ia passar para a TV do Sarney. Era tudo ou nada. É mais fácil tomar a televisão de um cara que não tem mandato. Eu vou pro Senado, eu garanto [...] A campanha de senador eu fiz com 2 aviões, 20 camionetes D-20, 2000 placas. Aí eu fiquei devendo demais. [...] Eu vendi a Difusora em função da despesa que tive pra ser candidato ao Senado. É um jogo. É aquela história, navio carregado no porto navega ou afunda.

Sem saída, Magno Bacelar (2013), na tentativa de salvar suas empresas, é levado pelas circunstâncias a concorrer a uma vaga no Senado pelo PFL, uma das legendas que compunham a Aliança Democrática, juntamente com o PMDB, coligado ao grupo Sarney. Mas, pouco tempo depois, em 15 de novembro de 1986, amarga sua primeira derrota eleitoral

e se vê em dificuldades financeiras por ter empenhado grande parte do seu patrimônio, inclusive a TV Difusora, no projeto político.

Rodrigues⁵², diretor de jornalismo da emissora, entre os anos de 1982 e 1988, e observador privilegiado das eleições de 1986, acredita que, uma vez reeleito deputado federal, Magno Bacelar não perderia o sinal da Globo. Em sua opinião, no entanto, as pressões do grupo Sarney para tomar a representação da TV Globo no Maranhão tiveram início antes mesmo da eleição:

Eles fizeram uma grande armadilha. [...] Só aconteceu a mudança do sinal porque Dr. Magno perdeu a eleição. Uma coisa é você ser, outra coisa é você ser ex. Ele era deputado federal, tentou ser senador. Ele se reelegeria tranquilamente deputado federal. Ele como deputado federal não perdia o sinal. [...] Dr. Magno pecou em querer ser senador. Se ele se candidatasse a deputado federal ia se reeleger tranquilo. Com mandato tem voto, é um deputado federal, é uma força política (RODRIGUES, 2013).

Assim, ainda no primeiro semestre de 1987, sem mandato e sem condições de saldar suas dívidas, Magno Bacelar é forçado, finalmente, a se desfazer das emissoras que representavam, naquela época, o maior grupo de comunicação do estado. Sua descrição sobre os detalhes da venda:

O preço foi o da necessidade, eu tinha que pagar [as dívidas]. [...] O Luiz Rocha [...] foi obrigado a passar a televisão. [...] Francisco Coelho e eu passamos simultaneamente 100 por cento das ações da Difusora a William [Nagem], que representava os interesses do governador [Epitácio] Cafeteira. [...] O Cafeteira também foi usado [para comprar a televisão]. Ele estava a serviço do Sarney. Só que Cafeteira mais sabido, [que o governador Luiz Rocha], certamente exigiu a entrada do William e aí terminou dando em briga.

A *briga* à qual se refere Magno Bacelar levou ao afastamento político entre o governador Epitácio Cafeteira e a família Sarney e ao consequente fim da sociedade informal que mantinham na TV Difusora, desencadeado a partir da proximidade das eleições de 1990, com o início dos conflitos internos na gestão da emissora. O episódio é esclarecido por Carlos Couto (2009, p. 160):

As ações políticas do grupo passam, então, a ser apoiadas pelas duas maiores emissoras de TV do estado, visto que ambas passaram a ser propriedade da família. Com o afastamento de Epitácio Cafeteira do grupo Sarney, em 1990 (que determinou a candidatura de José Sarney a senador pelo Amapá), surgem problemas políticos internos na TV Difusora, na disputa pela prioridade na divulgação dos atos pró e contra o governo Cafeteira.

⁵² Entrevista concedida ao autor, na noite do dia 17 de maio de 2013, na Produtora Raízes, de sua propriedade, localizada no bairro Recanto Vinhais, em São Luís.

5.2 A operação política para comprar uma emissora falida

Foi colocada em prática uma grandiosa operação detalhadamente planejada para viabilizar a compra da TV Difusora, envolvendo a presidência da república, o Ministério das Comunicações, bancos públicos, governo do estado do Maranhão, DENTEL e empresários amigos. Cada um com papel bem definido no processo.

Como já afirmamos, os primeiros entendimentos para a venda da Difusora ao novo grupo, representado por William José Nagem (1930-2014)⁵³, foram iniciados em meados do primeiro semestre de 1987. Logo em seguida, chega de São Paulo o advogado Cláudio do Nascimento, com a missão de realizar uma auditoria interna, buscando levantar a situação econômica e financeira da empresa. O trabalho da auditoria resultou no “Relatório de Auditoria” (ANEXO D), que incluía documentos constitutivos e societários; exigências governamentais; exigibilidades; encargos sociais e trabalhistas; imobilizado; imóveis à venda; situação patrimonial; fluxo de caixa; contratos de veiculação; ociosidade (veiculação gratuita); serviços de terceiros e outros.

O Relatório, embora não estando datado, indica em seu conteúdo a situação da empresa em 31/10/1987, e apresenta alguns pontos importantes, sobre a constituição da empresa: “A empresa foi constituída em 23 de maio de 1955, como sociedade por quotas de responsabilidade limitada e transformada em S/A em 01 de março de 1963 conforme Escritura Pública de Transformação arquivada no DEIC sob o número 268 em 9/4/63”. O Relatório apresentava também a composição acionária da empresa, conforme Quadro 11.

Quadro 11 – Acionistas, quantidade de ações e respectivos números em 1987

Acionistas	Quantidade de ações	Números
Carlos Magno Duque Bacelar	78.150.000	00000001 a 78150000
Francisco de Assis Milhomem Coelho	78.150.000	78150001 a 156300000

Fonte: Relatório de Auditoria da Rádio Difusora do Maranhão S/A.

No corpo do Relatório, verificamos constatações relevantes como a que passamos a reproduzir a seguir:

Segundo pudemos apurar apesar da constituição atual registrada ser a mencionada, nos anos de 1963 e 1968, foram vendidas ações ao público cujo montante não é do conhecimento da diretoria, existindo atualmente antigos acionistas (não oficiais) que aparecem na empresa reivindicando direitos.

⁵³ Falecido em 3 de fevereiro de 2014, aos 84 anos, vítima de falência múltipla dos órgãos. Lutava há 13 anos contra o mal de Alzheimer (N.A.).

A legislação específica para concessionárias de serviço de Radiodifusão exige a aprovação prévia junto ao DENTEL para qualquer alteração no quadro de sócios, e perante aquele Órgão os sócios aprovados e oficiais são os constantes dos livros. Através de documentos e relações encontradas relativas ao ano de 1974 apuramos alguns nomes de antigos acionistas que subscreveram e integralizaram as ações, cuja posição apresentamos no anexo 1. Ressaltamos que citada relação não poderá ser considerada como completa pois inexistem registros e controles que permitam uma apuração precisa das ações colocadas ao público e ainda não resgatadas pelos antigos sócios.

Segundo o Dr. Magno Bacelar, a abertura do capital na época ocorreu sem planejamento nem respaldo [sic]⁵⁴ jurídico e contou com o apoio popular que desejava a implantação de uma emissora de TV no Maranhão. Como o DENTEL não aprovou nem aprovaria a democratização do capital, em 1975 a permissão da emissora foi cancelada pelo Governo e conferida novamente em 16/6/76. Nessa ocasião foi regularizada a situação da empresa perante ao DENTEL com a indicação dos sócios oficiais. Os livros societários da época encontram-se extraviados e segundo o Dr. Magno Bacelar nem chegaram a existir. No entanto os livros atuais iniciam-se pelo número dois. A partir de 1976 todas as atas foram publicadas mencionando sempre que participavam a unanimidade dos sócios (RELATÓRIO de Auditoria, 1987, p. 1-2)

O item dois do referido Relatório descreve a Situação Econômico Financeira, especialmente o balanço patrimonial, fluxo de caixa, patrimônio, patrimônio líquido, passivo exigível, encargos trabalhistas e operacionais, como veremos a seguir.

Em balanço patrimonial, no subitem 1, a auditoria revela que

A empresa sempre foi de constituição familiar e a contabilidade não reflete com precisão a realidade da administração. Em razão disso, com base nos controles existentes e informações obtidas efetuamos o levantamento das contas a pagar, empréstimos, encargos trabalhistas, fornecedores, Ativo permanente, caixa e bancos, imóveis a venda e demais contas patrimoniais e ajustamos o balancete apresentado em 31/10/1987, cuja posição e demonstrativos analíticos apresentamos no anexo 2 (RELATÓRIO de Auditoria, 1987, p. 2).

Em relação ao subitem 2, fluxo de caixa, o Relatório destaca:

Com base nos dados obtidos projetamos o fluxo de caixa para período de novembro/87 a julho/88, cujo déficit apresentado, mantendo-se a tendência de faturamento atual, será de aproximadamente Cz\$120 milhões em julho/88.

E o Relatório prossegue:

Alguns débitos no montante aproximado de Cz\$80 milhões encontram-se vencidos e com risco de execução jurídica o que implicaria na necessidade urgente de injeção de recursos ou composição de citados compromissos (RELATÓRIO de Auditoria, 1987, p. 2).

No subitem 3, Patrimônio, o relato é de que

inexistiam controles patrimoniais adequados, integrados com a contabilidade. Em razão disso foi realizado pela diretoria da empresa um inventário físico dos equipamentos e móveis e utensílios (o qual não pudemos acompanhar) cuja relação com localização e numeração de cada bem é declarada de propriedade da

⁵⁴ Foram mantidas, rigorosamente, nas transcrições do relatório de auditoria, bem como nos demais documentos, a grafia conforme os originais, independentemente dos erros ortográficos (N.A.).

DIFUSORA e faz parte integrante da negociação. A DIFUSORA possui uma grande quantidade de terrenos para comercialização situados em área nobre de São Luiz (RELATÓRIO de Auditoria, 1987, p. 2).

E continua, declarando que

somente para efeito de referencia de valor, solicitamos a empresa que presta assessoria jurídica e que também atua no ramo imobiliário uma avaliação dos imóveis de propriedade da DIFUSORA, cuja apuração resultou em Cz\$283 milhões aproximadamente (RELATÓRIO de Auditoria, 1987, p. 2).

Por último, a análise sobre Patrimônio, onde se lê: “De igual forma solicitamos uma avaliação aproximada dos móveis utensílios e equipamentos, apurando um montante Cz\$108 milhões”.

No subitem 4, o patrimônio líquido indica um total Cz\$10.687.827,00 (dez milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, oitocentos e vinte sete cruzados).

No subitem 5, o passivo exigível total da empresa, em 31 de outubro de 1987, era de Cz\$123,8 milhões, após os ajustes efetuados.

Quanto aos encargos trabalhistas, subitem 6, a auditoria chamava a atenção para aspectos referentes à situação trabalhista: “Existem atualmente na empresa alguns funcionários não optantes com mais de 20 anos de trabalho, um dos quais em fase de negociação de indenização no valor aproximado de Cz\$600mil”.

No subitem operacional, o auditor destaca que “atualmente a empresa está trabalhando com ociosidade de 30% do seu espaço disponível de veiculações o qual é ocupado com comerciais gratuitos fornecidos a algumas empresas selecionadas”.

O Relatório apresentou a seguinte conclusão:

Apesar do passivo elevado e das dificuldades financeiras que a empresa atravessa, o patrimônio imobiliário é suficiente para sua viabilização a médio prazo, desde que haja uma reestruturação administrativa e ingresso de numerário para suprir os compromissos inadiáveis (ou sua composição comercial) e a conclusão das obras do novo prédio da administração (RELATÓRIO de Auditoria, 1987, p. 3).

O Relatório (ANEXO D) recebeu a assinatura de Cláudio do Nascimento, na qualidade de auditor atuante, e deveria ter sido assinado, também, pelo então diretor-presidente da Difusora, Afonso Augusto Duque Bacelar. Nesse documento, fica esclarecida a verdadeira composição acionária da empresa: Carlos Magno Duque Bacelar 32,15 por cento; Francisco de Assis Milhomem Coelho 32,15 por cento e a venda de ações feitas entre os anos 1963 e 1968 para diversos acionistas correspondia a 35,69 por cento do capital das emissoras. Havia, portanto, um grupo de pequenos acionistas que, juntos, representavam um capital superior ao dos outros dois sócios, individualmente.

Esses acionistas, num total de 879, faziam parte de três subscrições: a de 1963, com 359 acionistas; a de 1967, com 278 acionistas e a de 1968, com 242 acionistas. Eram, em sua

maioria, pessoas físicas, mas havia, também, empresas, prefeituras municipais e paróquias do interior do estado. Nas relações constam, além dos nomes, a quantidade de ações adquiridas, a quantidade atualizada em 1987 e o valor da época em que foi produzido o Relatório de Auditoria.

Dessa forma, em 28 de novembro de 1987, Magno Bacelar é levado a firmar um Termo de Compromisso (ANEXO E), assumindo a responsabilidade de ressarcir eventuais acionistas que não figurassem na lista de acionistas da empresa apresentada na negociação, bem como as possíveis demandas judiciais que surgissem dessa situação.

A negociação avança e, em 29 de dezembro de 1987, a Difusora envia à Diretoria Regional do DENTEL no Maranhão, com sede em São Luís, ofício datado do dia anterior (ANEXO F) em que encaminha documentação pessoal dos novos sócios e solicita a alteração do seu quadro societário, bem como “a transferência da totalidade das ações dos acionistas Carlos Magno Duque Bacelar e Francisco de Assis Milhomem Coelho para o Sr. William José Nagem que deverá adquiri-las por compra” [...]. Essa documentação é toda assinada por Afonso Bacelar, na qualidade de diretor presidente da empresa.

Para consolidar a venda, certamente com o pagamento da última parcela, foi firmado o Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Ações do Capital Social da Rádio Difusora do Maranhão S.A. e outras avenças (ANEXO G), em 12 de janeiro de 1988, entre Carlos Magno Duque Bacelar e William José Nagem. Nele, consta, na cláusula segunda:

Pelo presente instrumento particular e melhor forma de direito, o CEDENTE cede e transfere para o CESSIONÁRIO, que por sua vez adquire as 78.150.000 (setenta e oito milhões cento e cinquenta mil) ações ordinárias, [...], do capital social da RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., de que o primeiro é titular, indicadas na cláusula primeira, de forma a transferir para o segundo e assegurar a este uma participação acionária de 50% (cinquenta por cento) do capital da referida sociedade, nas condições previstas nas cláusulas seguintes. TERCEIRA: O preço total da cessão e transferência das ações que constituem objeto deste instrumento é de Cz\$8.000.000,00 (oito milhões de cruzados) já anteriormente pagos pelo CESSIONÁRIO ao CEDENTE em moeda corrente da República, quantia da qual o CEDENTE dá plena, geral e irrevogável quitação para mais nada reclamar a qualquer título (INSTRUMENTO Particular..., 1988a).

E prossegue, nas cláusulas quarta, quinta e sexta:

O preço da compra e venda das ações objeto deste instrumento, [...], foi fixado pelas partes tendo em vista a situação patrimonial da RÁDIO DIFUSORA S.A., traduzida no balancete datado de 31 de outubro de 1987, acompanhado de relação de todos os débitos sociais existentes na mesma data, documentos esses que, devidamente autenticados pelas partes, integram este instrumento para todos os efeitos legais, isentando o CESSIONÁRIO de responsabilidade por quaisquer outros não identificados ou declarados, os quais serão a qualquer tempo de inteira responsabilidade do CEDENTE, salvo a hipótese de acréscimo resultante de

acessórios, tais como juros, multas, correção monetária e despesas de cobrança. QUINTA: o CEDENTE obriga-se a transferir para o CESSIONÁRIO e às pessoas que este indicar, a totalidade das ações que constituem objeto deste instrumento, assim que a transferência seja autorizada pelo DENTEL. SEXTA: Logo após a assinatura deste instrumento a direção da RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., deverá pedir ao DENTEL, com a observância de todas as normas legais e regulamentares, a necessária autorização para a transferência das ações que constituem objeto deste instrumento, para o CESSIONÁRIO e/ou pessoas que este indicar. SÉTIMA: Este instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretroatável vinculando as partes seus herdeiros e sucessores.

E para firmeza e prova de assim haverem ajustado, contratado e se obrigado, por si e seus sucessores, as partes contratantes assinam o presente instrumento, datilografado em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, a tudo presentes. São Luís, 12 de janeiro de 1988 (local e data manuscrita) (INSTRUMENTO Particular..., 1988a).

Assinam o documento: Carlos Magno Duque Bacelar, William José Nagem e, pela Rádio Difusora do Maranhão S.A., Afonso Augusto Duque Bacelar, além de duas testemunhas. A primeira, identificamos como sendo Cláudio do Nascimento. A segunda, não foi possível identificar pela assinatura.

Outro documento semelhante, o Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Ações do Capital Social da Rádio Difusora do Maranhão S.A. e outras avenças (ANEXO H), também seria celebrado entre Francisco de Assis Milhomem Coelho e William José Nagem, com o mesmo teor, mantendo-se as mesmas condições, valores e datas para a transferência dos 50% restantes.

Assim, o empresário William Nagem teria 100 por cento das ações da empresa e, logo em seguida, transferiria, por doação a seu filho, Paulo Roberto Costa Nagem, 20 por cento delas, de acordo com o ANEXO F, sintetizado no Quadro 12.

Quadro 12 - Acionistas, percentuais e número de ações em 1988

Acionistas	Percentual	Ações
William José Nagem	80%	125.040.000
Paulo Roberto Costa Nagem	20%	31.260.000

Fonte: Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda., 1988, adaptado pelo autor

Esta seria a composição formal do novo grupo proprietário da maior empresa de comunicação do estado. William Nagem, um empresário da área têxtil, sem experiência em empresas de comunicação, chegava com a árdua missão de acomodar interesses tão díspares entre forças políticas diversas: os da família Sarney e os do então governador do Maranhão, Eptácio Cafeteira.

Em 9 de maio de 1988, data do protocolo, a Diretoria Regional do DENTEL, Maranhão, enviou ao diretor da Rádio Difusora do Maranhão S.A. o ofício nº 241/88/DR/SLS

datado de 6 de maio de 1988 (ANEXO I) em que encaminha cópia do ato de autorização de transferência indireta da concessão objeto do processo nº 29116.000.003/88 e notifica a empresa a

[...] comprovar no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento deste Ofício, a efetivação da operação autorizada, mediante a apresentação a esta Diretoria Regional, de cópia dos termos de transferência de ações, extraída do livro de ‘Transferência de Ações Nominativas’ (OFÍCIO nº 241/88/DR/SLS, 1988).

A autorização de transferência indireta de concessão (ANEXO I) trazia anexa a exposição de motivos de nº 64/88-GM, expedida pelo gabinete do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (1927-2007), datada de 29 de março de 1988 e endereçada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney, com o seguinte teor:

A RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., executante dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, onda média, onda tropical e radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, solicitou autorização para efetivar transferência indireta das outorgas que detem, mediante cessão da totalidade das ações representativas do capital social para novo grupo, que passará a deter o mando da sociedade.

2. Em consequência, o quadro social ficará assim constituído: ACIONISTA William José Nagem, ACÇÕES: 125.040.000, VALOR: Cz\$ 7.502.400,00 [sete milhões quinhentos e dois mil e quatrocentos cruzados] e Paulo Roberto Costa Nagem ACÇÕES 31.260.000 VALOR: Cz\$ 1.875.600,00 [hum milhão oitocentos e setenta e cinco mil e seiscentos cruzados], [perfazendo um] TOTAL [de] Cz\$ 9.378.000,00 [nove milhões trezentos e setenta e oito mil cruzados]. 3. A direção da entidade continuará a ser exercida por AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR e JOSÉ DOS REMÉDIOS DE SOUZA BRANCO, nos cargos de Diretor-Presidente e Diretor-Gerente, respectivamente (EXPOSIÇÃO de Motivos nº 64/88-GM..., 1988, p. 1).

O texto da exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República prossegue em seu conteúdo:

4. Cumpre ressaltar que referidos pedidos foram devidamente instruídos com a documentação exigida, demonstrando possuir o novo grupo as qualificações estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Todos os órgãos competentes deste Ministério opinaram sem oposição ao pedido. 5. De conformidade com o que determina o artigo 96, item 3, letra ‘a’, do aludido Regulamento, a transferência indireta das outorgas não poderá ser efetivada sem a prévia autorização do Presidente da República. 6. Nestas condições, tenho a honra de submeter o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, na forma do artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972. Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito. Antônio Carlos Magalhães (EXPOSIÇÃO de Motivos nº 64/88-GM ..., 1988, p. 2).

É importante destacar que o referido documento possuía um campo específico para a autorização presidencial, nos seguintes termos: “AUTORIZO. Em, 29.3.88. E a assinatura do Presidente da República José Sarney”. Observe-se que a data de expedição da exposição de

motivos é a mesma da autorização presidencial, o que revela o grande interesse na celeridade do referido processo.

Outra observação importante é que o valor total da negociação das três emissoras (TV e rádios AM e FM), declarado na exposição de motivos de nº 64/88-GM, é de Cz\$ 9.378.000,00, quase metade dos valores constantes nos instrumentos particulares de cessão e transferência de ações do capital social da Rádio Difusora do Maranhão S.A., que totalizavam Cz\$ 16.000.000,00. Acreditamos que, efetivamente, os valores informados nos documentos do ministério das Comunicações não representam a realidade, visto que o instrumento particular de cessão é um “documento de gaveta” e este, sim, deve representar os valores realizados na época.

Aproximadamente duas semanas depois da assinatura presidencial, a referida autorização foi publicada no Diário Oficial da União (ANEXO J), na seção “Despachos do Presidente da República”:

Ministério das Comunicações, Exposição de motivos Nº 064, de 29 de março de 1988. Transferência indireta para novo grupo, das outorgas concedidas à RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., executante dos serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, onda média, onda tropical e radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. Autorizo. Em 29.03.88 (SÍNTESE da Exposição de Motivos nº 064, 1988).

Em 17 de maio de 1988, em resposta à notificação constante no ofício DENTEL-MA nº 241/88/DR/SLS de 6 de maio de 1988 e em obediência à legislação vigente, a Difusora encaminhou à Diretoria Regional do DENTEL, Maranhão, nova solicitação de transferência da totalidade das ações dos acionistas Carlos Magno Duque Bacelar e Francisco de Assis Milhomem Coelho para William José Nagem e seu filho, Paulo Roberto Costa Nagem (ANEXO K), conforme extraído do livro de ações nominativas da empresa, e dentro do prazo legal de 60 dias. A Portaria nº 40, de 22 de junho de 1988 (ANEXO L), da Diretoria Regional do DENTEL, Maranhão, continha os seguintes termos conclusivos: “resolve: aprovar, [...] os atos praticados pela RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S/A, [...] em decorrência da autorização constante da Exposição de motivos nº 64/88-GM, [...]” (RÁDIO ..., 1988). Os referidos atos tratavam tão somente da alteração do quadro societário da emissora com a transferência da totalidade das ações de Magno Bacelar e Francisco Coelho para William Nagem, adquiridas através de compra e, em seguida, doadas para Paulo Nagem, conforme demonstrado anteriormente, no Quadro 8.

Em 25 de junho de 1988, a Difusora realiza, simultaneamente, duas assembleias gerais, uma Ordinária e outra Extraordinária. A assembleia geral ordinária, cujo teor diz respeito ao nosso estudo, tinha por objetivos principais “tomar as contas dos administradores,

examinar, [...] e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício [...] encerrado em 31 de dezembro de 1987; eleger os diretores para o prazo de gestão de 1988 a 1991 e fixar a remuneração dos diretores”.

Nessa assembleia, ficou deliberado, por unanimidade, aprovar as contas dos diretores, o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social supracitado, bem como acatar a proposta da Diretoria

[...] para que o saldo da conta Lucros Acumulados, no valor de Cz\$8.635.954,75 (oito milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro cruzados e setenta e cinco centavos), seja utilizado para amortização de prejuízo do exercício de 1987, no valor de Cz\$33.019.553,44 (trinta e três milhões, dezenove mil, quinhentos e cinquenta e três cruzados e quarenta e quatro centavos), em consequência do que este fica reduzido para Cz\$24.383.598,69 (vinte e quatro milhões, trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e noventa e oito cruzados e sessenta e nove centavos); [...] eleger, para o prazo de gestão de 1988 a 1991, para Diretor-Presidente, AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR, [...] (reeleito), e para Diretor-Gerente, CLÁUDIO DO NASCIMENTO, [...]; registrar que o Diretor-Gerente Cláudio do Nascimento, eleito nesta oportunidade, seja investido no seu cargo somente após a aprovação de sua eleição pelo Departamento Nacional de Telecomunicações – DENTEL, estendendo-se até então o prazo de gestão do Sr. José dos Remédios de Sousa Branco, nos termos do parágrafo 4º do art. 150 da Lei nr. 6.404/76; [...] (ATA das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária..., 1988).

5.3 O fim de uma era

Apesar de reeleito há pouco mais de três meses, o mandato de Afonso Bacelar, na presidência da Difusora, estava próximo do fim e marcaria o término de um ciclo de 33 anos da família Bacelar no comando do Grupo Difusora. Em 5 de outubro de 1988, a diretoria da Difusora encaminha à Assembleia Geral Extraordinária proposta para a transformação da empresa de sociedade anônima para sociedade limitada (ANEXO M). No documento, a diretoria fazia a seguinte exposição:

Após acurados estudos, esta diretoria julga conveniente propor-lhes a transformação do tipo societário, de sociedade anônima para sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA, sem qualquer solução de continuidade nos negócios sociais. Uma vez acolhida a presente proposição, a sociedade por quotas de responsabilidade resultante da transformação ora sugerida assumirá o ativo e o passivo da sociedade transformada, sucedendo-lhe em todos os direitos e obrigações, conservando a mesma sede, o mesmo foro, o mesmo objeto e mesmo capital social de Cz\$ 67.209.000,00 (sessenta e sete milhões, duzentos e nove mil cruzados), inteiramente realizado, convertendo-se as ações em quotas, sem valor nominal, que serão distribuídas aos atuais acionistas, na exata proporção do número de ações que possuem.[...] Esta é a proposta que a Diretoria submete à apreciação da Assembléia, convicta de que a mesma atende aos interesses da Sociedade. São Luís, 05 de outubro de 1988. AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR, Diretor-Presidente (PROPOSTA da Diretoria..., 1988).

Neste mesmo dia, seria lavrada procuração no Cartório de Notas Eloy Coelho Netto, no livro 186, folha 285, nº 82806, em que Afonso Bacelar e Cláudio Nascimento, ainda na condição de representantes da Rádio Difusora do Maranhão S/A, junto aos órgãos governamentais, constituíam seus procuradores William Nagem e Paulo Nagem, conferindo-lhes amplos poderes da administração em geral da empresa, ”incluindo a representação da outorgante perante o DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-DENTEL e quaisquer outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta [...]”.

No dia seguinte ao ato de assinatura da procuração, foi realizada mais uma Assembleia Geral Extraordinária, para apreciação da proposta de transformação da empresa, em limitada que resultou na aprovação integral e unânime da proposta, nos termos anteriormente referidos. Nesta mesma reunião, foi apresentado documento (ANEXO N), com as renúncias de Afonso Bacelar e Cláudio do Nascimento dos cargos de diretor-presidente e diretor-gerente da Difusora, em caráter irrevogável, conforme texto extraído da ata da Assembleia Extraordinária:

a) que a redação do Contrato Social que irá reger a Sociedade transformada RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA., o qual, elaborado em instrumento apartado, será registrado, juntamente com a presente ata, na Junta Comercial do Estado do Maranhão, para fins e efeitos legais; b) aprovar definitivamente a transformação, nos termos dos artigos 220 e 221 da Lei número 6404 de 15.12.76, da Sociedade Anônima RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A, em Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, sob a denominação de RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA., que se regerá pelas cláusulas e condições pactuadas no Contrato Social ora aprovado; e, c) aceitar a renúncia manifestada pelos Diretores da sociedade ora transformada, consignando-lhes um voto de louvor pelos relevantes serviços prestados. O sr. Presidente da mesa informou aos presentes que as deliberações levadas a efeito nesta assembleia deverão ser levadas ao conhecimento e aprovação do DENTEL na forma da lei. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa para lavratura da presente ata. Reaberto os trabalhos, esta ata foi lida e aprovada, pelo que vai assinada por todos os acionistas presentes, encerrando-se em seguida a reunião. [...] ass.) William José Nagem e Paulo Roberto Costa Nagem (CARTA Renúncia..., 1988).

5.4 A operação política para saldar dívidas bancárias

Como vimos, a conclusão do “Relatório de Auditoria” (ANEXO D), produzido em 1987, com o objetivo de balizar a compra da Difusora, indicava “passivo elevado” e “dificuldades financeiras”, apontando como solução o aporte de elevada quantia de recursos para fazer frente a “compromissos inadiáveis” (RELATÓRIO de Auditoria, 1987, p. 3). Era preciso saldar as enormes dívidas bancárias que tinham justamente levado à situação de insolvência da empresa. Elas estavam esquecidas há pelo menos três anos.

De acordo com os documentos encontrados junto ao Relatório acima citado, “Relação de Débitos” (ANEXO O), composto de duas páginas, datado de 31 de agosto de 1987, que relaciona todas as pendências da empresa na data acima referida, os empréstimos vencidos com Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia totalizavam Cz\$ 58.322.052,09 (cinquenta e oito milhões, trezentos e vinte e dois mil, cinquenta e dois cruzados e nove centavos), conforme explicitado no quadro 13.

Quadro 13 – Levantamento de débitos com bancos públicos

BANCOS	VALORES ATUALIZADOS
Banco do Brasil S/A.	Cz\$30.989.625,00
Banco do Nordeste do Brasil S/A.	Cz\$24.389.094,89
Banco da Amazônia S/A.	Cz\$ 1.443.332,20
Banco do Brasil S/A. (Guias de Importação Kelper International Corp.	Cz\$ 1.500.000,00
TOTAL	Cz\$58.322.052,09

Fonte: Rádio Difusora do Maranhão S/A.

Os débitos bancários, acrescidos dos débitos com estatais, entre outros lançados como diversos, fornecedores do edifício novo, transporte (concessionárias de veículos e loja de peças) e agências de publicidade, totalizavam Cz\$ 96.406.580,95 (noventa e seis milhões, quatrocentos e seis mil, quinhentos e oitenta cruzados e noventa e cinco centavos), conforme quadro 14.

Quadro 14 – Levantamento dos demais débitos da empresa

DÉBITOS	VALORES ATUALIZADOS
Estatais	Cz\$ 9.481.773,46
Diversos	Cz\$13.817.813,76
Fornecedores do edifício novo	Cz\$ 5.054.375,95
Transporte (concessionárias de veículos e loja de peças)	Cz\$ 9.015.489,00
Agências de publicidade	Cz\$ 715.076,69
TOTAL	Cz\$38.084.528,86
TOTAL GERAL	Cz\$96.406.580,95

Fonte: Rádio Difusora do Maranhão S/A.

Já iniciara o ano de 1989, e o grupo que assumira o comando da Difusora, no fim de 1987, já havia liquidado e/ou renegociado a maioria das dívidas com os fornecedores, mas havia as dívidas com os bancos do Brasil, do Nordeste e da Amazônia, de acordo com o documento “Atualização dos assuntos discutidos na reunião do Conselho de Direção de 26 de maio de 1988” (ANEXO P). Nesse documento, fica clara a situação em relação a cada um dos bancos credores:

BANCO DO BRASIL

Todas as negociações estão suspensas, aguardando nossa manifestação. Provavelmente pela repercução [sic] da negociação efetuada com a MIRANTE.

BANCO DO NORDESTE

Fomos procurados pela gerência da agência de São Luís para oficializar a proposta nas seguintes bases:

- 20% do saldo devedor (aproximadamente 150 milhões) = 30,0 milhões em dinheiro para depósito imediato.
- 50% do saldo devedor a ser comutado em espaço publicitário (veiculações na TV e AM, FM).
- 30% do saldo devedor reescalonar em seis parcelas com carência de 6 meses.

BANCO DA AMAZÔNIA

Em nosso último contato com a gerência de São Luís conseguimos redução dos juros e encargos para pagamento a vista.

Em documento de 19 de maio de 1988, da reunião do Conselho de Direção da Difusora (ANEXO Q), a dívida atualizada com o Banco do Brasil já era de Cz\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzados).

O débito com o BNB que, em agosto de 1987, era de Cz\$ 24.389.094,89 (vinte e quatro milhões, trezentos e oitenta e nove mil, noventa e quatro cruzados e oitenta e nove centavos) foi transformado, curiosamente, em 1.584.463,70 (hum milhão, quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três cruzados e setenta centavos) até dezembro de 1988, foi convertido em NCz\$ 158.446,37 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis cruzados novos e trinta e sete centavos) a partir da edição do Plano Verão⁵⁵, lançado pelo governo Sarney.

Dessa maneira, foram finalizados somente em fevereiro de 1989 os entendimentos para liquidação da dívida que a Difusora possuía com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. desde 1986. De acordo com o Contrato Particular de Prestação de Serviços (ANEXO R) fechado entre o BNB e a Difusora:

Contrato de Publicidade que, entre si, fazem, de um lado, o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Praça Murillo Borges, nº 1, CGC 07.237.373/0001-20, doravante chamado CLIENTE, e a "Rádio e TV DIFUSORA DO MARANHÃO S.A.", com sede na cidade de São Luís, Maranhão, na Avenida Camboa, nº 120, CGC 06.275.598/0001-08, doravante denominada CONTRATADA, o primeiro representado por seu Presidente JOSÉ PEREIRA E SILVA e a segunda por CLÁUDIO DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, advogado, CPF. 460.783.398-34 e WILLIAN JOSÉ NAGEM [sic], brasileiro, casado, industrial, CPF.000.641.653-53, ambos residentes em São Luís (MA), nos seguintes termos e condições que ajustam e aceitam:

1º - A CONTRATADA se obriga a colocar à disposição do CLIENTE, durante o prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste instrumento, espaço publicitário para uso na Rádio Difusora FM e TV Difusora do Maranhão, a seguir discriminado:

a) Na Rádio FM do Sistema:

⁵⁵ Passou a vigorar em 16 de janeiro de 1989, quando Cz\$ 1.000,00 (mil cruzados) passaram a valer NCz\$ 1,00 (um cruzado novo). A conversão para a nova moeda se fazia dividindo o valor em cruzados por 1.000 (N.A.).

No caso do BNB, após a assinatura do referido Contrato, a Difusora passa de devedora inadimplente à condição de contratada; e o Banco do Nordeste do Brasil passa de credor para cliente. Depois de mais de três anos, o valor da dívida foi congelado, isentando juros, multas e valores acessórios, algo bastante incomum em operações bancárias, e quitado no exato valor do principal. Foram concedidos espaços publicitários ao BNB para um período de apenas um ano e ainda coube ao referido banco contratar uma agência de publicidade para produzir material específico e coordenar a veiculação, além de arcar com as respectivas comissões pagas à agência.

Em síntese, o Banco do Nordeste não só dispensou todo o serviço da dívida que a Difusora tinha com ele, como também recebeu integralmente o débito em espaço publicitário.

Logo em seguida, em 10 de março de 1989, foi a vez de retomar as negociações com o Banco do Brasil, por meio de uma proposta encaminhada ao Presidente do Banco do Brasil, em Brasília, Mário Jorge Gusmão Berard, a qual não tivemos acesso. No mês seguinte, a Difusora encaminha uma carta ao Superintendente Regional de Operações do Banco do Brasil no Maranhão (ANEXO S), em que faz referência ao documento enviado a presidência do Banco do Brasil, com o seguinte teor:

São Luís (Ma), 19 de abril de 1989

Ilmo. Sr.

Érico Cavalcanti Furtado

M.D. Superintendente Regional de Operações do Banco do Brasil no Estado do Maranhão

Prezado Senhor:

A Rádio e Televisão Difusora Ltda, está passando por um processo de reorganização, iniciado no ano passado, quando houve troca do controle da empresa. Dentro desse processo, está sendo levado a efeito o saneamento financeiro da empresa, com a renegociação de dívidas contraídas anteriormente, seguida da liquidação desses débitos.

Da mesma forma, tem-se procurado proceder à compra de peças e equipamentos, para se superar as deficiências que vinham se acumulando há pelo menos quatro anos, quando foram suspensas as importações.

Até o momento temos conseguido bons resultados em nossas negociações com as entidades financeiras nossas credoras, obtendo prazos, reduções de taxas e acordos de veiculação que tem permitido à empresa vir colocando em dia os seus compromissos.

Em relação a fornecedores, todos os débitos já foram sanados, conforme certidões negativas já encaminhadas a esse Banco.

Somos uma empresa de comunicação social plenamente vitoriosa no Maranhão, através de nossos veículos, conforme discriminação abaixo:

- A) - TV 1º Lugar absoluto em audiência, com mais de 80%, conforme atestado do Dentel, Diretoria Regional do Maranhão.
- B) - Rádio FM Líder de audiência pela pesquisa IBOPE.
- C) - Rádio AM 2ª. colocada.

O Banco do Brasil tem uma tradição secular de apoio ao desenvolvimento econômico-social do país, mormente de suas regiões mais carentes.

Da mesma forma, o Banco do Brasil tem sempre deixado clara sua função social, mostrando que antes de ser uma instituição bancária, o BB é uma agência de desenvolvimento.

É levando em conta essas premissas, que estamos nos dirigindo a V.Sa. para pleitear o seguinte:

- 1) Dispensa das taxas de permanência que estão incidindo sobre o empréstimo com escritura pública de confissão de dívida assinado em 02/01/87, entre o Banco do Brasil S.A. e Rádio Difusora do Maranhão S/A.(Operação nr. 87/00518-2), no valor de NCz\$ 34.534,66 (trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro cruzados novos e sessenta e seis centavos), hoje transformados em NCz\$ 1.771.873,62 (hum milhão, setecentos e setenta e hum mil, oitocentos e setenta e três cruzados novos e sessenta e dois centavos) com acréscimo de NCz\$ 1.581.607,12 (hum milhão, quinhentos e oitenta e hum mil, seiscentos e sete cruzados novos e doze centavos) a título da [sic] correção monetária; de NCz\$ 155.472,33 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e dois cruzados novos e trinta e três centavos), com juros; e, de NCz\$ 259,51 (duzentos e cinquenta e nove cruzados novos e cinquenta e hum centavos), na rubrica de acessórios. (Cálculo em 12/04/89).
- 2) Veiculação por parte do Banco do Brasil de programas de seu interesse nas emissoras da empresa (TV, rádio AM e rádio FM), no valor global da dívida, após a redução de taxas, conforme proposta encaminhada por nós ao Dr. Mário Jorge Gusmão Berard, Presidente do Banco do Brasil S/A, em 10/03/89;
- 3) Liberação urgente da carta de credenciamento de importação para a empresa, a fim de que possamos retomar a compra de peças e equipamentos, uma vez que os níveis de confiabilidade da nossa operação (tanto da TV como das emissoras de rádio) estão descendo perigosamente, o que ameaça não nossos índices de audiência, como também a capacidade de continuarmos cumprindo com nossas obrigações financeiras.

Certos de que o presente pleito terá uma decisão positiva de V. Sa., subscrevemo-nos mui

Atenciosamente,

William José Nagem
Presidente

As dívidas com o Banco do Brasil que eram, em agosto de 1987, de Cz\$ 30.989.625,00 (trinta milhões, novecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco cruzados) e de Cz\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzados) foram convertidas com o Plano Verão em NCz\$ 3.098.962,50 (três milhões, noventa e oito mil, novecentos e sessenta cruzados novos e cinquenta centavos) e NCz\$ 15.000,00 (quinze mil cruzados novos) se negociadas nas bases sugeridas pela Difusora, como tudo leva a crer, com a dispensa de juros, multas e outras taxas foram quitadas, em meados de 1989, também somente com veiculação de anúncios institucionais do Banco do Brasil. Fica evidenciada, mais uma vez, a interferência política da presidência do Banco do Brasil junto a superintendência de São Luís no sentido de conceder todas as facilidades para que a Difusora saldasse suas dívidas.

Com o Banco da Amazônia a situação foi semelhante, o débito que, em agosto de 1987, era de Cz\$ 1.443.332,20 (hum milhão, quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e trinta e dois cruzados e vinte centavos), convertido com o Plano Verão, em janeiro de 1989, em NCz\$ 144.333,22 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e três cruzados novos e vinte e dois centavos) teve redução de juros e multas e foi quitado certamente por esse valor, conforme atestam o cheque de NCz\$ 115.000,00 (cento e quinze mil cruzados novos) e o

comprovante de depósito (ANEXO T) no valor de NCz\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzados novos), e seus respectivos recibos com valores bem próximos da dívida em questão.

Dessa forma, a Difusora teria uma condição inexistente no mercado para a maioria dos empresários brasileiros, podendo pagar uma dívida que contraíra anos antes com os bancos do Nordeste, do Brasil e da Amazônia. Seria dispensada de pagar juros, multas e outros acessórios e pagaria somente o valor principal dos débitos contraídos mais de três anos depois.

5.5 O governo do Maranhão uma mão mais que amiga

Cobrar pela exibição de matérias produzidas pela SECOM ou por matérias de interesse do governo do estado parecia rotina na TV Difusora. Em nossas buscas por informações para a presente pesquisa encontramos alguns documentos que comprovam essa rotina, como os ofícios encaminhados pela direção de jornalismo da TV Difusora ao setor comercial da emissora e à secretaria de Comunicação do estado.

Durante o ano de 1988, o governo do estado do Maranhão foi bem mais que o principal cliente da TV Difusora, como atesta o ofício (ANEXO U) encaminhado pela direção de jornalismo ao diretor comercial, no qual anexava uma relação de 22 matérias exibidas no período de julho a agosto do mesmo ano, nos principais telejornais da emissora. Eis o teor, bem sucinto, do ofício: “Segue em anexo a relação das matérias produzidas pela SECOM-MA e veiculadas em nossos telejornais. São Luís, 03 de agosto de 1988. Artur Gondim Diretor de Jornalismo”.

Em 1989, ofício de semelhante estilo (ANEXO V), do setor de jornalismo para o comercial, continha a seguinte informação: “Relaciono abaixo as matérias produzidas pela SECOM-MA e veiculadas nesta emissora em janeiro/89.” Referia-se às 16 matérias com seus respectivos tempos de duração. O citado ofício é assinado por Artur Gondim, na qualidade de diretor de jornalismo.

Pouco mais de três meses após assumir a direção de jornalismo da TV Difusora, em 30 de maio de 1989, Luiz Pedro encaminha (ANEXO W) ao secretário de Comunicação do estado solicitação de reajuste dos valores acordados:

Ilmo. Sr. Ademário Tasso Cavalcanti
M.D. Secretário de Comunicação Social
Palácio do Leões

Nesta

Prezado Senhor:

Como é do seu conhecimento, mensalmente a Rádio e Televisão Difusora do Maranhão Limitada vem divulgando matérias de interesse do Governo do Estado,

através de seus programas jornalísticos, e tem, inclusive, aberto um espaço só para noticiários produzidos pela Secom, na Rádio AM. Côncia do trabalho meritório que tem desenvolvido o Sr Governador do Estado [Epitácio Cafeteira], esta empresa tem complementado o trabalho de divulgação dessa Secretaria com matérias de nossas equipes de reportagem, numa labuta que tem se demonstrado harmoniosa e eficaz. As nossas emissoras têm divulgado também programas de entrevista (como Bom Dia Maranhão e o A Palavra é Sua), com membros da equipe de Governo, além de ‘dicas’ de eventos patrocinados ou promovidos por órgãos do Governo estadual. Em contrapartida a esse trabalho, temos recebido o valor mensal de Ncz\$ 30.850,00, congelado há seis meses, não obstante nossos constantes aumentos de custos e o aumento quantitativo e qualitativo de nossa cobertura jornalística. Assim sendo, vimos trazer pela presente à consideração de V.Sa. uma proposta de reajuste do valor mensal percebido por nós, passando, a partir desta data, para Ncz\$ 70.000,00. Queremos ressaltar que as nossas emissoras têm se mantido como líderes de audiência em suas respectivas faixas: a TV detém 80% da audiência global; a FM é a primeira em audiência, desde sua criação; enquanto a AM tem galgado pontos na pesquisa do IBOPE, passando nos últimos três meses do 5º para o 2º lugar entre as mais ouvidas. No aguardo de uma posição de V.Sa., subscrevemo-nos Atenciosamente, Luiz Pedro

Em 9 de agosto 1989, mais uma vez, a Difusora relacionou (ANEXO X) as 85 matérias produzidas pela SECOM e veiculadas nos telejornais da emissora, no período compreendido entre 22 de maio a 8 de agosto daquele mesmo ano, com o objetivo, muito provável, de receber o pagamento pela suposta prestação de serviço do ‘jornalismo’. Em ofício encaminhado ao setor comercial, Luiz Pedro, então diretor de jornalismo, acrescenta informação sobre o telejornal, o tema da matéria e o tempo de duração da mesma.

Apesar de acreditamos, com base em nossos achados, que se tratava de uma rotina mensal da empresa de cobrar da SECOM por matérias ‘jornalísticas’ exibidas em seus telejornais, só podemos afirmar que, além dos meses anteriormente citados, essa prática ocorreu também em setembro de 1988, e nos meses de março e maio do ano seguinte.

Outro episódio que marcou, mais uma vez, a interferência do poder público nos negócios privados da TV Difusora, foi o resultado de uma inusitada solicitação feita pelo então Governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira. No ofício nº 078/89-GG (ANEXO Y), datado de 18 de maio de 1989 e encaminhado ao então Ministro das Comunicações, Cafeteira se mostra muito preocupado com a ausência de cobertura regional para a população do estado e solicita uma tarifa especial somente para a TV Difusora, da qual o governo do Maranhão era o maior cliente e o próprio governador, sócio oculto:

Ao percorrer o interior de Estado para ouvir diretamente do povo quais as realizações de que mais necessita cada município, inúmeras são as vezes em que recebo o pleito de levar, pela TV, os fatos mais importantes ocorridos no Estado ao conhecimento da população interiorana. O povo reclama o seu distanciamento dos fatos e alega ter mais conhecimento daqueles que se verificam no sul do País. Informe-me junto às estações de TV acerca do problema e fui esclarecido de que é inviável a cobertura de área de abrangência das estações por via de sistemas terrestres. Indicam como solução a utilização de canal em satélite, de mais baixo

custo e mais confiável transmissão dos sinais das estações, desde que lhes fosse concedida alíquota favorecida, como acontece com similar do Estado do Amazonas. Ciente da existência de dois canais disponíveis no satélite, a TV Difusora solicitou meu empenho no sentido de obter a concessão de um deles, nas condições referidas no parágrafo anterior.

Assim sendo, e considerando que o pleito permitirá o atendimento de aspiração da população do interior deste Estado, transmito a Vossa Excelência o pedido, na certeza de que ele merecerá a guarida esperada.

Aproveito a oportunidade para renovar os meus protestos de levado apreço e consideração.

EPITÁCIO CAFETEIRA
Governador do Maranhão

Apenas cinco dias depois de encaminhado o ofício, o pleito foi autorizado integralmente como se pode verificar no despacho (ANEXO Y) de próprio punho feito pelo Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães:

Urgente.

À Embratel – Dr. (Ilegível),

Autorizo a tarifa para o Maranhão da região amazônica, na qual se insere o próprio Maranhão. Tal benefício deve ser dado, também, a todos que na região pleitearem .

Grato pela atenção.

Antonio Carlos Magalhães

23-5-89

5.6 Os sócios ocultos

Em depoimento bastante elucidativo, o jornalista Luiz Pedro de Oliveira e Silva (2013)⁵⁶ faz revelações de bastidores. Inicialmente, conta como se deu sua ida para a Difusora, no início de 1988, para assumir a coordenação do “Bom Dia Maranhão”:

Quem me convidou foi o Cafeteira. Cafeteira era governador e disse que, nas palavras dele, tinha um amigo [William Nagem] que tinha comprado a televisão e que ele achava que seria importante minha presença lá, pra ele. E que seria importante pra mim. Ele até disse assim: é uma vitrine pra ti. Então, efetivamente, eu fui lá pro Bom Dia.

Questionado se acreditava que o governador Cafeteira era sócio da Difusora, respondeu laconicamente: sim, acredito.

Sobre o convite para assumir a direção de jornalismo no início de 1989, Silva (2013) afirmou:

Aí foi o William. William chegou e disse, olha eu estou tirando o Artur [Gondim] e queria que tu assumisses a direção [de jornalismo] da televisão. Então eu passei a acompanhar toda a parte da programação e também participava das reuniões da

⁵⁶ Entrevista concedida ao autor, na tarde do dia 04 de novembro de 2013, na sala do Laboratório de TV da UFMA, no Campus do Bacanga, em São Luís. Na época em que foi convidado para assumir a coordenação do Bom Dia Maranhão, Luiz Pedro tinha finalizado o mandato de deputado estadual pelo PMDB, em 1987. Concorreu, em 1986, pelo mesmo partido, a uma vaga na Câmara dos Deputados, sem obter sucesso.

diretoria que geralmente começavam depois da exibição do 2ª edição nosso aqui. Quando começava o Jornal Nacional a gente começava a reunião da diretoria.

Silva (2013) confirma os investimentos de William Nagem, que podem ser comprovados através de cheque, comprovante de depósito bancário e recibos (ANEXO T) e fala sobre os verdadeiros donos do Grupo Difusora, e a participação da família Sarney:

Deixa eu dizer. O William apesar de ser testa de ferro, ele tinha vontade de fato de assumir. E ele não só dirigia efetivamente, como ele investiu. Lembro que a torre [das emissoras] estava esfarelado, estava pra cair.[...] Fez investimentos, recuperou o auditório e investiu também na parte de rádio.

Por que que eu tenho essa convicção de que ele queria se tornar de fato dono? Ele chegou a me dizer que ele estava fazendo uma contabilidade paralela, daquilo que ele estava investindo desde o início [...]. E que ele estava fazendo a capitalização dele. E que a parte de Cafeteira seria no sentido de manter a televisão com a publicidade do governo. [...] Ele, o próprio William, dizia que Fernando [Sarney] nunca capitalizou. Olha aqui, Fernando em vez de tá investindo aqui... [...] Tinha lá um piano, que eu não sei por graças de quem terminou na mão de dona Ana Karin⁵⁷. Ela se engraçou do piano e o Fernando mandou que fosse entregue pra ela. Ai ele anotou o piano na contabilidade, ou seja, em vez de Fernando está capitalizando, está descapitalizando.

De forma conclusiva, Silva (2013) sintetiza bem a questão da gestão dos Bacelar e do enfraquecimento financeiro da Difusora e a consequente perda da emissora:

Era meio, vamos dizer assim, previsível. Não tinha uma linha. Na verdade ali, os interesses eram diversos. Os interesses do Dr. Magno [Bacelar] eram muito mais no sentido da política e os do Afonso [Bacelar] eram muito mais no sentido empresarial, mas vendo a empresa como uma coisa de usufruto e não como uma coisa que você investe e quer perpetuar. Então, acho que isso aí foi que levou ao momento do [Magno] Bacelar entregar os pontos. Houve toda uma ação por parte do Sarney de enfraquecimento, mas ao mesmo tempo, teve a questão interna de organização e gestão. [...]

A decisão da Rede Globo de romper o contrato com a TV Difusora e transferi-lo para a TV Mirante, comunicada por Roberto Marinho a Magno Bacelar, ainda no ano de 1986, como vimos anteriormente, foi revista e só ocorreu quase cinco anos depois, em 1º de fevereiro de 1991. A partir daquele ano, contudo, a Rede Globo passou a celebrar os contratos que manteve com a TV Difusora com prazo de vigência menor. O que antes era datado de “16 de julho de 1981, em vigor conforme Termo de Re-ratificação firmado em 12 de fevereiro de

⁵⁷ Ana Karin Dias de Almeida Andrade, à época secretária da diretoria da Difusora, era casada com Astrogildo Fragulia Quental, contemporâneo de Fernando Sarney na Faculdade de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Fernando Sarney era sócio oculto da recém-adquirida Difusora. Astrogildo Fragulia Quental foi secretário de Infraestrutura do governo Lobão, de 1991 a 1994. Hoje, Ana Karin é prefeita da cidade de Cruzeiro, no estado de São Paulo.

1987”, de acordo com Termo de Rescisão (ANEXO Z), firmado em 31 de janeiro de 1988, passou a ser renovado ano a ano, segundo Instrumento Particular de Convenção (ANEXO AA), também celebrado em 31 de janeiro de 1988, na cláusula que trata do prazo:

Esta Convenção tem vigência a partir de 1º de fevereiro de 1988, findando-se em 31 de janeiro de 1989, sendo prorrogável, automaticamente, pelo período de 01 (hum) ano, salvo se denunciada por qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do término do prazo inicial.

Um item do Instrumento Particular de Convenção (ANEXO AA), que nos chamou a atenção é o 6.3, constante nas disposições finais que trata da rescisão:

A EMISSORA reconhece, pelo presente, ter vida autônoma [sic] de Globo, dela não dependendo sua existência no que diz respeito à produção, geração de programação e comercialização de publicidade, podendo a qualquer tempo, rescindida a presente Convenção, retornar ao que é, sem poder exigir qualquer espécie de reparação por qualquer tipo de problemas que venha a enfrentar no redimensionamento de execução do serviço de que é concessionária.

Questionado sobre o motivo da prorrogação do contrato da Rede Globo com a Difusora, nos anos que se seguiram a 1986, quando foi comunicado por Roberto Marinho da eminente perda da representação da Globo, Magno Bacelar (2013) respondeu, enfático:

- Se eu já tinha vendido, por que tirar correndo? Eles já tinham comprado a Difusora!

Esta afirmativa de Magno Bacelar é reveladora de que, nos bastidores, a família Sarney já tinha a garantia que a metade da empresa que pertencia ao ex-governador Luiz Rocha, formalmente representado por Francisco Coelho, também seria repassada ao novo grupo, representado pelos Nagem.

Couto (2009), por sua vez, confirma que a troca da TV Difusora pela Mirante, na retransmissão do sinal da TV Globo, no Maranhão, foi um misto de ação política, com investimento em técnica e tecnologia, e evidencia as relações pessoais, políticas e empresariais que permearam essa negociação:

Depois da vitória nas eleições de 90 em que a família Sarney consegue eleger o seu candidato a governador do Estado, o próprio José Sarney para senador do Amapá, e dois filhos para deputados federais, a família comemora também a nova rede de televisão que se afiliou à Rede Globo.

Este salto nos negócios da família [...] corresponde a ganhos econômicos, aumentando o faturamento da televisão e, principalmente, político, pois passou a cobrir oitenta dos 136 municípios maranhenses [...] (MAIA, 1993 *apud* COUTO, 2009, p. 159).

Outro motivo que pode ter levado ao adiamento da mudança do sinal da Globo, da TV Difusora para a TV Mirante, foi a repercussão negativa do escândalo envolvendo a troca de favores entre o então ministro Antonio Carlos Magalhaes e o presidente da Rede Globo, Roberto Marinho, no episódio que implicou a retirada dos direitos de transmissão da Rede

Globo da TV Aratu, concedendo esses direitos à TV Bahia, favorecendo parentes e amigos de Magalhaes, em fins de 1986, como nos relata Hertz (1987):

No final de 1986, estourou o escândalo das trocas de favores entre Antonio Carlos Magalhães e Roberto Marinho. Na repercussão pública das denúncias, destacaram-se dois episódios. No primeiro, Magalhães usou ostensivamente seu poder de Ministro ajudando Marinho a arrancar do empresário Mário Garnero o controle da [...] NEC⁵⁸. No segundo, Marinho tirou da TV Aratu da Bahia, os direitos de retransmissão da Rede Globo e os concedeu à TV Bahia. [...] Há dezoito anos, a TV Aratu, de Salvador, funciona em associação com a Rede Globo, retransmitindo sua programação para todo o Estado da Bahia. Os contratos são renovados automaticamente, três em três anos, sem a menor burocracia. No início de dezembro, a diretoria da emissora recebeu a informação de que não interessa mais à Globo renovar o contrato com a TV Aratu, que vence a 20 de janeiro (de 1987). Confirma-se, assim, na prática, o que o ministro das Comunicações vinha alardeando, sem constrangimentos, a seus amigos: que de janeiro em diante, seria dele a programação da Globo, na Bahia.

Em janeiro de 1987, Roberto Marinho deu a Antonio Carlos Magalhães uma demonstração pública de apreço que tinha as feições típicas de um pagamento de dívida: tirou da TV Aratu, da Bahia, os direitos de retransmissão da Globo no Estado e os concedeu à TV Bahia, controlada por parentes e amigos de Magalhães [...] (HERTZ, 1987, p. 63-48).

O jornal Folha de São Paulo publicou, em dezembro de 1987, uma longa entrevista com o ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, em que ele admite, pela primeira vez, o uso político das concessões de rádio e TV: “Em igualdade de condições técnicas e financeiras, eu jamais deixo de dar a concessão a alguém que apóia o governo.” (SOUZA; LOPES, 6 dez. 1987, p. 6).

Se a mudança do sinal na Bahia para a televisão do Ministro das Comunicações causou grande repercussão, avalie-se como seria a transferência para a televisão de propriedade do Presidente da República, no Maranhão. Certamente esse foi um ponto decisivo para deixar a mudança de sinal para o início de 1991, quase um ano após a saída de José Sarney da presidência.

Antes mesmo de ser finalizado o processo de mudança de sinal da Rede Globo para a TV Mirante, em fevereiro de 1991, a TV Difusora, no final de 1990, seria vendida, mais uma vez, agora à família do recém-eleito governador do Maranhão, Edison Lobão⁵⁹. A TV Difusora passaria a retransmitir o sinal do SBT, como o faz até hoje.

⁵⁸ Empresa multinacional japonesa da área das telecomunicações cujo empresário, Mário Garnero, detinha o controle acionário no Brasil. Garnero já enfrentava dificuldades em sua firma Brasilinvest e teve suspensos seus pagamentos pela Telebrás, que representavam 80% das vendas. A suspensão foi determinada pelo Ministro Antonio Carlos Magalhães que justificou a medida com o argumento de inidoneidade de Garnero. (GOMES, 2001).

⁵⁹ Edson Lobão foi governador do Maranhão, de 1991 a 1994; e ministro das Minas e Energia no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, como em outras sociedades de economia capitalista, o poder econômico-financeiro e os grandes grupos de comunicação sempre caminharam juntos. Desde sua implantação no Brasil, há mais de 65 anos, a televisão cresce em importância, a ponto de consolidar-se como o meio hegemônico de informação e entretenimento. Por este motivo, tornou-se alvo da cobiça de políticos e empresários interessados no poder e fascínio que ela exerce sobre as pessoas. O oligopólio exercido por essas corporações produz consequências políticas, sociais, econômicas e culturais, o que impede o debate plural e democrático de ideias. Além disso, constrói percepções equivocadas, padroniza comportamentos, ficando distante do controle da sociedade, especialmente, em países como o nosso, onde a sociedade é frágil e sujeita a perigosas relações entre esses grupos e o Estado.

A história da televisão maranhense, assim como a brasileira, está intimamente ligada à ação das elites políticas. Disputas por concessões e propriedades de emissoras sempre foram permeadas por acordos e ações político-partidárias e poder econômico, conforme destacamos nos capítulos 4 e 5 do nosso estudo. A televisão chega ao Maranhão em plena vigência do regime militar e seu aparecimento já vinha, portanto, marcado por restrições de ordem política e ideológica, embora com uma variada programação ao vivo produzida com qualidade por profissionais e técnicos locais. Enquanto negócio, cedo despertou a ganância de políticos travestidos de empresários e logo entrou em cena a batalha nas negociações da emissora, a concorrência com novos grupos proprietários e os embates travados na renovação de contratos, até a mudança no controle da concessão.

A história da televisão no Maranhão confirma o chamado favoritismo político demonstrado nos atos de outorga e concessão, em que os políticos que controlam emissoras são os mesmos que aprovam suas próprias concessões. Uma história que ilustra a presença do *coronelismo eletrônico* em um sistema que prioriza os interesses particulares em detrimento dos interesses públicos.

O caso da TV Difusora é um claro exemplo dessa situação, e não há como discorrer sobre essa história sem relacioná-la à iniciativa dos irmãos Raimundo e Magno Bacelar, e de Bernardo Coelho de Almeida, nem ao cenário político do país, à época. Desde sua criação, em 1962, a política foi decisiva não só para a manutenção da emissora, mas até mesmo para a sua

perda⁶⁰. Ao longo dessas cinco décadas de história, entendemos a importância de pontuar alguns aspectos estruturais e organizacionais da emissora e do próprio estado.

Através dos contatos com os protagonistas e pioneiros da história da televisão maranhense, além da pesquisa em arquivos e documentos, constatamos que, apesar da diversidade de programação e dos mais variados recursos proporcionados pelo avanço tecnológico, não há informações organizadas. Os arquivos públicos do estado são pouco eficientes e os arquivos audiovisuais, ou mesmo de documentos das primeiras décadas de atividade nas emissoras de televisão, são praticamente inexistentes. Acrescente-se a esta situação, o fato da incipiente produção científica sobre o tema em questão.

Tecer a narrativa histórica de quem conta o cotidiano de uma determinada sociedade nessas circunstâncias é, no mínimo, desafiador, pois há que se levar em consideração uma questão de natureza ideológica: uma história que se pretende crítica parte, necessariamente, de determinado ponto de vista, cabendo ao pesquisador a grande responsabilidade de levantar, selecionar e interpretar desde as informações (des)encontradas nos arquivos de jornais, até os depoimentos das personagens (informantes) que participaram desse processo histórico.

A TV Difusora é um lugar de memória por fazer parte da vida cotidiana dos maranhenses. Firmados nesta convicção, elegemos a entrevista narrativa e a pesquisa documental como o substrato técnico-metodológico e metodológico, respectivamente, do presente estudo, visando ao esclarecimento da conexão ou até mesmo da simultaneidade entre o presente e um passado recente, contraditoriamente esquecido. Mas que se revitalizam através dos depoimentos dos protagonistas dessa história. Ao ouvir cada relato, é possível mergulhar na época e nos locais que estão sendo descritos. Foi assim que estabelecemos uma relação de confiança e cumplicidade com sujeitos que, em dado momento, se dispuseram a narrar suas memórias e experiências diante de um gravador. Experiências para além do simples relato sobre uma emissora, que se inscrevem no plano pessoal da relação afetiva com seu local de trabalho e na visão sobre a gestão à qual estavam subordinados. Informações quase sem registro documental, bibliográfico, jornalístico, em vídeos ou em fotografias, mas que estão arquivadas na memória desses sujeitos. Contudo, esses sujeitos, como qualquer ser humano, cumprem seu ciclo vital e, a história ficando restrita à memória dos personagens, pode se perder. Por isso, a importância de registrar e documentar essas fontes orais, a fim de

⁶⁰ A Difusora foi criada pelos irmãos Raimundo e Magno Bacelar. Este último, recém-eleito deputado estadual, teve longa e vitoriosa carreira política no estado, como deputado federal, senador, vice-prefeito de São Luís entre outros. Em 1º de fevereiro de 1991, perdeu o sinal da Rede Globo para a TV Mirante, de propriedade da família Sarney.

que as próximas gerações conheçam o tempo em que a TV Difusora foi o maior empreendimento de comunicação do Maranhão.

Por fim, a pesquisa nos levou à constatação da existência de uma ligação promíscua entre a política, a mídia e o poder público na trajetória histórica da TV no Maranhão. A intrincada rede política que comandava os interesses dos donos e sócios da Difusora se manifestava, na prática, através do financiamento, com dinheiro público, dos investimentos para a chegada da TV no estado.

Foi sob o patrocínio do poder público que a TV Difusora viabilizou o aluguel do prédio onde instalou sua primeira sede. Recebeu, posteriormente, nessas mesmas condições, a título de doação, o terreno onde instalou sua sede definitiva. Era claro o interesse do governo na expansão da cobertura do sinal pelo estado, o que o levou a acompanhar muito de perto esse processo. Tendo como principal anunciante o governo, a emissora mantinha em seu quadro ex-deputado na condição de diretor de jornalismo e governadores como sócios e/ou proprietários da empresa, o que tornava comum a prática do pagamento, com recursos públicos, das matérias de interesse institucional e político, como se fossem textos de caráter jornalístico.

Ficam, assim, evidenciadas vinculações importantes entre mídia e poder, coronelismo e mandonismo, gestão familiar e exploração política com vistas à manutenção de poder. Retomemos, por exemplo, as palavras de José Sarney quando declarou à revista CartaCapital, a motivação política dos meios de comunicação de sua propriedade, ao mesmo tempo em que tentava descaracterizar que o poder político que exercia nada tinha de pessoal, embora tenha afirmado que sua “única participação em empresas”, teria sido

[...] relativa à atividade política: jornal, rádio e televisão. [...] Isso não é ter grupo econômico. Temos uma pequena televisão, uma das menores, talvez, da Rede Globo. E por motivos políticos. Se não fôssemos políticos, não teríamos necessidade de ter meios de comunicação (SARNEY apud LÍRIO, 2005, p. 40-41).

O coronelismo era notório, também, na conveniente relação entre os militares que se mostravam cordiais no exercício do poder sobre a mídia, e uma emissora submissa que buscava demonstrar naturalidade diante de representantes do Exército no Maranhão. Era, portanto, uma relação de equilibrada conveniência de poder e mídia.

Exemplo da relação de dependência da mídia ao poder político e que recebeu ampla divulgação na imprensa foi a visita, em janeiro de 1963, da presidência da TV Difusora ao governador Newton Bello, para apresentar detalhes do projeto para implantação da emissora. O presidente estava acompanhado do engenheiro responsável pelos estudos preliminares para implantação da emissora. Cena que se repetiria, em 1967, agora com novos atores: a direção

da Rádio e TV Difusora e o governador José Sarney. No ano seguinte, o reconhecimento, por parte da emissora, dos favores políticos recebidos, com a homenagem ao governador Sarney pela passagem de seu aniversário. Estava, ali, demonstrada a relação de proximidade que a emissora mantinha com o poder. O ato festivo associava a homenagem ao governador com a divulgação do projeto de expansão da emissora.

A prática de mandonismo e de poder, própria do coronelismo ficou inequívoca, igualmente, no episódio de julho de 1969 quando jornais de São Luís publicaram a intervenção pessoal do então governador maranhense, José Sarney, para obtenção do tape gravado pela câmera da “Apolo 11” durante a missão dos astronautas americanos na Lua. O texto jornalístico destacava que o governador estaria enviando “Tape completo Missão Apolo *exclusividade absoluta todo norte nordeste*” (TAPE ..., 23 jul. 1969, p. 1, grifo nosso).

Mas o poder dos “coronéis” não conhecia limites nem distinção entre o público e o privado, como ficou demonstrado desde cedo, na história da televisão no Maranhão, em que os governos eram, ao mesmo tempo, o principal anunciante e financiadores diretos de suas ações, em troca de apoio político dissimulado em cobertura jornalística. Na prática, era como se a cada nova ação de modernização da emissora, necessário seria pedir licença e ajuda aos governantes. Mas era essa a maneira de garantir os altos custos de equipamentos, de operação e produção das emissoras.

O mandonismo emanado do coronelismo não conheceria limites, se seus interesses políticos fossem o alvo maior. Foi o que ocorreu, na operação planejada para a compra da TV Difusora, já falida, envolvendo o ministério das comunicações, bancos públicos, o governo do Maranhão e o DENTEL. Em meados dos anos 1980, a emissora acumulara dívidas com o Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. Dívidas que o poder do coronelismo conseguiu congelar, isentar de juros e multas. A reviravolta transformou o Banco do Nordeste de credor a cliente. Os bancos do Brasil e da Amazônia reduziram os juros e as multas da dívida da emissora em operações facilitadas pelo Plano Verão, mas que foram quitadas com a veiculação de anúncios institucionais.

Todas essas práticas autoritárias próprias do mandonismo emanado do poder dos coronéis exemplificam a TV como instrumento facilitador de negócios para manutenção do poder. Nessa perspectiva é que podemos afirmar que a TV Difusora não conseguiu, ao longo de uma história determinada por interesses políticos e mantendo uma relação de convivência passiva com o coronelismo, implantar um modelo profissional de gestão.

Desse modo, constatamos que os acordos políticos e a influência do poder econômico determinaram, de forma decisiva, as diretrizes e o percurso histórico da televisão maranhense.

REFERÊNCIAS

- ADIDO cultural dos EE. UU. visita JD. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 1, 12 nov. 1963.
- [AGRACIADOS pelo prêmio Bumba Meu Boi de Prata]. **Jornal do Dia**, São Luís, 5 dez. 1965. Coluna Passarela, p. 2.
- ALMEIDA, Bernardo Coelho de. **Éramos felizes e não sabíamos** (memórias). Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.
- [ANIVERSÁRIO de 6 anos da TV Difusora]. **Jornal do Dia**, São Luís, 9 nov. 1969. Coluna Passarela, p. 2.
- ATENÇÃO. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 8, 9 nov. 1963.
- [AUTORIDADES presentes]. **O Imparcial**, São Luís, 12 nov. 1963. Coluna Em Sociedade – Repórter Genoveva, p. 3.
- BACELAR, Carlos Magno Duque. **A história da televisão no Maranhão – TV Difusora**. São Luís, 17 maio 2013. Entrevista concedida a Marcos Arruda Valente de Figueiredo.
- BACELAR, Raimundo Emerson Machado. **Duque Bacelar: um predestinado**. Rio de Janeiro: Multicromo, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Emendas constitucionais nº 1/1992 a 56/2007 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.
- BRAVO, R. Sierra. **Técnicas de investigación social**. Madrid: Paraninfo, 1991.
- BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Mercado brasileiro de televisão**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. **Sobre televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1996. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- BUCCI, Eugênio (Org.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

[BUMBA Meu Boi de Prata]. **Jornal do Dia**, São Luís, 5 dez. 1963. Coluna Passarela, p. 2.

BUZAR, Benedito. Em São Luís a televisão é a própria novela. **Legenda**, São Luís, ano 1, n. 3, p. 3-5, jul./ago. 1968.

_____. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís: Lithograf, 1998.

_____. A televisão chega a São Luís. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 10 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.blogsoestado.com/buzar/2013/11/10/a-televisao-chega-a-sao-luis-3/>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa**: sem massa. São Paulo: Cortez, 1982a.

_____. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982b.

CAPPARELLI, Sérgio; LIMA, Venício Artur de. **Comunicação & televisão**: desafio da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004.

CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy dos. Coronéis eletrônicos, voto e censura prospectiva. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 96, n. 4, p. 14-24, 2002.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

[CAUBY Peixoto]. **Jornal do Dia**, São Luís, 21 dez. 1963. Coluna Passarela, p. 2.

CENTRAL GLOBO DE COMUNICAÇÃO. **Jornal Nacional**: a notícia faz história. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. (Memória Globo).

CHEGARÁ hoje às 10 Ministro da Justiça: representará o presidente da república na inauguração da TV. **O Imparcial**, São Luís, p. 8, 9 nov. 1963.

COELHO, Carlos Alberto Lima. **Luz! Mais luz! Caminhos e memórias**: rádio e TV maranhenses. São Luís: [s.n.], 2013.

COMUNICAÇÃO. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 1, 18 jan. 1967.

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. **Outubro de 71**: memórias fantásticas da guerra dos mundos. São Luís: EDUFMA, 2011.

CONSTITUIU grande acontecimento a inauguração da TV Difusora Canal 4. **O Imparcial**, São Luís, p. 10-9, 12 nov. 1963.

COSTA, Ramon Bezerra. **Sistema Mirante de Comunicações**: elementos para uma trajetória crítica do grupo. 2008. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Jornalismo) – Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: [s.n.], 1997.

_____. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: EDUFMA, 2006.

COSTELLA, Antonio F. **Comunicação**: do grito ao satélite. São Paulo: Mantiqueira, 1984.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, mídia e oligarquia**: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2009.

CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio**: a RBS em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1996.

DECLARAÇÕES do Ministro Abelardo Jurema-Notas. **O Imparcial**, São Luís, p. 11, 10 nov. 1963.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DE TV. **O Imparcial**, São Luís, 29 ago. 1970. Coluna Linha Geral, p. 3.

DIA 9 – Inauguração oficial da TV Difusora: o Maranhão descobre simultaneamente Televisão e Progresso. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 6, 6 nov. 1963.

DIFUSORA: 6º aniversário tem programação especial. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 8, 9 nov. 1969.

DIFUSORA hoje em Teresina. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 1, 16 ago. 1968.

DIFUSORA: programação de hoje. **O Jornal**, São Luís, p. 3, 1º maio 1980.

DUPISK Publicidade vai lançar revista. **O Imparcial**, São Luís, 9 jan. 1964, p. 2.

EM SÃO LUÍS os produtores da TV Difusora. **Jornal do Dia**, São Luís, p.1, 6 out. 1963.

ENGENHEIRO estuda instalação da TV. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 8, 16 jan. 1963.

[EXCELENTE os planos]. **Jornal do Dia**, São Luís, 24 jul. 1963. Coluna Passarela, p. 2.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da Comunicação**: rádio e TV no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 6, p. 41-49, jul./dez. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GERD PFLUEGER Chegou. **O Imparcial**, São Luís, 14 ago. 1970. Coluna Momento Social, p. 3.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Memórias das trevas**: uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães. São Paulo: Geração, 2001.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A invenção de uma rainha de espada**: reatualização e embaraços na dinâmica política do Maranhão dinástico. São Luís: EDUFMA, 2008.

GONDIM, Artur Armando. O que é telejornalismo da TV Difusora. **O Imparcial**, São Luís, 27 nov. 1988, p. 13.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina (Org.). **Teoria da comunicação**: antologia de pesquisadores brasileiros. Porto Alegre: Sulina, 2004.

[HOMENAGEADOS na noite do Bumba Meu Boi de Prata]. **Jornal do Dia**, São Luís, 23 dez. 1964. Coluna Passarela, p. 2.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IMAGEM da TV Difusora Canal 4 chega hoje à capital do Piauí. **O Imparcial**, São Luís, p. 8, 16 ago. 1968.

INAUGURAÇÃO a 9 dêste, da TV Difusora Canal 4. **O Imparcial**, São Luís, p. 2, 5 nov. 1963.

[INAUGURAÇÃO das modernas instalações do prédio da Camboa]. **Jornal do Dia**, São Luís, 3 out. 1970. Coluna Passarela, p. 2.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 90-113.

KILPP, Suzana. **Apontamentos para uma história da televisão no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

KILPP, Suzana. **História da televisão no Rio Grande do Sul**: apontamentos sobre a invenção do passado. Disponível em: <<http://www.suzanakilpp.com.br>> Acesso em: 10 jun.2015.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia da Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LEAL FILHO, Laurindo. **Atrás das câmeras**: relações entre cultura, Estado e televisão. São Paulo: Summus, 1988.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et. al.. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Prefácio. In: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 41-42.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

_____. **Sete teses sobre mídia e política no Brasil**. *Revista USP*, São Paulo, n. 61, p. 48-57, mar./maio de 2004.

LÍRIO, Sérgio. Reinado sob ameaça. *CartaCapital*, São Paulo, ano 12, n. 369, p. 30-31, nov. 2005.

LÍRIO, Sérgio. Não tenho culpa. *CartaCapital*, São Paulo, ano 12, n. 369, p. 40-41, nov. 2005.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 2001.

LOPES, Roberto. Na Copa, Sarney inaugura sua emissora de TV. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 maio 1986. Política, Caderno 1, p. 7. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1986/05/11/2//4289515>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

LUIS Cardoso de Almeida. **O Imparcial**, São Luís, 29 ago. 1970. Coluna Linha Geral, p. 3.

MARANHENSES veem no mesmo dia volta dos astronautas. *Jornal do Dia*, São Luís, p. 1, 25 jul. 1969.

MARQUES DE MELO, José. Brasil: imprensa e capitalismo dependente. In: HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina (Orgs). **Teoria da comunicação**: antologia de pesquisadores brasileiros. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 71-82.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **A televisão no Brasil**: 50 anos de história (1950-2000). Salvador: Ed. PAS, 2000.

_____. **O resgate da memória e a construção da história da televisão no Brasil**. Trabalho apresentado no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos deste século.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOTTA, Luíz Gonzaga. Por que estudar narrativas? In: MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luíz Gonzaga; CUNHA, Maria Jandyra. (Org.). **Narrativas midiáticas.** Florianópolis: Insular, 2012.

MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil.** 1994. 301 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1994.

NA ASSEMBLÉIA, ontem: Bacelar X Sarney sôcos e pontapés. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 5, 16 out. 1963.

[NOITE do Bumba Meu Boi de Prata]. **Jornal do Dia**, São Luís, 3 dez. 1964. Coluna Passarela, p. 2.

NORONHA, Marine; MORAES, Mayara. No ar... os que fizeram história: Os primeiros programas jornalísticos e humorísticos que abrilhantaram a produção local. Canal.com. **Revista Laboratório do Curso de Comunicação-UFMA**, São Luís, ano 4, n. 5, p. 8-9, dez. 2010.

NOS BASTIDORES do Rádio. **Jornal do Dia**, São Luís, 24 ago. 1963. Coluna do Rádio, p. 2 e 6. Entrevista com Luís Cardoso de Almeida concedida a Cardoso.

[NOVAS instalações]. **O Imparcial**, São Luís, 27 ago. 1970. Coluna Em Sociedade – Repórter Genoveva, p. 3.

[NOVO endereço]. **O Imparcial**, São Luís, 14 ago. 1970. Coluna Repórter Genu, p. 3.

NOVO marco do progresso do Maranhão: TV Difusora inaugurou vídeo tape. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 7, 10 jul. 1966.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. **O livro do Boni.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

PACIEVITCH, Thais. **Significado das cores.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com>> Acesso em: 30 jun. 2015.

PERSONALIDADE em destaque no canal 4 segunda feira. **O Imparcial**, São Luís, p. 8, 14 nov. 1963.

PFLUEGER, Gerd. **A história da televisão no Maranhão – TV Difusora.** São Luís, 7 nov. 2013. Entrevista concedida a Marcos Arruda Valente de Figueiredo.

[PREMIAÇÃO de personalidades maranhenses]. **Jornal do Dia**, São Luís, 17 dez. 1963. Coluna Passarela, p. 2.

[PREVISÃO de mudança para novo endereço]. **Jornal do Dia**, São Luís, 30 nov. 1969. Coluna Roda Viva, p. 2.

PRIMEIRO aniversário de fundação da TV-Difusora. **O Imparcial**, São Luís, p. 10-9, 8 nov. 1964.

RÁDIO E TV. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 7, 14 jan. 1972.

[RETORNO de Cardoso]. **Jornal do Dia**, São Luís, 23 ago. 1963. Coluna do Rádio, p. 2-6.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Org.). **História da televisão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

RIBEIRO, José de Ribamar Elvas. **A história da televisão no Maranhão – TV Difusora**. São Luís, 17 jul. 2014a. Entrevista concedida a Marcos Arruda Valente de Figueiredo.

_____. **Memórias de um Parafuso**. São Luís: Aquarela, 2014b.

RODRIGUES, José Raimundo. **A história da televisão no Maranhão – TV Difusora**. São Luís, 17 maio 2013. Entrevista concedida a Marcos Arruda Valente de Figueiredo.

[ROSA Maria na Noite do Bumba Meu Boi de Prata]. **Jornal do Dia**, São Luís, 11 jan. 1968. Coluna Passarela, p. 2.

SAMPAIO, Mário Ferraz. **História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANTOS, Suzy dos; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. v.1, p. 77-101.

SANTOS, Suzy dos. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS)**, Brasília, DF, dez. 2006, p. 1-27,

SANTOS, Suzy dos. **Os prazos de validade dos coronelismos**: a circunscrição a um momento de transição do sistema político nacional como herança conceitual do coronelismo ao coronelismo eletrônico. 2007. Trabalho apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2007. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

SÃO LUÍS & TV. **Jornal do Dia**, São Luís, 21 nov. 1963. Coluna Passarela, p. 2.

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da biblioteca pública Benedito Leite: 1821-2007**. São Luís: edições SECMA, 2007.

SILVA, Luiz Pedro de Oliveira e. **A história da televisão no Maranhão – TV Difusora**. São Luís, 4 nov. 2013. Entrevista concedida a Marcos Arruda Valente de Figueiredo.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. Mais do mesmo (entrevista). In: MACIEL, Raíla. Canal.com – **Revista do laboratório de comunicação – UFMA**. Ano 4, n. 5, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

[SORTEIO de prêmios para clientes Volkswagen no ano de 1966]. **Jornal do Dia**, São Luís, 12 mar. 1967. Coluna Passarela, p. 2.

SOUZA, Fernando Domingos Alves de. **A história da televisão no Maranhão – TV Difusora**. São Luís, 13 maio 2013. Entrevista concedida a Marcos Arruda Valente de Figueiredo.

SOUZA, Josias de; LOPES, Mauro. Magalhães admite uso político de concessões. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 dez. 1987. Política, Caderno 1, p. 6. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1987/12/06/2/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

TAPE da Lua hoje no Canal 4. **Jornal do Dia**, São Luís, p.1, 23 jul. 1969.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TONIAZZO, Gladis Salette Linhares. **Caminhos da informação na rede matogrossense de televisão**. Campo Grande: UNIDERP, 2007.

TV-CANAL 4 apresentará, em cinco horas diárias, grande programação. **O Imparcial**, São Luís, p. 2, 7 nov. 1963.

TV DIFUSORA ainda este semestre. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 4, 20 jan. 1963.

TV DIFUSORA até maio, não é sonho: é realidade! **Jornal do Dia**, São Luís, p. 5, 9 dez. 1962.

TV DIFUSORA – Canal 4 – Programa de inauguração dia 9 – hoje. **Jornal do Dia**, São Luís, p.8, 9 nov. 1963.

TV DIFUSORA Canal 4 – Programa de inauguração – hoje – dia 9 – sábado. **O Imparcial**, São Luís, p. 8, 9 nov. 1963.

TV DIFUSORA Canal 4. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 1, 18 jun. 1963.

TV DIFUSORA Canal 4. **O Imparcial**, São Luís, p. 11, 29 dez. 1963.

[TV DIFUSORA completa 8 anos]. **Jornal do Dia**, São Luís, 9 nov. 1971. Coluna Passarela, p. 7.

TV-DIFUSORA extenderá [sic] audiência até Piauí. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 1, 17 set. 1967.

TV DIFUSORA homenageia Governador José Sarney. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 8, 24 abr. 1968.

TV DIFUSORA – imagem do progresso no Maranhão: no ar em agosto (experimental) – inauguração em setembro. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 8, 28 jul. 1963.

TV DIFUSORA. **Jornal do Dia**, São Luís, p.1, 9 nov. 1965.

TV DIFUSORA realiza grande promessa: vídeo tape chegou. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 8, 9 jul. 1966.

[TV DIFUSORA sai do ar para inaugurar usina]. **Jornal do Dia**, São Luís, 9 jul. 1964. Coluna Passarela, p. 2.

VIDEO-TAPE da TV Difusora chegará em fevereiro. **Jornal do Dia**, São Luís, p. 5, 29 jan. 1966.

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia de pesquisa científica na prática**. Curitiba: Fael, 2010.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2000.

WOLF, Eric R. **Antropologia e poder**. Organização e seleção de Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Brasília, DF: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Ed. Unicamp, 2003. Coleção Antropologia.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Ática, 1996.

Documentos

Alteração do Contrato Social da Rádio Difusora do Maranhão Ltda., para a entrada dos sócios Carlos Magno Duque Bacelar e Bernardo Coelho de Almeida, mediante cessão de 200 cotas do cotista Raimundo Emerson Machado Bacelar. São Luís, 7 nov. 1962.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Rádio Difusora do Maranhão S/A., que trata sobre aumento de capital tendo em vista a instalação de sua estação televisora, a ser montada no corrente ano. São Luís, 10 jun. 1963.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Rádio Difusora do Maranhão S/A, convocada para deliberar sobre correção monetária com aumento de capital, aquisição de equipamentos para Televisão e assuntos gerais. São Luís, 14 out. 1964.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Rádio Difusora do Maranhão S/A, convocada para deliberar sobre proposta da diretoria sobre transformação do tipo societário, de Sociedade Anônima para Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, passando a denominação de Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. e analisar a renúncia manifestada pelos diretores. São Luís, 6 out. 1988.

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Rádio Difusora do Maranhão S/A., que trata sobre aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 1987, aprovar correção monetária do capital social, eleger os diretores para a gestão 1988/1991, fixar a remuneração dos diretores, entre outros assuntos. São Luís, 25 jun. 1988.

Carta Renúncia da Diretoria da Rádio Difusora do Maranhão S/A. São Luís, 6 de out. 1988.

Contrato Particular de Constituição de uma Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada para a exploração de Serviços de Radiodifusão sob a denominação de Rádio Difusora Ltda. São Luís, 13 maio 1955.

Escritura Pública de Doação que faz o D.E.R – MA., autorizado pelo Governo do Estado do Maranhão, à Rádio Difusora do Maranhão S.A. São Luís, 29 nov. 1971.

Escritura Pública de Transformação em Sociedade Anônima, da Rádio Difusora do Maranhão Ltda. São Luís, 1º mar. 1963.

Exposição de Motivos nº 64/88-GM que embasa autorização de transferência indireta das outorgas da empresa Rádio Difusora do Maranhão S/A. Brasília, DF, 29 mar. 1988.

Instrumento Particular de Cessão e Transferência de ações do capital social da Rádio Difusora do Maranhão S/A. e outras avenças que entre si fazem Carlos Magno Duque Bacelar e William José Nagem. São Luís, 12 jan. 1988a.

Instrumento Particular de Cessão e Transferência de ações do capital social da Rádio Difusora do Maranhão S/A. e outras avenças que entre si fazem Francisco de Assis Milhomem Coelho e William José Nagem. São Luís, 12 jan. 1988b.

Instrumento Particular de Convenção que celebram TV Globo Ltda., e Rádio Difusora do Maranhão S/A. Rio de Janeiro, 31 jan. 1988.

Ofício nº 241/88/DR/SLS. Encaminhamento de cópia do ato que autorizou a transferência indireta da concessão objeto do Processo nº 29116.000.003/88. São Luís 6 maio 1988.

Procuração que faz a Rádio Difusora do Maranhão S.A. por seus diretores Afonso Augusto Duque Bacelar e Cláudio do Nascimento, concedendo a William José Nagem e Paulo Roberto Costa Nagem poderes de administração em geral, incluindo a representação da empresa perante o Departamento Nacional de Telecomunicações – DENTEL e quaisquer outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta. São Luís, 5 out. 1988.

Proposta da Diretoria para transformação do tipo societário. São Luís, 5 out. 1988.

Relatório de Auditoria. São Luís, nov. 1987.

Síntese da Exposição de Motivos nº 064. Brasília, DF, 29 mar. 1988. Publicado no Diário Oficial da União, em 14 de abr. 1988, n. 70.

Programas de televisão

TV DIFUSORA, 50 anos, década de 1960. São Luís, 9 nov. 2013. Programa de televisão alusivo aos 50 anos da emissora.

TV DIFUSORA, 50 anos, década de 1970. São Luís, 16 nov. 2013. Programa de televisão alusivo aos 50 anos da emissora.

TV DIFUSORA, 50 anos, década de 1980. São Luís, 23 nov. 2013. Programa de televisão alusivo aos 50 anos da emissora.

TV DIFUSORA, 50 anos, década de 1990. São Luís, 30 nov. 2013. Programa de televisão alusivo aos 50 anos da emissora.

APÊNDICE

Roteiro geral para as entrevistas da pesquisa sobre a TV DIFUSORA

Preparação

Data: _____ Local: _____

Identificação

Nome completo, nome artístico

Data de nascimento

Contatos: telefones, e-mails

Profissão/ função

Formação:

() ensino médio () superior incompleto () superior completo

(no caso de graduação, qual curso?)

Narração livre

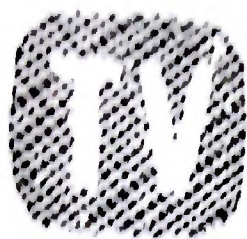
Fase de questionamentos

1. Em que período você trabalhou na emissora?
2. Quais atividades você desempenhou na emissora?
3. Quem era o presidente na ocasião?
4. Quem era a diretoria na época?
5. Quem exercia a função de diretor de jornalismo da empresa?
6. Quem era o governador do Maranhão naquele período?
7. Você lembra qual era a orientação política da empresa naquele período?
8. Você lembra do primeiro dia em que a emissora foi ao ar?
9. Você pode descrever a solenidade de inauguração?
10. Quem esteve presente à solenidade?
11. Você se lembra dos endereços onde a emissora esteve sediada?
12. Quem foram os colegas que marcaram sua passagem pela emissora?
13. Recorda-se da programação? Alguma atração importante?
14. E no jornalismo, qual era a programação?
15. Quem era o responsável por essa área?
16. Quem era o responsável pela área da dramaturgia?
17. Como ela funcionava?

18. Em que ano efetivamente a Difusora passou a fazer parte da Rede Globo?
19. Em que ano a Difusora saiu do Edifício João Goulart e foi para o bairro Cambaia?
20. Você se lembra de alguma vinheta que marcou a emissora? Qual?
21. Algum Slogan? Qual?
22. Em sua opinião existe algum fato que marcou a história da televisão e merece ser destacado?
23. Curiosidades, histórias, lendas, mitos .
24. Você possui algum material que julga importante para a preservação da memória da emissora? Qual (ais)?
25. Possui alguma fotografia dessa época?
26. No período em que você esteve na TV Difusora, houve alguma grande mudança de qualquer natureza na emissora? Qual (ais)?
27. Como você avalia a mudança do sinal da Globo da Difusora para a Mirante?
28. Em sua opinião, essa mudança se deu por questões políticas ou técnicas? Por que?
29. Você teria algum contato com alguém que poderia ajudar a resgatar a história da TV Difusora? Sugere algum nome?
30. Você pode ajudar a identificar algumas imagens?

ANEXOS

ANEXO A - REVISTA ESPECIALIZADA



Difusora
canal



2.ª Feira — Circorama



Marreta — O Amiguinho
Flash Gordon
Tele Jornal
Personalidades
em Destaque
Show da Cidade
A Grande Jornada
Grande Teatro
C/4

3.ª Feira — Escolinha de Ar-
to
O Maior do Oeste
Tele Jornal
A Cadeira do En-
graxate
Meus Filhos e Eu
Carrossel
Serenata Brasilei-
ra
Os Intocáveis

4.ª Feira — Vespéral Infantil
Nacional Kid
Tele Jornal



Murilo Oliveira quando se
apresentava num dos pro-
gramas dominicais da TV
Difusora.

Seu
FORD
 "rodará"
 melhor
 com...



Procure seu
 Revendedor

FORD

TV Difusora
 canal **4**

Personalidades
 em Destaque
 Markhan
 Adão e Eva



ANA: A Eva do Adão
 Show Willys 65

5.ª Feira — Aventuras de
 Carlitos
 Shotgun Slade
 Tele Jornal
 Aquarela
 Encontro com o
 Ritmo
 A Comédia da
 Ilha
 Cidade Nua

6.ª Feira — Pica Pau Amare-
 lo
 Nos Caminhos da
 Vida
 Tele Jornal
 Vitrine
 O Assunto é Vo-
 cê
 Você Monta o

Show
Tele Tipo

Sábado — Encontro com
Anão Nias
Vigilante Rodoviário
Tele Jornal
Panorama Pan
Americano
Tribunal da Fama
Peter Gunn
Bar de Melodias



João Sá tem-se destacado no canal 4 interpretando belas canções.



**um amigo
a seu
dispor!**

Evite maiores despesas com seu Ford, procurando regularmente o Revendedor Ford. Ele conhece melhor o seu carro — possui Mecânicos Especializados e Peças Ford legítimas.

Procure seu Revendedor



As estações de televisão e rádio reservam-se o direito de alterar as programações por motivos de força maior. Por outro lado, esta revista não se responsabiliza por alterações de programas e horários efetuadas com poucos dias de antecedência.

Espelho do Destino

Domingo — Show Willys 65
(início às 17.30 horas)
Vespéral Infantil
Teatrinho
Romance da Fé
Personalidades em Destaque
Magníficos Mc Co'ys
Uma História em Cada Canção
Diligência para o Oeste

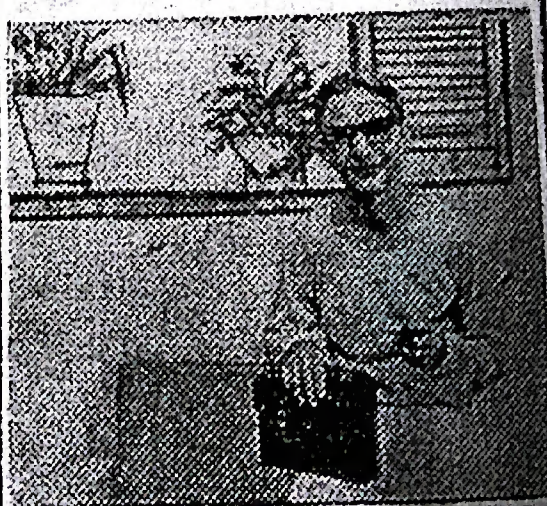


Lizete Ribeiro — atriz

OBSERVAÇÃO: Referida programação está sujeita a modificações a qualquer hora, por parte da direção artística.



Benito Neiva — Show da Cidade



Torres agrada sempre

ANEXO B - SCRIPT DO JORNAL DA ILHA

Central
DIFUSORA
de Jornalismo
Bom Dia
Maranhão

1º.04.88
DATA

1350 CHÊTES

BoA TANDE

O DIA DA MENTIRA / A CONTRADIÇÃO ENTRE A
BRINCADEIRA DE PRIMEIRO DE ABRIL E A SEXTA-FEIRA DA PAIXÃO.

A CIDADE OPERÁRIA E A LUTA PARA CONQUISTAR A MEIA PASSAGEM / E UMA
ENTREVISTA ESPECIAL COM DOM PAULO PONTE / SÃO OS PRINCIPAIS ASSUNTOS DO
JORNAL DA ILHA QUE COMEÇA AGORA:

Central
DIFUSORA
de Jornalismo
Bom Dia
Maranhão

DATA

①

Orquídea

A PARTIR DE HOJE ENTRA EM VIGOR
O NOVO ~~XXX~~ PISO NACIONAL DE SALÁRIOS.
O NOVOMÍNIMO É 7 MIL 260 CRUZADOS.
O AUMENTO CONCEDIDO EM DECRETO
ASSINADO PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY,
FOI DE 16,3 POR CENTO, UM POUCO ACIMA
DA INFLAÇÃO DE MARÇO, QUE FICOU EM
16,1 POR CENTO.

Central
DIFUSORA
de Jornalismo
Bom Dia
Maranhão

1º.04.88.
DATA

(2)

Marcos

COM O APOIO DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO, A FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL PROMOVE AMANHÃ, A TERCEIRA FEIRA DO LIVRO INFANTIL, QUE COMEÇA ÀS DUAS DA TARDE NO PÁTIO DA IGREJA DO DESTERRO. NA OCASIÃO SERÁ LANÇADO O LIVRO OLÁ AMIGUINHOS DE DAGMAR DESTERRO.

Central
DIFUSORA
de Jornalismo

JORNAL DA
DIFUSORA

DATA

3

Orquídea - PRIMEIRO DE ABRIL, SEXTA-FEIRA
NA PAIXÃO. E AGORA, O QUE FAZER ~~XXXXXXXX~~
DIANTE DESTA CONTRADIÇÃO? BRINCAR
OU NÃO PECAR. LEILA CAMARGO FOI ÀS
RUAS CONFERIR.

Vt.

créditos:

Leila Camargo - repórter

tempo: 1'54"

deixa: no áudio.

Central
DIFUSORA
de Jornalismo
JORNAL DA
DIFUSORA

31.04.88.
DATA



Maus

CINE ALPHA REABRE SUAS PORTAS.
OS REPAROS EXIGIDOS PELO PROCON JÁ
FORAM FEITOS.

tv

créditos:

Maria daGraça - gerente cine alpha

tempo: 26''

deixa: o cine alpha volta hoje a oferecer

Central
DIFUSORA
de Jornalismo

JORNAL DA
DIFUSORA

DATA

5

Orquidea

O CASO DO ASSASSINATO DO COMERCIANTE
NO MAIOBÃO.

O GOVERNADOR CAFETEIRA ASSINOU ONTEM
O ATO DE DEMISSÃO DO POLICIAL ACUSADO
DO CRIME.

AS INFORMAÇÕES FORAM PRESTADAS PELO
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA, CORONEL MAXI
DUAILIBE.

créditos:

coronel Duailibe _secretário de segurança

tempo: 42''''

deixa sociedade vinha cobrando uma resposta

Central
DIFUSORA
de Jornalismo
JORNAL DA
DIFUSORA

1º.04.88.

DATA

⑥

Marcel

UMA ENTREVISTA ESPECIAL COM DOM
PAULO ~~EDUARDO~~ PONTE, ARCEBISPO DE
SÃO LUÍS, É O QUE VOCE VAI
CONFERIR NO PRÓXIMO BLOCO.

Central
DIFUSORA
de Jornalismo
Bom Dia
Maranhão

DATA

2º Bloco

7

Orequisito

ENSINA-ME A VIVER É O NOME DO SHOW
QUE SE REALIZA NOS DIAS 5 E 6 DE
ABRIL, NO TEATRO ARTUR AZEVEDO A
PARTIR DAS OITO DA NOITE.
O SHOW REÚNE VÁRIOS ~~KKKXIXX~~ ARTISTAS
MARANHENSES E TEM O OBJETIVO DE
ARRECADAR FUNDOS PARA A ASSOCIAÇÃO
RECREATIVA MENINOS DE RUA - PIXOTE.

Central
DIFUSORA
de Jornalismo
JORNAL DA
DIFUSORA

1º.04.88.

DATA

9º Bloco

8

Marcos

A LUTA DA CIDADE OPERÁRIA PELA
MEIA PASSAGEM.
NILTON MACHADO CONTA EM QUE PÉ
SE ENCONTRAM AS NEGOCIAÇÕES.

creditos:

Nilton Machado - morador Maiobão

tempo: 50''

deixa: direito à meia passagem

Central
DIFUSORA
de Jornalismo
Bom Dia
Maranhão

DATA

9
Orquidea

2º Bloco

A PROGRAMAÇÃO DA IGREJA PARA HOJE É
A SEGUINTE: ÀS QUINZE HORAS, SOLENE
AÇÃO LITÚRGICA DA PAIXÃO E MORTE DO
SENHOR. ÀS CINCO DA TARDE SERÁ
REALIZADA A ~~RECESS~~ TRADICIONAL
PROCISSÃO DO SENHOR MORTO, QUE SAI
DA CATEDRAL METROPOLITANA, NA PRAÇA
PEDRO SEGUNDO E PERCORRE AS PRINCIPAIS
RUAS DO CENTRO DA CIDADE.

Central
DIFUSORA
de Jornalismo
JORNAL DA
DIFUSORA

1º.04.88.
DATA

10

90 Blocos

MARÇOS

AS OPÇÕES CULTURAIS PARA HOJE E AMANHÃ.

CINEMA. A SESSÃO DE ARTE EXIBE HOJE O FILME A JANELA INDISCRETA DE ALFRED HITCHCOCK, COM JAMES STUART E GRACE KELLY.

A SESSÃO COMEÇA ÀS 9 DA NOITE.

TEATRO: COM O GRUPO GANZOLA,

A PEÇA INFENATIL O REIZINHO MANDÃO VOLTA AMNHÃ, ÀS CINCO DA TARDE, AO PALCO DO ARTUR AZEVEDO. / E À NOITE ESTREIA O ESPETÁCULO O SÓTÃO,

TEXTO DE IVAN SARNEY, COM CHARLES MELC E GERALDO IENSEN. A DIREÇÃO É DE TÁCITO BORRALHO E COMEÇA ÀS 9 DA NOITE.

AMANHÃ, TAMBÉM ÀS 9 DA NOITE,

O POETA MARANHENSE CARLOS CUNHA LANÇA O LIVRO PÁScoa DAS GAIVOTAS,

NO CANTO DO LIXO, NA AVENIDA BEIRA MAR.

Central
DIFUSORA
 de Jornalismo
Bom Dia
Maranhão

DATA

ULTIMA NOTA (42)

Orquídes

O SIGNIFICADO DA SEMANA SANTA.
 VOCÊ VAI SABER AGORA QUAL O SENTIDO
 DA PAIXÃO DE CRISTO, ~~EM~~ NUMA ENTREVISTA
~~ESPECIAL~~ COM DOM PAULO PONTE, ARCEBISPO
 DE SÃO LUÍS, ESPECIALMENTE CONCEDIDA
 PARA O JORNAL DA ILHA.

vt
 créditos:

Sônia Jansen - repórter

Dom Paulo Ponte - arcebispo de São Luís

tempo: 2'41''

deixa: no agradecimento do arcebispo

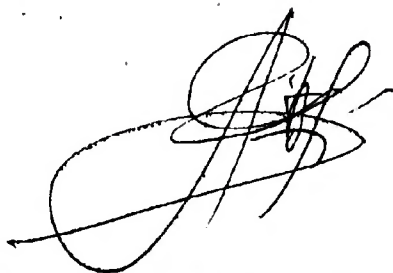

O JORNAL DA ILHA FICA
 POR AQUI, UMA BOA TAMBÉM
 E ATÉ ANUNCIAR

ANEXO C - ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO

OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO

Dr. ALVIMAR DE OLIVEIRA BRAUNA
 ESCRIVENTE
 ZACARIAS CUNHA
 Av. João Pessoa, 261 - Fone 25-99
 São Luís - Maranhão

Livro de Notas nº 7

Fôlhas 71

Traslado 1º

Escritura pública de Doação que faz o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R. - MA., autorizado pelo Governo do Estado do Maranhão, à Rádio Difusora de Maranhão S.A., na forma abaixo/ declarada:-

SAIBAM quantos esta pública escritura virem ou dela conhecimento tiverem que aos vinte e nove (29) dias do mês de novembro, do ano de mil novecentos e setenta e um (1.971), nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, em meu cartório, perante mim Tabelião, compareceram, de um lado como outorgante doador, o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R. - MA., Autarquia Estadual, representado, neste ato, pelo seu Diretor Superintendente, doutor José Carlos Murad Duailibe, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta cidade, autorizado pelo Poder Executivo Estadual, nos termos da Lei número 3.029 de 14 de maio de 1970, publicada no Diário Oficial do Estado na mesma data, adiante transcrito, e do outro lado como outorgada donatária, a Rádio Difusora do Maranhão S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta cidade, neste ato representada pelo seu Diretor Superintendente, doutor Carlos Magno Duque Bacelar, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade, portador do C.R.F. número 000583433 do Ministério da Fazenda Nacional, pessoas conhecidas de mim Tabelião e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas do que dou fé. - E logo pelo outorgante doador, me foi dito, perante as mesmas testemunhas, que a justo título, e absolutamente livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais e dívidas, inclusive hipotecas, mesmo legais e impostos, é senhor e legítimo possuidor do imóvel constituido de um terreno dividido em três áreas, situado à Avenida Cambôa, / desmembrado de área maior, assim descritas, nos termos do Diário Oficial antes mencionado: Área de terreno foreiro ao Município de São Luís - Do / ponto 1 ao ponto 2, no rumo de 53º30' NE, limita-se com a Avenida Cambôa, e mede quarenta e três metros (43,00m); do ponto 2 ao ponto 3, no rumo / de 37º00' NW, limita-se com terreno da Fiação e Tecidos Cambôa S.A., e mede sessenta e nove metros e setenta centímetros (69,70m); do ponto 3 ao / ponto 4, no rumo de 53º45' SW, limita-se com terreno de marinha legalmente ocupado pela donatária e mede treze metros e sessenta centímetros (13,60m)

do ponto 4 ao ponto 5, no rumo de $41^{\circ}30'$ SW, limita-se ainda, com terreno de marinha legalmente ocupado pela donatária, mede vinte e nove metros e cinquenta e três centímetros (29,53m); do ponto 5 ao 1 (inicial), no rumo de $37^{\circ}00'$ SE, limita-se com terreno do outorgante doador, mede sessenta e três metros e cinquenta centímetros (63,50m); tendo a configuração geométrica de um polígono irregular e área de 2.893,30m². - Área de terreno de marinha contígua ao terreno foreiro ao Município de São Luís, anteriormente descrito, com as seguintes dimensões, confrontações e área: - do ponto 1 ao ponto 2, no rumo de $41^{\circ}30'$ NE, limita-se com terreno já descrito, mede vinte e nove metros e cinquenta e cinco centímetros (29,55m); do ponto 2 ao ponto 3, no rumo de $53^{\circ}45'$ NE, limita-se com terreno do Município já descrito, mede treze metros e sessenta centímetros (13,60m); do ponto 3 ao ponto 4, no rumo de $37^{\circ}00'$ NW, limita-se com terreno da Companhia de Fiação e Tecidos da Cambôa S/A e mede trinta e dois metros e noventa centímetros (32,90m); do ponto 4 ao ponto 5, no rumo de $54^{\circ}45'$ SW, limita-se com terreno acrescido de marinha legalmente ocupado pela Donatária, mede dezessete metros e quarenta centímetros (17,40m); do ponto 5 ao ponto 6, no rumo de $42^{\circ}00'$ WS, limita-se com terreno acrescido de marinha, legalmente ocupado pela Donatária, mede vinte e cinco metros e sessenta centímetros (25,60m); do ponto 6 ao ponto 1 (inicial), no rumo de $37^{\circ}00'$ SE, limita-se com terreno do outorgante doador, mede trinta e três metros e cinquenta centímetros (33,50m), tendo a configuração geométrica de um polígono irregular e área de 1.451,14m². Área do terreno acrescido de marinha - contígua ao terreno acima descrito, tendo as seguintes dimensões, confrontações e área: - do ponto 1 ao ponto 2, no rumo de $42^{\circ}00'$ NE, limita-se com terreno de marinha legalmente ocupado pela Donatária e mede vinte e cinco metros e sessenta centímetros (25,60m); do ponto 2 ao ponto 3, no rumo de $54^{\circ}45'$ NE, limita-se, ainda, com terreno de marinha legalmente ocupado pela Donatária, mede dezessete metros e quarenta centímetros (17,40m); do ponto 3 ao ponto 4, no rumo de $37^{\circ}00'$ NW, limita-se com terreno da Companhia de Fiação e Tecidos Cambôa S/A e mede sessenta metros e quarenta e cinco centímetros (60,45m); do ponto 4 ao ponto 5 no rumo de $53^{\circ}00'$ SW, limita-se com terreno de mangal do Rio Anil, e mede quarenta e três metros (43,00m); do ponto 5 ao ponto 1 (inicial), no rumo de $37^{\circ}00'$ SE, limita-se com terreno do outorgante doador, mede sessenta e cinco metros (65,00m), tendo a configuração geométrica de um polígono irregular e área de 2.643,07m², perfazendo as três áreas anteriormente descritas numa área total de 6.987,50m², imóvel esse havido por compra feita a /

4.º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO

Dr. ALVIMAR DE OLIVEIRA BRAUNA

ESCREVENTE

ZACARIAS CUNHA

Av. João Pessoa, 281 - Fone 26-99

São Luís - Maranhão

Fls. 2

a Fiação e Tecidos Cambôa S/A, conforme escritura pública lavrada nas Notas do Tabelião do Ofício de Belém do Pará, devidamente transcrito no 1º / Cartório de Registro de Imóveis, desta Capital, sob o nº 20094, fls. 223 / do livro nº 3-2 de Transcrição das Transmissões; Que, assim sendo, trans- / mite a outorgada Donatária, desde já pelo "Constituto Possessório", todo / direito, domínio e ação e posse que exercia sobre o referido imóvel, pa- / ra que dê-lhe use e goze como seus que ficam sendo por força desta escritu- / ra; Que o terreno constituído pelas áreas antes descritas, e ora doado, / sedestina às instalações e ao funcionamento dos transmissores, estúdios, / escritórios e demais serviços da donatária; Que, se o terreno, na forma / da cláusula anterior, não fôr utilizado nas instalações e demais serviços / da donatária ou ocorrer a extinção da mesma, ficará revogada a presente / doação, na forma do art. 1.181 do Código Civil Brasileiro; Que, pela pre- / sente escritura e na melhor forma de direito, o outorgante doador faz esta / doação, como efetivamente doado tem à outorgada donatária, dos terrenos / antes descritos e confrontados.- Pela outorgada Donatária, me foi dito an- / te as mesmas testemunhas, que aceitava a doação e esta escritura no seu in- / teiro teor, e em seus expressos termos, para que produza os devidos e le- / gais efeitos, e por ela, donatária, foi pago o imposto de transmissão de / propriedade imobiliário "inter-vivos", conforme guia e laudo de avaliação / autenticada pela Recebedoria da Capital da Secretaria das Finanças deste / Estado, no valor de Cr\$500,60, que ficam arquivados neste cartório.- A lei / nº 3.029 de 14 de maio de 1970, que autoriza a doação deste imóvel, será / lançada na íntegra, nos traslados e certidões que desta se derem.- Em fé e / testemunho da verdade, assim o disseram, outorgaram, aceitaram e assinam / com as testemunhas, que são: Antônio Manoel Ferreira e José Fernando Mora- / es, capazes, aqui residentes e são todos reconhecidos de mim ZACARIAS CU- / NHA, escrevente juramentado escrevi.- E eu, ALVIMAR DE OLIVEIRA BRAUNA, Ta- / balião subscrevi.- (as.) JOSÉ CARLOS MURAD DUAILLIE.- CARLOS MAGNO DUQUE / BACELAR.- Testemunhas: Antonio Manoel Ferreira e José Fernando Moraes.- / Está conforme.- Lei nº 3.029 de 14 de maio de 1970.- Autoriza a doação de / imóvel do Patrimônio do Departamento de Estradas de Rodagem.- O Governador / do Estado do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes que a Assem- / bléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:- Artº Fica autori- / zado o Departamento de Estradas de Rodagem a transferir, por doação, para / a Rádio Difusora do Maranhão S/A., o domínio útil de uma área de terreno /

do Patrimônio Municipal de São Luís, situada à Avenida Cambôa do Mato, nesta cidade, de que é enfiteuta, e os seus direitos de ocupantes das faixas de marinha e acrescido de marinha, situados nos fundos do mesmo terreno.- § 1º. A área de que trata este artigo deverá ser desmembrada do terreno foreiro ao Município de São Luís, cujo domínio útil foi adquirido por compra feita à Fiação e Tecidos Cambôa S/A., e tem as seguintes dimensões e confrontações: " do ponto 1 ao ponto 2, no rumo de 53º30NE, limita-se com a Avenida Cambôa e mede 43,00m; do ponto 2 ao ponto 3, no rumo de 37º00', limita-se com terreno da Fiação e Tecidos Cambôa S/A., e mede 69,70m; do ponto 3 ao ponto 4, no rumo de 53º45SW, limita-se com terreno da marinha, legalmente ocupador pela Difusora e mede 13,60m; do ponto 4 ao ponto 5, no rumo de 41º30SW, limita-se, ainda, com terreno da marinha, legalmente ocupador pela Difusora e mede 29,55m; do ponto 5 ao ponto 1 (inicial) no rumo de 37º00' SE, limita-se com terreno do DER-MA (Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão) e mede 63,50m. Configuração geométrica: polígono irregular. Área: 2.893,30m².- § 2º - A faixa de marinha que é contígua à área descrita no parágrafo anterior, tem as seguintes dimensões, confrontações e área:- Do ponto 1 ao ponto 2, no rumo de 41º30NE, limita-se com terreno aforado à Difusora e mede 29,55m; do ponto 2 ao ponto 3, no rumo de 53º45NE, limita-se ainda com terreno do Município, aforado à Difusora e mede 13,60m; do ponto 3 ao ponto 4, no rumo de 37º00NW, limita-se com terreno da Fiação e Tecidos Cambôa S/A., e mede 32,90m; do ponto 4 ao ponto 5, no rumo de 54º45SW, limita-se com terreno acrescido de marinha legalmente ocupador pela Difusora e mede 17,40m; do ponto 5 ao ponto 6, no rumo de 42º00WS, limita-se ainda, com terreno acrescido da marinha legalmente ocupado pela Difusora e mede 25,60m; do ponto 6 ao ponto 1 (inicial), no rumo de 37º00SE, limita-se com terreno do DER-MA., e mede 33,50m. Configuração geométrica: polígono irregular: Área 1.451,13m².- § 3º - A faixa de acrescido de marinha, que é contígua a faixa descrita no parágrafo segundo, tem as seguintes dimensões, confrontações e área: do ponto 1 ao ponto 2, no rumo 42º00 NE, limita-se com terreno de marinha legalmente ocupado pela Difusora e mede 25,60m; do ponto 2 ao ponto 3 no rumo de 54º45 NE, limita-se ainda com terreno de marinha legalmente ocupado pela Difusora e mede 17,40m; do ponto 3 ao ponto 4, no rumo 37º00 NW, limita-se com terreno da Fiação Tecidos Cambôa S.A. e mede de 60,45m; do ponto 4 ao 5, no rumo 53º00SW, limita-se com mangal do Rio Anil e mede 43,00m; do ponto 5 ao ponto 1 (inicial) no rumo de 37º00 SE, limita-se com terreno do

4.º OFÍCIO DE NOTAS

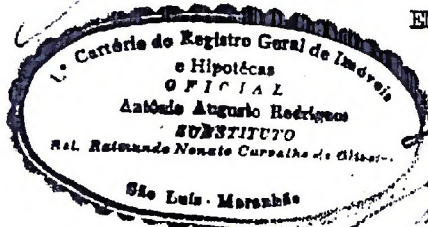
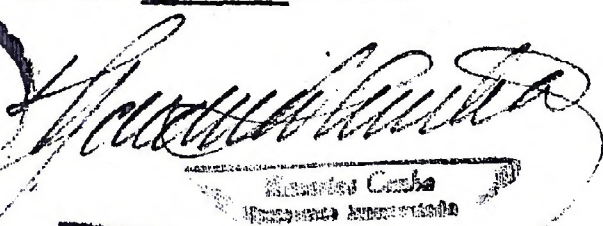
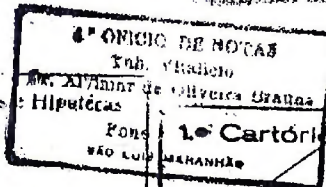
TABELIÃO
 Dr. ALVIMAR DE OLIVEIRA BRAUNA
 ESCRIVENTE
 ZACARIAS CUNHA
 Av. João Pessoa, 261 - Fone 28-99
 São Luís - Maranhão



Fls. 3a.

do DER-MA e mede 65,00m. Configuração geométrica de um polígono irregular área 2.643,07m2. ART. 2º -O terreno constituído pelas áreas descritas nos parágrafos do artigo anterior se destina às instalações e ao funcionamento dos transmissores, estúdios, escritórios e demais serviços da donatária. - Art. 3º - Se os terrenos constituídos pelas áreas acima descritas, não forem utilizados nas instalações e demais serviços da donatária, ou ocorrer a extinção da Radio Difusora do Maranhão S. A. ficará revogada a doação, na forma do artigo 1.181 do Código Civil. Art. 4º -Esta Lei entrará em vigor a data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Exmº Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas a faça publicar, imprimir e correr. Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luís, 14 de maio de 1970. 148 da Independência e 81 da República. JOSÉ SARNEY, HAROLD OLYMPIO LISBOA TAVARES, ESTO CONFORMES. SÃO LUÍS, 29 de novembro de 1971 EU, Zacarias Cunha Escrevente juramentado, no impedimento ocasional do tabelião, subscrevi e assino em público e raso.

EM TESTE DE VERDADE

1. Cartório do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas
 Averbado sob n.º 09.405 página 230
 do Livro n.º 3 AF do 7.º das Prum.
 S. Luís, 3 de dezembro de 1971
 OFICIAL DO REGISTRO

1.º Cartório do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas
 Nº 41348 página 164 do Protocolo
 Registro sob n.º 09.405 página 230
 do Livro N.º 3 AF do 7.º das Prum.
 S. Luís, 3 de dezembro de 1971
 OFICIAL DO REGISTRO

ANEXO D - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATORIO DE AUDITORIA

EMPRESA: TV DIFUSORA

AREA DE ATUACAO : APRECIACAO GERENCIAL

ABRANGENCIA: Documentos constitutivos e societarios, exigências Governamentais, exhibibilidades, encargos sociais e trabalhistas, imobilizado tecnico, imoveis a venda, situacao patrimonial, Fluxo de caixa, contratos de veiculacao, ociosidade(veiculacao gratuita),servicos de terceiros e outros sobre os quais comentamos:

PONTOS ESPECIAIS

I- CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA

A empresa foi constituída em 23 de maio de 1955 como sociedade por quotas de responsabilidade Limitada e transformada em SA em 01 de marco de 1963 conforme Escritura Publica de Transformacao arquivada no DEIC sob numero 268 em 9/4/63.

Segundo Registro de acoes a composicao acionaria atual e a seguinte:

A C I O N I S T A	QTDE.ACOES	NUMEROS
Carlos Magno Duque Bacelar	78.150.000	0000000001 a 78150000
Francisco de Assis Milhomem Coelho	78.150.000	78150001 a 156300000

Segundo pudemos apurar apesar da constituicao atual registrada ser a mencionada, nos anos de 1963.a 1968, foram vendidas acoes ao publico cujo montante nao e do conhecimento da diretoria, existindo atualmente antigos acionistas (nao oficiais) que aparecem na empresa reivindicando direitos.

A Legislação específica para concessionarias de serviço de Radiodifusão exige a aprovação prévia junto ao DENTEL para qualquer alteração no quadro de socios, e perante aquele Orgão os socios aprovados e oficiais são os constantes dos livros.

Através de documentos e relações encontradas relativas ao ano de 1974 apuramos alguns nomes de antigos acionistas que subscreveram e integralizaram as ações, cuja posição apresentamos no anexo i. Ressaltamos que citada relação não poderá ser considerada como completa pois inexitem registros e controles que permitam uma apuração precisa das ações colocadas ao publico e ainda não resgatadas pelos antigos socios.

Segundo o Dr. Magno Bacelar, a abertura do capital na época ocorreu sem planejamento nem respauo jurídico e contou com o

apoio popular que desejava a implantação de uma emissora de TV no Maranhão. Como o DENTEL não aprovou nem aprovaria a democratização do capital, em 1975 a permissão da emissora foi cancelada pelo Governo e conferida novamente em 16/6/76. Nessa ocasião foi regularizada a situação da empresa perante ao DENTEL com a indicação dos socios oficiais. Os livros societarios da época encontram-se extraviados e segundo o Dr. Magno Bacelar nem chegaram a existir. No entanto os livros atuais iniciam-se pelo numero dois. A partir de 1976 todas as atas foram publicadas mencionando sempre que participavam a unanimidade dos socios.

II- SITUAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA

1. BALANÇO PATRIMONIAL

A Empresa sempre foi de constituição familiar e a contabilidade não reflete com precisão a realidade da administração. Em razão disso, com base nos controles existentes e informações obtidas efetuamos o levantamento das contas a pagar, empréstimos, encargos trabalhistas, fornecedores, Ativo Permanente, caixa e bancos, imoveis a venda e demais contas patrimoniais e ajustamos o balancete apresentado em 31/10/87, cuja posição e demonstrativos analiticos apresentamos no anexo 2.

2. FLUXO DE CAIXA

Com base nos dados obtidos projetamos o fluxo de caixa para período de novembro/87 a julho/88, cujo deficit apresentado, mantendo-se a tendencia de faturamento atual, será de aproximadamente Cz\$120 milhões em julho/88. (vide anexo 3)

Alguns débitos no montante aproximado de Cr\$80 milhões encontram-se vencidos e com riscos de execução jurídica o que implicaria na necessidade urgente de injeção de recursos ou composição de citados compromissos.

3. PATRIMONIO

Inexistiam controles patrimoniais adequados, integrados com a contabilidade. Em razão disso foi realizado pela diretoria da empresa um inventario físico dos equipamentos e moveis e utensílios"o (o qual não pudemos acompanhar)cuja relação com localização e numeração de cada bem é declarada de propriedade da DIFUSORA e faz parte integrante da negociação. A DIFUSORA possui uma grande quantidade de terrenos para comercialização situados em area nobre de São Luiz. Somente para efeito de referencia de valor, solicitamos a empresa que presta assessoria jurídica e que tambem atua no ramo imobiliário uma avaliação dos imoveis de propriedade da DIFUSORA, cuja apuração resultou em Cz\$283 milhões aproximadamente.

De igual forma solicitamos uma avaliação aproximada dos moveis utensílios e equipamentos, apurando um montante de Cr\$108 milhões.

4. PATRIMONIO LIQUIDO

O Patrimonio liquido da DIFUSORA em 31/10/87, após nossos ajustes apresentou a seguinte posição:

C O N C E I T O	V A L O R
Capital	15.630.000,00
Reservas de Capital	39.899.492,00
Lucros acumulados	1.508.778,00
Resultado do exercicio(ajustado)	(-) 53.359.164,00
TOTAL	10.687.827,00

Se considerarmos a avaliação do imobilizado como correta o patrimonio liquido seria acrescido de Cz\$269,4milhões, totalizando aproximadamente Cz\$280milhões.

5. PASSIVO EXIGIVEL

O passivo total da empresa em 31/10/87 era de Cz\$123.8milhões, apos os ajustes efetuados.

6. ENCARGOS TRABALHISTAS

Existem atualmente na empresa alguns funcionarios nao optantes com mais de 20 anos de trabalho, um dos quais em fase de negociação de indenização no valor aproximado de Cz\$600mil.

6. OPERACIONAL

Atualmente a empresa esta trabalhando com ociosidade de 30% do seu espaço disponivel de veiculações o qual é ocupado com comerciais gratuitos fornecidos à algumas empresas selecionadas.

CONCLUSAO

Apesar do passivo elevado e das dificuldades financeiras que a empresa atravessa, o patrimonio imobiliario é suficiente para sua viabilização a medio prazo, desde que haja uma reestruturação administrativa e ingresso de numerario para suprir os compromissos inadiáveis (ou sua composição comercial) e a conclusão das obras do novo predio da administração.

CLAUDIO DO NASCIMENTO
Auditor atuante

CIENTE:

AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR
Diretor Presidente

RADIO DIFUSORA SA
S.LUIZ-NA

ANEXO 1

RESUMO DA COMPOSICAO ACIONARIA EM 31/10/87

A C I O N I S T A	QTE.ACOES	VALOR	%
FRANCISCO DE ASSIS MIL HOMEN COELHO	78150000	7815000	50.00
CARLOS MAGNO DUQUE BACELAR	78150000	7815000	50.00
TOTAL CONFORME LIVROS SOCIETARIOS	156300000	15630000	100.00

AJUSTES

ACIONISTAS 1A. SUBSCRICAO	32036040	3203604	20.50
ACIONISTAS 2A.SUBSCRICAO	2601183	260118.3	1.66
ACIONISTAS 3A. SUBSCRICAO	21146695	2114669.5	13.53
SONA	55783918	5578391.8	35.69

POSICAO ACIONARIA REAL

FRANCISCO DE ASSIS MILHOMEM COELHO	50258041	5025804.1	32.15
CARLOS MAGNO DUQUE BACELAR	50258041	5025804.1	32.15

ANEXO E - TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO

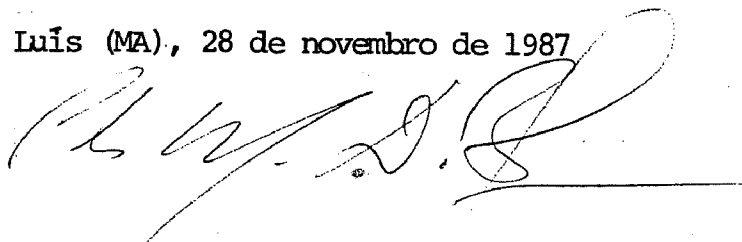
Pelo presente instrumento, CARLOS MAGNO DUQUE BACELAR, brasileiro, separado judicialmente, portador da carteira de identidade nº 106, emitida pelo Senado Federal - DF. e C.P.F. nº 000.583.433-34, residente e domiciliado nesta cidade na Av. Sambaquis, quadra 7, casa 29, Calhau, abaixo assinado, assume o compromisso de responder em juízo por eventuais reclamações de subscritores de ações de aumentos do capital social da Rádio Difusora do Maranhão S.A., emitidas por esta, cujas emissões e subscrições não tenham sido ratificadas pela Assembleia Geral Extraordinária da sociedade e aprovadas pelo Departamento Nacional de Telecomunicações, em consequência do que os nomes desses subscritores não figuram entre os atuais acionistas da sociedade, reservando-se o signatário o direito de exercer, quando acionado, as defesas cabíveis, inclusive as referentes à decadência dos direitos reclamados e prescrição da respectiva ação.

Para resguardo da sua honorabilidade, o signatário esclarece que as suas ações do capital social da Rádio Difusora do Maranhão S.A. foram adquiridas em data posterior aos aumentos de capital e subscrições, acima referidos, que não mereceram a aprovação do DENTEL e da Junta Comercial do Estado do Maranhão, sendo certo que não integrava a administração da sociedade ao tempo em que esta realizou as referidas emissões.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1975 a sociedade retificou e ratificou os aumentos do seu capital social, com aprovação do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), e todo aquele subscritor que então não teve o seu nome incluído entre os acionistas da companhia, por falta de atendimento dos pressupostos legais, adquiriu o direito de ser reembolsado das quantias pagas para realização do preço da subscrição. Todos aqueles que reclamaram esse direito, até agora, foram pagos, inclusive com correção monetária e juros.

O presente compromisso é assumido para com a sociedade e aqueles que, nesta data, estão adquirindo as ações do capital da Rádio Difusora do Maranhão S.A., que pertenciam ao signatário, limitando-se a responsabilidade ora assumida aos casos de condenação judicial, em processo no qual for denunciado ou chamado à autoria.

São Luís (MA), 28 de novembro de 1987



ANEXO F - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO

São Luís(MA), 28 de dezembro de 1987.

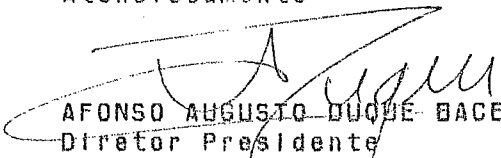
Ilmo. Sr.
Dr. José Samuel Miranda de Melo
Diretor da Diretoria Regional do Dentel em São Luís
Nesta


Prezados Senhores:

Estamos anexando a seguinte documentação:

1. Requerimento solicitando transferência de ações.
2. Fichas de Cadastro dos Srs. WILLIAN JOSÉ NAGEM e PAULO ROBERTO COSTA NAGEM em 3 vias.
3. Declaração do Diretor Presidente de que os pretendentes acionistas não integram o quadro societário de outra executante.
4. Prova de nacionalidade dos pretendentes acionistas.
5. Certificados de reservista.
6. Cartelas de Identidade.
7. Títulos de Eleitor.

Atenciosamente


AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR
Diretor Presidente
RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A.

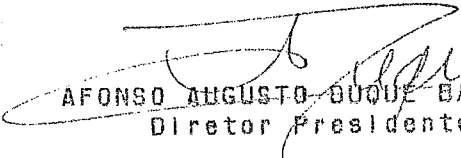
DR/DENTEL/SÃO LUÍS	
PROTOCOLO GERAL	
Nº _____/_____/_____/_____	 Rubrica
Recebido em 29/12/87	

ILMO. SR. DIRETOR DA DIRETORIA REGIONAL DO DENTEL EM SÃO LUÍS.

A RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., concessionária dos serviços de radiodifusão, com sede nesta cidade na avenida Camboa, 120, inscrita no C.G.C.-MF sob o no. 06.275.598/0001-09, vem requerer a V. Sa. que se digne autorizar o procedimento de alteração do seu quadro societário. Com a transferência da totalidade das ações dos acionistas CARLOS MAGNO DUQUE BAGELAR e FRANCISCO DE ASSIS MILHOMEM COELHO para o Sr. WILLIAN JOSÉ NAGEM que deverá adquiri-las por compra e fará uma doação de 20% (vinte por cento) das ações para o seu filho PAULO ROBERTO COSTA NAGEM, o novo quadro da sociedade passará a ter a seguinte composição:

Acionistas	%	Ações
WILLIAN JOSÉ NAGEM	80	125.040.000
PAULO ROBERTO COSTA NAGEM	20	31.260.000


Nestes Termos
P. Deferimento
São Luís(MA), 28 de dezembro de 1987.


AFONSO AUGUSTO DUQUE BAGELAR
Diretor Presidente

D E C L A R A Ç Ã O

O abaixo assinado, dirigente legalmente responsável pela RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, declara que os pretendentes acionistas não integram o quadro social de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão, no município onde está instalada a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei no. 236/67,

São Luís(MA), 28 de dezembro de 1987.



AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR
Diretor Presidente

ANEXO G - INSTRUMENTO PARTICULAR DE TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO E TRANSFERENCIA DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL DA RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO SOCIEDADE ANONIMA E OUTRAS AVENÇAS , que entre si fazem CARLOS MAGNO DUQUE BACELAR e WILLIAM JOSE NAGEM , na forma adiante declarada:

Pelo presente instrumento particular de cessão e transferência de ações , e outras avenças , de um lado, CARLOS MAGNO DUQUE BACELAR, brasileiro, separado judicialmente, advogado e empresário, residente e domiciliado nesta cidade, na avenida Sambaquis, quadra 7, lote numero 29, bairro do Calhau, cédula de identidade numero 106 , expedida pelo Senado Federal, inscrito no C.P.F. sob n. 000.583.433-34, doravante designado simplesmente "CEDENTE", e de outro lado, WILLIAM JOSE NAGEM, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade , na Rua dos Magistrados, 410 bairro Olho d'água , a cédula de identidade numero 21.745-SSPMA , inscrito no C.P.F. sob numero 000.641.653-53 , doravante designado simplesmente como "CESSIONARIO", tem entre si ajustado e contratado o constante das clausulas seguintes:

PRIMEIRA: O CEDENTE é proprietario de 78.150.000 (setenta e oito milhões cento e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas , de numeros 000.000.001 a 078.150.000 , do capital social da RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., com sede nesta cidade, na Av. Camba do Mato, numero 120, concessionária dos servicos de radiodifusão de som e imagem, radiodifusão sonora de frequencia modulada e amplitude modulada de ondas médias e tropical, cujo capital social é presentemente de Cz\$15.630.000,00 (quinze milhões seissentos e trinta mil cruzados), devidamente integralizado, dividido em 156.300.000 (cento e cinquenta e seis milhões e trezentas mil) ações ordinárias , nominativas, do valor nominal de Cz\$0,10 (DEZ CENTAVOS DE CRUZADO).

PARAGRAFO UNICO: As ações de propriedade do CEDENTE aqui referidas se acham livres e desembaraçadas de todos e qualquer onus real ou responsabilidade pessoal do seu titular, podendo ser transferidas livremente, desde que para tanto haja prévia autorização, por escrito, do DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

SEGUNDA - Pelo presente instrumento particular e melhor forma de direito, o CEDENTE cede e transfere para o CESSIONARIO, que por sua vez adquire as 78.150.000 (setenta e oito milhões cento e cinquenta mil) ações ordinárias, identificadas pelos numeros 000.000.001 a 078.150.000, do capital social da RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., de que o primeiro é titular, indicadas na clausula primeira, de forma a transferir para o segundo e assegurar a este uma participação acionária de 50%

(cinquenta por cento) do capital da referida sociedade, nas condições previstas nas cláusulas seguintes:

TERCEIRA: - O preço total da cessão e transferência das ações que constituem objeto deste instrumento é de Cz\$8.000.000,00 (oito milhões de cruzados) já anteriormente pagos pelo CESSIONARIO ao CEDENTE em moeda corrente da Republica, quantia da qual o CEDENTE dá plena, geral e irrevogável quitação para mais nada reclamar a qualquer título.

QUARTA: - O preço da compra e venda das ações objeto deste instrumento, indicado na cláusula terceira, foi fixado pelas partes tendo em vista a situação patrimonial da RADIO DIFUSORA S.A., traduzida no balancete datado de 31 de outubro de 1987, acompanhado de relação de todos os débitos sociais existentes na mesma data, documentos esses que, devidamente autenticados pelas partes, integram este instrumento para todos os efeitos legais, isentando o CESSIONARIO de responsabilidade por quaisquer outros não identificados ou declarados, os quais serão a qualquer tempo de inteira responsabilidade do CEDENTE, salvo a hipótese de acréscimo resultante de acessórios, tais como juros, multas, correção monetária e despesas de cobrança.

QUINTA: - O CEDENTE obriga-se a transferir para o CESSIONARIO e às pessoas que este indicar, a totalidade das ações que constituem objeto deste instrumento, assim que a transferência seja autorizada pelo DENTEL.

SEXTA:- Logo após a assinatura deste instrumento a direção da RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., deverá pedir ao DENTEL, com a observância de todas as normas legais e regulamentares, a necessária autorização para a transferência das ações que constituem objeto deste instrumento, para o CESSIONARIO e/ou pessoas que este indicar.

PARAGRAFO UNICO: - Caso o DENTEL negue a sua autorização para a transferência das ações para o CESSIONARIO, ressalva-se a este o direito de pedir que seja submetido ao DENTEL, novos pedidos de autorização de transferência para outra(s) pessoa(s) que indicar.

SETIMA: - Este instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável vinculando as partes seus herdeiros e sucessores.

OITAVA: Com a aprovação pelo DENTEL e conseqüente oficialização da transferência de que trata este instrumento, a administração da RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., deverá a pedido do novo sócio, submeter ao DENTEL, igualmente, proposta de alteração de seu estatuto social, visando estabelecer as modificações que este julgar conveniente.

NONA: A RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO SA., representada por seu Diretor-Presidente, AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR, na forma prevista no seu estatuto social, intervém neste ato

para manifestar a sua ciência da condições previstas neste instrumento, com as quais declara concordar, obrigando-se pelo cumprimento de todas as medidas que lhe competem.

E para firmeza e prova de assim haverem ajustado, contratado e se obrigado, por si e seus sucessores, as partes contratantes assinam o presente instrumento, datilografado em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, a tudo presentes.

São Luís, 12 de Janeiro de 1988.

[Signature]
CARLOS MAGNO DUQUE BACELAR

[Signature]
WILLIAM JOSE NASEM

[Signature]
RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A

TESTEMUNHAS:

[Signature]

[Signature]

ANEXO H - INSTRUMENTO PARTICULAR DE TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO E TRANSFERENCIA DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL DA RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO SOCIEDADE ANONIMA E OUTRAS AVENÇAS, que entre si fazem FRANCISCO DE ASSIS MILHOMEM COELHO e WILLIAM JOSE NAGEM na forma adiante declarada:

Pelo presente instrumento particular de cessão e transferência de ações, e outras avenças, de um lado, FRANCISCO DE ASSIS MILHOMEM COELHO, brasileiro, casado engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade na rua dos curios, numero 22, Sao Marcos, cédula de identidade numero 266.372- SSP - MA, inscrito no C.P.F. sob n. 056.886.631-20, doravante designado simplesmente "CEDENTE", e de outro lado, WILLIAM JOSE NAGEM, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade, na Rua dos Magistrados, 410 bairro Olho d'agua, a cédula de Identidade numero 21.745-SSPMA, inscrito no C.P.F. sob numero 000.641.653-53, doravante designado simplesmente como "CESSIONARIO", tem entre si ajustado e contratado o constante das clausulas seguintes:

PRIMEIRA: O CEDENTE é proprietario de 78.150.000 (setenta e oito milhões cento e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, de numeros 078.150.001 a 156.300.000, do capital social da RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., com sede nesta cidade, na Av. Camboa do Nato, numero 120, concessionaria dos servicos de radiodifusão de som e imagem, radiodifusão sonora de frequencia modulada e amplitude modulada de ondas médias e tropical, cujo capital social é presentemente de Cz\$15.630.000,00 (quinze milhões seissentos e trinta mil cruzados), devidamente integralizado, dividido em 156.300.000 (cento e cinquenta e seis milhões e trezentas mil) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de Cz\$0,10 (DEZ CENTAVOS DE CRUZADO).

PARAGRAFO UNICO: As ações de propriedade do CEDENTE aqui referidas se acham livres e desembaraçadas de todos e qualquer onus real ou responsabilidade pessoal do seu titular, podendo ser transferidas livremente, desde que para tanto haja prévia autorização, por escrito, do DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

SEGUNDA - Pelo presente instrumento particular e melhor forma de direito, o CEDENTE cede e transfere para o CESSIONARIO, que por sua vez adquire as 78.150.000 (setenta e oito milhões cento e cinquenta mil) ações ordinárias, identificadas pelos numeros 078.150.001 a 156.300.000, do capital social da RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., de que o primeiro é titular, indicadas na clausula primeira, de forma a transferir para o segundo e assegurar a este uma participação acionária de 50% (cinquenta por cento) do capital da referida sociedade, nas condições previstas nas clausulas seguintes:

TERCEIRA: - O preço total da cessão e transferência das ações que constituem objeto deste instrumento é de Cz\$8.000.000,00 (oito milhões de cruzados) já anteriormente pagos pelo CESSIONARIO ao CEDENTE em moeda corrente da Republica, quantia da qual o CEDENTE dá plena, geral e irrevogável quitação para mais nada reclamar a qualquer título.

QUARTA: - O preço da compra e venda das ações objeto deste instrumento, indicado na clausula terceira, foi fixado pelas partes tendo em vista a situação patrimonial da RADIO DIFUSORA S.A., traduzida no balancete datado de 31 de outubro de 1987, acompanhado de relação de todos os débitos sociais existentes na mesma data, documentos esses que, devidamente autenticados pelas partes, integram este instrumento para todos os efeitos legais, isentando o CESSIONARIO de responsabilidade por quaisquer outros não identificados ou declarados, os quais serão a qualquer tempo de inteira responsabilidade do CEDENTE, salvo a hipótese de acréscimo resultante de acessórios, tais como juros, multas, correção monetária e despesas de cobrança.

QUINTA: - O CEDENTE obriga-se a transferir para o CESSIONARIO e às pessoas que este indicar, a totalidade das ações que constituem objeto deste instrumento, assim que a transferência seja autorizada pelo DENTEL.

SEXTA: - Logo após a assinatura deste instrumento a direção da RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., deverá pedir ao DENTEL, com a observância de todas as normas legais e regulamentares, a necessária autorização para a transferência das ações que constituem objeto deste instrumento, para o CESSIONARIO e/ou pessoas que este indicar.

PARAGRAFO UNICO: - Caso o DENTEL negue a sua autorização para a transferência das ações para o CESSIONARIO, ressalva-se a este o direito de pedir que seja submetido ao DENTEL, novos pedidos de autorização de transferência para outra(s) pessoa(s) que indicar.

SETIMA: - Este instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável vinculando as partes seus herdeiros e sucessores.

OITAVA: Com a aprovação pelo DENTEL e consequente oficialização da transferência de que trata este instrumento, a administração da RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., deverá a pedido do novo sócio, submeter ao DENTEL, igualmente, proposta de alteração de seu estatuto social, visando estabelecer as modificações que este julgar conveniente.

NONA: A RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO SA., representada por seu Diretor-Presidente, AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR, na forma prevista no seu estatuto social, intervem neste ato para manifestar a sua ciência da condições previstas neste

instrumento, com as quais declara concordar, obrigando-se pelo cumprimento de todas as medidas que lhe competem.

E para firmeza e prova de assim haverem ajustado, contratado e se obrigado, por si e seus sucessores, as partes contratantes assinam o presente instrumento, datilografado em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, a tudo presentes.

São Luis, 17 de Janeiro de 1988.
Francisco de Assis M. Coelho
FRANCISCO DE ASSIS MYLHOMEM COELHO

William Jose Nagem
WILLIAM JOSE NAGEM :

J. Aguiar
RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A

TESTEMUNHAS:

[Handwritten signatures over dashed lines]

ANEXO I - AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA INDIRETA

Rec. 9/5/88



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ofício Nº 244/88/DR/SLS

Em, 06.05.88

Do: DIRETOR DA DIRETORIA REGIONAL DO DENTEL EM SÃO LUÍS

Endereço: RUA RIO BRANCO, 379 - CENTRO


Ao: DIRETOR DA RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S/A

Assunto

Encaminhamos, anexa, cópia do ato que autorizou a transferência indireta da concessão objeto do Processo nº 29116.000.003/88.

Outrossim, notificamos essa entidade para comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento deste Ofício, a efetivação da operação autorizada, mediante a apresentação a esta Diretoria Regional, de cópia dos termos de transferência de ações, extraída do livro de "Transferência de Ações Nominativas".

Cordialmente,


José Samuel de Miranda Melo
DIRETOR REGIONAL DO DENTEL EM SÃO LUÍS

D.O.U. 14.04.88

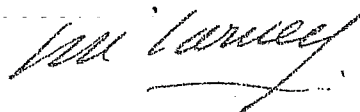
E.M. Nº 64 /88-GM

29/3/88

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A U T O R I Z O .

Em, 29. 3. 88.



A RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S/A., executante dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, onda média, onda tropical e radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, solicitou autorização para efetivar transferência indireta das outorgas que detem, mediante cessão da totalidade das ações representativas do capital social para novo grupo, que passará a deter o mando da sociedade.

2. Em consequência, o quadro social ficará assim constituído:

<u>ACIONISTAS</u>	<u>AÇÕES</u>	<u>VALOR CZ\$</u>
WILLIAN JOSÉ NAGEM	125.040.000	7.502.400,00
PAULO ROBERTO COSTA NAGEM	31.260.000	1.875.600,00
T O T A L =	156.300.000	9.378.000,00

3. A direção da entidade continuará a ser exercida por AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR e JOSÉ DOS REMÉDIOS DE SOUZA BRANCO, nos cargos de Diretor-Presidente e Diretor-Gerente, respectivamente.

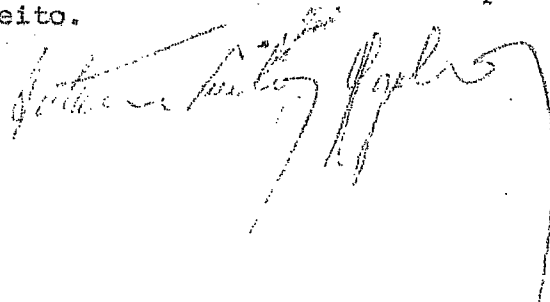
.2

4. Cumpre ressaltar que referidos pedidos foram devidamente instruídos com a documentação exigida, demonstrando possuir o novo grupo as qualificações estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Todos os órgãos competentes deste Ministério opinaram sem oposição ao pedido.

5. De conformidade com o que determina o artigo 96, item 3, letra "a", do aludido Regulamento, a transferência in direta das outorgas não poderá ser efetivada sem a prévia auto rização do Presidente da República.

6. Nestas condições, tenho a honra de submeter o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, na forma do artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito.



ANEXO J - PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGENS

Nº 157, de 13 de abril de 1968. Encaminhamento ao Congresso Nacional de projeto de lei que "concede aposentadoria especial a DOLORES DRUMMOND DE ANDRADE.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Exposição de Motivos

Nº 064, de 29 de março de 1968. Transferência indireta, para novo grupo, das outorgas concedidas à RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S/A., executante dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, onda média, onda tropical e radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. "Autorizo. Em 29.03.68".

ANEXO K - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

DIFUSORA



ILMO. SR. DIRETOR DA DIRETORIA REGIONAL DO DENTEL EM SÃO LUÍS.

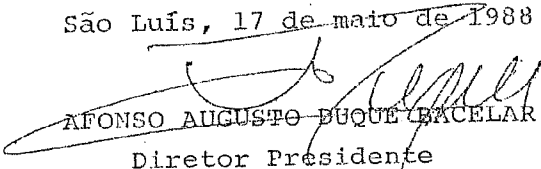
A RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., concessionária dos serviços de radiodifusão, com sede nesta cidade na Avenida Camboa, 120, inscrita no C.G.C. sob nº 06.275.598/0001-08, vem requerer a V.Sa. que se digne autorizar o procedimento de alteração do seu quadro societário. Com a transferência da totalidade das ações dos acionistas CARLOS MAGNO DUQUE BACELAR e FRANCISCO DE ASSIS MILHOMEM COELHO para o Sr. WILLIAN JOSÉ NAGEM que deverá adquiri-las por compra e fará uma doação de 20% (vinte por cento) das ações para o seu filho PAULO ROBERTO COSTA NAGEM, o novo quadro da sociedade passará a ter a seguinte composição:

Acionistas	%	Ações
WILLIAN JOSÉ NAGEM	80	125.040.000
PAULO ROBERTO COSTA NAGEM	20	31.260.000

Nestes Termos

P. Deferimento

São Luís, 17 de maio de 1988


AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR
Diretor Presidente

ANEXO L - PORTARIA DENTEL N° 040/88



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Portaria n° 040, de 22 de junho de 1988

O DIRETOR DA DIRETORIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo n° 29116.000003/88,

R E S O L V E:

Aprovar, nos termos do artigo 97 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, os atos praticados pela RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S/A, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, em decorrência da autorização constante da Exposição de motivos n°64/88-GM, de 29 de março de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 14 de abril de 1988.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Edna Jansen de Mello Fonseca'.

EDNA JANSEN DE MELLO FONSECA

DIRETORA REGIONAL DO DENTEL EM SÃO LUÍS

SUBSTITUTA

ANEXO M - PROPOSTA DA DIRETORIA PARA TRANSFERÊNCIA EM LTDA.

RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A.
C.G.C no.06.275.596/0001-08

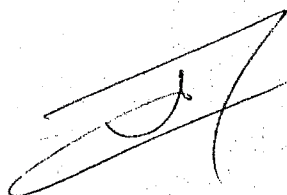
Proposta da Diretoria à Assembléia Geral Extraordinária, para transformação do tipo societário, de sociedade anônima para sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Senhores Acionistas:

Após acurados estudos, esta diretoria julga conveniente propor-lhes a transformação do tipo societário, de sociedade anônima para sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA, sem qualquer solução de continuidade nos negócios sociais.

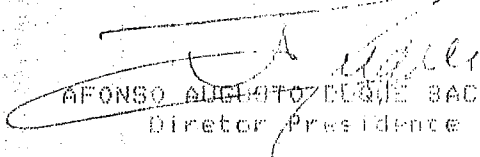
Uma vez acolhida a presente proposição, a sociedade por quotas de responsabilidade resultante da transformação ora sugerida assumirá o ativo e o passivo da sociedade transformada, sucedendo-lhe em todos os direitos e obrigações, conservando a mesma sede, o mesmo foro, o mesmo objeto e o mesmo capital social de Cz\$ 67.209.000,00 (sessenta e sete milhões, duzentos e nove mil cruzados), inteiramente realizado, convertendo-se as ações em quotas, sem valor nominal, que serão distribuídas aos atuais acionistas, na exata proporção do número de ações que possuem, a saber:

- a) WILLIAN JOSÉ NAGEM com 325.040.000 (cento e vinte e cinco milhões e quarenta mil) quotas, no valor total de Cz\$ 53.767.200,00 (cinquenta e três milhões setecentos e sessenta e sete mil e duzentos cruzados);
- b) PAULO ROBERTO COSTA NAGEM com 31.260.000 (trinta e um milhões duzentas e sessenta mil) quotas no valor total de Cz\$13.441.800,00 (treze milhões quatrocentos e quarenta e um mil e oitocentos cruzados).



Esta é a proposta que a Diretoria submete à apreciação da
Assembleia, convicta de que a mesma atende aos interesses da
Sociedade.

São Luís, 05 de outubro de 1988


AFONSO AUGUSTO EUGÊNIO BACELAR
Diretor Presidente


ANEXO N - RENÚNCIA DA DIRETORIA

À
RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A.
A.G.E. de 06 de outubro de 1988.
Sr. Presidente da Mesa

Pela presente, AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR, brasileiro, divorciado, engenheiro agrônomo, cédula de Identidade numero 74.838-SSP - MA, inscrito no C.P.F. sob numero 001.399.043-87, domiciliado e residente nesta cidade, na Rua São Sebastião numero 25, Maracanã e CLAUDIO DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade sob numero 5.061.133 e do CPF numero 460.783.398-34 domiciliado nesta Cidade na Alameda Santo, quadra T numero 2 Bairro Jardim Paulista-Olho D'água, apresentam em caráter irrevogável a renúncia dos cargos de Diretor Presidente e Diretor Gerente da sociedade, por força da proposta apresentada por esta mesma diretoria para transformação do tipo societário de Sociedade Anônima para Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada.

Louvamos que a empresa logre o maior êxito em todos os empreendimentos que venham a realizar e apresentamos nosso maior respeito aos senhores acionistas.

São Luis, 06 de outubro de 1988.


AFONSO AUGUSTO DUQUE BACELAR


CLAUDIO DO NASCIMENTO

ANEXO O - RELAÇÃO DE DÉBITOS

31.08

RELAÇÃO DE DÉBITOSBANCOS C/EMPRESTIMOSDEBITOS VENCIDOS

BANCO DO BRASIL S/A.	30.989.625,00	
BCO NORDESTE BRASIL S/A.	24.389.094,89	
BCO DA AMAZONIA S/A.	1.443.332,20	
BCO DO BRASIL(GUIAS IMPORTAÇÃO KELPER INT:CORP.	<u>1.500.000,00</u>	58.322.052,09

ESTATAIS

IAPAS - NPLD.	1.548.708,48	→ 956.000
" 12/86 a 7/87	3.142.203,96	
FGTS - NDFG.	117.032,49	
IRPJ - RECEITA FEDERAL	261.087,66	→ 1000
TELMA-TELEC.DO MA.S/A.	80.436,72	
CEMAR-CIA.ENERGETICA S/A.	604.861,89	
EMBRATEL.	<u>3.727.442,26</u>	→ 9.481.773,46

DIVERSOS

F.GALVAO - IMPRESSOS	503.260,37	✓
A. BALUZ - PASSAGENS	200.000,00	✓
AEROTEC - PEÇAS.	44.195,00	✓
LYS BLETRONIC - EQUIPAMENTOS	117.453,79	✓
BRASILIAN FOOD - VALE REFEIÇÕES	76.125,00	✓
COPYSERVICE	78.015,29	✓
S.LUIS IND. E COMERCIO	103.375,83	✓
CLIVETTI	8.490,00	✓
EMANUEL CARACAS - EQUIPAMENTOS	776.000,00	✓
CARTORIO IMOVEIS	50.000,00	✓
RECISÕES.	124.460,15	✓
ECONORTE - CONTABILIDADE.	80.000,00	✓
RICARDO DUAILIBE- JURIDICA	151.422,00	✓
JURACI VIBIRA DA SILVA(ADIANT.)	919.600,00	✓
SIMASA(COMBUSTIVEL VENCIDO)	775.104,27	✓
" " " 27.09.87	360.894,38	✓
" " " 30.09.87	349.417,68	✓
{ CRISTAL TERRAPLANAGEM(VENCIDO)	6.100.000,00	✓
" " " " " 30.09.87	<u>3.000.000,00</u>	✓

FORNECEDORES - EDIFÍCIO NOVO

STAR- FORNECEDOR ESQUADRIAS.	3.500.000,00	✓
ARQUS - PROJETOS	800.000,00	✓
AR FRIO - VENCIDO.	522.997,71	✓
AR FRIO - A VENCER:	125.877,00	✓
RECISÕES - OPERARIOS OBRA	<u>105.501,24</u>	✓
		5.054.375,95
A TR ANSPORTAR:		<u>86.676.015,26</u>

RELACÃO DE DÉBITOS

TRANSPORTE: r.-. 86.676.015,26

VEICULOS

COMAVE - VENC. 13.09.87	3.705.000,00	
" " " 28.09.87	1.750.800,00	
" " " 13.10.87	1.740.000,00	
SOMAVEL - VENC.HM EXECUÇÃO	1.786.000,00	
H.C. PNEUS	33.689,00	9.015.489,00

AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE

GLOBO	305.528,19	
PHOCUS	30.000,00	
G.P.PUBLICIDADE	5.147,25	
AGIL PUBLICIDADE	9.440,21	
IMAGINE	36.854,80	
MARK.	330.106,24	715.076,69

TOTAL GERAL

96.406.580,95

ANEXO P - ATUALIZAÇÃO DOS ASSUNTOS DISCUTIDOS NA REUNIÃO DO C.D.

ATUALIZAÇÃO DOS ASSUNTOS DISCUTIDOS NA REUNIÃO DO CONSELHO DE DIREÇÃO DE 26 DE MAIO DE 1988.

Presença:

PRESIDENTE DO CONSELHO DE DIREÇÃO
AFONSO BACELAR
CLAUDIO DO NASCIMENTO
ROGERIO FERREIRA

Assuntos: DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS GLOBAIS DA EMPRESA

- . Regularização Jurídica
- . Saneamento Financeiro
- . Reestruturação Administrativa
- . Reestruturação Operacional
- . Definição da estratégia de Marketing

Deliberações:

REGULARIZAÇÃO JURÍDICA:

- . Aprovação no Dentel da indicação do novo diretor CLAUDIO DO NASCIMENTO.
- . Homologação pelo DENTEL em 18/09/88.

SANEAMENTO FINANCEIRO:

- RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS

. BANCO DO BRASIL

Todas as negociações estão suspensas, aguardando nossa manifestação. Provavelmente pela repercussão da negociação efetuada com o MIRANTE.

. BANCO DO NORDESTE Fomos procurados pela gerência da agência de São Luis para oficializar a proposta nas seguintes bases:

- 20% do saldo devedor (aproximadamente 150 milhões) = 30,0 milhões em dinheiro para depósito imediato.
- 50% do saldo devedor a ser comutado em espaço publicitário (veiculações na TV e AM,FM).
- 30% do saldo devedor reescalonar em seis parcelas com carência de 6 meses.

. BANCO DA AMAZONIA Em nosso ultimo contato com a gerência de S.Luis conseguimos redução dos juros e encargos para pagamento a vista.

- CONVERSÃO DE DÍVIDAS:

- . COMAVE Negociamos com a COMAVE a quitação do saldo devedor mediante troca por terrenos no loteamento JARACATY(Quadra 3).

- . EMANUEL GARAGAS Negociamos a permuta por veículos.
- . AGENCIA BALUZ Idem idem
- . GRAFICA SAO LUIS - Idem idem

- REEMBOLSO MAGNO BACELAR

- . A CRISTAL iniciou ação de cobrança contra a DIFUSORA apresentamos imóvel a penhora, ficou acertado que seria retirada de juízo.
- . As negociações não evoluíram e a ação prosseguiu com a penhora dos créditos (faturamento) da Empresa.
- . Dr. MAGNO deu continuidade à ação da SIMASA com a penhora dos telefones da DIFUSORA
- . Negociamos a quitação dos débitos e baixa das ações mediante troca por terrenos (25 lotes da quadra 1) no loteamento JARACATY E 16,5 milhões depositados judicialmente

- EMBRATEL

- . O PGO informou que acertou a negociação para entrar no satélite. O DE deverá evoluir os entendimentos anteriores mantidos com a EMBRATEL.

- . Recebemos correspondência da Embratel propondo acordo para liquidação de nosso débito em 4 parcelas de 5.138,99 OTNs, a partir de 20.05.88. Não temos condições de cumprir esse acordo com o atual faturamento. Aguardamos viabilização de recursos.

- . Em 20/05/88 contatamos a Embratel e acertamos para tentar pagar a parcela do acordo e atrasar a de mes corrente

CONSEGUIMOS HONRAR O ACORDO, CUJO CONTRATO NECESSITOU DO AVAL DO SR. WILLIAM NAGEM

- DEMAIS DEBITOS

mantive os débitos civis AEROTEC, ARQUS, LYS, JAPAS, STAR e AR FRIG. *partido* *partido* *partido* *partido*

Conseguimos saldar parte do ~~JAPAS~~, ~~ARQUS~~, ~~STAR~~ e ~~AR~~

FRIG

- RECURSOS EXTRAORDINARIOS

Não houve o ingresso de recursos extraordinarios prometidos, exceto o valor de 35,0 milhões por conta do JEBS.

ANEXO Q - REUNIÃO DO CONSELHO DE DIREÇÃO

REUNIÃO DO CONSELHO DE DIREÇÃO

Presença:

PRESIDENTE DO CONSELHO DE DIREÇÃO
AFONSO BACELAR
CLAUDIO DO NASCIMENTO
ROGERIO FERREIRA

Data: 19/05/88 11:00 hs.

Assuntos: DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS GLOBAIS DA EMPRESA

- . Regularização Jurídica
- . Saneamento Financeiro
- . Reestruturação Administrativa
- . Reestruturação Operacional
- . Definição da estratégia de Marketing

Deliberações:

REGULARIZAÇÃO JURÍDICA:

- . Transformação de SA para Ltda.
- . Diretoria por procuração

AÇÃO

- Em fase de regularização junto ao DENTEL a transferência do controle acionário.

SANEAMENTO FINANCEIRO:

- RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS

- . Banco do Brasil Negociação para pagamento de Cz\$40.000.000,00 e converter o restante em serviços.
- . Banco do Nordeste idem ,Cz\$20.000.000,00 idem
- . Banco da Amazonia Negociar conversão do debito total em veiculações.
- . OS RECURSOS FALTANTES DEVERÃO SER CONSEGUIDOS EM PARTE COM O CONTRATO DA FUNDAÇÃO EDUCAR.

AÇÃO

- Foi apresentada a proposta ao BASA, o PC deverá intervir junto ao presidente do Banco.

- Em negociaçã"o com a Fund.Educar Cz\$60milhoes em tres vezes

- CONVERSÃO DE DÍVIDAS:

- . COMAVE O PCD informou que as negociações evoluíram e brevemente poderemos eliminar esta pendencia
- . EMANUEL CARACAS Sr. Afonso negociará a permuta por veiculações.
- . AGENCIA BALUZ Idem idem
- . GRAFICA SÃO LUIZ Rogerio contatará para negociação por veiculação.

AÇÃO

- REEMBOLSO MAGNO BACELAR

- . O P.C.D. negociará pessoalmente os débitos relativos aos seguintes fornecedores já pagos pelo Dr. Magno : KELPER, SIMASA e CRISTAL.
- . A CRISTAL iniciou ação de cobrança contra a DIFUSORA apresentamos imovel a penhora, ficou acertado que será retirada de juizo .

- EMBRATEL

- . O PCD informou que acertou a negociação para entrar no satélite. O DE deverá evoluir os entendimentos anteriores mantidos com a EMBRATEL.
- . Recebemos correspondencia da Embratel propondo acordo para liquidação de nosso débito em 4 parcelas de 5.138,89 OTNs, a partir de 20.05.88. Não temos condições de cumprir esse acordo com o atual faturamento. Aguardamos viabilização de recursos.
- . Em 20/05/88 contatamos a Embratel e acertamos para tentar pagar a parcela do acordo e atrazar a do mes corrente

- DEMAIS DEBITOS

- . Os demais debitos deveremos liquidar na medida do possível, os quais estão representados pelos seguintes fornecedores:
AEROTEC, ARQUS, LYS, IAPAS, STAR e AR FRID.

- RECURSOS EXTRAORDINARIOS

- . O PCD informou da possibilidade de introdução de novos recursos da ordem de Cz\$50.000.000,00, para regularização de alguns débitos e investimentos necessários.

- RECADASTRAMENTO NO BCO.EST.MARANHÃO

- . O PCD sugeriu que seja feito atualização do cadastro junto ao Bco.Est. Maranhão, visando a obtenção de conta garantida no montante de Cz\$50.000.000,00.

REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL

O PCD comunicou providências que está tomando em relação a reformulação do jornalismo inclusive com a indicação de um novo diretor.

Foi indicado para a Direção de Jornalismo o Sr. ARTHUR GONDIM e assumiu em 23/05/88.

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Sr. CLAUDIO DO NASCIMENTO apresentou proposta da nova estrutura organizacional da empresa, que foi aprovada pelo Conselho de Direção, cuja composição passa a ser a seguinte:

CONSELHO DE DIREÇÃO:

COMPONENTES:

Presidente do Conselho de Direção : SOCIO MAJORITARIO
 Diretor Executivo: Dr. AFONSO DUQUE BACELAR
 Diretor de Administração, Finanças, Contrôles e Recursos Humanos: CLAUDIO DO NASCIMENTO
 Diretor Comercial: ROGERIO FERREIRA
 Diretor de Jornalismo: ARTHUR GONDIM

ATRIBUIÇÕES:

- . Definição dos objetivos globais da Empresa
- . Definição e aprovação do sistema organizacional da Empresa.
- . Definição e aprovação dos investimentos e alienações patrimoniais.
- . Aprovação dos organogramas e limites de alçada.
- . Definição da estratégia de comercialização.
- . Aprovação do plano de cargos e salários.
- . Aprovação do Orçamento anual.

AS DIRETORIAS ELABORARÃO O PLANEJAMENTO ESPECÍFICO DE SUAS ÁREAS ASSIM COMO COMPOSIÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL PARA APROVAÇÃO FINAL EM REUNIÃO A SER MARCADA PROXIMAMENTE.

Em 19/05/88 o DE apresentou a seguinte proposta para definição da remuneração dos diretores:

. REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES

- DIRETOR EXECUTIVO

- . Fixo mensal de 870 OTNs
 - 25% em Carteira Profissional
 - 75% com nota fiscal de empresa própria.
- . 2% s/ faturamento bruto da Empresa
- . 10 inserções diárias na programação da TV a serem utilizadas no espaço ocioso.
- . uma viagem anual ao exterior com acompanhante

DIRETOR COMERCIAL

- . Fixo mensal de 217,5 OTNs
- . Comissões de 3% s/ faturamento local.
 - Mensalmente será concedido adiantamento por conta de comissões em valor equivalente ao fixo mensal com acerto trimestral de contas mediante nota fiscal emitida por empresa própria.

DIRETOR DE JORNALISMO

- . Fixo mensal equivalente a 220,2 OTNs
 - Cz\$ 80.000,00 em Carteira Profissional
 - 150 OTNs em nota fiscal de empresa própria.

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO RECURSOS HUMANOS E CONTROLE

- .Fixo mensal de 435 OTNs
- 50% em folha de pagamento
- .Gratificação anual equivalente a um salário.

BENEFICIOS GENERICOS

- .Veiculo e combustivel
- .Moradia (aluguel equivalente a 120 OTNs).
- .Despesas com mudança (quanto aplicavel)
- .Convenio médico GOLDEN CROSS familiar ou similar
- .Passagens aereas para o contratado e dependentes duas vezes por ano.

A remuneração dos Diretores Administrativo, Diretor de Jornalismo e a parte fixa do Diretor Comercial, foram aprovadas pelo conselho. O PCD solicitou ao DE que apresentasse nova proposição quanto às comissões (inclusive do DC) e a parte fixa de sua remuneração.

ASSUNTOS GERAIS

MATERIAS- GOVERNO

Foi colocado em discussão que a remuneração pelas matérias veiculadas está muito defazada em relação á utilização. Em levantamento apurado o valor mínimo atual deveria ser Cz\$10.000.000,00 mensais. Deliberou-se em melhorar a apresentação do levantamento para negociação com o Governo.

VEÍCULOS

A frota de veículos da empresa necessita de renovação . O PCD sugeriu que fossem contatadas Agências e LOCADORAS de carros tentando viabilizar a obtenção de veículos através de permuta por espaços na TV/AM-FM. O PCD autorizou o DE a AUVEPAR para viabilizar a locação de 5 veículos através de permuta.

ENCERRAMENTO

O Diretor executivo comunicará ao anterior Diretor de Jornalismo a mudança da estrutura operacional.

SEM MAIS NADA A TRATAR O PCD DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO.

ANEXO R - CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BNB

CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato de Publicidade que, entre si, fazem, de um lado, o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Praça Murillo Borges, nº 1, LUC 07.237.373/0001-20, doravante chamado CLIENTE, e a "Rádio e TV DIFUSORA DO MARANHÃO S.A", com sede na cidade de São Luís, Maranhão, na Avenida Camboa, nº 120, CGC 06.275.598/0001-08, doravante denominada CONTRATADA, o primeiro representado por seu Presidente JOSÉ PEREIRA E SILVA e a segunda por CLÁUDIO DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, advogado, CPF. 460.783.398-34 e WILLIAN JOSÉ NAGEM, brasileiro, casado, industrial, CPF. 000.641.653-53, ambos residentes em São Luís (MA), nos seguintes termos e condições que ajustam e aceitam:

1º - A CONTRATADA se obriga a colocar à disposição do CLIENTE, durante o prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste instrumento, espaço publicitário para uso na Rádio Difusora FM e TV Difusora do Maranhão, a seguir discriminado:

a) Na Rádio FM do Sistema:

Patrocínio exclusivo dos flash noticiosos da emissora, veiculando-se vinheta de abertura e encerramento, além de 1 spot de 30 segundos no meio, totalizando 24 (vinte e quatro) inserções diárias;

b) Na Televisão do Sistema:

Top de 8 segundos, antecedendo a edição diária do "Jornal da Integração", além de inserção de 1 anúncio de 30 segundos dentro do mesmo programa;

1 (uma) inserção diária em cada um dos noticiosos "Bom Dia Brasil", "Bom Dia Maranhão", "Jornal Hoje", "Jornal Nacional" e "Jornal da Globo";

1 (uma) inserção diária na "Novela das 20 horas", 1 (uma) inserção semanal no "Globo Repórter" e 1 (uma) inserção semanal no "Fantástico".

2º - O referido espaço é concedido ao CLIENTE ao preço total certo e ajustado de R\$ 158.446,07 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis cruzados novos e trinta e sete centavos), preço este que será pago logo após a celebração deste contrato.



3º - Caberá exclusivamente ao CLIENTE a iniciativa da publicidade a ser divulgada, a data da veiculação, bem como a eventual escolha da agência de publicidade que lhe aprover.

4º - A comissão de veiculação será paga diretamente à agência de publicidade pela CONTRATADA, mensalmente na forma de Lei, proporcionalmente ao volume de recursos pactuados.

5º - Este Contrato poderá ser rescindido de pleno direito na hipótese de qualquer das partes inadimplir alguma das obrigações aqui assumidas, caso em que será feito o levantamento da parcela do serviço já prestada, para efeito de estabelecimento, da proporção do pagamento a ser feito, cabendo à CONTRATADA a pronta devolução do valor restante, com a correção em lei permitida.

6º - Qualquer modificação em cláusulas ou condições do presente Contrato exigirá prévia e expressa concordância de ambas as partes, por escrito.

7º - O presente instrumento tem força de título executivo extrajudicial.

8º - As partes elegem o foro da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Fortaleza, 17 FEV 1989

Pelo BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Jose Pereira e Silva
JOSE PEREIRA E SILVA
Presidente

Pelo RÁDIO e TV. DO MARANHÃO S.A.

Claudio Gonçalves
CLÁUDIO GONÇALVES
Diretor

William Jose Ragem
WILLIAN JOSE RAGEM
Diretor

EXEMPLAR DE NOTAS
3º OFFICIO
Rua...
São Luís
TABELIONATO DE NOTAS
3º OFFICIO
Bd. José ... P. Melo
Enc. Substituto
São Luís-MA

TESTEMUNHAS:

W. Ball
Kelia Andrade Pinheiro

Form with fields for 'TABELIONATO DE NOTAS', 'By The Attorney at Law', 'Cordeiro Farias', 'Rua de ...', 'São Luís, Maranhão, Brasil', and a signature line for 'Cordeiro Farias de Sousa'.



Handwritten signature

ANEXO S - CARTA AO BANCO DO BRASIL

São Luis (Ma), 19 de abril de 1989

Ilmo. Sr.

Érico Cavalcanti Furtado

M.D. Superintendente Regional de Operações
do Banco do Brasil no Estado do Maranhão

Prezado Senhor :

A Rádio e Televisão Difusora Ltda, está passando por um processo de reorganização, iniciado no ano passado, quando houve troca do controle da empresa.

Dentro desse processo, está sendo levado a efeito o saneamento financeiro da empresa, com a renegociação de dívidas contraídas anteriormente, seguida da liquidação desses débitos.

Da mesma forma, tem-se procurado proceder à compra de peças e equipamentos, para se superar as deficiências que vinham se acumulando há pelo menos quatro anos, quando foram suspensas as importações.

Até o momento temos conseguido bons resultados em nossas negociações com as entidades financeiras nossas credoras, obtendo prazos, reduções de taxas e acordos de veiculação que tem permitido à empresa vir colocando em dia os seus compromissos.

Em relação a fornecedores, todos os débitos já foram sanados, conforme certidões negativas já encaminhadas a esse Banco.

Somos uma empresa de comunicação social plenamente vitoriosa no Maranhão, através de nossos veículos; conforme discriminação abaixo :

- | | | |
|---------------|-------|--|
| A) - TV | | 1o. Lugar absoluto em audiência, com mais de 80%, conforme atestado do Dentel, Diretoria Regional do Maranhão. |
| B) - RÁDIO FM | | Líder de audiência pela pesquisa do IBOPE. |
| C) - RÁDIO AM | | 2a. colocada. |

Prezado Senhor :

O Banco do Brasil tem uma tradição secular de apoio ao

desenvolvimento econômico-social do país, mormente de suas regiões mais carentes.

Da mesma forma, o Banco do Brasil tem sempre deixado clara a sua função social, mostrando que antes de ser uma instituição bancária, o BB é uma agência de desenvolvimento.

É levando em conta essas premissas, que estamos nos dirigindo a V. Sa. para pleitear o seguinte :

1) Dispensa das taxas de permanência que estão incidindo sobre o empréstimo com escritura pública de confissão de dívida assinado em 02/01/87, entre Banco do Brasil S.A e Rádio Difusora do Maranhão S/A (Operação nr. 87/00518-2), no valor de NCz\$ 34.534,66 (trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro cruzados novos e sessenta e seis centavos), hoje transformados em NCz\$ 1.771.873,62 (hum milhão, setecentos e setenta e hum mil, oitocentos e setenta e três cruzados novos e sessenta e dois centavos) com o acréscimo de NCz\$ 1.581.607,12 (hum milhão, quinhentos e oitenta e hum mil, seiscentos e sete cruzados novos e doze centavos) a título da correção monetária; de NCz\$ 155.472,33 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e dois cruzados novos e trinta e três centavos), com juros; e, de NCz\$ 259,51 (duzentos e cinquenta e nove cruzados novos e cinquenta e hum centavos), na rubrica de acessórios. (Cálculo em 12/04/89).

2) Veiculação por parte do Banco do Brasil de programas de seu interesse nas emissoras da empresa (TV, rádio AM e rádio FM), no valor global da dívida, após a redução de taxas, conforme proposta encaminhada por nós ao Dr. Mário Jorge Gusmão Berard, Presidente do Banco do Brasil S/A, em 10/03/89;

3) Liberação urgente da carta de credenciamento de importação para a empresa, a fim de que possamos retomar a compra de peças e equipamentos, uma vez que os níveis de confiabilidade da nossa operação (tanto da TV como das emissoras de rádio) estão descendo perigosamente, o que ameaça não somente nossos índices de audiência, como também a capacidade de continuarmos cumprindo com nossas obrigações financeiras.

Certos de que o presente pleito terá uma decisão positiva de V.Sa., subscrevemo-nos mui

Atenciosamente,

William José Nagem
Presidente

ANEXO T - CHEQUES E COMPROVANTES

COMP 020 BANCO 275 AGENCIA 313 1 1 COTIA 2.004613 8 A 102 5 1 = 115.000,00 =



PAGUE POR ESTE CHEQUE A ORDEN DE cento e quinze mil euzados e zeros



a Banco do Nordeste do Brasil S.A. BANCO REAL S.A. 11 de julho de 1987

AGENCIA SAO LUIS MA PR JOAO LISBOA. 177

William José Aragão
CPF 000.041.053-53
COPIA

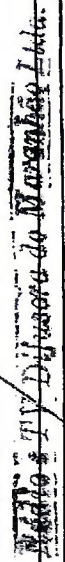
[Empty box for stamp or signature]

N.º  **RECIBO** NCz\$  115.000,00

Recib. EMOS do Snr. WILLIAM JOSÉ NAGEM
a quantia de  CIENTO E QUINZE MIL CRUZADOS NOVOS 
referente a
Adiantamento p/liquidação de empréstimo junto ao Banco
da Amazônia S/A, que será creditado em sua conta corrente

Valor.....NCz\$ 115.000,00
DESCONTOS
.....NCz\$.....
.....NCz\$.....
Líquido a receber.....NCz\$ 115.000,00

S. Luís, 12 de Junho de 1989


 **Walter T. V. Dias** do **Marcenário Ltda.**



BASA

Banco da Amazônia S.A.

Conta

0701358

Radio Difusora do Maranhão

RECIBO

Em

DINHEIRO

Em

CHEQUE

35.000,00

- 1. Este RECIBO só é válido quando autenticado mecanicamente
- 2. Os CHEQUES contra outros estabelecimentos ou praças somente serão liberados após sua cobrança.

Autenticação Mecânica

BASA047 090689070135 121*****35.000,00R11ZOLL

N.º

RECIBO

NCz\$

Recebemos do Sr. **WILLIAM JOSÉ NAGEM**
a quantia de **TRILHOS MIL QUINHENTOS E NOventa e Nove**

referente a **Adiantamento p/liquidação de empréstimo junto ao Banco da
Amazônia S/A, que será creditado em sua conta corrente.**

Valor.....	NCz\$	35.000,00
DESCONTOS		
.....	NCz\$
.....	NCz\$
Líquido a receber.....	NCz\$	35.000,00

S. Luís, 09 de Junho de 1989

[Signature]
Rádio e TV Lusitano do Maranhão Ltda.

ANEXO U - OFÍCIO DIFUSORA AGOSTO 1988

DIFUSORA



Do: Diretor de Jornalismo

Ac: Diretor Comercial

Segue em anexo a relação das matérias produzidas pela SICOM-MA e veiculadas em nossos telejornais.

São Luís, 03 de agosto de 1988.

Arthur Gondim
ARTHUR GONDIM

Diretor de Jornalismo

c.c. - Cláudio do Nascimento

Arquivo

DIFUSORA



DO: COORDENADOR DE PRODUÇÃO

AO: DIRETOR DE JORNALISMO

RELACIONO ABAIXO AS MATÉRIAS PRODUZIDAS
PELA SECUNDA E VEICULADAS NA TV DIFUSORA:

<u>ASSUNTO</u>	<u>DATA</u>	<u>VEICULAÇÃO</u>	<u>TEMPO</u>
01- CAPETEIRA COMBATE A VIOLÊNCIA	01.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'33"
02- CAPETEIRA EM ITANUBURU-MIRIM	02.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'36"
03- CAPETEIRA-PROGRAMA DE ELETRIFICAÇÃO	04.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'50"
04- CAPETEIRA EM VITÓRIA DO MARIM	04.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	34"
05- INSPEÇÃO UNIDADES DE SAÚDE SÃO LUÍS E S. J. RIBAMAR	04.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'24"
06- CAPETEIRA-ENTREGA DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS	05.07.88	JORNAL DA DIFUSORA	1'44"
07- CAPETEIRA-SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	05.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'25" 35"
08- TERMINAL HIDROVIÁRIO	06.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'25"
09- CAPETEIRA-VISITA CENTRO DYLO COSTA FILHO	06.07.88	JORNAL DA ILHA	40"
10- DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR	07.07.88	JORNAL DA ILHA	1'10"
11- AUDITOR GERAL DEIXA O CARGO	08.07.88	JORNAL DA DIFUSORA	45"
12- JEBS - PREPARATIVOS	12.07.88	JORNAL DA ILHA	1'20"
13- JEBS - COMPLEXO ESPORTIVO	13.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	45"
14- CAPETEIRA VISITA UNIDADES DE SAÚDE	13.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'26"
15- CAPETEIRA-AVALIAÇÃO 1º DIA JEBS	14.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	25"

DIFUSORA



CONT....

16-	NOVO SECRETÁRIO DE SAÚDE	15.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'13"
17-	FABIANA SANTOS-MEDALHA - JES	15.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'10"
18-	COBRANÇA DE ESCOLAS- SE- CRETARIA DE EDUCAÇÃO	21.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'55"
19-	CAFETEIRA EM VARGEM GRAU DE	25.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'35"
20-	ÁGUA ESCURA-CAENA	22.07.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'17"
21-	MUDANÇA D.E.R.	02.08.88	JORNAL DA ILHA	1'45"
22-	SISTEMA FINANCEIRO ESTA- DUAL	02.08.88	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'07"

[Handwritten signature]

ANEXO V - OFÍCIO DIFUSORA JANEIRO 1989

DO DIRETOR DE JORNALISMO
AO DIRETOR COMERCIAL

RELACIONO ABAIXO AS MATÉRIAS PRODUZIDAS PELA
SECOM-MA E VEICULADAS NESTA EMISSORA EM JANEIRO/89 :

. TRABALHOS DE RECUPERAÇÃO DA AV. BEIRA-MAR	1'35"
. CAFETEIRA VISITA OBRAS EM RECUPERAÇÃO	1'00"
. CAFETEIRA VISITA CAIS DA SAGRAÇÃO	1'55"
. GRILO CHIQUE	2'01"
. IMPLANTAÇÃO DO RÁDIOTAXI	2'
. PREFEITO ELEITO DE SÍTIO NOVO / STE	49"
. CAFETEIRA VISITA OBRAS NA CAPITAL	1'44"
. PROJETO-DE-LEI / SERVIDORES ESTADUAIS	1'08"
. POLÍCIA MILITAR / NOVO COMANDANTE	1'36"
. PROCON / CARNE CLANDESTINA	2'08"
. ITERMA	1'17"
. SUDS	1'28"
. CAFETEIRA VISITA OBRAS / SETOP	2'28"
. CAFETEIRA / AUMENTO FUNCIONALISMO PUB. ESTADUAL	1'04"
. CHEGADA DO ANO NOVO	2'
. TERMINAIS DE RÁDIOTAXI	40"


ARTUR GONDIM

Diretor de Jornalismo

ANEXO W - CARTA PROPOSTA DE REAJUSTE

SÃO LUÍS, 30 DE MAIO DE 1989,

ILMO. SR.
DR. ADEMÁRIO TASSO CAVALCANTI
M.D. SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PALÁCIO DOS LEÕES
N.E.S.T.A

PREZADO SENHOR:

COMO É DO SEU CONHECIMENTO, MENSALMENTE A RÁDIO E TELEVISÃO DIFUSORA DO MARANHÃO LIMITADA VEM DIVULGANDO MATÉRIAS DE INTERESSE DO GOVERNO DO ESTADO, ATRAVÉS DE SEUS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS, E TEM, INCLUSIVE, ABERTO UM ESPAÇO SÓ PARA NOTICIÁRIOS PRODUZIDOS PELA SECOM, NA RÁDIO AM.

CÔNSCIA DO TRABALHO MERITÓRIO QUE TEM DESENVOLVIDO O SR. GOVERNADOR DO ESTADO, ESTA EMPRESA TEM COMPLEMENTADO O TRABALHO DE DIVULGAÇÃO DESSA SECRETARIA COM MATÉRIAS DE NOSSAS EQUIPES DE REPORTAGEM, NUMA LABUTA QUE TEM SE DEMONSTRADO HARMONIOSA E EFICAZ.

AS NOSSAS EMISSORAS TÊM DIVULGADO TAMBÉM PROGRAMAS DE ENTREVISTA (COMO O BOM DIA MARANHÃO E O A PALAVRA É SUA), COM MEMBROS DA EQUIPE DE GOVERNO, ALÉM DE "DICAS" DE EVENTOS PATROCINADOS OU PROMOVIDOS POR ÓRGÃOS DO GOVERNO ESTADUAL.

EM CONTRAPARTIDA A ESSE TRABALHO, TEMOS PERCEBIDO O VALOR MENSAL DE Ncz\$ 30.850,00, CONGELADO HÁ SEIS MESES, NÃO OBSTANTE NOSSOS CONSTANTES AUMENTOS DE CUSTOS E O AUMENTO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DE NOSSA COBERTURA JORNALÍSTICA.

ASSIM SENDO, VIMOS TRAZER PELA PRESENTE À CONSIDERAÇÃO DE V.SA. UMA PROPOSTA DE REAJUSTE DO VALOR MENSAL PERCEBIDO POR NÓS, PASSANDO, A PARTIR DESTA DATA, PARA Ncz\$ 70.000,00.

QUEREMOS RESSALTAR QUE AS NOSSAS EMISSORAS TÊM SE MANTIDO COMO LÍDERES DE AUDIÊNCIA EM SUAS RESPECTIVAS FAIXAS: A TV DETÉM MAIS DE 80% DA AUDIÊNCIA GLOBAL; A FM É A PRIMEIRA EM AUDIÊNCIA, DESDE A SUA CRIAÇÃO; ENQUANTO A AM TEM GALGADO PONTOS NA PESQUISA DO IBOPE, PASSANDO NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES DO 5º PARA O 2º LUGAR ENTRE AS MAIS OUVIDAS.

NO AGUARDO DE UMA POSIÇÃO DE V.SA., SUBSCREVEMO-NOS ATENCIOSAMENTE,

LUIZ PEDRO

ANEXO X - OFÍCIO DIFUSORA AGOSTO 1989

DIFUSORA



DO: DIRETOR DE JORNALISMO
AO: DIRETOR COMERCIAL

SEGUE EM ANEXO A RELAÇÃO DAS MATÉRIAS PRODU-
ZIDAS PELA SECOM-MA E VEICULADAS EM NOSSOS TELEJORNALS,
SÃO LUÍS, 09 DE AGOSTO DE 1989.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Luiz Pedro'. The signature is fluid and cursive.

LUIZ PEDRO

DIRETOR DE JORNALISMO

C/C: PAULO NICOLINO DE FREITAS
ARQUIVO

DIFUSORA



DO: CHEFE DOS TELEJORNAIS
AO: DIRETOR DE JORNALISMO

RELACIONO, ABAIXO AS MATÉRIAS PRODUZIDAS PELA
SECOM-MA E VEICULAÇÃO NA TV. DIFUSORA:

<u>ASSUNTO</u>	<u>DATA</u>	<u>VEICULAÇÃO</u>	<u>TEMPO</u>
1- ASSENTAMENTOS DE AGRICULTORES	22.05.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'00"
2- INSTALAÇÃO DO RADAR DE ALCANTARA	22.05.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'50"
3- RECUPERAÇÃO - TEATRO ARTUR AZEVEDO	23.05.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'45"
4- INGRESSO DE POLÍTICO NO PDC	23.05.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'42"
5- EMBAIXADOR NORUEGUÊS VISITA CAFETEIRA	23.05.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'30"
6- PROJETO HUMANIZAÇÃO DA RECEITA	24.05.89	JORNAL DA ILHA	24"
7- FORMAÇÃO DE NOVOS PMs	24.05.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'28"
8- BLITZ SEC. DA FAZENDA	25.05.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'29"
9- ESTÁGIO-ESCOLA TÉCNICA	26.05.89	JORNAL DA ILHA	1'10"
10- PROJETO HUMANIZAÇÃO DA RECEITA	26.05.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	59"
11- CONJUNTO COHATRAC IV	30.05.89	JORNAL DA ILHA	1'24"
12- RACIONAMENTO CAEMA	30.05.89	JORNAL DA ILHA	50"
13- PROJETO REVIVER	30.05.89	JORNAL DA ILHA	1'42"
14- COMPLEXO HIDROVIÁRIO BACANGA	31.05.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	31"

DIFUSORA



CONT.

<u>ASSUNTO</u>	<u>DATA()</u>	<u>VEICULAÇÃO</u>	<u>TEMPO</u>
15- PONTE DE SÃO FRANCISCO	01.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'15"
16- PROJETO HUMANIZAÇÃO DA RECEITA	01.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	52"
17- GOVERNO ITINERANTE	05.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'28"
18- GOVERNO ITINERANTE	07.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'09"
19- GOVERNO ITINERANTE	07.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'40"
20- GOVERNO ITINERANTE	08.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'50"
21- GOVERNO ITINERANTE	09.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'42"
22- GOVERNO ITINERANTE	10.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'52"
23- PONTE DE ROSÁRIO	12.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'50"
24- GOVERNO ITINERANTE	13.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'00"
25- GOVERNO ITINERANTE	14.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'27"
26- RODOVIA TRANSMARANHÃO	14.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	20"
27- ADERSON LAGO	14.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	17"
28- GOVERNO ITINERANTE	14.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'45"
29- GOVERNO ITINERANTE	15.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'36"
30- HUMANIZAÇÃO DA RECEITA	15.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'16"
31- ENTREGA DE VIATURAS DE PMS	16.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'15"
32- GOVERNO ITINERANTE	16.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'37"
33- PONTE DE SÃO FRANCISCO	16.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'04"
34- INTERROMPIMENTO DA BARRAGEM OLHO D'ÁGUA	17.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'14"
35- HOSPITAL DO IPEM	21.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	40"
36- PROJETO SANTA EULÁLIA	21.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'30"
37- INAUGURAÇÃO DA CRECHE	22.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'12"

DIFUSORA



CONT.

<u>ASSUNTO</u>	<u>DATA</u>	<u>VEICULAÇÃO</u>	<u>TEMPO</u>
38- PONTE DO SÃO FRANCISCO	22.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'32"
39- FORMAÇÃO DE SARGENTOS	23.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'18"
40- RECUPERAÇÃO AVENIDA BEIRA-MAR	24.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	40"
41- GOVERNO ITINERANTE	24.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'17"
42- REUNIÃO PROJETO REVIVER	25.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'05"
43- ANIVERSÁRIO CAFETEIRA	26.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'44"
44- INAUGURAÇÕES NO ANIVER- SÁRIO DO CAFETEIRA	27.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	3'10"
45- RESTAURANTE CAEMA	27.06.89	JORNAL DA ILHA	1'25"
46- JOAQUIM HAIKEL INGRESSA NO PDC	28.06.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'06"
47- ANIVERSÁRIO DO GOVERNADOR	28.06.89	JORNAL DA ILHA	1'51"
48- INAUGURAÇÃO DA DIRETORIA REGIONAL DA CAEMA	30.06.89	JORNAL DA ILHA	1'55"
49- REFORMA DO HOSPITAL NINA RODRIGUES	02.07.89	JORNAL DA ILHA	1'57"
50- PALESTRA CURSO DE POLÍ- TICA E ESTRATÉGIA AERO- ESPECIAIS	03.07.89	JORNAL DA ILHA	1'14"
51- FEIRA DA CIDADE OPERÁRIA	05.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'39"
52- RECUPERAÇÃO DA BEIRA-MAR	09.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	28"
53- RECURSOS DAS OBRAS DO GOVERNO	09.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'32"
54- MENINGITE NO MARANHÃO	10.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'27"
55- CAFETEIRA VISITA OBRAS DO CONJUNTO SANTA	10.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'04"

DIFUSORA



CONT.

<u>ASSUNTO</u>	<u>DATA</u>	<u>VEICULAÇÃO</u>	<u>TEMPO</u>
56- CONVÊNIO CAFETEIRA MINISTÉRIO DO INTERIOR	12.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'17"
57- CHEGADA DO MINISTRO DO INTERIOR	13.07.89	JORNAL DA ILHA	1'00"
58- POSSE NOVO PRES; COHAB	16.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'21"
59- SEC; MINAS, ENERGIA E MEIO AMBIENTE - ENTREGA DOCUMENTO AO GOVERNADOR	16.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'00"
60- GOVERNADOR VISITA SEDE SOCIAL DO IPEM	16.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'45"
61- RECUPERAÇÃO DA PONTE SÃO FRANCISCO	17.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	50"
62- GOVERNADOR VISITA AS OBRAS DE SANTA EULÁLIA	17.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'45"
63- BEM- FINANCIAS UNIDADES HABITACIONAIS	17.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	50"
64- INAUGURAÇÃO DE ESCOLAS NO INTERIOR	18.07.89	JORNAL DA ILHA	2'13"
65- GOVERNO ITINERANTE	19.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'54"
66- GOVERNO ITINERANTE	20.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'00"
67- REUNIÃO IPEM, BEM, CEF E GOVERNO ESTADUAL	20.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'24"
68- POSSE DO NOVO SEC. DE CULTURA	20.07.89	JORNAL DA ILHA	1'03"
69- VISITA DO SEC. DE SAÚDE	20.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'16"
70- ENTREGA DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	21.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'15"

DIFUSORA



CONT.

<u>ASSUNTO</u>	<u>DATA</u>	<u>VEICULAÇÃO</u>	<u>TEMPO</u>
71- INSPEÇÃO DO GOV. ÀS OBRAS DA BEIRA-MAR	23.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'00"
72- INSTALAÇÃO DOS SINAIS DA PONTE DO SÃO FRANCISCO	24.07.89	JORNAL DA ILHA	3'07"
73- CAFETEIRA LOCALIZA OBRAS NA BEIRA-MAR	24.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'30"
74- 153 ANOS DA PM	26.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'35"
75- RECUPERAÇÃO DO CONVENTO DAS MERCÊS	26.07.89	JORNAL DA ILHA	2'43"
76- REUNIÃO SEDEC	31.07.89	JORNAL DA ILHA	1'04"
77- GOVERNO ITINERANTE	31.07.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'54"
78- REUNIÃO GOV. CAFETEIRA X CEF	01.08.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	2'30"
79- PROJETO REVIVER	01.08.89	JORNAL DA ILHA	1'36"
80- GOVERNO ITINERANTE	02.08.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	3'15"
81- OBRAS VIADUTOS OUTEIRO DA CRUZ	03.08.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'32"
82- GOVERNO ITINERANTE	04.08.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	3'00"
83- PREMIAÇÃO DOS AUTORES DA CARTILHA " PEQUENOS VENCEDORES "	04.08.89	JORNAL DA ILHA	2'07"
84- VILA SÃO LUÍS	07.08.89	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	1'58"
85- CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	08.08.89	JORNAL DA ILHA	49"

ANEXO Y - CARTA DE CAFETEIRA AO MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES



ESTADO DO MARANHÃO
GABINETE DO GOVERNADOR

OFÍCIO Nº 070/89-GG

São Luís, 18 de maio de 1989

Senhor Ministro,

Ao percorrer o interior do Estado para ouvir diretamente do povo quais as realizações de que mais necessita cada município, inúmeras são as vezes em que recebo o pleito de levar, pela TV, os fatos mais importantes ocorridos no Estado ao conhecimento da população interiorana. O povo reclama o seu distanciamento dos fatos e alega ter mais conhecimento daqueles que se verificam no sul do País.

Informe-me junto às estações de TV acerca do problema e fui esclarecido de que é inviável a cobertura de área de abrangência das estações por via de sistemas terrestres. Indicam como solução a utilização de canal em satélite, de mais baixo custo e mais confiável transmissão dos sinais das estações, desde que lhes fosse concedida alíquota favorecida, como acontece com similar do Estado do Amazonas.

Ciente da existência de dois canais disponíveis no satélite, a TV Difusora solicitou meu empenho no sentido de obter a concessão de um deles, nas condições referidas no parágrafo anterior.

Assim sendo, e considerando que o pleito permitirá o atendimento de aspiração da população do interior deste Estado, transmito a Vossa Excelência o pedido, na certeza de que ele merecerá a guarida esperada.

Aproveito a oportunidade para renovar os meus protestos de elevado apreço e consideração

E. Cafeteira
EPITÁCIO CAFETEIRA
Governador do Maranhão

Excelentíssimo Senhor
Ministro ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Ministério das Comunicações
Brasília-DF

Anexo um ofício.

Vigilante
J. Escobar - Dr. Gajard
o Maranhão participa a tripla para
propor o qual se insere o
Estado Maranhão. Já Brasília
está de acordo, também,
para que em região plei-
teada seja feita a concessão
de um canal.

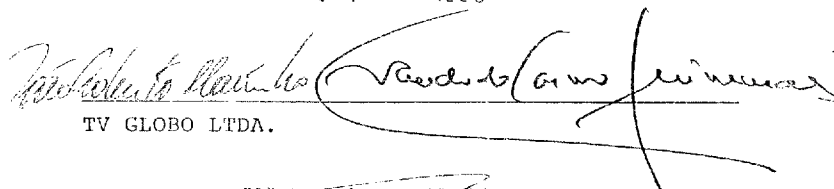
ANEXO Z - TERMO DE RESCISÃO


TERMO DE RESCISÃO

TV GLOBO LTDA., empresa sediada na Rua Lopes Quintas nº 303, nesta Cidade, inscrita no CGC sob o nº 33.252.156/0001-19, adiante designada GLOBO, e RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S/A., sediada na Rua Cambaia nº 120, São Luiz/MA, inscrita no CGC/ME sob o nº 06.275.598/0001-08, adiante designada EMISSORA, por seus representantes legais abaixo firmados, têm entre si justo e acordado a rescisão nesta data, do contrato que celebraram em 16 de julho de 1981, em vigor conforme Termo de Re-ratificação firmado em 12 de fevereiro de 1987, ajustando, mutuamente, que GLOBO, para quitação das obrigações previstas no contrato, apresentará à EMISSORA, nos 60 (sessenta) dias seguintes a esta data, um demonstrativo das pendências financeiras, próprias ou de terceiros, oriundas do contrato ora rescindido, as quais ter-se-ão como certas e regulares, não havendo impugnação formulada nos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento do demonstrativo, renunciando, desde logo, a EMISSORA a qualquer questionamento judicial quanto ao demonstrativo apresentado com fundamento nos contratos mantidos pelas partes.


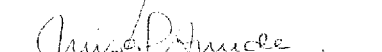
Estando, assim, justas e contratadas, firmam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e data na presença de 02 (duas) testemunhas.

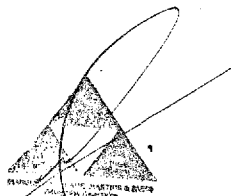
Rio de Janeiro, 31 JAN 1988


 TV GLOBO LTDA.


 RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S/A.

Testemunhas:



ANEXO AA - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONVENÇÃO GLOBO

Instrumento Particular de Convenção que celebram, TV GLOBO LTDA., sediada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua Lopes Quintas nº 303, inscrita no CGC/MF sob o nº 33.252.156/0001-19, adiante designada GLOBO e RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S/A, sediada na cidade de São Luiz/MA, na Rua Camboa nº 120, inscrita no CGC/MF sob o nº 06.275.598/0001-08, adiante designada EMISSORA, por seus representantes legais abaixo firmados, sob as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA PARTE - DO OBJETO

1.1 Objetiva a presente regular as condições segundo as quais a EMISSORA passa a exhibir, por autorização de GLOBO, com exclusividade, a programação diária que lhe for fornecida, compreendendo telenovelas, telejornais, filmes nacionais ou estrangeiros, "shows" ou eventos esportivos, culturais e artísticos, na área territorial dos Municípios do Estado do Maranhão indicados no Anexo que integra esta Convenção.

1.2 Em contrapartida da autorização concedida, a EMISSORA outorga a GLOBO mandato de representação exclusiva para comercialização, no Território Nacional, da publicidade destinada a inserção nos intervalos comerciais de programação, excluídas as vendas realizadas pela EMISSORA na área territorial referida em 1.1 que se destinem exclusivamente a exibição nas suas praças de cobertura.

1.3 Esta Convenção não estabelece vínculo societário, nem importa em responsabilidade solidária ou subordinação entre as partes, que continuam independentes, sujeitando-se apenas ao pactuado neste instrumento.

1.4 Esta Convenção é celebrada no pressuposto de

- 2 -

que os signatários representam o controle societário de GLOBO e da EMISSORA, ficando estabelecido que qualquer modificação que possa, direta ou indiretamente, alterar o controle ou representação das partes durante a sua vigência, dependerá de prévia ratificação das cláusulas deste instrumento.

1.5 GLOBO e EMISSORA não poderão, em qualquer hipótese, transmitir, ceder ou dar em garantia de obrigações próprias ou de seus sócios, dirigentes ou de terceiros, os direitos oriundos da presente Convenção, sob pena de sua rescisão imediata.

1.6 As partes estabelecerão Termos Aditivos aos dispositivos desta Convenção, regulando, adicionalmente, os procedimentos comerciais, de faturamento, de engenharia, de programação, de jornalismo e outros, os quais não constituirão inovação ao ora convencionado e, uma vez firmados, passarão a integrar este instrumento, podendo ser atualizados por novos Termos, sempre que necessário ao cumprimento dos objetivos ora estabelecidos.

SEGUNDA PARTE - DO PRAZO

2.1 Esta Convenção tem vigência a partir de 1º de fevereiro de 1988, findando-se em 31 de janeiro de 1989, sendo prorrogável, automaticamente, pelo período de 01 (um) ano, salvo se denunciada por qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do término do prazo inicial.

TERCEIRA PARTE - DAS CONDIÇÕES DE EXIBIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO

3.1 A EMISSORA observará na exibição da programação o horário, formato, intervalo, procedimentos de

- 3 -

3.2 A exibição da programação pela EMISSORA restringir-se-á aos limites da área territorial descrita na cláusula 1.1. deste instrumento.

3.3 Em função desta Convenção, a EMISSORA exibirá, diariamente, a programação básica definida por GLOBO, incluindo idêntico número e duração de intervalos comerciais, de forma a permitir a transmissão simultânea, sem interrupções ou cortes, observadas as normas relativas aos fusos horários.

3.4 A presente Convenção não assegura à EMISSORA quaisquer direitos sobre a programação ou vídeos fonogramas exibidos, sendo expressamente vedada a sua reprodução, transmissão ou cessão a emissoras congêneres ou terceiros.

3.5 A EMISSORA, em função dos compromissos decorrentes desta Convenção, não poderá exibir programas ou eventos fornecidos por outra emissora ou rede de televisão, salvo no caso de requisição de horário feita por autoridade competente, na forma prevista na legislação específica.

3.6 As despesas com a liberação de programas e eventos perante autoridades de censura local, bem como as referentes à captação da programação, seja qual for o processo, correrão por conta exclusiva da EMISSORA.

3.7 A programação será recebida pela EMISSORA observadas as obrigações relativas ao pagamento dos direitos autorais e dos que lhe são conexos quando devidos na forma da legislação vigente.



- 4 -

rede regional, serão, também, de inteira responsabilidade da EMISSORA, assim como quaisquer tributos ou contribuições incidentes.

3.9 Sem qualquer prejuízo na exibição da programação básica fornecida e da publicidade contratada na forma da cláusula 4.1, a EMISSORA, em atendimento às diferenças regionais, compromete-se a produzir programas ou transmitir eventos de caráter local, de forma a incentivar, pela criatividade artística e informação jornalística, o desenvolvimento do homem brasileiro, com base na cultura regional da área territorial atendida pelo serviço de televisão de que é executante.

3.10 A EMISSORA, observados os princípios do Código Brasileiro de Telecomunicações e sem qualquer subordinação, adotará como suas as Normas de Procedimento da Central Globo de Jornalismo, obrigando-se, sob pena de rescisão desta Convenção, a seguir todas as recomendações, no que diz respeito ao equilíbrio da matéria política, apuração, ilustração e apresentação das notícias, inclusive na programação local. Da mesma forma, e sob a mesma condição compromete-se a proceder de maneira isenta, apartidária e não preconceituosa nas relações com as fontes e na elaboração de notícias, mantendo um jornalismo informativo, de interesse público, preocupado com a valorização do homem, suas atividades produtivas e culturais.

3.11 Para cobertura de assuntos regionais de interesse nacional, a EMISSORA, sempre que solicitada por GLOBO, fornecerá, dentro de suas possibilidades, os meios para o trabalho jornalístico de eventos e ocorrências que se verifiquem na área territorial referida na cláusula 1.1.

3.12 A EMISSORA deverá exibir, na íntegra e sem mutilações de qualquer natureza, os programas e eventos fornecidos por GLOBO, sendo-lhe, assim, vedado efe-



- 5 -


obrigatoria e integralmente, os créditos de abertura e encerramento das transmissões, sendo vedadas, inclusive, quaisquer inserções de áudio sobre a programação gerada por GLOBO, exclusive o indicativo de chamada e textos de interesse comunitário, não comercializados.

3.13 A EMISSORA compromete-se a manter o padrão de qualidade técnica na transmissão da programação fornecida por GLOBO, exercendo permanente controle para que o sinal seja captado com boa qualidade na sua área de cobertura.

3.14 Quando solicitado expressamente pela EMISSORA, a GLOBO, com vistas à manutenção do nível de qualidade de transmissão, prestará orientação à EMISSORA sobre equipamentos e rotinas operacionais.

3.15 Não caberá à GLOBO responsabilidade por qualquer falha no fornecimento da programação que decorra de: (1) interrupção de transmissão, seja qual for o motivo; (2) suspensão, mudança de horário, ou substituição de programas ou eventos; e (3) fato motivado pela EMISSORA, ou determinado por autoridade governamental.

QUARTA PARTE - DAS CONDIÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO



4.1 O mandato exclusivo de representação no Território Nacional assegura à GLOBO o direito de comercializar o tempo destinado em cada programa, intervalo ou evento, à inserção de publicidade comercial, inclusive naqueles de produção da EMISSORA.

4.1.1 GLOBO poderá manter escritórios nas praças de cobertura da EMISSORA para vendas destinadas à exibição fora dessas praças e/ou para exibição simultânea no Território Nacional.

- 6 -

poderá ser por esta delegada, total ou parcialmente, a terceiros, sendo-lhe facultado, inclusive, sub-rogar os direitos e obrigações do mandato conferido por este instrumento.

4.1.3 A EMISSORA adotará as rotinas e normas propostas por GLOBO no que se refere às atividades de operação comercial/OPEC.

4.2 Sem compromisso de venda, a EMISSORA assegura à GLOBO disponibilidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do tempo destinado à publicidade comercial.

4.3 A EMISSORA na forma do mandato que outorga a GLOBO, fica obrigada pelos atos, contratos ou ajustes que, em seu nome e por sua conta, forem celebrados por GLOBO, relativamente à comercialização de publicidade.

4.4 Em decorrência dos ajustes previstos nesta Convenção, caberá a GLOBO 80% (oitenta por cento) do resultado líquido mensal apurado das vendas de publicidade que contratar em nome da EMISSORA.

4.4.1 Entende-se por resultado líquido mensal o valor oriundo do faturamento apurado nas vendas efetuadas por GLOBO em nome da EMISSORA após a dedução de descontos de negociação, descontos de agência, ou comissões de corretagem, cancelamentos, abatimentos por falhas na programação, bonificação de volume e descontos financeiros.

4.5 Convencionam as partes que na apuração da parcela a que faz jus a EMISSORA na publicidade nacional e simultânea, comercializada para todas as emissoras autorizadas a transmitir a programação de GLOBO, o percentual de que trata a cláusula anterior incidirá sobre 0,4% (zerovírgula quatro por cento) do resultado líquido destas vendas.

4.6 A EMISSORA poderá praticar uma tabela de preços



EMPRESA DE PUBLICIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL

- 7 -

de publicidade local, com valores diferenciados da Tabela GLOBO, desde que por esta previamente aprovada.

4.7 A EMISSORA não poderá deixar de exibir, atendido o disposto na cláusula 4.2, juntamente com a programação básica fornecida, a publicidade comercializada em seu nome por GLOBO, nas datas, horários e programas estabelecidos, salvo na hipótese de alteração na programação por requisição de autoridade competente. Nesse caso, deverá a EMISSORA comunicar à GLOBO a alteração na veiculação da publicidade havida, para ajuste ou compensação, quando exigível.

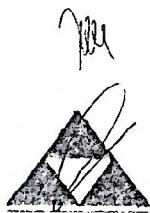
4.8 Caberá à GLOBO, nas vendas por ela realizadas, a cobrança de faturas/duplicatas.

4.9 A EMISSORA enviará à GLOBO, até o décimo (10º) dia do mês subsequente ao da exibição, as faturas e comprovantes de inserção de publicidade, juntamente com as duplicatas endossadas, de modo que esta possa efetuar a cobrança a clientes e agências.

4.10 GLOBO se obriga a apresentar, até o 15º dia de cada mês, um demonstrativo das operações realizadas e das cobranças recebidas, liquidando-as dentro de dois dias úteis e retendo para si a importância das remunerações a que fizer jus nos termos deste instrumento.

4.10.1 Os cancelamentos e abatimentos por falhas serão deduzidos no faturamento do mês subsequente, sem pre que não houver tempo hábil para operá-los no respectivo mês.

4.10.2 No caso de inadimplência do cliente ou agência a dedução de fatura/duplicata será feita depois



- 8 -

o direito de solicitar e obter esclarecimentos e documentos adicionais pertinentes.

4.11 GLOBO não será responsável pelos débitos de anunciantes, agências ou quem quer que tenha contratado a publicidade comercial para a EMISSORA, comprometendo-se, entretanto, a empregar os meios e procedimentos acautelatórios e necessários à liquidação das contas a receber.

4.12 GLOBO executará, em suas áreas de atuação comercial e pelos meios ao seu alcance, a divulgação da EMISSORA quanto à cobertura geográfica, equipamentos, audiência, custos relativos, melhoramentos técnicos e todas as demais que possam influir positivamente no esforço de venda.

QUINTA PARTE - DA RESCISÃO

5.1 Convencionam as partes que o inadimplemento de qualquer dispositivo ou cláusula deste instrumento ou dos Termos Aditivos previstos no item 1.6, constitui-se justo motivo para a sua rescisão e sujeita a parte que lhe der causa às perdas e danos decorrentes.

5.1.1 Em caso de infração de dispositivos desta Convenção, a parte reclamante poderá notificar a parte faltosa para que esta, no prazo improrrogável de dez dias, elimine as circunstâncias que motivaram a notificação e responda pelos prejuízos causados.

5.1.2 Caso a parte faltosa não restabeleça, no prazo concedido, o pleno cumprimento da Convenção, relativamente à infração cometida, esta Convenção será considerada rescindida por justa causa, com a consequente responsabilidade por danos decorrentes da infração, sendo facultado à notificante a compensação dos mesmos, mediante a utilização de créditos que possua em função do ajustado nesta Conven



- 9 -

notificação que lhe aponte as razões e estabeleça o prazo para interrupção da transmissão da programação gerada por GLOBO.

5.2 A tolerância das partes com relação ao não cumprimento dos termos deste instrumento não implica em novação, podendo ser exigido, a qualquer tempo, o fiel cumprimento desta Convenção.

SEXTA PARTE - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A presente Convenção não concede poderes de representação de GLOBO ou de EMISSORA, salvo nos casos expressamente mencionados neste instrumento, nem autoriza a GLOBO ou a EMISSORA a assumirem compromissos em nome de uma ou de outra, perante terceiros.

6.2 A EMISSORA compromete-se, pelo presente, a seguir orientação especializada para adoção de novas tecnologias, especialmente codificação de sinal e melhoria das transmissões na sua área de cobertura.

6.2.1 GLOBO poderá autorizar a recepção do sinal de sua programação por satélite nas localidades não servidas pela EMISSORA. Tão logo a EMISSORA assegure a cobertura da localidade por via terrestre, a autorização será cancelada.

6.2.2 GLOBO poderá destinar programação comercial, a seu exclusivo critério, para localidades que recebam imagens exclusivamente por satélite, não sendo objeto desta Convenção a receita decorrente.

6.2.3 A EMISSORA responderá, direta ou indiretamente, pela parte que lhe couber no contrato de GLOBO



- 10 -

6.3 A EMISSORA reconhece, pelo presente, ter vida autônoma de GLOBO, dela não dependendo sua existência no que diz respeito à produção, geração de programação e comercialização de publicidade, podendo a qualquer tempo, rescindida a presente Convenção, retornar ao que é, sem poder exigir qualquer espécie de reparação por qualquer tipo de problemas que venha a enfrentar no redimensionamento de execução do serviço de que é concessionária.

6.4 O presente instrumento tem valor entre as partes signatárias, dele não podendo participar, de forma direta ou indireta, terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de qualquer interesse, firmando-se que a presente Convenção expressa apenas a vontade de GLOBO e da EMISSORA.

6.5 As obrigações da presente Convenção se realizam apenas com os instrumentos legais nela estabelecidos, não tendo qualquer valor contratual as cartas e demais documentos de setores subalternos à direção de GLOBO e da EMISSORA. A EMISSORA está, assim, dispensada do atendimento de qualquer exigência que implique em despesa não prevista pelas exigências do fiel cumprimento da presente Convenção e dentro do prazo de sua vigência, não tendo qualquer valor os documentos que lhe der origem.

6.6 A presente Convenção é feita em caráter irrevogável, ficando eleito o Foro da Cidade e Comarca do Rio de Janeiro, para dirimir as controvérsias e questões fundadas nesta Convenção, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando, assim, convencionadas, firmam o presen-

The image shows a vertical column of handwritten signatures and a stamp. At the top is a signature that appears to be 'M'. Below it is a large, stylized signature. In the middle is a triangular stamp with a dark border and some illegible text inside. Below the stamp is another signature, and at the bottom is a signature that appears to be 'Kui'.

direito, obrigando-se as partes por si e seus sucessores, a qualquer título.

Rio de Janeiro, 31 JAN 1998

Reinaldo de Menezes Vanderlan de Jesus
TV GLOBO LTDA.

[Signature]
RADIO-DIFUSORA DO MARANHÃO S/A.

Testemunhas:

[Signature]
[Signature]



